



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

AIRTON DOS REIS PEREIRA

A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ
migrações, conflitos e violência no campo

Recife (PE)
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

AIRTON DOS REIS PEREIRA

A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ
migrações, conflitos e violência no campo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História, da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Beatriz
Guimarães Neto

Recife (PE)
2013

P436I Pereira, Airtton dos Reis.
A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e
violência no campo / Airtton dos Reis Pereira. – Recife: O autor, 2013.
278 f.: il., 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Beatriz Guimarães Neto.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em História, 2013.
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Conflito social. 3. Posse da terra. 4. Migração interna.
5. Sindicatos – Trabalhadores rurais. I. Guimarães Neto, Regina Beatriz
(Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-35)



ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO AIRTON DOS REIS PEREIRA

Às 14h30min. do dia 24 (vinte e quatro) de maio de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Airton dos Reis Pereira** intitulada **“A LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ: migrações, conflitos e violência no campo”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Regina Beatriz Guimarães Neto (Orientadora), Antônio Torres Montenegro, Maria do Socorro de Abreu e Lima, Ângela Maria de Castro Gomes e Pedro Petit Peñarrocha. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza, e a Secretária da Pós-graduação em História, e a Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 24 de maio de 2013.

Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro

Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Profª. Drª. Ângela Maria de Castro Gomes

Prof. Dr. Pedro Petit Peñarrocha

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

AGRADECIMENTOS

Para que esta tese fosse construída contei, desde o início, com o apoio e a contribuição de várias pessoas e instituições. Estre elas quero agradecer, de forma muito especial, os diversos trabalhadores rurais, do sul e sudeste do Pará, que muito me ensinaram com as suas vidas e com muita confiança possibilitaram-me informações extremamente importantes ao relatarem as suas experiências, como José Estevão Ferreira [*in memoriam*], João de Deus Medrado de Abreu, Cleuza Alves dos Santos, Luiz da Silva Lima, José Nilson, João Ribeiro Guimarães, Divino Rodrigues da Silva, Wilton Bomfim Gomes, Lourival Vieira da Silva, Abel Ferreira de Macedo, José Valdemar Costa, Raimundo Azevedo, Luiz Ramos Pereira entre outros.

Agradeço também as lideranças sindicais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, além das excelentes informações, refletiram comigo diversas situações e acontecimentos, possibilitando-me análises inusitadas sobre a questão agrária na Amazônia brasileira, como Francisco de Assis Soledade, Felipe Alves Macedo, Valter Peixoto, Almir Ferreira Barros, Antônio Gomes, Sebastião Souza, Pedro Alves Feitosa, Cristino Sobrinho dos Santos, Maria Gorete de Souza, Elias Araújo, Maria Joel da Costa e Izabel Lopes Filha.

Igualmente sou grato a tantas pessoas que, com muita boa vontade, relataram as suas experiências e concederam-me informações importantes, as quais foram decisivas na construção desta tese, como João José Machado de Carvalho, Gutemberg Alves dos Reis, Ernesto Rodrigues, Emmanuel Wambergue, José Claudino dos Santos, padre Paulo Joanil da Silva, Raimundo Pinho Marques, Rafael Macedo, padre Ricardo Rezende Figueira e padre Roberto de Valicourt.

Aos amigos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, além da amizade sincera e da cumplicidade, propiciaram-me os acessos aos arquivos da instituição em Belém, Goiânia, Xinguara e Marabá, que sem eles talvez não teria sido possível a realização desta tese, como Geuza Morgado, Sávio Coelho, Francisco Alves de Souza, Leidiane Santos, Dalva Barroso, Cássia Regina da Luz, Múria Carrijo Viana. Outros amigos de longas trajetórias, também da CPT, que, além do acesso aos arquivos, refletiram comigo diversas questões em torno da luta pela terra e fizeram excelentes sugestões na escrita desta tese, como José Batista Gonçalves Afonso, Ana de Souza Pinto, Hilário Lopes da Costa, Frei Henri Burin des Roziers e Frei Xavier Plassat.

Não posso deixar de agradecer também a Adnair Silva e Marilene Pinheiro Vieira, alunas do curso de Pedagogia, da Universidade do Estado do Pará-campus de Conceição do Araguaia, e Ronailde Lima Silva, aluna do curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará-campus de Marabá, minhas orientandas, pela gentileza em conceder-me algumas de suas entrevistas realizadas com trabalhadores rurais do sul e sudeste do Pará, tão importantes para a realização desta tese.

À Universidade do Estado do Pará, instituição que faço parte, principalmente ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), pelo valioso apoio concedendo-me o afastamento para a realização do doutoramento na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Aqui não posso deixar de lembrar as pessoas tão especiais como Maria Marize Duarte, Katia Melo, Lana Macedo, Douglas Rodrigues da Conceição. Agradeço também, especialmente, os meus colegas e amigos do Campus Universitário de Marabá: Seidel Santos, coordenador local; Marinalda Apinagés, Elzonete Cunha e Odinete Dias Vieira da Secretaria Acadêmica e de Administração; e à Maria José Faria e à Míriam Pereira, da Assessoria Pedagógica, pelo apoio, incentivo e atenção sempre especiais, tão fundamentais em meus estudos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Antônio Paulo Rezende, Antônio Jorge Siqueira, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Flávio Weinstein Teixeira e Izabel Cristina Guillen pela convivência e pelas profícuas discussões realizadas em salas de aula. Aqui quero agradecer, especialmente, ao professor Antônio Torres Montenegro pela amizade, pelas proveitosas reflexões ensejando deslocamentos e questões novas, apontando os caminhos da pesquisa para que eu transpusesse os obstáculos encontrados no percurso da construção desta tese.

À professora Ângela de Castro Gomes – que com Antônio Torres Montenegro compôs a Banca de Qualificação – pela discussão, crítica e sugestões que foram fundamentais para melhorar a construção e estruturação da tese.

À Sandra Regina Albuquerque, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, pela atenção, dedicação e competência quando precisei de informações e de documentos acadêmicos.

Quero agradecer imensamente e de forma muito especial a Regina Beatriz Guimarães Neto, minha orientadora, pessoa de grande competência acadêmica e de uma sensibilidade humana invejável, que conhece, assim como os grandes historiadores, a arte de inventar o passado, além de ser uma profissional preocupada com a violação dos

direitos humanos no Brasil. Historiadora que vem me acompanhando desde quando comecei a refletir as primeiras ideias do caminho que percorreria, sempre muito atenta ao itinerário que fomos, juntos, traçando, e, sem perder a sensibilidade dos poetas, ajudou-me a dialogar com os relatos orais e com um arcabouço teórico-metodológico da produção historiográfica dos últimos tempos. Muito obrigado Regina pela convivência acadêmica, pela amizade sincera e generosa e por todas as suas iniciativas solidárias oportunizando-me percorrer esse caminho.

Aos colegas de turma pelas reflexões calorosas em sala de aula, pelo intercâmbio de material, pelas sugestões na proposta de pesquisa, pela amizade e pela convivência sempre alegre: Ana Maria de Souza, Raimundo Inácio Araújo, Waldefrankly Rolim Santos, Erinaldo Cavalcanti, Maria do Rosário da Silva, Pablo Porfírio, Márcio Ananias Vilela, Geovanni Cabral, Élon Rabelo, Rômulo Oliveira Júnior, Mário dos Santos, Vânia Cavalcanti e Izabel Cristina Cordeiro. Sou grato ainda ao Raimundo Inácio Araújo pela leitura paciente de grande parte desta tese fazendo pertinentes sugestões na construção escrita dos capítulos.

Não posso deixar de registrar as contribuições de Antônio Luiz Silva Soares e de Cleuzeni Santiago da Silva, professores da educação básica, da cidade de Marabá, amigos de longas datas. Foram valiosas as sugestões que prontamente fizeram para a construção narrativa deste trabalho.

Aos meus familiares, a minha mãe Martinha Martins de Lima, com seus 86 anos, as minhas duas irmãs e os oito irmãos sempre preocupados com o andamento de meus estudos e de presença sempre forte, especialmente João, Geraldo, Fernandes, Onésio e Hamilton pelos relatos sobre as experiências da família, desde a trajetória de Minas Gerais rumo ao Norte às lutas pela terra no município de Conceição do Araguaia. Não posso deixar de esquecer a minha sogra Maria Righete, que me acolheu em seu sítio, na Transamazônica, e em quase todas as ocasiões ofereceu-me uma rede num lugar tranquilo para que eu pudesse meditar as principais ideias desta tese.

Finalmente, sou especialmente grato à Eliane Cristina Righete Bom, minha esposa, companheira de todas as horas, primeira pessoa a ler a versão inicial desta tese, enxergou problemas de escrita e deu sugestões valiosas, pessoa com quem tive o privilégio de contar esse tempo todo dividindo angústias, alegrias, descobertas, sonhos. Obrigado pelo carinho, ternura, apoio e cumplicidade.

SIGLAS UTILIZADAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADETUNI – Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá
AGROPECUS - Colonizadora Agrícola e Pecuária S/A
ARENA – Aliança da Renovação Nacional
BASA – Banco da Amazônia
CCA – Coordenadoria de Conflitos Agrários
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPASP – Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CIB – Companhia Industrial do Brasil
CIE – Centro de Informações do Exército
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODESPAR – Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará
COMSAER – Comissão de Investigações de Acidentes Aeronáuticos
COMARCO – Companhia Melhoramentos Pau D’Arco
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSN – Conselho Nacional de Segurança
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DECA – Delegacia Especial de Conflitos Agrários
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EUA – Estados Unidos da América
FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará
FUNRURAL – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMPAR – Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária do Pará Ltda
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Serviço Social
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
LASAT – Laboratório Sócio-agronômico do Araguaia e Tocantins
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MEAF – Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários
MST – Movimento Nacional dos Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Projeto de Assentamento
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF – Polícia Federal
PIC – Programas Integrados de Colonização
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PUR – Pacto de União e Resposta Rural do Rio Grande do Sul
RB – Relação de Beneficiário
SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SIPRA – Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária
SNI – Serviço Nacional de Informações
SR-27 – 27ª Superintendência Regional do INCRA
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TJE – Tribunal de Justiça do Estado
UDR – União Democrática Ruralista
UECA – Unidade Avançada de Conceição do Araguaia

RESUMO

Este trabalho analisa a luta pela terra, no sul e sudeste do Pará, entre a segunda metade da década de 1970 e meados dos anos 2000, tendo como foco central os conflitos e as violências que aconteceram em virtude: da expulsão de posseiros por empresas, do Centro-Sul do País, que instalaram nessa parte do território amazônico estimuladas e apoiadas financeiramente pelo Governo Federal; das disputas, simultâneas, entre trabalhadores rurais e fazendeiros, comerciantes e empresários por uma mesma área de terras devolutas; e, sobretudo, em razão das ocupações de grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos por trabalhadores rurais, principalmente, migrantes do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste que chegaram atraídos pela propaganda e pelas políticas de desenvolvimento que os sucessivos governos da ditadura civil-militar haviam planejados para a Amazônia. Esses ocupantes de terra, no processo da luta pelo acesso à terra, apropriaram e recriaram com outros significados o conceito *posseiro* transformando-se em uma “nova” categoria. Mas a partir da segunda metade da década de 1990, com a influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), passaram a ser chamados de *sem terras* porque as suas estratégias e táticas pelo acesso à terra mudaram. Contudo, essa luta não se restringiu aos confrontos e às disputas que ocorreram entre trabalhadores rurais e fazendeiros, empresários e comerciantes, mas contou com o envolvimento efetivo de pistoleiros, parlamentares e membros dos aparelhos de Estado, da Igreja Católica, de entidades de direitos humanos e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, fazendo da questão agrária, no sul e sudeste paraense, um espaço poliédrico onde diversos grupos, interesses e temporalidades operaram.

Palavras - chave: Amazônia. Luta pela terra. Conflitos de terra. Violência no campo. Trabalhadores rurais.

ABSTRACT

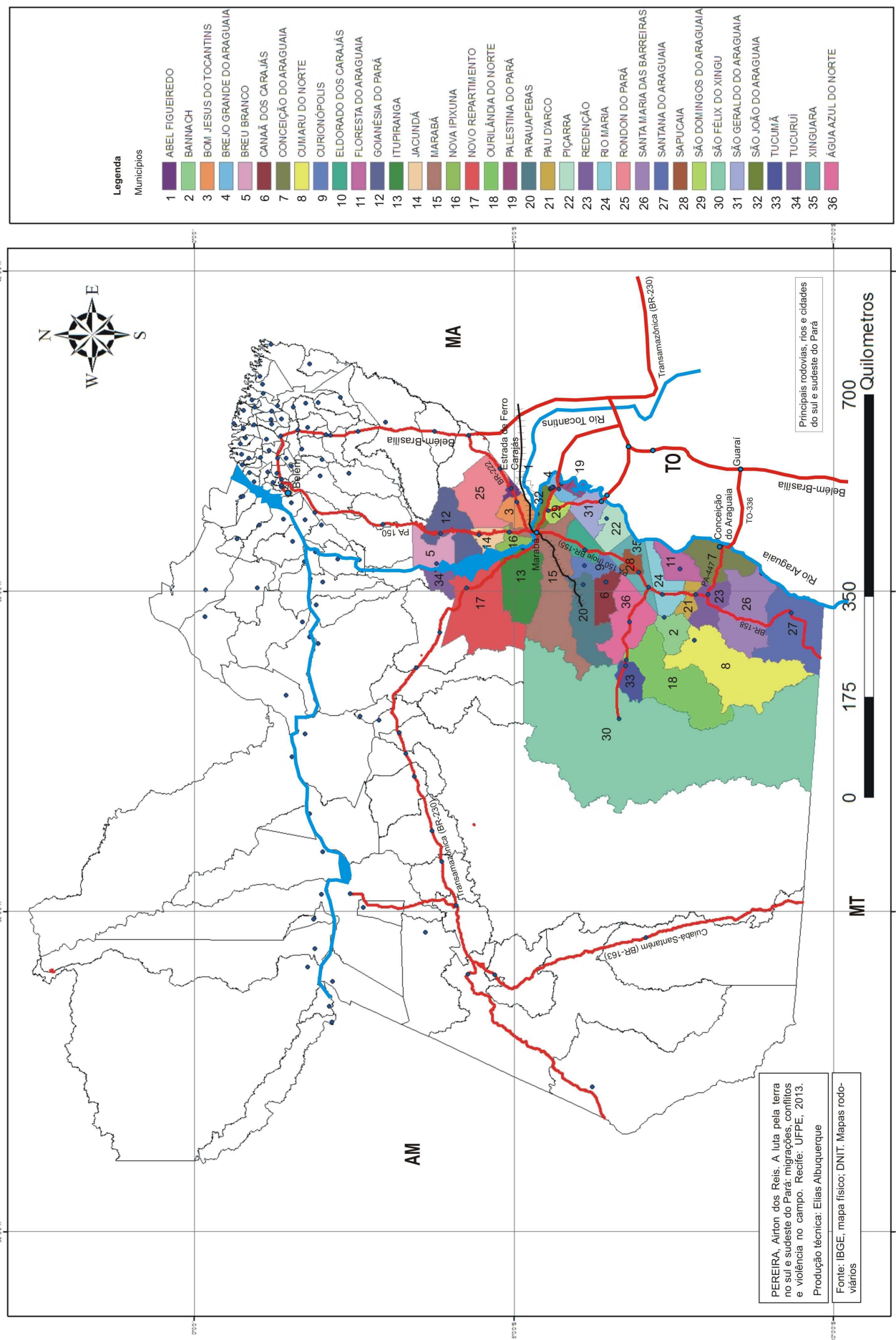
This paper analyzes the struggle for land, in south and southeastern state of Pará, between the second half of the 1970s and mid-2000s, focusing on conflicts and violence that occurred through the eviction of land squatters by companies from Center and South of Brazil which came and settled into this part of Amazon territory, with support and funding from Federal Administration, and, at the same time, through quarrels opposing rural workers to ranchers, traders and businessmen, claiming for the same areas of untitled lands, and, above all, because of big estates, already entitled for property or tenure, being squatted by rural workers, mainly by immigrants who came from Northeast, Southeast and Midwest, lured by propaganda or development programs planned for Amazon Rainforest by the successive governments of civil-military dictatorship. In the process of their struggle for accessing land, these occupiers of land, appropriated and recreated with new meanings the concept of “squatter” turning it into a "new" category. However, since the second half of the 1990s, under the influence of the Movement of Landless Rural Workers (MST), they came to be called “landless”, as they moved their strategies and tactics for accessing land. Nevertheless, this struggle was not restricted to contests and disputes opposing rural workers and farmers, businessmen and traders, but also depended on the real involvement of gunmen, parliamentarians and members from the state apparatus, from the Catholic Church, the Human Rights groups and the Rural Workers Unions, turning the land issue in southern and southeastern Pará into a polyhedral space, in which diverse groups, interests and temporalities were operating.

Keywords: Amazon. Struggle for land. Land conflicts. Violence in the countryside. Rural workers.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
MIGRAÇÕES, OCUPAÇÕES E CONFLITOS DE TERRA	30
A COLONIZAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA: O “PIC MARABÁ”, AS OCUPAÇÕES DE TERRA E OS CONFLITOS	60
O PAROXISMO DAS OCUPAÇÕES E DOS CONFLITOS DE TERRA	83
APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA: DISPUTAS POR TERRAS E VIOLÊNCIAS	103
A PRÁTICA DA PISTOLAGEM NOS CONFLITOS DE TERRA E AS RESISTÊNCIAS DOS POSSEIROS.....	127
A prática da pistolagem nos conflitos de terras	127
As resistências dos posseiros	154
AS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA IGREJA CATÓLICA E A ATUAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA	167
A ação pastoral da Igreja Católica junto aos posseiros.....	167
A organização das delegacias sindicais	177
A organização das oposições sindicais.....	181
DO POSSEIRO AO SEM TERRA: O DESLOCAMENTO DA LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
BIBLIOGRAFIA	233

Sul e sudeste do Pará



INTRODUÇÃO

Quando cheguei a Conceição do Araguaia (PA), em 1973, as terras consideradas devolutas que ainda existiam no sul e no sudeste do estado – lado esquerdo dos rios Araguaia e Tocantins – estavam sendo, paulatinamente, ocupadas por migrantes do Nordeste e do Centro-Sul do País. Esses migrantes eram trabalhadores rurais empobrecidos, fazendeiros, diversos empresários e comerciantes que chegavam por meio das rodovias que acabavam de ser construídas, como a TO-336 e a PA-447. Essas são estradas¹ que ligam a rodovia Belém-Brasília à Conceição do Araguaia; a PA-70 (hoje BR-222), que interliga a Belém-Brasília à cidade de Marabá, era também recém-construída, assim como a Transamazônica, entre o estado da Paraíba e do Amazonas, passando pela cidade de Marabá. Já a PA-150, entre Conceição do Araguaia e Belém, passando também por Marabá, estava em construção. Conforme a abertura dessa estrada avançava, vilas e povoados surgiam. Casas de comércio e bancos eram apressadamente edificadas para atender os migrantes que chegavam todos os dias. Muitos comerciantes e empresários formaram fazendas para criação de gado bovino e montaram serrarias para a exploração de madeiras, em especial o mogno, com vultosos recursos de incentivos fiscais provenientes dos projetos agropecuários, aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). As cidades de Redenção, Rio Maria e Xinguara surgiram em razão da instalação desses empreendimentos agropecuários e madeireiros. Mas, à medida que empresários, comerciantes e fazendeiros constituíam as suas propriedades, trabalhadores rurais, que chegavam de diversas partes do Brasil, disputavam com eles a terra. Nas proximidades de Conceição do Araguaia, Marabá, São João do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, além das terras devolutas, diversas áreas com títulos definitivos ou de aforamentos,² com mais de 3.000 hectares cada, passaram a ser ocupadas, por trabalhadores rurais.

¹ A rodovia TO-336 liga a Belém-Brasília, na cidade de Guaraí, ao Rio Araguaia (lado do estado do Tocantins) e a PA-447 (lado do estado do Pará) dá continuidade, ligando o Rio Araguaia e a cidade de Conceição do Araguaia. Veja mapa do sul e sudeste do Pará, p. xi.

² Título de aforamento é uma modalidade jurídica que o estado do Pará adotou para conceder, perpetuamente, a outrem (foreiro) o direito de uso sobre grandes extensões de terras. Em troca, recebia um pagamento fixo e anual. De acordo com a Lei Estadual nº 913, de 04/12/1954, os foreiros contemplados com concessão de grandes áreas de castanhais no Pará teriam o direito de explorá-las durante 99 anos. Cf. Lei Estadual nº 913, de 04/12/1954; PARÁ AGRÁRIO. *Castanhais*: destruição, violência, indefinição. Belém: IDESP, 1987; EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. *Paper do NAEA*, n. 166, Belém, outubro de 2002; PETIT, Pere. *Chão de Promessas*: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

Esse movimento de ocupação da terra dos primeiros anos da década de 1970 acentuou-se na década de 1980, gerando intensos e prolongados conflitos.

Muitos desses trabalhadores já vinham durante anos se deslocando rumo ao Norte do Brasil, trabalhando, de fazenda em fazenda como meeiros, agregados, vaqueiros ou como peões em serviços temporários, como derrubada da floresta, limpeza de pastagens, fabricação de cercas de arame etc. A minha família, por exemplo, veio de Minas Gerais. Lá onde moravam, os meus pais e os meus irmãos mais velhos cultivavam o cafezal do fazendeiro e, entre as leiras de pés de café, colhiam cereais no sistema de meação. Em Goiás, onde chegaram em busca de terra, a situação não foi diferente. Foram oito anos abrindo fazendas para os patrões. Colhiam cereais na meia ou na terça³ e deixavam as pastagens prontas. Os nove dias de deslocamento das sete famílias, todas parentes de meu pai, em um caminhão, de Minas Gerais até a localidade conhecida por Águas de São João, nas proximidades de Itapirapuã (GO), foram marcados por experiências que muitas famílias de migrantes vivenciaram em seus deslocamentos rumo ao Norte. Além dos adultos e das vinte e uma crianças, o caminhão trouxe alguns baús de madeira com as poucas mobílias, uns cães de caça, duas cabras de leite, algumas ferramentas de trabalho, tachos de fazer rapadura, uma máquina de costura, carne de porco para comer no caminho, uma sanfona pé-de-bode⁴ e uma garrucha 38⁵. “Como o caminhão não era nada sadio, sempre quebrava. Em todas as paradas que se fazia para consertá-lo, se aproveitava para alimentar as cabras e tirar delas o leite para as crianças menores”, conta Geraldo Pereira, um de meus irmãos mais velhos. As terras livres, quando lá chegaram, não passaram de histórias mal contadas. Foi durante a pausa de oito anos, no estado de Goiás, no caminho rumo à Amazônia, que eu nasci, o 13º dos 15 filhos da família.

Com a família numerosa e com pouca alternativa de sobrevivência, deixamos os parentes de meu pai em Águas de São João e mudamos para o norte de Goiás (hoje estado do Tocantins). Depois de trabalhar para grandes fazendeiros, experimentamos, pela primeira vez, a posse de uma terra, juntando-nos a um grupo de posseiros de uma área próxima de Arapoema. Após um ano, enfrentando as dificuldades de acesso à área e o problema da malária, os ocupantes daquelas terras – entre eles os membros da minha

³ “Na meia” diz-se do trabalho em que o produto de uma colheita é dividido ao meio, entre trabalhador e patrão. “Na terça” caracteriza-se na divisão do produto de uma colheita em três partes, sendo uma para o patrão e duas para o trabalhador.

⁴ Acordeão de oito baixos, muito usada em Minas Gerais e no Nordeste.

⁵ Arma de fogo portátil (pistola), leve, de cano curto.

família – foram então expulsos pelos pistoleiros de Siqueira Campos, fazendeiro e já político influente.⁶ Quase tudo ficou perdido naquele lugar. O estado do Pará apareceu então como território de possível acolhimento para os que não tinham terra, mas também como território que se prestava à elaboração de sonhos, busca de utopias e de realizações. A propaganda governamental, de terra e lucro fácil na Amazônia, somou-se à necessidade da família. Não restou alternativa a não ser a mudança e a travessia do rio Araguaia, quando aportamos em terras paraenses. Chegamos “jogados à própria sorte”. Depois de contatos com alguns antigos posseiros de Campos Altos, nas proximidades do rio Arraias, no município de Conceição do Araguaia, finalmente, conseguimos demarcar três lotes de 100 hectares cada. Após três anos, apareceram homens armados embargando os serviços nas roças e ameaçando-nos de expulsão. Aygo Pille, sobrinho de Amador Aguiar, gerente das Fazendas Reunidas Tainá-Rekã, do Banco Brasileiro de Desconto S/A (BRADESCO), pretendia anexar as nossas posses a uma fazenda que se formava ali próximo. Assim como milhares de trabalhadores rurais, do sul e sudeste do Pará,⁷ tivemos de resistir. Ficamos expostos aos conflitos e à violência, mas livre do

⁶ José Wilson Siqueira Campos (PSDB), proprietário rural, nasceu em Crato (CE), em 1928. Foi vereador de Colinas do Tocantins (então norte de Goiás), deputado federal por Goiás de 1971 a 1988 e governador do estado do Tocantins por quatro mandatos (1989-1990; 1995-1998; 1999-2002; 2011-2014).

⁷ O recorte espacial descrito nesta tese como *sul e sudeste do Pará* compreende, hoje, uma área geográfica composta por 36 municípios, localizada do lado esquerdo dos rios Araguaia e Tocantins (ver figura p.xiii.). Estrema-se ao leste com os estados do Tocantins e Maranhão e ao sul com o estado do Mato Grosso. Até meados dos anos de 1980, esta parte do estado do Pará pertencia unicamente aos municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá e São Felix do Xingu, quando foi subdividida dando origem a outros municípios. Até o final da década de 1980, era nacionalmente conhecida como *sul do Pará*, entendida como área pertencente ao denominado *Bico do Papagaio* (norte de Goiás, sudoeste do Maranhão, norte do Mato Grosso e sul do Pará), com destaque na imprensa e em diversas produções acadêmicas, livros, teses, dissertações, monografias, em razão dos conflitos e dos assassinatos de trabalhadores rurais ali ocorridos. A partir do início da década de 1990, embora alguns autores tenham adotado a denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para essa área geográfica, referindo-a como *mesorregião Sudeste do Pará* ou tão somente como *sudeste do Pará*, tanto a imprensa quanto diversos pesquisadores e lideranças sindicais, religiosas e políticas deixaram de destacá-la como parte do *Bico do Papagaio* e passaram aos poucos a designar como *sudeste do Pará* a área geográfica em torno do município de Marabá e de *sul do Pará* aquela localizada mais ao sul do estado. Com a criação das regionais sul e sudeste da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-sul do Pará e FETAGRI-sudeste do Pará), em fevereiro de 1996, – a primeira com a responsabilidade de articular os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de 15 municípios localizados mais ao sul do estado e a segunda os 21 STRs dos municípios do entorno de Marabá – e com a repercussão, nacional e internacional, do massacre de 19 trabalhadores rurais sem terras ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela Polícia Militar, em abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, a expressão *sul e sudeste do Pará*, já usada pelos trabalhadores rurais e por membros de diversas entidades de mediação, tomou força e foi, sucessivamente, sendo utilizada por diferentes segmentos da sociedade. Isso ocorreu, sobretudo, a partir dos *grandes acampamentos* realizados em 1997, 1999, 2000 e 2001, pelo movimento sindical e pelo MST, em frente ao prédio da Superintendência Regional do INCRA, em Marabá. As lideranças dos trabalhadores rurais ali acampados e os agentes de diversas instituições de mediação passaram a usar a designação *sul e sudeste do Pará* nas negociações com o INCRA, com o Banco da Amazônia, com o Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) e com o Governo do estado do Pará e mesmo quando

patrão e da canga pesada da sujeição. Longe dos mandos dos fazendeiros, pudemos trabalhar naquilo que era considerado nosso. Foi possível decidir onde fazer as nossas roças, o que e quando plantar e tirar folgas para pescar ou caçar, quando achássemos que fosse necessário, etc. Estes propósitos foram similares aos de muitos outros trabalhadores rurais migrantes, nas décadas de 1970 e 1980, que ocuparam terras devolutas ou imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos.

Nesse contexto, assumir a condição de posseiro para os trabalhadores rurais⁸ passou a significar condição de sobrevivência, de autonomia e de liberdade, em face da

concediam entrevistas aos jornais de circulação regional (detalhes sobre os *grandes acampamentos* veja capítulo 7 desta tese). Um dos fatos que se pode considerar relevante foi a mudança de nome do Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizado na cidade de Marabá. Essa unidade da UFPA era conhecida como *sul do Pará*, mas, a partir de 1998, passou a ser denominada de *sul e sudeste do Pará*. Em 2005, em virtude da luta e da articulação dos movimentos e das organizações sociais do campo e da atuação da UFPA, foi criado o *Fórum Regional de Educação do Campo do sul e sudeste do Pará* como rede que integra vários sujeitos interessados e implicados nas políticas de educação do campo, nessa parte do território amazônico. Vale dizer também que o jornal *O Liberal*, da capital paraense, a começar nos meados da primeira década dos anos 2000, criou um caderno denominado de *sul e sudeste do Pará*, onde divulga matérias sobre os acontecimentos dos municípios desse território. A Universidade Federal recentemente criada, pelo Governo Federal, para atuar nessa área geográfica, com sede na cidade de Marabá, em substituição ao Campus da UFPA, recebeu o nome de Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Esse debate pode ser encontrado em: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976; IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Caçando o Destino: um estudo sobre a luta de resistência dos posseiros do Sul do Pará*. São Paulo: PUC, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica, 1981; PINTO, Lúcio Flávio. *Conflitos de terras no Sul do Pará. Reforma Agrária*, Campinas, v.12, nº 02, março/abril, 1982, p. 03-12; MARTINS, José de Souza. *Migrações e tensões sociais na Amazônia*. In: *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 61-83; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense*. Belém: UFPA/NAEA, 2001; HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. I, II, III e IV); INTINI, João Marcelo. *Luzes e Sombras Negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar*. Belém: UFPA, 2004. Dissertação (Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, 2004; ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2007; SILVA, Wellington Sampaio. *A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em História), João Pessoa (PB): Universidade Federal da Paraíba, 2008. SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese (Doutorado em História), Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010; SILVA, Ronilde Lima. *A formação política dos trabalhadores rurais do sudeste do Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Marabá: Universidade Federal do Pará, 2011; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará*. CPT, Pará, 2012.

⁸ A categoria genérica, “trabalhador rural”, passou a recobrir segmentos tão diferenciados no campo como “assalariados”, “parceiros”, “arrendatários”, “pequenos agricultores”, “pequenos proprietários”, “posseiros”, entre outras denominações, a partir do início da década de 1960, imposta à organização sindical por força de lei: legislação *sindical* (com suas categorias de enquadramento) como o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 02/03/1963), *trabalhista* (com a definição de trabalhador rural), como a Portaria nº 71, de 02/02/1965, do Ministério do Trabalho e *fundiária* (através da definição de “módulo rural” e de “minifúndio”), como o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964). Contudo foi um termo amplamente utilizado pela CONTAG quando procurou se fazer reconhecer como porta-voz de um amplo

exploração dos grandes proprietários rurais. Cortava-se o arame farpado da sujeição. Ser posseiro era ser dono de um pedaço de terra e da faculdade de decidir e de agir segundo as suas próprias determinações. Ser senhor de seu trabalho, de suas decisões e de suas sociabilidades. Não era difícil ouvir frases como: “Daqui para frente eu não vou mais. Chega de formar fazendas e ser sujeitado à vontade dos outros”; “Eu não quero ser mais humilhado, agora vou trabalhar naquilo que é meu”; “Eu vivia enricando os outros, agora é acoitar em algum lugar”; “Chega de ser governado pelos outros. Eu decido a minha vida”.

Maria Antonieta da Costa Vieira, em *À procura das Bandeiras Verdes*⁹, analisando a migração de famílias pobres para o Norte do País, salienta que o deslocamento de trabalhadores rurais para a Amazônia Oriental, nas décadas de 1960 e 1970, à procura de uma terra, aparece como possibilidade de sobrevivência da família, de ter autonomia diante dos grandes proprietários rurais e de poder decidir sobre o uso de seu tempo. Ela destaca que os propósitos dos trabalhadores eram: a valorização do *trabalhar para si*, ser *liberto*, ser dono de seu tempo, em oposição a trabalhar em *terra de dono*, trabalhar *de alugado*, ser *cativo*. O *cativeiro*, segundo ela, era associado a diversas situações de dependência e sujeição das quais os trabalhadores rurais procuravam escapar. A sujeição, para o trabalhador rural, não se restringia unicamente ao emprego assalariado ou mesmo outros trabalhos para os grandes proprietários rurais, mas estendia-se a qualquer situação em que o trabalhador sentia restrição à sua liberdade. A liberdade aqui é associada, principalmente, à possibilidade de decidir sobre o uso do tempo, sobre as atividades a serem desenvolvidas e sobre as mudanças que se mostrassem necessárias na produção. Quer dizer, ocupar uma terra e resistir nela era lutar para ser dono daquela terra, mas também de seu tempo e de suas próprias decisões.

e diversificado segmento social no campo, num processo permeado por disputas internas, mas também devido à concorrência com o sindicalismo patronal que disputava a adesão dos “pequenos proprietários”. Segundo Moacir Palmeira, buscando produzir a “cristalização da unidade de classe”, essa entidade pôde “desnaturalizar simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e menos neutro (pela referência ao trabalho) dos termos em curso no arsenal ideológico dominante - trabalhador rural - e inculcá-lo como um termo ‘naturalmente’ genérico para reunir todos os que vivem do trabalho na terra”. Cf. PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *A Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 50. Mais sobre essa questão veja PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, São Paulo, set./dez., 1989; MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; MEDEIROS, Leonilde Servólo de. De “Sem Terra”. “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores brasileiros. In: GIARRACA, Norma (Org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 103-128.

⁹ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria. Movimento Sócio-religioso na Amazônia Oriental*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2001.

Expulsar o trabalhador da terra, fato que sempre ocorria de maneira violenta, era privá-lo de decidir pela sua própria vida e de ser dono de seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa.

Naqueles anos de 1970 e primeira metade da década de 1980, durante os governos de Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, os discursos direcionados pelo Estado estabeleceram um verdadeiro paradigma sobre a valorização do homem do campo, a integração nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo em que se consolidavam as políticas de desenvolvimento planejadas para a Amazônia. Além da construção de estradas, da criação de órgãos e de programas¹⁰ e do estabelecimento de um sistema de propaganda, prometendo oportunidades econômicas e lucros fáceis na Amazônia, vastas extensões de terras, créditos e incentivos fiscais foram concedidos a grandes empresas e proprietários rurais do Centro-Sul do País para a criação de gado bovino. Dos 1.199 projetos aprovados pela SUDAM, para serem implementados nos anos que transcorreram entre 1975 e 1989, no estado do Pará, por exemplo, 638 eram destinados à criação de gado bovino,¹¹ 397 à indústria, 68 à agroindústria e 96 aos serviços básicos (telecomunicações, infraestrutura, energia elétrica, transportes etc.) e setoriais (pesca industrial, turismo etc.).¹²

E, como parte desse processo, registrou-se a transferência de centenas de famílias de trabalhadores rurais empobrecidos de outras regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, para as margens das rodovias federais, como a Transamazônica. No âmbito do discurso governamental, essas medidas solucionariam, política e economicamente, as tensões e os conflitos sociais concernentes à questão agrária no Nordeste e no Centro-Sul do Brasil, à medida que redistribuiria grupos sociais do campo, pressionados pela pobreza e “falta de terra”, e propiciaria o desenvolvimento dessa parte do território amazônico. Sob a coordenação do Instituto

¹⁰Em 09 de julho de 1970, sob o Decreto-Lei nº 1.110, o Governo Federal criou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para arbitrar na questão agrária, com ênfase, prioritário, na colonização ao longo da rodovia Transamazônica e sob o Decreto-Lei nº 1.179, de 06 de julho de 1971, criou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) veiculado ao Ministério da Agricultura para financiar a aquisição de terras, produção agrícola, serviços de pesquisas e sistemas de armazenagem e comercialização.

¹¹No sul e sudeste do Pará, em 1980, 59 áreas com projetos agropecuários destinados, prioritariamente, à criação de gado bovino, implantados com recursos da SUDAM, num valor de dois bilhões de cruzeiros, já ocupavam 4,5 milhões de hectares de terras. Cf. PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 12, nº 02, março/abril, 1982, p. 03-12

¹²IDESP. Estatísticas Especiais: Produto Interno Bruto do Estado do Pará: 1975-1987. Belém: IDESP, 1990, p. 23.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 10 quilômetros de cada lado da Transamazônica seriam reservados aos Projetos Integrados de Colonização (PIC), disposições consideradas pelo Governo Federal, “como instrumento a serviço do progresso de todo o Brasil”.¹³ No discurso realizado numa reunião extraordinária da SUDAM, em 08 de outubro de 1970, em Manaus (AM), o Presidente Médici defendeu a transferência de nordestinos para as áreas de colonização na rodovia Transamazônica, observada por ele, como uma das estratégias eficazes de ocupação dos “espaços vazios”, de solução dos conflitos sociais do Nordeste brasileiro e de criação de polos de mão-de-obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais nessa parte do território nacional.¹⁴

Contudo, a migração para o sul e sudeste do Pará, em virtude dessas políticas, não só superou as estimativas dos planejadores oficiais, mas antecedeu às suas próprias ações. Famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar num ritmo muito mais rápido do que as ações do INCRA nessa parte do território amazônico.¹⁵ Diversos imóveis com títulos de aforamentos, reservados à exploração da castanha-do-pará, ou com projetos agropecuários destinados à criação de gado bovino, e diferentes áreas de terras devolutas que ainda existiam foram, paulatinamente, ocupadas por trabalhadores rurais migrantes. Essa situação fez dessa parte do estado do Pará um dos espaços de maior tensão social e, conseqüentemente, de intervenção governamental na questão agrária.¹⁶ Ali não só trabalhadores rurais e proprietários se envolveram nos conflitos de terra. Diversos agentes sociais ligados à Igreja Católica e aos Sindicatos dos

¹³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976, p. 91.

¹⁴ Nesse discurso Médici afirmou: “(...) Constatamos que, por falta de uma infra-estrutura econômica e social adequada, esses brasileiros não se encaminham para as áreas desocupadas do País, que estão à espera de braços para construir novos pólos de prosperidade e riqueza (...). Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (...). Nessas condições, se impõem a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM (...). Estaremos, assim, facilitando o esforço de ocupação e desenvolvimento da Amazônia – imperativo do progresso e compromisso do Brasil com a sua própria História”. Cf. MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Sog o signo da fé*. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970, p. 143-153.

¹⁵ *Jornal do Brasil*. INCRA propõe-se a rever política para a Amazônia. Rio de Janeiro, 20/02/1973, p. 25.

¹⁶ Os municípios do sul e sudeste do Pará foram declarados pelo Governo Federal como área prioritária de intervenção governamental em razão dos conflitos de terra ali sucedidos. Cf. Decretos nº 67.557, de 12/11/1970; nº 85.075, de 27/08/1980; nº 85.075, de 27/08/1980; Decreto nº 87.095, de 16/04/1982; Decreto nº 92.623, de 02/05/1986.

Trabalhadores Rurais (STRs) tomaram parte dessas disputas. Assim também foram os membros de diversos aparelhos de Estado como o INCRA, a PM, a Polícia Civil, a Polícia Federal, promotores e juízes de direito das comarcas locais, bem como pistoleiros e grupos paramilitares.

necessário contextualizar o ambiente repressivo que imperava no Brasil no momento da implementação das políticas de ocupação da Amazônia. Aliadas aos discursos de *integração* e de *desenvolvimento* estavam as preocupações que eram tidas como de segurança nacional. Foi nesse período em que se efetivou, talvez, maior repressão e violência àqueles que eram considerados opositores ao regime. As censuras às universidades e à imprensa, as prisões, torturas e assassinatos, que já vinham ocorrendo desde o início do golpe civil-militar, em 1964, se intensificaram. Diversas organizações nacionais e internacionais, religiosas e de direitos humanos, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Anistia Internacional, obtiveram provas de prisões, de torturas e de desaparecimento de presos políticos em quase todo o País nesse período. Segundo Maria Helena Moreira Alves,¹⁷ a Anistia Internacional havia constatado que, em 1976, 2 mil pessoas já tinham sido presas em todo o Brasil pelas forças repressivas do regime civil-militar. O município de Marabá – assim como diversos do País¹⁸ – tornou-se área de segurança nacional. Nesse município, foi instalado o 52º Batalhão da Infantaria da Selva (52º BIS)¹⁹ e também foram suprimidas as eleições municipais. É preciso dizer que Marabá foi um dos lugares estratégicos das Forças Armadas no combate aos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no episódio que ficou conhecido como *Guerrilha do Araguaia* (1972-1974).²⁰ Para reprimir os que foram considerados

¹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

¹⁸ Ver, por exemplo, os Decretos-lei nº 5.449, de 04/06/1968; nº 866, de 12/09/1969; nº 1.131, de 30/10/1970; nº 1.170, de 02/06/1971; nº 1.272, de 29/05/1973; nº 1.480, de 09/09/1976.

¹⁹ Em janeiro de 1973 foi instalado, na rodovia Transamazônica, próximo da cidade de Marabá, o 52º Batalhão da Infantaria da Selva (52º BIS). Nos anos seguintes, o 1º Grupo de Artilharia de Companhia da Selva; o 23º Batalhão Logístico da Selva; a 23ª Companhia de Comunicações de Selva; e o 33º Pelotão de Polícia do Exército. Cf. BRASIL. Decreto nº 71.785, de 31 de Janeiro de 1973. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 01/02/1973, p. 1.164; BRASIL. Decreto nº 71.841, de 15 de Fevereiro de 1973. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 16/02/1973, p.1.833.

²⁰ Sobre este assunto, veja NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia*: paulistas e militares na Amazônia. Belém: UFPA, 2000. Dissertação (Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Belém, 2000; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia*: a esquerda em armas. Goiânia: Editora da UFG, 2003; MATTOS, Paulo Henrique Costa. *Vida Vermelha*: história da esquerda no Brasil. Dos primeiros partidos à luta armada no Araguaia. Gurupi-TO, Veloso Editorações, 2004; MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*: os arquivos secretos da guerrilha. 2ª edição. São Paulo: Geração Editora, 2005.

inimigos da segurança nacional, o Exército prendeu, torturou e assassinou trabalhadores rurais. Outros foram obrigados a se engajarem como guias do Exército sob pena de serem presos e torturados.

Como a opção dos militares, na Amazônia, foi pela aliança política com os proprietários e empresários rurais, no sul e sudeste do Pará, os trabalhadores rurais, que passaram a ocupar grandes imóveis improdutivos, foram violentamente reprimidos. Como resultado da violência política, as áreas de conflitos passaram a ser, então, identificadas como possíveis “focos guerrilheiros”; contestar a grande propriedade era entendido como um atentado à lei de segurança nacional e ataque ao Estado ordenador do desenvolvimento nacional; defender as grandes propriedades era proteger o interesse nacional.

Com a redemocratização do País, o Estado não deixou de ser o grande aliado dos proprietários e empresários rurais, embora tenha se proposto a realizar uma reforma agrária distanciada da estratégia política fundiária dos governos militares, identificada com a ideologia da segurança nacional. As medidas de governo revelaram-se inócuas e não propiciaram condições exequíveis na resolução dos conflitos e da violência no campo. As suas ações restringiram-se à aplicação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), nas áreas e nos casos de tensão social, ao mesmo tempo em que se preservou a política de incentivos fiscais, transferindo gratuitamente vultosos recursos públicos às empresas privadas na Amazônia. Os conflitos, em decorrência das disputas por terras, assim como no período do regime civil-militar, não deixaram de ser tratados como “turbulência agrária” e a presença de membros da Igreja Católica no campo foi identificada como ações “subversivas” ou “comunistas”, que não tinham outro interesse a não ser a desestabilização do governo e da “classe produtora rural”.²¹

* * *

As análises desenvolvidas neste trabalho buscam apreender e discutir, com maiores detalhes, as estratégias dos atores sociais em suas experiências localizadas – por meio de alianças e de confrontos, e através das dependências que se estabelecem ou

²¹ Expressões usadas por proprietários rurais durante a vigência da Nova República. Cf. BRUNO, Regina Ângela Landin. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997. Da mesma autora: *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

dos conflitos que os opõem ou os unem.²² É uma narrativa que privilegia pequenos acontecimentos, marcas sutis e singulares, pelepas, falas dissonantes, discursos da margem e do subterrâneo. É um estudo que procura afastar-se das vertentes historiográficas produtoras de grandes sínteses e construídas com base na compreensão causal e determinista, submetidas a um tempo linear e cronológico. São reflexões que se distanciam das abordagens que, por um lado, privilegiam processos sociais maciços, em que, mesmo dando importância ao envolvimento de diversos atores na questão agrária, reduzem a luta pela terra na Amazônia a embates entre dois regimes de propriedades, distintos e opostos – a posse, gerada pelo trabalho, e a propriedade privada, gerada pela compra. Ao mesmo tempo, tomam a luta pela terra de maneira homogênea sem levar em conta a diversidade de práticas de grupos de trabalhadores rurais, de proprietários e empresários rurais, de pistoleiros, de aparelhos de Estado e de instituições de mediação²³ nas disputas por terras. Por outro lado, essas abordagens fazem crer que, na Amazônia brasileira, todos os trabalhadores rurais que lutaram pela terra, entre as décadas de 1970 e 1990, eram posseiros que há muito tempo ocupavam terras devolutas e resistiram à sua expulsão e expropriação pelos grandes empreendimentos agropecuários.

O propósito deste trabalho é, portanto, analisar as práticas de grupos sociais que estiveram envolvidos na luta pela terra, no sul e sudeste do Pará, desdobradas em diversas estratégias e táticas de enfrentamentos, disputas, combates e negociações. O

²² Sobre as estratégias de abordagens da microanálise e outras reflexões na linha de questionamentos propostos por Roger Chartier veja: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998; CHARTIER, Roger. História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7 (13), 1994, p. 97-113; Do mesmo autor: *Conversar con Chartier* (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropología y Fuentes Orales*. Barcelona, España, 2007, p. 53- 79.

²³ Trabalho nesta tese com a categoria *mediação* não no sentido de “fazer meio de campo”, “estar entre”, “intervir como arbitro”, mas entendida enquanto ações que potencializam e dão visibilidade à atuação política dos trabalhadores rurais, permitindo que questões locais possam ser tratadas em espaços que envolvem interesses mais amplos. Cf. MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993; NOVAES, Regina Reys. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994 p. 177-183; MEDEIROS, Leonilde Servólo; ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1994, p. 11-26; ROTHMAN, Franklin Daniel. Mediações nas lutas de resistência aos projetos de barragens no Sudeste de Minas Gerais. *VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural (ALASRU)*, Porto Alegre-RS, 25 a 29 de novembro de 2002; PEREIRA, Ailton dos Reis. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. *Ruris*, v. 2, n.2, set., 2008, p.99-136.

período escolhido compreende os anos que estão entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década dos anos 2000. Apresenta-se um intervalo de tempo em que os conflitos e as violências em torno da terra, nessa parte do território amazônico, aconteceram não só em virtude da expulsão e expropriação dos posseiros que há muito tempo ocupavam áreas de terras devolutas, mas também e, sobretudo, devido aos embates, simultâneos, entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros migrantes do Centro-Sul do Brasil, pelas mesmas áreas de terras devolutas consideradas novas.²⁴ É um período em que as disputas e os confrontos aconteceram também porque trabalhadores rurais expulsos de suas posses e, principalmente, trabalhadores rurais migrantes do Sudeste, do Nordeste e do Centro-Oeste do País, que chegaram atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal e pela propaganda de terra e lucro fácil na Amazônia, ocuparam grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos. Nessa época, estes ocupantes de terras eram conhecidos também como *posseiros*. Só a partir da segunda metade da década de 1990 que passaram, aos poucos, a ser chamados de *sem terras*, porque as suas estratégias e táticas de luta também mudaram.

Embora a designação *posseiro*, ao longo do tempo, tenha permanecido a mesma não quer dizer que o significado por ela dado a conhecer tenha sido o mesmo. Foram as práticas e os usos políticos desse conceito que o produziram. Eram considerados posseiros os trabalhadores rurais que há muito tempo ocupavam áreas devolutas, tidas como posses antigas, que não apresentavam contestação por qualquer pessoa e nelas fizeram moradas habituais de suas famílias.²⁵ Contudo, uma outra experiência social começa a sobrepor-se a essas práticas mais antigas. Trabalhadores rurais, sobretudo migrantes de outras regiões do País, que lutavam pela terra, quer fossem aqueles que disputavam áreas de terras devolutas consideradas novas, simultaneamente com empresários, fazendeiros ou comerciantes também migrantes, quer fossem aqueles que ocupavam imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, passaram a ser vistos

²⁴ No sul e sudeste do Pará as áreas de terras devolutas às margens dos rios Araguaia e Tocantins eram, em sua grande maioria, ocupadas por trabalhadores rurais que haviam chegado a muito tempo de diversas regiões do País, portanto consideradas áreas de ocupações antigas. Já as terras devolutas longe dos rios, algumas vezes denominadas de “novas”, só passaram a ser ocupadas com as aberturas das rodovias estaduais e federais a partir da segunda metade da década de 1970.

²⁵ Trata-se da categoria posseiro reconhecida juridicamente. Conforme o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), *posseiro* é todo trabalhador rural que, não sendo proprietário rural, possua e trabalhe com sua família um trecho de terra, em áreas consideradas devolutas, caracterizado como suficiente para garantir-lhe a subsistência, o progresso social e econômico e, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tenha-o tornado produtivo por seu trabalho e nele tenha sua morada habitual. Cf. especialmente o texto entre os artigos 97 e 102.

também como posseiros. Ou seja, os trabalhadores rurais apropriaram-se de uma designação até então usada para significar os ocupantes de terras devolutas consideradas antigas para ajustar-se a uma nova situação ou prática social. Esta apropriação atualizada do conceito de posseiro ganha uma dimensão política inusitada na luta pela terra no Brasil.

A complexidade social se amplia e pode-se, ainda, analisar outros desdobramentos políticos dessa transformação conceitual. Os posseiros de terras devolutas “antigas” também poderiam tornar-se posseiros ocupantes de terras com títulos definitivos ou de aforamentos ou disputar áreas de terras devolutas consideradas novas com comerciantes, empresários ou fazendeiros ou ser as duas coisas ao mesmo tempo. Isto quer dizer que, mesmo tendo as suas posses nas áreas de terras devolutas consideradas antigas, estes trabalhadores rurais poderiam ocupar outras terras em imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos ou disputar áreas de terras devolutas consideradas novas com fazendeiros, empresários ou comerciantes para, no futuro, vender os seus direitos de posse ou cedê-los a algum parente que necessitava de uma terra. *Posseiro*, em certa medida, é um conceito que foi e é forjado na luta e no conflito. Para Reinhart Koselleck,²⁶ palavra e conceito não são análogos. Embora o conceito esteja associado a uma determinada palavra, ele é muito mais que essa palavra. O sentido de uma palavra pode ser estabelecido pelo seu uso, mas o conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. No conceito, diz Koselleck, “(...) significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra”.²⁷ Quer dizer, os conceitos são acima de tudo construções político-semânticas: são forjados nas lutas, nas disputas, sejam elas semânticas, sejam elas políticas. Entendidos dessa forma, os conceitos são frutos de disputas e não só estabelecem posições e direitos, mas demarcam espaços e poder.

Essa discussão se estende a outros pontos de vista diferenciados. Para Bernardo Mançano Fernandes,²⁸ a *luta pela terra* ocorrida no último terço do Século XX, no

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC-Rio, 2006, p. 97-118.

²⁷ Idem, p. 109.

²⁸ FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999; Do mesmo autor: *A formação do MST no Brasil*. 2ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2001; Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo:

Brasil, é uma ação desenvolvida pelos trabalhadores rurais ligados a diversos movimentos sociais do campo, principalmente ao MST, para entrar na terra e resistir nela contra a sua expropriação. A primeira etapa dessa luta, segundo ele, se constitui das ocupações de imóveis passíveis de serem desapropriados; já a segunda, trata-se da resistência dos trabalhadores na terra após a criação dos assentamentos pelo governo, quando as reivindicações continuam pelos benefícios da reforma agrária, como créditos, escolas, estradas, habitações, beneficiamento da produção, etc. Bernardo Mançano Fernandes entende também que as ações dos posseiros na Amazônia pela regularização de suas terras é parte efetiva desse processo.

Para a CPT, porém, a *luta pela terra* no Brasil tem se expressado, principalmente, nas mobilizações dos sem terras, pela ocupação de imóveis improdutivos, e nas diversas formas de ações de resistências dos posseiros. Contudo, o campo de conflitos que envolve essa luta não se esgota nessas manifestações e se efetiva,

num leque variado de identidades emergentes e de novos atores, com suas demandas específicas, que vão desde os atingidos por barragens até os ribeirinhos, passando pelas quebradeiras de coco babaçu e os remanescentes de quilombos, os extrativistas e os faxinalenses. A esses grupos somam-se ainda os tradicionais meeiros, parceiros, arrendatários, reassentados, vazanteiros, bóias-frias e, mais recentemente, os brasiguaios e brasivianos.²⁹

Os confrontos e as disputas em torno da posse da terra, compreendidos nas apreciações acima mencionadas, são aqueles realizados pelos trabalhadores rurais, sendo eles efetivados por meio de ocupações de terra ou por diversas ações de resistência desses trabalhadores para que não fossem expropriados de seus territórios.

Já a *luta pela terra*, analisada nesta tese, é aquela que, necessariamente, envolveu as disputas entre trabalhadores rurais e fazendeiros, empresários ou comerciantes pela apropriação da terra de áreas devolutas e mesmo de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos. No entanto, em sua complexidade, os conflitos por terra no Pará envolveram instituições do Estado como o INCRA, a Polícia Militar (PM), a Polícia Civil, a Polícia Federal e Juízes de direito das comarcas locais; entidades de mediação, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Igreja

UNESP, 2010; FERNANDES, Bernardo Mançano e RAMALHO, Cristiane Barbosa. A luta pela terra e o desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, São Paulo, 2001, p. 239-254; GIRARDI, Eduardo Paulon e FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. *AGRÁRIA*, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

²⁹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT. *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. Goiânia: CPT; São Paulo: Paulus, 1997, p. 209.

Católica, por meio de seus agentes de pastorais, padres, freiras e bispos; além de milícias privadas e matadores de aluguel, como pistoleiros e outros agentes.

Os confrontos encontram-se atravessados por ações que existiram independentemente de qualquer projeto de reforma agrária. Esta, a reforma agrária, está compreendida no âmbito da política pública de competência do Estado e se desenrola dentro dos marcos da legalidade, ou seja, depende de leis e de intervenções diretas do Estado por meios de suas instituições. Embora a luta pela terra tenha impulsionado a realização da reforma agrária no País, uma não se restringe a outra. É por meio da luta pela terra que os trabalhadores rurais procuram manter a reforma agrária na pauta política do Estado, independentemente dos desejos dos proprietários e empresários rurais e seus aliados. Porém, não podemos pensar a existência dessa ação unicamente desenvolvida pelos trabalhadores rurais ou mesmo um campo onde somente fazendeiros e trabalhadores rurais se digladiam, mas um espaço poliédrico, onde outras forças também gravitam. Contudo, não fazem parte do campo de questões desta tese os confrontos que sucederam entre os próprios fazendeiros. Da mesma forma, os confrontos que ocorreram entre aparelhos de Estado e fazendeiros. Não fazem parte também do estudo desta tese os embates decorrentes da construção de hidrelétricas, de ferrovias ou mesmo de atividades relacionadas à mineração e ao extrativismo vegetal.

Foi por meio do enfrentamento direto que os conflitos eclodiram e se desenrolaram, porque estavam em jogo a terra, o trabalho, interesses econômicos, mas também o poder político e social. Conflitos heterogêneos, múltiplos, localizados, particulares e distintos. Nesse sentido, é preciso, usando aqui a expressão de Michel Foucault,³⁰ *despedaçar* certa visão de *totalidade* das disputas por terra que ocorreram na Amazônia brasileira. Os resultados dos embates dependiam muito dos agentes sociais envolvidos, dos detalhes e das condições locais e particulares que cada grupo apresentava. Numa mesma área, podiam ocorrer diversos conflitos, com tempos e formas distintas. Um caso poderia se arrastar meses ou vários anos. O seu desfecho, quase sempre, dependia da força que cada grupo possuía, contando inclusive com a capacidade de constituir apoio e mediações às suas lutas.

Nesse processo de disputas pela apropriação da terra, os empresários rurais e fazendeiros, quase sempre, recorreram à violência física e simbólica. Ação considerada eficiente no estabelecimento de suas fazendas sobre as áreas já ocupadas por posseiros

³⁰ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do Poder*. 29ª reimp., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 27.

e, principalmente, como forma segura de evitar que seus imóveis fossem ocupados e desapropriados para fins de reforma agrária. Pistoleiros eram facilmente contratados para essas atividades, e também funcionários do INCRA/GETAT, juízes, delegados, agentes da Polícia Federal e policiais militares e civis foram, às vezes, seus exímios colaboradores. Uma violência que atingia não apenas os trabalhadores de forma direta (os assassinatos, as tentativas de assassinatos, as ameaças de morte, as agressões, prisões e torturas), mas também as suas unidades de produção e de moradia (expulsões, destruição de casas, de depósitos de cereais e de plantações), desestruturando grupos, relações de parentesco e vizinhanças. Uma violência, em diversas situações, também seletiva, recaindo, não por acaso, com maior intensidade sobre as lideranças mais expressivas com o intuito não só de tirar-lhes a vida, mas desarticular a organização política do conjunto dos trabalhadores. Sobre essas personagens, a violência incidia com maior força e com requintes de crueldade. “Ceifar uma liderança” – assinala Leonilde Servólo Medeiros – “(...) é também procurar destruir um longo processo de preparação, de educação, de produção de novas percepções, gestadas no interior dos próprios movimentos. E é, acima de tudo, atacar não uma pessoa em particular, mas um símbolo de resistência e a voz que porta uma utopia mobilizadora”.³¹

Para o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, a violência deve ser entendida como “(...) uma rede de exercício de poder marcada pela força, pela coerção e pelo dano, em relação a um outro”.³² É uma relação social inegociável, uma vez que atinge as condições de sobrevivência, materiais e simbólicas, daqueles que são vistos como desiguais pelos praticantes ou agentes da violência. A violência, afirma ele, é

(...) como um dispositivo de poder, no qual se exerce uma relação específica com o outro, mediante o uso da força e da coerção: isto significa estarmos diante de uma modalidade de prática disciplinar, um dispositivo, que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano.³³

Quer dizer, a violência dilacera não só o corpo, mas a participação social daqueles que são atingidos. Instaure-se como uma prática disciplinar, indo da prescrição de estigmas à exclusão, efetiva ou simbólica. Uma prática que procura explicitar o poder sobre os corpos das vítimas.

³¹ MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. I, 1996, p. 137.

³² TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. X, n.2, jul./dez.1995, p. 288.

³³ Idem. *Ibidem*, p. 290.

Mas não podemos ver os trabalhadores rurais como passivos e vítimas de todos os processos. A prática da violência dos proprietários e empresários rurais, em vários casos com aquiescência e participação direta do Estado, produziu diversas iniciativas de resistências. Múltiplas foram as estratégias e as táticas de enfrentamentos, de negociações e combates diretos. Os trabalhadores identificaram parceiros solidários às suas lutas e estabeleceram alianças com eles, enfrentaram os proprietários e suas milícias (muitas vezes armados) nas áreas litigiosas e pressionaram e negociaram com os aparelhos de Estado as suas reivindicações. É nessa perspectiva teórica que esta tese se desenvolve.

É preciso considerar que, se por um lado, o Estado, por meio de algumas de suas instituições, às vezes, se constituiu como representante e defensor da grande propriedade da terra e, nessa qualidade, arbitrou os conflitos, por outro, foi obrigado, em diversos momentos, a negociar com os trabalhadores rurais as suas demandas. Para tanto, foram importantes o apoio e a solidariedade de entidades de direitos humanos, de parlamentares e, sobretudo, da Igreja Católica e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais às suas causas. Quer dizer, a problemática da luta em torno da posse da terra não foi apenas o *lócus* do confronto entre trabalhadores e fazendeiros, empresários e comerciantes, mas espaço de atuação de uma multiplicidade de atores, de relações, de negociações e de enfrentamentos. Assim, para melhor compreender e explicar as práticas sociais que perpassaram a luta pela terra, no sul e sudeste do Pará, deve-se analisar o envolvimento desses atores nos embates por terras e as disputas entre eles como parte da dimensão política que os conflitos tomaram no Brasil, em especial, na Amazônia brasileira. Nesse sentido, não basta considerar as ações conflituosas que ocorreram entre trabalhadores e comerciantes, empresários e fazendeiros, mas também o envolvimento das entidades de mediação e dos aparelhos de Estado nas disputas por terras. Noutras palavras, os trabalhadores rurais ao se confrontarem com os proprietários, empresários e comerciantes, confrontaram e negociaram com o Estado ao mesmo tempo em que constituíram representações (delegacias sindicais, associações, sindicatos) e alianças com um certo setor da Igreja Católica, formado por agentes de pastoral, padres, freiras, bispos entre outros, portadores de uma concepção sobre a relação fé e vida, num “complexo movimento tático, sinuosamente construído no

contrapasso dos adversários”.³⁴ Assim, a constituição dos trabalhadores rurais, na luta pela terra, em atores políticos deve ser vista também como esforço destes pela constituição de entidades de representação e de apoio, afinadas com suas demandas e capazes de viabilizá-las. No movimento histórico dos conflitos, identificaram parceiros solidários às suas lutas e estabeleceram alianças, enfrentaram os proprietários rurais e impuseram o seu reconhecimento junto ao Estado.

É possível perceber que esse movimento de confrontos e de disputas pela terra encontra-se relacionado a uma memória e a uma cultura de contestação social, produzidas nas experiências práticas. Referir-se à formação de um ator político na luta pela terra, no Pará – *posseiros* e *sem terras* – requer tratar do processo pelo qual os trabalhadores rurais fizeram-se ou ainda fazem-se atores políticos, marcados pelos deslocamentos territoriais e pela violência. Assim, este estudo procura colocar em relevo as práticas dos grupos sociais, com suas táticas e estratégias individuais e coletivas que não se encontram registradas nos documentos oficiais. São reflexões que procuraram trazer à baila as situações vivenciadas por personagens sem nenhuma celebridade na História, que tiveram as suas vidas marcadas por intensos conflitos, violência, sofrimento e marginalização. Personagens consideradas sem importância, “vidas que são como se não tivessem existido”,³⁵ vidas singulares, muitas vezes, sem nome e sem rosto que nos deram a conhecer pelo “choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las”.³⁶

Aqui acredito que vale ressaltar, também, as análises que Jeanne Marie Gagnebin fez dos escritos de Walter Benjamin, que muito marca a perspectiva deste trabalho. Segundo Gagnebin, “O narrador [historiador] também seria a figura do trapaceiro, (...) do catador de sucata e de lixo, esta personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder”.³⁷ Continua ela:

Esse narrador sucateiro não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. (...) Aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado

³⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./jun., 2007, p. 2.

³⁵ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, Poder-Saber* (Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 210.

³⁶ Idem. *Ibidem*.

³⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. 2ª Ed., São Paulo: Editora 34, 2009, p. 53.

que mesmo a memória de sua existência não subsiste – aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra de seus nomes.³⁸

* * *

Analisar as práticas de grupos sociais que estiveram envolvidos na luta pela terra, no sul e sudeste do Pará, é trilhar por caminhos labirínticos, tortuosos, com ondulações, obstáculos, bifurcações, várias pegadas, vários códigos e de paisagem múltipla. Percorrer esse caminho, de um passado fragmentado, e dar-lhe inteligibilidade só é possível pelas incertezas e pelos desvios, entendendo que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’”,³⁹ nem narrá-lo em sua inteireza, nem tão pouco procurar recolher a essência exata das coisas ou mesmo a sua origem. “Procurar uma tal origem” afirma Michel Foucault, “é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira”.⁴⁰ Pelo contrário, este trabalho procura “demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos”,⁴¹ estuda o que se passa entre, as práticas, as relações, os percursos, os fios⁴² como nos lembra Michel Foucault: “(...) o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”.⁴³

Assim, este estudo não teve também a pretensão de recuperar o passado, porque o passado não se recupera, não se reconstitui, não se refaz. O passado é uma invenção discursiva, no presente, exercida pelo historiador que, a partir dos materiais dispersos, deixados por esse passado, obedecendo as regras que lhe são próprias, ganha inteligibilidade e especificidade.⁴⁴ Compreende-se, desta forma, que todo evento passado, todo acontecido em história não é um dado transparente que se oferece por

³⁸ Idem. Ibidem., p. 54.

³⁹ BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, v.1, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1979, p. 17.

⁴¹ Idem. Ibidem., p. 19.

⁴² MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 31.

⁴³ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 1979, p. 5.

⁴⁴ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. *A escrita da história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

inteiro, mas é um tecido, uma intriga, que vai ser retratado e construído pelo historiador.⁴⁵

A minha inserção social, no sul e sudeste do Pará, primeiramente na condição de posseiro e depois na condição de agente de pastoral, da Diocese de Conceição do Araguaia e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desenvolvendo trabalhos político-pedagógicos junto aos trabalhadores rurais, entre 1994 e 2001 e entre 2004 e 2009, propiciou vivenciar, sentir e perceber práticas que decorreram da luta pela terra: conflitos, violências, sofrimentos, resistências, alegrias, pequenos acontecimentos, sinuosidades, que talvez não tivessem sido percebidos se fossem em outras circunstâncias. Durante esse tempo, acompanhei diversas situações envolvendo trabalhadores rurais, proprietários, policiais e membros do GETAT/INCRA e da Igreja Católica, e recolhi informações, procurando entender os meandros da luta pela terra, fazendo algumas anotações e, principalmente, ouvindo atentamente os relatos desses atores, muitos deles trabalhadores rurais e sindicalistas que haviam sofrido algum tipo de violência. Histórias essas, muitas vezes, trágicas, difíceis de apreenderem, na linguagem escrita, a plenitude de sua significação. Hoje, retomo essas anotações e outros materiais que foram possíveis juntar, como algumas fotografias, cópias de relatos de trabalhadores vítimas da violência, notas de denúncias etc., procurando dar algum sentido para esse trabalho. Da mesma forma, faço com os fragmentos de lembranças que relampejam. Às vezes, eles irrompem causando dor e sofrimento, não deixando de cair algum fio de lágrimas, mas, como para qualquer pessoa que é instigada a lembrar, a recordação é feita na busca de sentidos. “Recordar”, afirma a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, “palavra latina (re: de recordar; cor: de coração), exprime a imagem do retorno pelo coração, e só se retorna pelo coração a tudo aquilo que nos toca profundamente, em busca do seu sentido”.⁴⁶ Assim faço na qualidade de historiador. Compreendo que são as análises desse percurso, segundo as regras autorizadas no

⁴⁵ Tanto para Paul Veyne quanto para Paul Ricoeur, é o historiador, por meio da intriga, que reúne e confere novos significados aos fragmentos do passado. É a intriga que cria coesão e torna possível a escrita da história. Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, especialmente o capítulo dois, *Teses em defesa da narrativa*, da segunda parte do livro; Veja também VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª Edição, Brasília: Editora UNB, 2008. Mais detalhes sobre esse assunto, veja excelentes análises de GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson et al (Orgs.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. 1ª edição. Florianópolis-SC; Recife-PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012, v. 1, p. 15-37; ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru (SP): Edusc, 2007.

⁴⁶ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006, p. 49.

âmbito da instituição histórica, que serão aceitas como escrita da história e não o meu conhecimento individual e envolvimento com os eventos estudados, – mesmo que relações fulcrais sejam estabelecidas e inseparáveis da minha visão de mundo. Aqui, citando Beatriz Sarlo, quando analisou o artigo *La bamba*, de Emilio Ípola, militante político que narrara as suas memórias sobre os dois anos em que esteve preso na Argentina, no período da ditadura militar, posso, talvez, dizer: escrevo “da posição de quem analisa seus materiais, não de quem quer testemunhar como vítima (...)”.⁴⁷ Acredito que sejam pertinentes, ainda, as observações que Antônio Torres Montenegro faz sobre a relação do historiador com o seu objeto de pesquisa. Segundo Montenegro, “(...) a relação próxima ou o envolvimento com o objeto da pesquisa não se constitui num estatuto *a priori* que define a possibilidade ou não da produção do conhecimento sobre um determinado tema ou acontecimento”. “Pelo contrário”, afirma, “será na própria maneira como procedemos a análise dos eventos estudados que poderemos apontar se determinados tipos de relação com o objeto de estudo contribui de forma positiva ou negativa para a produção do conhecimento”.⁴⁸ É inspirado nessas perspectivas de análise que busco construir partes significativas desse trabalho. A narrativa que procuro desenvolver sobre essa experiência de envolvimento na questão da terra é feita com análises críticas sempre mediadas pela operação historiográfica. Ao construir memórias passadas – ainda que ali estejam as suas experiências pessoais (ou fragmentos da experiência pessoal) como matéria-prima – o historiador o faz por meio da prática de pesquisa e da escrita sempre obedecendo as regras do lugar social que ocupa.⁴⁹

Por fim, é necessário falar dos documentos e sua importância. Para a construção deste trabalho acadêmico, foram fundamentais as informações advindas de diversos documentos da Superintendência Regional do INCRA do sul do Pará (SR-27) e de alguns STRs, como processos de desapropriações de alguns imóveis, relação de Projetos

⁴⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 71.

⁴⁸ MONTENEGRO, Antônio Torres. Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar. In: GOMES, Ângela de Castro & TEIXEIRA, Fernando (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: EdUNICAMP, 2013, p. 8 (No prelo).

⁴⁹ Beatriz Sarlo, ao analisar o artigo *La bamba*, comenta que Emilio Ípola apresenta a sua experiência carcerária durante a ditadura militar da Argentina. Mas, segundo ela, em *La bamba*, “a experiência se mede pela teoria que pode explicá-la, a experiência não é memorada, mas analisada”. SARLO, Beatriz. Op. Cit., p. 79. Sobre a prática historiográfica, veja CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. Op. Cit., 2007, p. 65-119; LIMA, Luiz Costa. A escrita da história. In. _____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29-164.

de Assentamentos, atas, ofícios, e, especialmente, as informações registradas pelos arquivos dos escritórios da CPT, localizados nas cidades de Xinguara, Marabá, Belém e Goiânia. Esses arquivos têm uma variedade grande de documentos, como fichas, relatórios locais e regionais de conflitos e violência, cartas, bilhetes e relatos de trabalhadores vítimas de violências, fotografias, cartas pastorais, listas de nomes de trabalhadores rurais, advogados e religiosos assassinados, processos criminais de alguns casos e uma infinidade de recortes de matérias jornalísticas de diversos jornais de circulação regional e nacional.

Com relação ao “arquivo”, acredito que seja pertinente mencionar aqui o entendimento que Paul Ricoeur tem sobre este conceito. Ricoeur destaca três características a partir das definições possibilitadas pela *Encyclopaedia Universalis* e *Enciclopédia Britânica*: a) o arquivo tem como pressuposto o envio à noção de *documento* ou de *record*: “os arquivos são um conjunto, um corpo organizado de documentos, de registros”; b) os arquivos tem uma relação com uma *instituição*: num caso, eles *resultam* da atividade institucional ou profissional; no outro, eles são *produzidos* ou *recebidos* pela entidade de que tais documentos são os arquivos; c) o ato de arquivar (arquivamento) tem por objetivo *conservar*, *preservar* os documentos produzidos pela instituição em questão.⁵⁰ Compreende-se que ao tratar da relação do documento com o arquivo, Ricoeur procura apontar que o conjunto de documentos produzidos, recebidos e conservados é resultado de atividades de uma instituição ou de uma pessoa física que se propõe a montar um arquivo para alguma finalidade. Vale ressaltar que qualquer documento tem a finalidade de atender às necessidades da instituição ou da pessoa física que os produziu. Ele não é neutro, mas carrega consigo a opinião de quem os fabricou.⁵¹ Do mesmo jeito são os arquivos. Eles não são, na maioria dos casos, organizados com vistas às necessidades dos historiadores, obviamente, mas da instituição ou da pessoa em questão. Eles trazem a marca de quem os organizou. Cabe ao historiador, portanto, entender que eles são articuladores de discursos e de sentidos. Os arquivos da CPT, por exemplo, têm por finalidade subsidiar os trabalhos político-pedagógicos que os agentes dessa instituição exercem e, principalmente, se constituem como “prova” das denúncias dos conflitos e da violência contra os trabalhadores rurais, servindo para acionar, com isso, a imprensa, os aparelhos

⁵⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. III. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 197-198 (grifo no original).

⁵¹ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2008.

de Estado e as entidades de direitos humanos no Brasil e no Exterior. Constituem-se ainda como “prova” para possíveis ações possessórias e criminais. Mas têm por finalidade, também, fazer com que o esforço e a luta dos trabalhadores rurais não caiam no esquecimento.⁵²

Outras informações, igualmente importantes, para a realização deste trabalho foram aquelas possibilitadas pelos relatos orais de pessoas que participaram, presenciaram ou se inteiraram de situações ligadas à problemática da luta pela terra e às relações de trabalho, no sul e sudeste do Pará, por meio do uso da metodologia da história oral.⁵³ Tomo essa metodologia como pertinente à produção de fontes e documentos por requerer, até mesmo, que posicionamentos políticos e práticas sociais e culturais dos atores envolvidos na temática estudada, que dificilmente seriam encontrados nos documentos de outra natureza, sejam percebidos e analisados.⁵⁴

Além das entrevistas realizadas em razão dos objetivos específicos desta tese, foram valiosas as que realizei quando cursava mestrado⁵⁵ e aquelas em razão do trabalho político-pedagógico que exercia na Diocese de Conceição do Araguaia e na CPT, num total de 47 entrevistas.⁵⁶ Foram entrevistados posseiros, sem terras, advogados de trabalhadores e de proprietários rurais, padres, sindicalistas, agentes de

⁵² COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. CPT – dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985; POLETTI, Ivo & CANUTO, Antônio. *Nas Pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: CPT; São Paulo: Loyola, 2002; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2009*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁵³ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória, fontes orais e relato histórico. *História & Perspectivas*, Uberlândia-MG, (23): 99-114, jul./dez., 2000; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral* v. 13, n. 1, p. 53-86, jan./jun., 2010; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson et al (Orgs.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. 1ª edição. Florianópolis-SC; Recife-PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012, v. 1, p. 15-37; MONTENEGRO, Antônio Torres. Op. Cit., 2007.

⁵⁴ Essa é uma questão já amplamente debatida por diversos historiadores. Veja, por exemplo, ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 5ª edição, Rio de Janeiro, 2002; FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*. dezembro 2002, p. 314-332; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006; VILANOVA, Mercedes. A história presente e a história oral. Relações, balanço e perspectivas. Belém, *Páginas de História*. Laboratório de História/UFPA, v.11, nº. 2, 1998, p. 01-15; MONTENEGRO, Antônio Torres. Op. Cit., 2007 e 2010; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op. Cit. 2000, 2006 e 2010.

⁵⁵ Dissertação sob o título: “O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista”, defendida em 18/02/2004.

⁵⁶ Dessas entrevistas, duas foram realizadas por Ronalde Lima Silva, aluna do Curso de Pedagogia do Campo (UFPA-Marabá) e uma por Adnair Alves Silva e Marilene Pinheiro da Silva Vieira, alunas do Curso de Pedagogia (UEPA-Conceição do Araguaia).

pastorais, militantes de partidos políticos e membros da CPT, do INCRA e da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Neste trabalho, os relatos orais, assim como os documentos escritos, não foram tomados como comprovação do real, mas como “índice, sinal ou outras vezes signo daquilo que se nomeia real, realidade”.⁵⁷ Eles não são espelhos do passado, portadores de significados evidentes que se encontram impressos e expressos no acontecido, mas narrativas que se encontram inseridas na rede das relações sociais e são, antes de tudo, articuladores de discursos que devem ser lidos “(...) como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas”.⁵⁸ O sujeito que narra o passado é um sujeito impregnado do presente. Isto quer dizer que, as leituras que as pessoas fazem do passado são interpretadas e ressignificadas no tempo presente, como escreveu Regina Guimarães Neto: “as ‘história relatadas’ são, antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados. As recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar através do tempo múltiplo, um olhar que reconstrói, decifra, revela e permite a passagem de um tempo a outro e, especialmente, trazem a possibilidade de atualização do passado no presente”.⁵⁹ O ato de lembrar é uma reconstrução orientada sempre pela vida atual, onde passado e presente ora se aproximam ora se distanciam ora coexistem. “Percorrer a trilha do relato construído”, assinala o historiador Antônio Torres Montenegro, “(...) é visitar um labirinto de muitas voltas, de muitas dobras, que ao se desfazerem aproximam passado e presente, distanciam passado e presente, numa tensão de quem conhece o poder das palavras, de quem sabe quanto elas significam: um perigoso campo minado”.⁶⁰

As narrativas orais dos sujeitos dessa pesquisa, na maioria das vezes, se apoiaram numa topografia: descreveram lugares, pessoas, objetos, situações, cores, cheiros e os seus sentidos. Imagens que se justapõem e se combinam, invertem ordens e escapam aos convencionalismos. Contudo, não foram tomadas como opostas dicotomicamente às narrativas escritas. Oral e escrito não são dois polos opostos, distintos e distantes um do outro, mas “(...) formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as

⁵⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011, p. 231.

⁵⁸ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op. Cit., 2006, p. 47.

⁵⁹ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Op. Cit., 2000, p. 103.

⁶⁰ MONTENEGRO, Antônio Torres. Op. Cit., 2010, p. 43.

falas sempre carregarão pedaços de textos”, como afirma Durval Muniz Albuquerque Júnior.⁶¹

Acredito também que a narrativa histórica pode ser exercida como uma prática política de transformação do presente. Não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. Os nossos compromissos com os mortos podem ser exercidos mesmo e, especialmente, quando não conhecemos o seu nome, o seu rosto e nem seu sentido; homens e mulheres que a história oficial não recorda, joga para as margens, silencia. Como disse Walter Benjamin: “(...) o passado [nos] dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente”.⁶²

* * *

Este trabalho está dividido em sete capítulos. No primeiro – *Migrações, ocupações e conflitos de terra* –, procuro demonstrar que os conflitos e a violência que ocorreram em razão da luta pela terra, no Pará, na Amazônia Oriental, não se deram apenas devido à expulsão e à expropriação dos posseiros que há muito tempo ocupavam terras consideradas devolutas, como diversos pesquisadores que analisam a questão agrária na Amazônia brasileira buscam defender. O conflito e a violência em decorrência das luta pela terra, nessa parte do território amazônico, entre a segunda metade da década de 1970 e início dos anos de 1990, foram resultado das disputas, ao mesmo tempo, entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros de outras regiões do País pela apropriação das mesmas áreas de terras devolutas consideradas novas e também devido às ocupações de diversos imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos por parte dos trabalhadores rurais. Esses ocupantes de terras, a maioria formada por migrantes de diversas regiões do Brasil, foram também denominados de posseiros. A designação *posseiro* foi, assim, apropriada e ressignificada por estes trabalhadores que chegaram a essa parte da Amazônia brasileira, estimulados pela propaganda governamental e pelas políticas de desenvolvimento. Estas vislumbravam aquisições de terras e facilidades de emprego e renda, sobretudo para as famílias mais pobres. Procurei assinalar também que os posseiros que há muito tempo ocupavam terras devolutas poderiam tornar-se *posseiros* ocupantes de imóveis com títulos definitivos ou de aforamento e, mesmo, disputar áreas de terras devolutas,

⁶¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru (SP): Edusc, 2007, p. 230.

⁶² BENJAMIM, Walter. Op. Cit., 1994, p. 223.

consideradas novas, com fazendeiros, comerciantes ou empresários do Centro-sul do País ou ser as duas coisas ao mesmo tempo. Isto é, caso fossem expulsos de suas posses por empresários de outras regiões do Brasil, para a sobrevivência de sua família, esses posseiros poderiam ocupar imóveis com títulos definitivos ou de aforamento. Poderiam também disputar áreas de terras devolutas, consideradas novas, com fazendeiros e comerciantes. Poderiam ainda, mesmo mantendo as suas posses nas áreas de terras devolutas consideradas antigas, ocupar áreas devolutas avaliadas como novas ou imóveis com títulos definitivos ou de aforamento para, posteriormente, vender os direitos de posses.

Neste capítulo, é possível apreender que os conflitos, além de serem múltiplos e heterogêneos, aconteciam simultaneamente e em muitos casos bem distantes geograficamente um dos outros. Os embates, muitas vezes, violentos, que ocorreram entre comerciantes, empresários ou fazendeiros e trabalhadores rurais, acabaram envolvendo também diversos outros atores como o INCRA, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal, juízes de direito, membros de STRs e da Igreja Católica, além de pistoleiros e milícias privadas.

No segundo capítulo – *A colonização na Transamazônica: o “PIC Marabá”, as ocupações de terra e os conflitos* –, analiso a colonização, realizada pelo Governo Federal no início da década de 1970, às margens da rodovia Transamazônica, denominada de Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC Marabá). Essa “colonização”, expressão corrente nos discursos dos órgãos governamentais da época, foi entendida como opção política viável para a reforma agrária e o desenvolvimento no campo, uma vez que era destinada a assentar cem mil famílias de trabalhadores rurais empobrecidos de diversas regiões do País, particularmente do Nordeste, na Amazônia brasileira. Embora o Governo Federal, sob a responsabilidade do INCRA, tenha se proposto a assentar as famílias de “colonos” ao longo da rodovia, as terras dos fazendeiros que margeavam a referida rodovia federal, entre o km 120, sentido leste da cidade de Marabá, e o km 35, sentido oeste, foram preservadas. Isto quer dizer que, o PIC nomeado como *Marabá* se concretizou em alguns pequenos pontos às margens da rodovia nos municípios de Itupiranga e São João do Araguaia, recaindo sobre as áreas já ocupadas por posseiros, preservando, assim, os interesses políticos e agrários de fazendeiros e empresários que tinham ali as suas propriedades instaladas. Ressalto também, nesse capítulo, que essa colonização se efetivou no contexto da repressão do Exército à população local durante o movimento que ficou conhecido por *Guerrilha do*

Araguaia. Diversos posseiros foram retirados de suas terras ou presos, torturados ou obrigados a serem guias do Exército no aniquilamento dos guerrilheiros ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). A partir da segunda metade dos anos de 1970, inúmeras famílias de trabalhadores rurais, que foram chegando de diversas partes do Brasil em razão do projeto de colonização, passaram a ocupar uma série de imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos, a começar por aqueles que estavam à margem da Transamazônica, causando intensos e prolongados conflitos armados como foi o caso do Castanhal Rainha, Cuxiú, Santo Antônio, Consulta, entre outros.

No terceiro capítulo – *O paroxismo das ocupações e dos conflitos de terra* –, busquei analisar as ocupações de imóveis que possuíam títulos definitivos ou de aforamentos, por parte dos trabalhadores rurais, e os conflitos de terra que ocorreram no sul e sudeste do Pará, entre a segunda metade da década de 1970 e meados dos anos 90. Essas ocupações de terra eram realizadas por trabalhadores que se identificavam como posseiros. Eram trabalhadores que haviam sido expulsos de suas posses por empresários e fazendeiros do Centro-Sul do País e, sobretudo, migrantes de diversas regiões do Brasil. Essas ocupações de imóveis improdutivos se efetivavam de maneira bem diferente das realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A iniciativa de cada ocupação partia sempre dos interessados e não de uma coordenação centralizada de um partido político ou de qualquer instituição civil ou religiosa. Bastava tão somente os trabalhadores, organizados em pequenos grupos, embrenharem-se na mata, limpar um trecho, fazer um rancho, plantar uma roça e demarcar com rústicas picadas as suas posses. Contudo, para permanecer na terra e conseguir do Governo Federal a sua desapropriação precisavam, na maioria das vezes, enfrentar a polícia e as milícias armadas dos grandes proprietários rurais. O envolvimento da Igreja Católica, dos STRs e do GETAT/INCRA, nesses conflitos, normalmente, ocorria quando algum tipo de violência era identificada, como expulsões, espancamentos, ameaças de morte ou de despejo e assassinatos. Procurei explicar também que quanto mais antiga fosse uma ocupação de terra mais violento e duradouro era o conflito. O que estava em jogo não era somente a terra enquanto meio de produção, mas um conjunto de práticas individuais e coletivas ali estabelecidas: a vida familiar e comunitária. Expulsar o posseiro da terra era tirar dele toda uma vida edificada na relação afetiva e simbólica com o espaço.

No quarto capítulo – *Apropriação da memória da Guerrilha do Araguaia: disputas por terras e violências* –, procuro explicar como as ocupações de terra (em imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos) por parte dos posseiros e os confrontos armados entre estes trabalhadores e pistoleiros, às vezes, acompanhados pelas guarnições da Polícia Militar, passaram a fazer parte do discurso dos fazendeiros e de autoridades civis e militares como possíveis guerrilhas armadas no sul e sudeste do Pará. Esse discurso, latente desde meados da década de 1970, quando militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram aniquilados pelas Forças Armadas, no episódio que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia, somou-se ao discurso anticomunista de proprietários e empresários rurais de todo o Brasil contra a reforma agrária proposta pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República. Esse discurso anticomunista foi amplamente divulgado em diversos jornais do estado do Pará e do Centro-Sul do País. Os trabalhadores rurais eram acusados de invasores de “terras alheias” e as suas ações interpretadas como guerrilhas armadas com fins direcionados a desestabilizar os grandes produtores e o direito de propriedade no Brasil. Ao mesmo tempo em que era aclamada a presença do aparato policial para conter as ocupações de terra e expulsar aqueles que eram tidos como posseiros, os proprietários de terra procuravam legitimar a constituição de milícias privadas em suas fazendas, a expulsão e os assassinatos de trabalhadores rurais para garantir a posse de grandes extensões de terra, voltadas para a criação de gado bovino e a exploração de castanha-do-pará.

No quinto capítulo – *A prática da pistolagem nos conflitos de terra e a resistência dos posseiros* –, dedico-me às análises da prática da pistolagem, no sul e sudeste do Pará, procurando explicitar os meandros da violência dos proprietários e empresários rurais nessa parte do território amazônico. Um dos pistoleiros mais temidos pelos trabalhadores rurais e talvez um dos mais requisitados pelos grandes proprietários de terra, durante a década de 1980, foi Sebastião Dias Pereira, conhecido por Sebastião da Teresona, assassino tido como frio e cruel que contava com uma rede de colaboradores dentro dos aparelhos de Estado. Diferentes instituições do Estado, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, o INCRA/GETAT e alguns juízes foram, por diversas vezes, apontadas, nessa parte do território amazônico, como omissas e negligentes quando se tratava da apuração, prisão e julgamento de mandantes e executores de crimes decorrentes da luta pela terra. Foram acusadas também pelos seus envolvimento

com os grandes proprietários rurais, atuando na realização de despejos e na aterrorização das comunidades de posseiros e de sem-terra.

Nesse capítulo, procuro explicitar também as iniciativas de resistência dos trabalhadores rurais diante da prática de violência dos proprietários e empresários rurais. Esses trabalhadores, a maioria migrante de diversas regiões do Brasil, denominando-se posseiros, passaram a criar múltiplas estratégias e táticas de resistência, desde a criação de roças coletivas a confrontos armados com a fabricação de trincheiras, rústicas armas e assassinatos de pistoleiros.

No sexto capítulo – *As práticas político-pedagógicas da Igreja Católica e a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na luta pela terra* –, dediquei-me a narrar o processo de organização dos posseiros em suas comunidades, sobretudo aquelas localizadas em diversas áreas de conflitos e de tensão social. O apoio político dos padres, freiras, bispos e agentes de pastorais da Igreja Católica, especialmente aqueles ligados à CPT, foi importante para que os trabalhadores rurais se organizassem em seu movimento de aprendizagem coletiva das estratégias de luta, combate e resistência política ao controle que os proprietários rurais e os aparelhos de Estado detinham sobre as terras e sobre a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). No processo da luta pela terra, esses trabalhadores conseguiram redefinir a atuação desses STRs com a criação de delegacias sindicais e depois com a eleição de pessoas afinadas com as suas demandas e reivindicações.

No sétimo e último capítulo – *Do posseiro ao sem terra: o deslocamento da luta pela terra* –, procurei analisar como os trabalhadores, que no processo das disputas e dos confrontos por terras se identificavam como *posseiros*, em um dado momento da história, passaram a sofrer influências do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A chegada de alguns dirigentes do MST ao sul e sudeste do Pará, no final da década de 1980, gerou, inicialmente, grandes tensões com o movimento sindical e com algumas entidades de mediação. Contudo, as práticas político-metodológicas desse Movimento transformaram as estratégias e as táticas de luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra e a maneira como os agentes das entidades de mediação e o Estado passaram a tratar a questão agrária. Foi a partir desse momento que a designação *sem terra* passou a substituir a de *posseiro*. A nomenclatura mudou porque também o jeito de fazer a luta pela terra mudou. O *acampamento* que até então era visto por sindicalistas e agentes de pastorais como uma estratégia equivocada tornou-se uma ferramenta política importante não só para o MST, mas também para o movimento

sindical. Houve um deslocamento: a luta dos trabalhadores rurais deixou de ser unicamente na área litigiosa, no enfrentamento direto aos proprietários de terra e seus pistoleiros, para se tornar, sobretudo, uma luta de confrontos diretos com o Estado.

MIGRAÇÕES, OCUPAÇÕES E CONFLITOS DE TERRA

As análises mais decisivas que marcaram a discussão acerca da questão agrária no Brasil, a partir da década de 70 do século XX, apresentam a expulsão e a expropriação de posseiros por empresas e proprietários rurais do Centro-Sul do País, especialmente na região amazônica, como o principal fator dos conflitos e das violências que ocorreram em razão dos confrontos e das disputas por terras. Vários autores sustentam que os posseiros eram migrantes de longa data, sobreviviam das lavouras de subsistência (arroz, feijão, fava, mandioca, milho etc.) combinadas com criações de animais, produção extrativista e o uso da pesca e da caça e não possuíam nenhum tipo de documento que os legitimasse como proprietários de suas terras. Talvez os autores que representem melhor essas análises sejam o sociólogo José de Souza Martins (USP)¹, o economista, sociólogo e padre Jean Hébette (UFPA)² e o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM)³

José de Souza Martins, em *Expropriação e Violência*, sustenta que os conflitos pela posse da terra ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, na Amazônia, foram em razão da expropriação e expulsão dos posseiros por grandes empresas privadas do Centro-Sul do País. Esse processo foi por ele denominado de superposição da *frente pioneira* sobre a *frente de expansão*. Para ele, um movimento essencialmente empresarial e capitalista de ocupação do território (a frente pioneira) – a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, o juiz, o cartório, o Estado, etc., – passou a expulsar e expropriar os trabalhadores rurais que há muito tempo ocupavam terras devolutas – os posseiros (a *frente de expansão*). Esses trabalhadores, segundo ele, sobreviviam de uma economia de

¹ Cf. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1981; *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986; *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989; *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991; *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993; *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999; *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*. Vol. 4, 4ª reimp., São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p.659-726; *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

² HÉBETTE, Jean. A Colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, nº 03, dezembro/87 a março/88, p.20-27; *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campeonato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. I, II, III e IV).

³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

base familiar e não possuíam nenhum documento que legitimasse a sua posse da terra. Aí estava, segundo ele, a origem dos conflitos pela terra. Para Martins: “Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão é que surgem os conflitos pela terra”.⁴ Em seu livro *Os camponeses e a política no Brasil*, José de Souza Martins constata que “(...) o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante de terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum”.⁵ Esse personagem que, segundo ele, é característico dos espaços amazônicos não deve ser confundido com o agregado, o arrendatário ou o parceiro e, muito menos, com o grileiro. Os posseiros, para ele, são lavradores pobres que “(...) muito pouco provável invadam a terra em que há sinal de trabalho, portanto, de ocupação ou invadam uma terra que, com certeza, tem proprietário”.⁶ Invasores, segundo este autor, são os grileiros, fazendeiros e empresários que os expulsam de suas posses.

Análises que assumem perspectivas que exibem proximidade com as apresentadas acima podem ser encontradas nos trabalhos de Jean Hébette⁷ e de Alfredo Wagner Berno de Almeida⁸. Esses autores utilizam a designação colonização espontânea ou ocupação espontânea para diferenciar as ocupações de terras devolutas na Amazônia brasileira, a partir da década de 1970, efetuadas por trabalhadores rurais imigrantes, daquelas que foram planejadas e dirigidas pelo Estado. Discutem a importância decisiva do movimento de concentração da terra e do desemprego no Nordeste e no Sudeste do País, da abertura de rodovias e da propaganda governamental de terra e lucro fácil na Amazônia, bem como do anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da Nova República, para a intensificação dos fluxos migratórios de trabalhadores rurais em busca da terra na Amazônia brasileira. No sul e

⁴ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 68.

⁵ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995, p.103.

⁶ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 95.

⁷ HÉBETTE, Jean. A Colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, nº 03, dezembro/87 a março/88, p.20-27; “A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos”. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, 1991, p.199-214; *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. I, II, III e IV).

⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT – A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. *Reforma Agrária*, Campinas, v.11, nº 02, março/abril, 1981, p. 4-41; *Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993; *Carajás: a guerra dos mapas*. 2ª edição. Belém: Seminário de Consulta, 1995.

sudeste do Pará, conforme apontam, os trabalhadores rurais dispensaram os serviços do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ocuparam livremente as terras devolutas, somando-se às famílias que ali viviam sem nenhum tipo de documento que os caracterizasse como proprietários de terra. Esse movimento, segundo esses autores, aconteceu também no norte de Goiás (hoje Tocantins) e no oeste do Maranhão. Os conflitos por terras surgiram, nessa configuração da ocupação da terra na Amazônia, quando os trabalhadores passaram a ser expulsos de suas posses. Alfredo Wagner Berno de Almeida classifica esses personagens ocupantes de terras devolutas como *posseiros*:

(...) pequenos produtores agrícolas que compõem unidades de trabalho familiar, detentores de benfeitorias, roçados e animais de tração. Não se encontram subordinados por modalidades de trabalho assalariado. Constituem-se em camponeses livres, que abriram áreas próprias de cultivo em terra devolutas e disponíveis, à margem das grandes explorações agropecuárias. Mantém ligações com os circuitos de mercado de produtos agrícolas (arroz, farinha, feijão) independentemente de *plantations*, agroindústrias ou projetos pecuários incentivados.⁹

Como se pode perceber, a partir dessas análises, o *posseiro* é aquele trabalhador rural que ocupa terras devolutas, não tem nenhum tipo de documento que o defina como possuidor de suas terras¹⁰ e, embora sendo expulso ou vivendo em constantes ameaças de expulsão, não ocupa uma área que já tenha título de propriedade, um dono anterior a sua posse. De acordo com essas análises, na luta pela terra, o posseiro é visto como aquele que sofre a ação e não a exerce. É aquele trabalhador que reage à ação violenta dos que querem expulsá-lo da terra. As suas lutas surgiram “espontâneas” e defensivamente como resistência à ação de pistoleiros e de policiais a serviços de proprietários e empresários rurais. Na maioria dos casos, esses trabalhadores se viram diante da falta de alternativas: ou eles resistiriam ou seriam expulsos com as suas famílias da terra. Está aí, portanto, segundo estes autores, a dimensão política dos conflitos e da violência no campo, na Amazônia brasileira.

Essas abordagens, que exercem uma enorme ascendência sobre diversos pesquisadores que analisaram a questão agrária no sul e sudeste do Pará mais

⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993, p. 290.

¹⁰ As análises desses autores corroboram com as de BORGES, Durval Rosa. *Rio Araguaia, corpo e alma*. São Paulo: IBRASA/Ed. da Universidade de São Paulo, 1987, especialmente as p. 104-106; ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987; e LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

recentemente,¹¹ focalizam apenas aqueles conflitos pela terra relacionados diretamente a duas categorias opostas – proprietários de terra e trabalhadores rurais. Da mesma forma, também opõem dois regimes de propriedades: a posse, direito gerado pelo trabalho, de um lado, e a propriedade privada, direito gerado pela compra, pelo documento, de outro. É preciso averiguar a complexidade de tal processo porque de outro modo pode-se entender equivocadamente que todos os trabalhadores rurais que lutaram pela terra, entre meados da década de 1970 e início dos anos de 1990, na Amazônia brasileira, chegaram antes dos proprietários e empresários rurais e que a estes tiveram que resistir.

Este trabalho, portanto, parte de outras considerações que direcionam as pesquisas para pensar, sob outros pressupostos teóricos, a problemática dos conflitos e da violência no campo. Reunindo e estudando um vasto material de pesquisa, procurei levantar uma teia de indícios que valoriza diversas práticas de disputa pela terra.¹² No

¹¹ GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense*. Belém: UFPA/NAEA, 2001; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria. Movimento Sócio-religioso na Amazônia Oriental*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo, Campinas: Universidade Estadual de Campinas 2001; INTINI, João Marcelo. *Luzes e Sombras Negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Belém: Universidade Federal do Pará, 2004; ALMEIDA, Rogério Henrique. *Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará*. Belém: UFPA, 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA, 2006; TAVARES, Francinei Bentes. Os conflitos agrários e o processo de reordenamento fundiário na região sudeste do Pará: uma proposta de abordagem a partir da sociologia dos regimes de ação. *Revista IDEAS*, v. 3, n. especial, p. 440-474, 2009; SOUZA, Haroldo de. *A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA, 2010. Os efeitos dessas abordagens podem ser encontrados ainda em POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.137-158, especialmente o item “Posseiros: defesa da terra trabalhada”, p. 150-151; FEITOSA, Terezinha Cavalcante. *Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira: o assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2011.

¹² ANDRADE, Deputado Ademir. *Discurso preferido na sessão da Câmara Federal dos Deputados*. Brasília, 08/11/1984; ANDRADE, Deputado Ademir. Depoimento na 43ª Sessão da Assembleia Constituinte, em 1/04/1987. *Assembleia Nacional Constituinte. Diário nº 38*. Brasília, 02/04/1987; A VOZ RURAL, CPT Araguaia-Tocantins-meses: março, abril, setembro, outubro de 1979; A VOZ RURAL, CPT Araguaia-Tocantins-meses: maio, agosto de 1980; A VOZ RURAL, CPT Araguaia-Tocantins-meses: maio, junho, julho, de 1981; ANISTIA INTERNACIONAL. *Violência autorizada nas áreas rurais*. Londres, setembro de 1988; BARBOSA, Maria Ferreira. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984; BRINGEL, Adélia Martins. *Declaração*. Rio Maria, 12/03/1991; BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*. Marabá, 03/04/2010; CPT. Conflitos no Campo Brasil, Goiânia, 1985-2010; CPT Norte II. *Relatório de conflitos*. Belém, 1987 e 1988; CPT Norte II. *Assassinatos no campo (1978-1988)*. Belém, 1988; - CPT PA/AP. *Históricos dos assassinatos no estado do Pará (1980-1996)*. Secretariado Regional. Belém, 1996; *Correio Brasiliense*. Plantações e casas destruídas. Roupas ainda estão no hospital. Brasília, 02/04/1987; *Correio Braziliense*. Polícia encerra caso das milícias privadas. Brasília, 07/09/1987; *Diário do Pará*. Grupo armado formava bando para invadir áreas de terras. Belém, 19/06/1991; *Folha de São Paulo*. Emboscadas fazem 31 vítimas. São Paulo, 30/08/1984; *Jornal do*

sul e sudeste do Pará, parte da Amazônia Oriental brasileira, não só houve resistência dos posseiros que foram alcançados pelas empresas do Centro-Sul do País como nem todos foram atingidos por essas empresas. Ademais, nem sempre onde foram instalados os grandes empreendimentos agropecuários existiam posseiros. Não se pode afirmar que a chegada de trabalhadores rurais de diversas regiões do Brasil antecedeu as grandes empresas e que estas se apossaram de todas as terras já ocupadas por trabalhadores rurais. O que se pode constatar é que à medida que chegavam as grandes empresas agropecuárias estimuladas e apoiadas pelo Estado, chegavam, às vezes, trabalhadores rurais pobres, vaqueiros, garimpeiros destituídos de seus bens de produção, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste do País, incentivados pelo Governo Federal. Mas a maioria dos trabalhadores rurais que disputaram áreas de terras com proprietários e empresários rurais se abrigou em terras paraenses quando estes já tinham apossado de quase todas as terras devolutas e constituído ali as suas propriedades.

A notícia que percorria sobre as facilidades de se conseguir terras e emprego na Amazônia, veiculada pela propaganda governamental que exaltava a instalação dos projetos agropecuários e a colonização às margens da Transamazônica, ecoou longinquamente.¹³ Milhares irromperam do Maranhão, do Piauí, da Paraíba, do Ceará, de Minas Gerais, da Bahia, do Espírito Santo, do Paraná, de Goiás, entre outros. Centenas de famílias atravessaram os rios Araguaia e Tocantins em busca da terra e do emprego¹⁴. Onde ainda existiam terras devolutas, essas foram paulatinamente ocupadas.

Brasil. Viúva denuncia em São Paulo assassinatos no sul do Pará. Rio de Janeiro, 18/01/1988; LIMA, Luiz Barbosa. *Depoimento*, Xinguara, 11/03/1985; MACHADO, João José. *Pedido de Habeas Corpus Libertório em favor de Oity Faria Leite e Antônio José Sabino*. Conceição do Araguaia, 25/05/1987; *O Liberal*. 600 pessoas fogem dos pistoleiros em Xinguara. Belém, 12/06/1985; *O Liberal*. Famílias desejadas acampam no GETAT. Belém, 16/12/1986; *O Liberal*. Fazendeiros do Araguaia ameaçam com sangue a feitura da reforma. Belém, 18/06/1985; *Jornal do Brasil*. Milícias contra lavradores no Pará tinham policiais do DF, Rio de Janeiro, 08/08/1987; O GRITO DA PA 150. Diocese de Marabá, n°s 01, 02, 04, 06, 07 e 08, ano 1980; n°s 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, ano 1981; n°s 20, 21, 22, 24 e 25, ano 1982; n°s 26, 27, 28 e 29, ano 1983; n°s 30 e 31, ano 1984; n° 32, ano 1985; n° 34, ano 1986; SANTOS, Maria Rosário dos. *Depoimento*, Conceição do Araguaia, 09/10/1985; SANTOS, João Cardoso dos. *Depoimento*, junho de 1985; SILVA, João Natividade da. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984; SOUSA, Antônio Raul de. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984; STR de Xinguara e CPT-Araguaia-Tocantins. *Nota aos trabalhadores rurais de Xinguara e ao povo em geral*. Xinguara, 08/11/1984; STR de Xinguara. *Fazenda Alvorada*. Xinguara, 30/06/1983; PROCESSO AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE n° 24/82, A: Juruparana Pastoril S/A, R: Francisco Gama da Silva e outros, Comarca de Conceição do Araguaia (PA); PROCESSO CRIMINAL n° 043/91, vol. I, II e III (Caso da Chacina do Castanhal Ubá); PROCESSO GETAT/UACA N° 133/86, de 25/03/1986 (Desapropriação da Fazenda Bela Vista, Conceição do Araguaia).

¹³ HÉBETTE, Jean. Op. Cit., 1988; ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2007.

¹⁴ HÉBETTE, Jean. Op. Cit., 2004 (Vol. II e III).

Algumas áreas localizadas às margens do Araguaia, no sudeste do Pará, próximas aos povoados de Itaipavas, Santa Isabel, São João do Araguaia, Apinagés, São Raimundo do Araguaia, Viração, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia foram ocupadas. Outros, porém, a maioria, passaram a ocupar imóveis com títulos definitivos ou de aforamento e a enfrentar a violência de policiais e de pistoleiros a mando dos grandes proprietários de terra.

A propósito do deslocamento migratório, é importante anotar que outros migrantes já vinham se deslocando em busca das terras férteis no estado do Pará durante os anos de 1950 e primeira metade da década de 1960. Eram famílias procedentes do Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais e Bahia que desempenhavam funções de agregados ou eram peões de grandes fazendas no sudoeste do Maranhão e no norte de Goiás (hoje estado do Tocantins); ou eram trabalhadores que tinham perdido ali as suas terras para empresários e grandes proprietários do Centro-Sul do Brasil em razão do comércio e da grilagem de terras com a abertura da rodovia Belém-Brasília;¹⁵ ou eram ainda aqueles que tinham sido trabalhadores em garimpos de cristal como Chiqueirão (em Xambioá), no rio Araguaia, e de diamante no rio Tocantins como os da Ilha do Ipixuna, Ilha de São Pedro, Ilha de Bagagem, localizados abaixo da cidade de Marabá e Igarapé Mãe Maria entre os travessões "Lancha Velha" e "Mãe Maria", no local conhecido por "Canal Novo" situado entre Marabá e São João de Araguaia.¹⁶

Esse movimento pode ser verificado também quando áreas denominadas de "transição" (entre cerrados e florestas virgens) em Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, cortadas pelos rios Arraias e Pau D'Arco, foram ocupadas. Áreas estas consideradas pouco férteis como as de Campos Altos, Sítio Novo, Puçá, Três Marias, Arraias, no município de Conceição do Araguaia; Novo Horizonte (Cacete Armado), Nova Esperança e Chapada Vermelha, no município de Santana do Araguaia.¹⁷

É notável observar que empresários e fazendeiros do Centro-Sul tiveram poucas pretensões sobre essas áreas, em Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, talvez,

¹⁵ HÉBETTE, Jean. Op. Cit., 2004 (Vol. I); ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Goiânia: CPT; Petrópolis: Vozes, 1982.

¹⁶ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 49.488, de 9 de Dezembro de 1960; BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1.800, de 4 de dezembro de 1962; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. *Marabá: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vive e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização. De 1892 até nossos dias*. Marabá: PMM, 1984; BARROS, Maria Vitória Martins. *A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia*. Marabá (PA): UFPA, 1992. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) – Universidade Federal do Pará, 1992.

¹⁷ Essas localidades pertencem, hoje, ao município de Santa Maria das Barreiras emancipado, em 1988, de Santana do Araguaia.

por considerarem fracas para o cultivo e de pouco valor madeireiro – eram, em grande parte, áreas de cerrado – diferentemente daquelas de florestas densas e de terras roxas onde foi instalado o maior número de grandes projetos agropecuários.¹⁸

Acredito que vale a pena fazer ainda duas outras análises para demarcar mais precisamente as apreciações que os diversos trabalhos publicados sobre os conflitos de terra na Amazônia têm feito. Primeiro, o choque entre empresas agropecuárias, que passaram a se instalar com apoio político e financeiro do Governo Federal, e posseiros, como retratado pela literatura sobre a questão agrária na Amazônia, ocorreu nos espaços localizados próximos dos cursos dos rios, principalmente os rios Araguaia e Tocantins, onde existia o maior número de estabelecimentos de trabalhadores rurais.¹⁹ Esses fatos fizeram com que as prelazias e dioceses do sul e sudeste do Pará, norte de Goiás e norte do Mato Grosso se mobilizassem e influenciassem diretamente na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.²⁰ Os bispos, os padres e os agentes de pastorais dessas prelazias e dioceses acreditavam que uma “Comissão de Terras”, como assim foi definida inicialmente, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), poderia assessorar e dinamizar as atividades que eles já vinham desenvolvendo no apoio aos posseiros da região amazônica. As denúncias dos conflitos e das violências praticadas pelas empresas agropecuárias que foram, a partir daí, formuladas e encaminhadas à imprensa e aos diversos órgãos do Estado e os trabalhos pastorais

¹⁸ AVELAR, Dom Estevão Cardoso de; SILVA, Frei Henrique Marques da; SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; e JESUS, Frei Mário Maria de. *O problema dos posseiros nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia*. Conceição do Araguaia, 20/11/1970 (Datilografado); FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: UFPA/NAEA, 1999; SILVA, Fábio Carlos da. A Companhia de Terras da Mata Geral e privatização da floresta Amazônica no sul do Pará. *Paper do NAEA*, nº 251, Belém, novembro de 2009, p.1-20.

¹⁹ Os frades dominicanos, de Conceição do Araguaia, registraram no relatório “Missões do Araguaia: exposição para a reunião dos Padres Dominicanos em Juiz de Fora”, em 2 a 4 de julho de 1963, p.6: “(...) os habitantes do vale do Araguaia atualmente são, na sua quase totalidade, homens brancos e pretos migrados. Esses homens vivem literalmente às margens dos rios ou de seus afluentes, a menos dos raros dos campos, notadamente de Conceição, em número no entanto ainda irrelevante. Tanto as nucleações como as casas isoladas estão voltadas para os cursos d’água, sendo que os homens penetram nas terras para atingir suas roças mas mantém suas casas perto dessa única via de comunicação que liga os habitantes entre si”. Sobre os embates entre empresas agropecuárias e posseiros ver excelentes análises no documento elaborado pelos frades Dominicanos de Conceição do Araguaia, em 1970: AVELAR, Dom Estevão Cardoso de; SILVA, Frei Henrique Marques da; SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; e JESUS, Frei Mário Maria de. Op. Cit..

²⁰ PEREIRA, Ailton dos Reis. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. *Ruris*, v. 2, n.2, set/2008, p.99- 136; POLETTTO, Ivo e CANUTO, Antônio. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002; MARTINS, José de Souza. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: Secretariado Nacional da CPT. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

realizados nas comunidades de posseiros fortaleceram a resistência desses trabalhadores em suas posses.²¹

O segundo aspecto, que desejo analisar, é que nem sempre as grandes propriedades foram constituídas sobre terras já ocupadas por posseiros, como foi o caso de diversas fazendas em Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara e Santana do Araguaia, como as fazendas Bela Vista, Tupã-Ciretã, Vale do Rio Cristalino, Canaã, Capu, Brasil Verde, entre outras. Talvez por esta razão, muitos trabalhadores rurais migrantes, que chegaram simultaneamente ao estabelecimento das empresas agropecuárias, foram privados do acesso à terra ou ocuparam áreas pouco férteis, como aconteceu com diversas famílias em Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, ou ainda ocuparam áreas longe das rodovias, como foi o caso de muitos trabalhadores que seguiram a PA-150, sentido norte a partir de Conceição do Araguaia. É o caso também das famílias que ocuparam terras devolutas na localidade hoje conhecida por Josinópolis, próximo da divisa do município de São Félix do Xingu, a 215 quilômetros de Marabá e dos principais eixos viários do sudeste paraense.

É notável ressaltar que as famílias de posseiros que habitavam as áreas próximas dos rios, desde final dos anos de 1940, combinavam, em diferentes formas, a sua roça e a criação (porco, galinha, gado, animais silvestres etc.) com a pesca, a caça e o extrativismo vegetal (castanha-do-pará, açaí, bacaba, cupuaçu, palmito, etc.). Caçavam para o sustento e para negociar as peles no comércio. Caçavam além do veado, capivara e paca, gatos jaguatirica, onças, caititus. Com base em uma tecnologia simples, o trabalhador fazia a sua roça. Roçava e derrubava a floresta ou a capoeira, queimava e plantava a semente. Sempre trocava de lugar enquanto o antigo roçado ficava em pousio para novamente poder plantar. Não se cercava a terra, mas a roça. A cerca era feita de madeira para impedir que alguns animais (cavalo, jumento, vacas) entrassem. Praticamente não existiam “donos de terra”. Aqui e acolá, às vezes, apareciam uns mais abastados que constituíam “latifúndios”. A divisa não era a cerca, mas rios, serras e igarapés. “Até no rio tal é de fulano. Até no igarapé tal é de sicrano. Até na serra tal é de beltrano”. Mas não existiam “donos de terra”. Eram constituídos os *centros*²², pequenos

²¹ Vale considerar que os trabalhos de membros da Igreja Católica ligados à CPT fortaleceram a resistência dos trabalhadores rurais em suas posses, mas também estimularam outros, sobretudo migrantes do Nordeste e do Centro-Sul do País, a ocuparem diversos imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamento. Sobre essa questão veja mais detalhes no capítulo 6 desta tese.

²² Sobre a formação de Centros ver: VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria. Movimento Sócio-religioso na Amazônia Oriental*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001; KELLER, Francisca Isabel

aglomerados de famílias que, muitas vezes, possuíam laços de parentescos ou eram migrantes que procediam de uma mesma região. Lá em seus lugares de origem, muitas vezes, já haviam cultivado a prática dos “centros”. Esses centros, embora não se localizassem “na beira”, não eram distantes dos rios. Morava-se “na beira” (dos rios) e trabalhava-se nos “centros” (da mata). Com o tempo, esses centros tornaram-se vilas e povoados. Sobre essa questão, vale a pena trazer aqui um trecho do relato de Hilário Lopes da Costa.²³ Afirma ele: “Existia a comunidade e as famílias moravam no povoado, cada um em sua casa com plantas frutíferas em seu quintal, mas, em cada ano, cada família tinha a liberdade de fazer a sua roça bem onde entendesse, onde quisesse. Não existia terra demarcada, terra cercada, terra de documento. A terra era demarcada pela prática do cultivo da roça para sobrevivência da família”. Os relatos do Sr. Almir Ferreira Barros e Pedro Alves Feitosa, o Pedro Formiga, ex-posseiros e sindicalistas, são também excelentes para percebermos como se constituíram os “centros” no lado paraense dos rios Tocantins e Araguaia, mas também a migração de muitos trabalhadores para o estado do Pará:

Uma vez, eu vim deixar seis famílias aqui (no município de São João do Araguaia). Eu vim com uma tropa da região de Lageado, no Tocantins. Um cara tinha uma tropa e vinha pra cá, me pediu pra vim deixar essas famílias e voltar com os animais. Essas famílias tinham que vir. A gente veio do Tocantins tocando animais com carga de mudança. Você já pensou o sufoco nessas estradonas dentro do chapadão que tem só o caminho, a trilheira de animais? Vim deixar em São Raimundo do Araguaia, do lado de cá, na beira do rio. Eles vieram fazer um centro no lugar chamado Lagoa das Pombas. Fizeram um centro lá. Depois foram ao Maranhão e trouxeram mais gente e fizeram um povoado lá. Pros fundos tinham outros centros, não ficava uma pessoa só morando num lugar, porque eles tinham muito medo, a mata era muito densa e tinha muitas feras ainda. Então eles entravam assim: vamos fazer... chamava um, dois, três companheiros e formava lá um centro.²⁴

A gente morava num centro, quando estava abusado de morar naquele centro a gente ia caçar outro centro. O centro habitava quando o camarada chegava ia botar uma roça num lugar bem distante. Botava uma roça grande, se o nome dele era Vicente que passava ser o centro do Vicente ou São Vicente por aí

Vieira. O Homem na Frente de Expansão: Permanência, Mudança e Conflito. In: *Revista de História*, vol. LI, nº 102, ano XXVI, abril-junho, 1975; VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972; ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

²³ Entrevista de trinta minutos concedida ao autor, em 19/12/2006, Marabá (PA). Hilário Lopes da Costa é ex-padre e atualmente é agente da CPT de Tucuruí. Ele nasceu em Viração, em 1958, município de São João do Araguaia, comunidade localizada às margens do rio Araguaia, formada basicamente por posseiros. Hoje essa comunidade pertence ao município de Palestina do Pará. Hilário morou também em São Geraldo do Araguaia quando era seminarista da Diocese de Conceição do Araguaia.

²⁴ Almir Ferreira Barros, entrevista de três horas e cinquenta e cinco minutos, concedida ao autor, em 06/11/2010, Palestina do Pará (PA).

assim. Daqui a pouco, chegava mais um morador, daqui a pouco, mais outro, mais outro e, assim, daqui a pouco, formava uma vila.²⁵

Esses dois pequenos fragmentos nos possibilitam entender as modalidades dos deslocamentos de diversas famílias empobrecidas rumo ao sul e sudeste do Pará na década de 1950 e início da década seguinte. Eram famílias compostas por alguns membros que já haviam trabalhado nos garimpos de diamante ou de cristal na divisa do norte de Goiás com o Pará, nos anos de 1940 e 1950, ou tinham se aventurado na coleta da castanha-do-pará no vale do Itacaiúnas, em Marabá, ou mesmo constituído posses nos municípios de São João do Araguaia, Itupiranga e Conceição do Araguaia. Outros, sem conhecer o Pará, acompanharam essas famílias ou chegaram depois a convite destas. Foi um tempo em que homens, mulheres e crianças percorreram, durante dias, o trajeto de suas localidades de nascimento até o Pará. Como não existiam estradas, as mudanças eram feitas pelas vias fluviais ou em lombos de cavalos e de burros por caminhos estreitos no meio da mata ou dos chapadões. Uma vez do outro lado dos rios, formavam centros, vilas e povoados; plantavam roças e formavam posses de 50 e 100 hectares cada uma. Foi assim que surgiu Santa Rita, São Raimundo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia, entre outros.²⁶

A partir do final dos anos de 1960, essa configuração passou a mudar. Até mesmo os rios, que até então definiam o ritmo econômico e social desse território, deixaram de ser preponderantes como vias de comunicação quando foram suplantados pelas rodovias. O cotidiano de homens e mulheres, de povoados e de localidades rurais, quase sempre era determinado pelas águas. Elas possibilitavam o trabalho, a alimentação, o lazer, mas também os caminhos. Os rios Araguaia e Tocantins eram os principais e mais baratos meios de comunicação entre as cidades de Marabá e Conceição do Araguaia e a capital do estado ou a cidade de Imperatriz, no Maranhão. As transações comerciais entre estas localidades, normalmente, eram efetivadas por embarcações a remo ou a motor: transporte lento e difícil. Muitos deixaram as suas vidas na cachoeira de Itaboca ou nos canais Capitariquara, Arrependido e Inferno, no rio Tocantins,²⁷ conduzindo barcos e batelões. O deslocamento de ida e volta a Belém, às

²⁵ Pedro Formigas, entrevista de uma hora e quinze minutos concedida ao autor, em 15/08/2010, em Goianésia do Pará (PA).

²⁶ Almir Ferreira Barros, entrevista de três horas e cinquenta e cinco minutos, concedida ao autor, em 06/11/2010, Palestina do Pará (PA); VELHO, Otávio Guilherme. Op. Cit., 1972.

²⁷ Esta cachoeira e estes canais ficaram inundados pela barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, construída entre 1974 e 1984.

vezes, demorava vários meses.²⁸ Os padres desenvolviam os seus trabalhos pastorais, as denominadas desobrigas, fazendo missas, casamentos, batizados e confissões, em lombo de cavalos, quando adentravam o sertão, ou em barcos, quando percorriam os rios e igarapés. Voltavam apenas depois de dois ou três meses fora de casa.²⁹

A abertura dos 221 quilômetros da PA-70 (hoje BR-222), entre 1963 e 1969, permitiu, ainda que de forma precária, o tráfego entre Marabá e a rodovia Belém-Brasília³⁰. Nesse mesmo período, foram construídos 133 quilômetros, entre Conceição do Araguaia e a Belém-Brasília, passando pelas cidades de Couto Magalhães e Guaraí (TO).³¹ Se estas estradas permitiram o contato com o Centro-Sul do País, a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), no início de 1970, ligou o sul e sudeste do Pará ao Nordeste brasileiro. Com a conclusão do trecho, em 1971, entre o rio Araguaia (Porto da Balsa)³² e a cidade de Marabá, possibilitou-se o estabelecimento de uma linha de ônibus entre esta e as cidades de Imperatriz (MA), Teresina (PI) e Araguaína (TO).³³

²⁸ Produção discursiva que exalta o “esforço heroico de homens”, “pioneiros desbravadores”, que, com “inteligência e coragem”, souberam transpor as dificuldades das cachoeiras dos rios Araguaia e Tocantins e deram “acesso à civilização em todo o vale”, pode ser encontrada, especialmente, em LAGENEST, Barruel de. *Marabá: cidade do diamante e da castanha*. São Paulo: Editora Anhambi, 1958; MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. *História de Marabá*. Marabá: Grafil, 1996; MILHOMEM, Clara Araújo. *Castanhais, canoas e batelões: memórias*. São Paulo, 2004 (Edição do autor); MONTEIRO, João Brasil. *Viagem ao Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas*. 2ª edição. Narrada por João Brasil Monteiro e escrita por Domingos César. Marabá, s/d. (Edição do autor); MONTEIRO, João Brasil. *Mair-Abá: coração de mãe*. Marabá, 2006 (Edição do autor); MONTEIRO, João Brasil. *O castanheiro*. Marabá, 2001 (Edição do autor); MORAES, Almir Queiroz de. *Pelas Trilhas e Marabá*. Redação de José Silva Brandão. São Sebastião do Paraíso - MG: Chromo Arte Editora, 1998; PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. *Marabá: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vive e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização*. De 1892 até nossos dias. Marabá: PMM, 1984; SAMPAIO, Walter Leitão. *Marabá, pontal verde: histórias mal contadas*. Marabá, 2000 (Edição do autor).

²⁹ Missão Dominicana no Araguaia. *Relatório de Atividades Educacionais*. Segundo Semestre de 1961 (Datilografado). Missão Dominicana no Araguaia; *Missões do Araguaia: exposição para a reunião dos Padres Dominicanos em Juiz de Fora*, 2, 3 e 4 de julho de 1963 (Datilografado); Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia. *Revelando o rosto de Deus na terra das “bandeiras verdes”*. Conceição do Araguaia, julho de 2011 (org. Manuel Martins de Almeida).

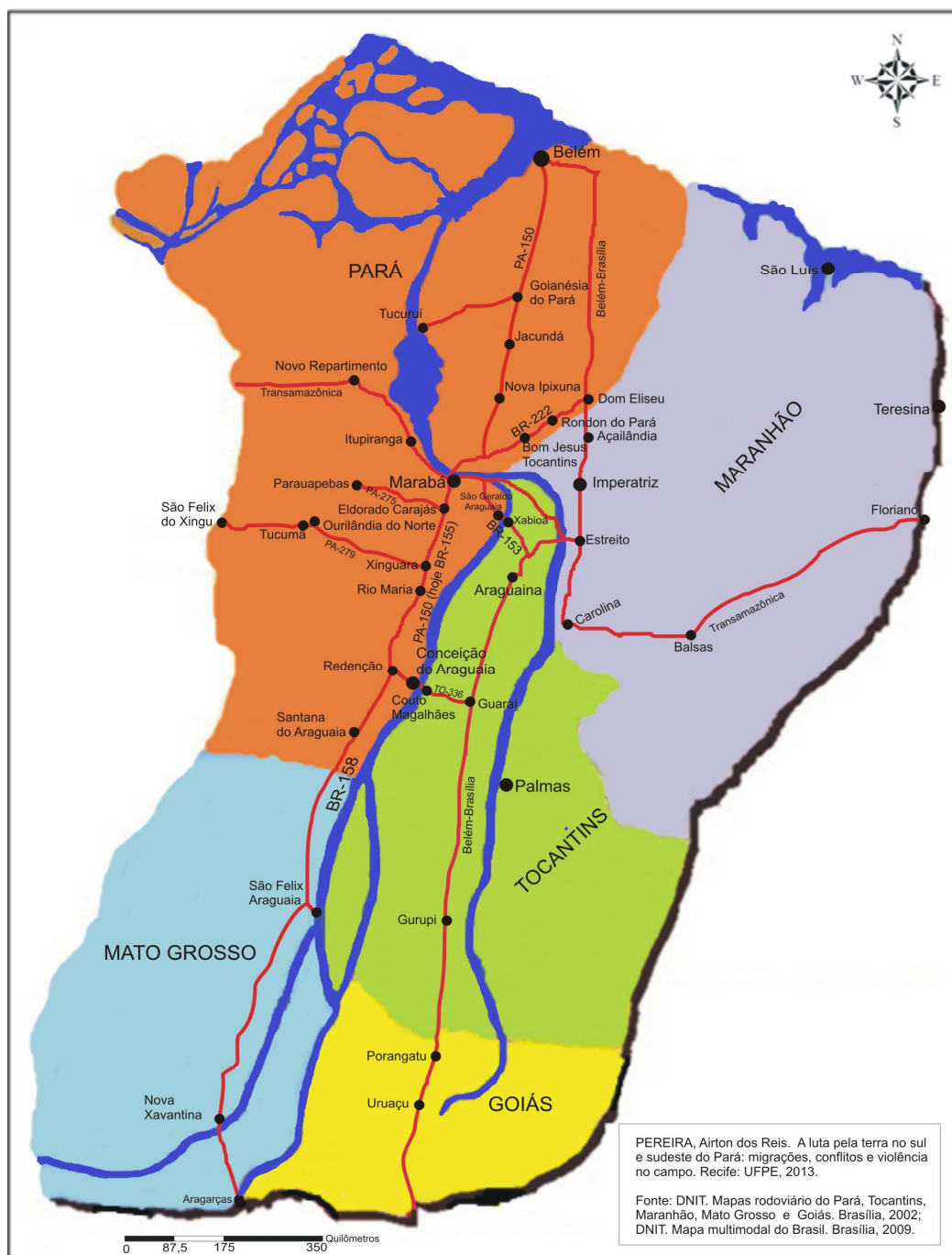
³⁰ Itatocan. Marabá, edição de Natal, 1971.

³¹ São 117 quilômetros pela rodovia TO-336 entre Guaraí e o Rio Araguaia e 16 quilômetros pela PA-447 entre o Rio Araguaia e Conceição do Araguaia. Cf. Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT. *Mapas Rodoviários do Pará e Tocantins*, 2002.

³² Do outro lado do rio está a cidade de Araguaatins (TO). Hoje a travessia do rio, nesse local, não é mais por meio de embarcações. Em 2010, o Governo Federal construiu ali uma ponte de 900 m.

³³ Itatocan. Marabá, edição de Natal, 1971, p.15; VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Principais estradas que ligam o sul e o sudeste do Pará ao
Nordeste e ao Centro-Sul do Brasil



Essas estradas passaram, aos poucos, a mudar o ritmo do lugar, impondo outras formas de trabalho, de relações, de sociabilidades e de vivências. O caminhão, o automóvel e o ônibus transportavam mercadorias, correspondências, pessoas e novos hábitos. Chegavam não só passageiros, mas também caminhões de mercadorias do Centro-Sul que na volta levavam tábuas de mognos explorados nas matas por

madeireiros de diversos lugares, especialmente aqueles de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná que tinham um montante de capital investido fortemente na exploração da madeira. Revendedores de confecções, de tecidos e de artigos de luxo (joias, relógios, etc.), entre outros, faziam agora o caminho mais rápido. Se antes compradores de arroz do Sudeste dependiam da intermediação de beneficiadores e comerciantes de Imperatriz (MA), agora podiam negociar diretamente com o produtor de Marabá e Conceição do Araguaia.³⁴ Além dessas estradas, foi construída a rodovia estadual PA-150, entre 1971 e 1978. O trecho que ligou a cidade de Conceição do Araguaia ao Km 12 (Morada Nova, próximo de Marabá), na PA-70 (hoje BR-222) e, posteriormente à Belém, passando por Marabá, foi concluído nos finais daquela década.³⁵ Em menos de cinco anos, a rodovia suplantou o rio. De cidades “beira de rio”, Marabá e Conceição do Araguaia tornaram-se cidades “beira de estrada”. A porta de entrada e de saída deixou de ser o rio e o principal transporte deixou de ser as embarcações. A “frente da cidade” não foi mais o lugar em que acostavam as balsas, os barcos, as canoas, mas as estradas empoeiradas por onde entravam os caminhões, os automóveis, os ônibus. Embora os rios continuassem sendo importantes, a interação imediata entre terra e água foi, de certa forma, quebrada. As sociabilidades, as vivências, as relações das populações deixaram de estar relacionadas diretamente à interação cidade-rio.

Essa interligação do Norte com o Centro-Sul e com o Nordeste por meio rodoviário, mas também, e, sobretudo, por meio da política econômica e desenvolvimentista do Governo Federal de ocupação dos “espaços vazios” mobilizou muitos empresários e migrantes pobres rumo à Amazônia em busca de terra, trabalho e de lucro.³⁶

A Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, posteriormente, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), dividiu sobre mapas, em mesas de seus burocratas na capital, parte das terras do estado em lotes de 4.356 hectares, agrupou-os em glebas e cedeu-os a baixos preços às empresas privadas³⁷ e/ou às famílias mais abastadas e detentoras do

³⁴ VELHO, Otávio. Op. Cit.

³⁵ HÉBETTE, Op. Cit.. (Vol. II); VELHO, Otávio. Op. Cit.

³⁶ MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e Memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney et al (Org.). *História em cousas miúdas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá, MT: UNICEN Publicações, 2002.

³⁷ José Alonso dos Santos, de Ituiutaba, Minas Gerais, por exemplo, comprou do governo do estado do Pará, em 27 de janeiro de 1961, quando Moura de Carvalho era o então governador do Estado, o Lote 55 (4.356 ha.) da Gleba Itaipavas pelo valor de Cr\$ 5.235,20 (US\$ 276,70), sendo Cr\$ 5.227,20 pelo custo da terra e Cr\$ 8,00 pelo feitiço do título definitivo. No mesmo dia (27/01/61) Ulisses Rodrigues Cunha, da

poder local para a instalação de suas fazendas. Não é difícil ouvir falar nas glebas Café, Marabá, Itaipavas, Joncon, Carajás, Tracoá, Ipitinga, Itacaiúnas entre outras. Parte desses títulos incidiu sobre áreas já ocupadas por antigos posseiros que habitavam as margens dos rios.³⁸

Entre 1924 e 1976, o governo do Pará já havia vendido à iniciativa privada quase 7 milhões de hectares de terras.³⁹ No período compreendido entre 1959 e 1963, emituiu-se mais títulos do que em todos os períodos anteriores e elevou-se a área média de cada terra vendida de 165,5 hectares para 3.585 hectares.⁴⁰ Somente no sul do estado, entre 1961 e 1964, foram emitidos, segundo Marcionila Fernandes,⁴¹ 759 títulos definitivos, medindo 4.356 hectares cada um, totalizando 3.306.204 hectares. Só João Lanari do Val, por exemplo, adquiriu do estado, em 1962, 80 lotes de 4.356 hectares cada, totalizando 348.480 hectares, formando, assim, a Companhia Mata Geral.⁴² Nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia, Marabá, Tucuruí e Jacundá, entre 1955 e 1966, o governo do estado chegou a expedir 218 títulos de aforamentos perpétuos (795.155 ha) a proprietários rurais que já vinham explorando a castanha-do-pará. Embora o tamanho da área para cada requerente não pudesse exceder 3.600 hectares, conforme a Lei nº 913, de 1954, grande parte dessas terras concentrou-se nas mãos de algumas famílias como os Mutran, Azevedo, Moraes, Chamié, Miranda entre outras.⁴³

Como se pode perceber, por meio dos dados acima apresentados, a aquisição de grandes extensões de terras, no sul e sudeste do Pará, por muitos empresários e fazendeiros do Centro-Sul do País iniciou antes do golpe civil-militar, de 1964.

cidade de Goiânia (GO), comprou o Lote 43 (4.356 ha.) pelo valor de Cr\$ 5.406,80 (US\$ 285,77), sendo, pelo custo do terreno a quantia de Cr\$ 5.398,80 e o feito do título por Cr\$ 8,00. Mais detalhes cf. PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa, especialmente o capítulo 5. Excelentes análises sobre a atuação do ITERPA podem ser encontradas em TRECANNI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

³⁸ AVELAR, Dom Estevão Cardoso et al. Op. Cit.

³⁹ TRECANNI, Girolamo Domenico. Op.Cit., 2001, p.178-180; PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003, p.74.

⁴⁰ SANTOS FILHO, José dos Reis e PORTO, Mayra Yara. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. *Reforma Agrária*, Campinas, v.14, nº 01, Jan/Fev., 1984, p. 03-35.

⁴¹ FERNANDES, Marcionila. Op. Cit.

⁴² SILVA, Fabio Carlos. A companhia de terras da Mata Geral e a privatização da floresta amazônica no sul do Pará. Belém, *Paper do NAEA 251*, Novembro de 2009; FERNANDES, Marcionila. Op. Cit.

⁴³ EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987; PARÁ AGRÁRIO. A grande empresa e os grandes projetos governamentais (o PGC). In. _____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Castanhais. Belém, Idesp. Edição Especial, p. 17-21; PARÁ AGRÁRIO. A organização e a luta camponesa. In. _____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Castanhais. Belém, Idesp. Edição Especial, p. 30-34.

Contudo, foi a partir da segunda metade da década de 1960 que foram implantados ali os primeiros projetos agropecuários com recursos provenientes dos incentivos fiscais.⁴⁴ No final dessa década e início da década seguinte, muitos proprietários rurais passaram a adequar a documentação de suas propriedades conforme a legislação vigente, registrando-as como empresas rurais,⁴⁵ para que pudessem acessar os recursos financeiros advindos dos incentivos fiscais da SUDAM. Outros, atraídos por essas facilidades econômicas e pela qualidade das terras, compraram diversos imóveis que já possuíam títulos definitivos, tornando-os aptos a receberem recursos dos incentivos fiscais, como aconteceu com a Fazenda Bela Vista. Os lotes 37, 42, 43, 55, da Gleba Itaipavas, no município de Conceição do Araguaia, que somados passavam de 17 mil hectares, foram adquiridos do Governo do Estado do Pará em 1961, mas repassados a um grupo de empresários de São Paulo, em 1969, que tão logo foram registrados em nome de três empresas agropecuárias,⁴⁶ formando assim a Fazenda Bela Vista. Em menos de três anos, os seus proprietários receberam Cr\$ 13.735.243,00 (US\$ 2.640.620,33)⁴⁷ de incentivos fiscais em razão de três projetos aprovados, em 1970 e 1972, pela SUDAM.⁴⁸ Mas durante toda a década de 1970, conforme avançava a abertura da rodovia PA-150, que liga Conceição do Araguaia a Belém, diversos fazendeiros, comerciantes e empresários do Centro-Sul abriram fazendas no sul e sudeste do Pará disputando, palmo a palmo, as terras devolutas com trabalhadores rurais que também chegavam atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal. Estas grandes áreas receberam também recursos oriundos dos incentivos fiscais.

Segundo Marcionila Fernandes,⁴⁹ a SUDAM havia aprovado só para o Estado do Pará, entre 1966 e 1983, 72 projetos agropecuários. A grande maioria, num total de 62, concentrou-se no sul do Pará. 53 desse total (33 para o município de Conceição do

⁴⁴ IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978; FERNANDES, Marcionila. Op. Cit.

⁴⁵ Veja por exemplo a Lei nº 4.504, de 30/11/1964 (Estatuto da Terra) e Lei nº 5.178 de 27/10/1966 (Lei que criou a SUDAM). Vale observar que, de acordo com o Estatuto da Terra (Art. 19, § 3º, alínea b), as empresas rurais, mesmo localizadas nas áreas prioritárias de reforma agrária, estariam isentas de desapropriação.

⁴⁶ Juruparana Pastoril S/A; Cia. Melhoramentos do Pau D'Arco; e Cia. Berocan de Pecuária. Cf. Ata de fundação da Juruparana Pastoril S/A, 06/04/1970; Processo GETAT/UECA nº 133/86, de 25/03/1986.

⁴⁷ Confira cotação do dólar oficial do dia em ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto). *Câmbio: de 1989 até 1994 a paridade da moeda brasileira com o dólar americano*. São Paulo: Andima, outubro de 1994, p. 90.

⁴⁸ PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2004.

⁴⁹ FERNANDES, Marcionila. Op. Cit.

Araguaia e 20 para o município de Santana do Araguaia⁵⁰) foram aprovados entre 1966 e 1975. Os 33 projetos destinados às empresas instaladas em Conceição do Araguaia, analisados por Octavio Ianni,⁵¹ acumulavam, segundo ele, um total de 430.189,92 hectares de terras. As empresas entraram com 24,41% do investimento de capital total, enquanto 71,84% foram de recursos de incentivos fiscais. E quanto maior fosse o tamanho da área ocupada, maior seria o volume de recursos provenientes dos incentivos fiscais. Ou seja, o volume dos incentivos fiscais se relacionava diretamente com a extensão territorial. Quanto maior fosse o tamanho do imóvel, maior seria o volume de recursos que poderia se obter com base nele.⁵² Diversos autores⁵³ assinalam que a concessão de incentivos fiscais a grandes empresários e a implementação de grandes eixos rodoviários como as rodovias Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163) fizeram parte das estratégias mais importantes do governo civil-militar pós-1964 para a exploração econômica e domínio territorial dos chamados “novos espaços” na Amazônia. Se por um lado, o governo estimulou os deslocamentos de trabalhadores rurais empobrecidos para as novas áreas de colonização ao longo das rodovias federais como a Transamazônica, com o discurso de “distensionar” os conflitos sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, concedeu grandes extensões de terras e dinheiro farto a grupos econômicos para a instalação de suas fazendas na Amazônia.

Quer dizer, o modelo de desenvolvimento concebido pelos governos da ditadura civil-militar para a Amazônia foi pautado na grande propriedade da terra e na transferência massiva de recursos públicos a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras sediadas no Centro-Sul do Brasil, inclusive aquelas que se dedicavam ao ramo financeiro e à indústria de veículos automotores. Esses grupos econômicos passaram a adquirir terras e a acessar volumosos recursos provenientes dos incentivos fiscais para a criação de gado bovino, exploração de

⁵⁰ O município de Conceição do Araguaia foi subdividido, a partir de 1982, dando origem aos municípios de Floresta do Araguaia, Pau D’Arco, Rio Maria, Redenção, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia e Xinguara. Já Santana do Araguaia deu origem, em 1988, ao município de Santa Maria das Barreiras.

⁵¹ IANNI, Octavio. Op. Cit., 1978, p. 221.

⁵² COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

⁵³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papius, 1987; HALL, Anthony L. *Developing Amazonia: Deforestation and Social conflict in Brazil’s Carajás Programme*. New York and Manchester UP, 1989; LOUREIRO, Violeta R. *Amazônia: estado, homem e natureza*. Belém: CEJUP, 1992. SCHMINK, Marianne and WOOD, Charles H. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992; MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia*. In: *Projeto História: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 2003.

madeiras nobres (mogno, cedro, ipês, angelim, etc.) e comercialização da castanha-do-pará. Conforme os dados do INCRA, em 1980, havia, no sul e sudeste do Pará, 59 projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, ocupando 4,5 milhões de hectares de terras, mais do dobro da área do Estado de Sergipe.⁵⁴ Esses projetos agropecuários pertenciam a dois tipos de empreendimentos empresariais: a) os que desempenhavam as suas atividades nas *áreas financeira* (Bamerindus, Bradesco, Banco Econômico, Banco Pontual, Banco Arbi, Banco Mercantil, Atlântica Boa Vista), *industrial* (Óleos Pacaembu, Nixdorf, Volkswagem, Manah, Supergasbrás), *construção* (Cetenco Engenharia S/A, Encol, Andrade Gutierrez), *madeira* (Madeira Agropecuária S/A, Madeira Araguaia Ltda-MAGINCO, Madeira União Salobo Ltda-MUSA) e *extração de castanha-do-pará* (Companhia Industrial do Brasil – CIB, Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda, Nelito Indústria e Comércio S/A); b) os que eram compostos por *empresas familiares* como as famílias paulistas Lunardelli e os Lanari do Val, as famílias Barbosa, os Bannach, os Quagliato, os Avelino, os Andrade, os Mutran, os Azevedo, os Queiroz, os Almeida etc.⁵⁵ Certas famílias como os Lunardelli, os Lanari do Val, os Mutran, os Azevedo, os Bannach, os Quagliato possuíam grandes extensões de terras possivelmente superiores as das muitas empresas do ramo financeiro e industrial. Os Quagliato, por exemplo, detinham, no sul do Pará, cerca de 160 mil hectares de terras; os Lanari do Val, 348 mil e os Mutran, mais de 130 mil.⁵⁶ São os imóveis pertencentes a estes grupos econômicos que os trabalhadores rurais, principalmente migrantes de diversas regiões do País, passaram a ocupar, de forma paulatina, e reivindicar as suas desapropriações a partir da segunda metade da década de 1970.

Octavio Ianni,⁵⁷ analisando os dados do IBGE, constatou que, em 1950, o município de Conceição do Araguaia contava com 292 posses (22.837 ha.); em 1960,

⁵⁴ PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. *Reforma Agrária*, Campinas, v.12, nº. 02, março/abril, 1982, p. 03-12.

⁵⁵ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sobra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003; BARROS, Maria Vitória Martins. *A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia*. Marabá (PA): UFPA, 1992. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) – Universidade Federal do Pará, 1992.

⁵⁶ SILVA, Fabio Carlos. A companhia de terras da Mata Geral e a privatização da floresta Amazônica no sul do Pará. Belém, *Paper do NAEA 251*, Novembro de 2009, p. 8; BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira*. 2ª edição, Goiânia: CPT; São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 205; EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987, p. 121.

⁵⁷ IANNI, Octavio. Op. Cit., 1978, p. 99-102.

com 968 (95.748 ha.); e em 1970, com 2.977 (311.085 ha.). E levando em conta o número de habitantes, constatou que, em 1950, o município tinha 6.322 habitantes; saltara, em 1960, para 11.283 e, em 1970, para 28.953. Desse total indicado para 1970, segundo ele, 23.896 pessoas haviam chegado de outras regiões do País, ou seja, 82,53% da população de Conceição do Araguaia era formada por migrantes.⁵⁸ Esses 28.953 habitantes encontravam-se distribuídos: 6.701 na zona urbana (23,14%) e 22.252 no campo (76,86%). Santana do Araguaia possuía 9.085 habitantes, sendo 1.659 (18,26%) na área urbana e 7.426 (81,74%) no campo.⁵⁹ Maria Antonieta da Costa Vieira, também analisando os dados do IBGE, afirma que a população de Conceição do Araguaia, em 1980, contava com 112.397 habitantes, um aumento de 288% em relação ao ano de 1970. Já Santana do Araguaia, em 1980, tinha 12.678, um incremento de 39,5%.⁶⁰

Mesmo considerando que, nesse período, o número de grandes propriedades tituladas tenha aumentado, recorrendo até mesmo aos incentivos fiscais, é possível, por estas informações, perceber o aumento significativo de estabelecimentos de posseiros no sul do Pará e, sobretudo, o número de trabalhadores rurais migrantes. Mas a chegada de trabalhadores rurais de outras partes do País estava ocorrendo também na parte sudeste do estado, como Marabá, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia.

No município de Conceição do Araguaia, sob a influência direta de capitais estimulados pela SUDAM e da migração de famílias pobres, principalmente do Sudeste do País, surgiram muitos povoados, como foi o caso de Redenção, em 1969, Rio Maria, em 1973, e Xinguara, em 1979.⁶¹ Nestes povoados, se instalaram grandes empreendimentos agropecuários e madeireiros. Acompanhando a abertura da rodovia PA-150, vinha uma multidão em busca da terra, da madeira e do trabalho; explorava-se o mogno e plantava-se capim para criação do gado bovino. Os trabalhadores que não conseguiam terras concentravam-se nessas novas localidades e nos entroncamentos das estradas.⁶² Nas proximidades de Marabá e de São Geraldo do Araguaia, bem como às

⁵⁸ Idem. Ibidem., p. 106.

⁵⁹ Idem. Ibidem.

⁶⁰ VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Caçando o Destino: um estudo sobre a luta de resistência dos posseiros do Sul do Pará*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais-Antropologia), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1981, p. 38.

⁶¹ *Diário de Carajás*. Os 84 anos de Conceição do Araguaia. Conceição do Araguaia, 30/05/1981, p. 3; PEREIRA, Airton dos Reis. *O fruto da justiça será a paz: uma análise das práticas do Comitê Rio Maria (1991 a 1998)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Marabá (PA): Universidade Federal do Pará, 1999.

⁶² Xinguara, por exemplo, está localizada no entroncamento das rodovias PA-150 (hoje BR-155) e PA-279 (veja figuras, p.xiii e p. 40, desta tese). Em agosto de 1976, residiam ali 50 trabalhadores rurais. Em

margens da PA-150 e PA-70 sentido Marabá-Belém, o acesso de migrantes também foi crescente. Na PA-150, surgiram os povoados de Nova Ipixuna, Arraias (Nova Jacundá) e Goianésia. Na PA-70, os povoados de Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins e Vila Rondon.⁶³ Todos estes povoados são hoje municípios. A população do município de Marabá, por exemplo, que em 1970 contava com 24.474 habitantes, saltou para 59.915, em 1980 e para 152.044, em 1985.⁶⁴

Esse fluxo migratório era constituído, predominantemente, por famílias que haviam sido tangidas pelas dificuldades econômicas e/ou climáticas em suas regiões de origem e, muitas vezes, passando pela experiência de expulsão e de violência no longo trajeto rumo à Amazônia, quando tentaram conseguir uma terra para sobreviver. Um exemplo dessa experiência foi o caso da família de João Martins Neto.⁶⁵ Ele conta que antes de chegar ao estado do Pará, no município de Conceição do Araguaia, no início da década de 1970, vindos de Minas Gerais, a sua família estabeleceu-se em Goiás, no município de Goiás, e depois no norte desse estado, nas proximidades de Colinas. A sua trajetória iniciou-se em 1962 quando a família de seu pai (avô, tios, tias, primos) mudou-se para Goiás, fugindo das dificuldades econômicas naquelas terras. Foram longos dias em um “caminhão pau-de-arara”: homens, mulheres, crianças, cães, algumas mobílias, engenhoca de moer cana, tachos de ferver garapa, ferramentas de carpintaria e para cuidar da roça, etc. Lá, além de cuidar do cafezal do patrão, o que se plantava entre as leiras de café (arroz, milho, feijão) era dividido na meia com o dono da terra. Em Goiás, não conseguindo uma terra como pretendiam, voltaram a trabalhar para grandes proprietários. Além de ceder parte da produção para o dono do imóvel, eram obrigados a deixar a pastagem pronta. No norte de Goiás, depois de percorrerem a recém-construída e empoeirada Belém-Brasília, continuaram trabalhando para grandes proprietários, ocasião em que a família tentou tirar uma posse, mas foi expulsa pelos pistoleiros de um empresário que pretendia aquelas terras. Não houve outra saída senão

outubro de 1978, já povoado denominado “Entroncamento do Xingu”, mais de 8.000 moradores haviam chegado em busca da terra. Cf. TRECANNI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem*: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA/ITERPA, 2001, p. 177.

⁶³ HÉBETTE, Jean. Op. Cit, 2004 (vol. II).

⁶⁴ Incluindo os habitantes de Serra Pelada, a população do município de Marabá, em 1985, era de 205.000 habitantes. A taxa de crescimento foi de 27% ao ano. Cf. FSESP apud MATTOS, Maria Virginia Bastos de. *História de Marabá*. Marabá: Grafil, 1996, p. 77. O crescimento populacional da sede do município, nesse período, foi de 642%. E o crescimento populacional dos povoados: Curionópolis, Eldorado, Parauapebas foi de 3.249%. Cf. ORGANIZAÇÃO E ASSESSORAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E COMERCIAIS – OASPU. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá - PDDI*, Belém, 1988 (Vol. I).

⁶⁵ Entrevista de uma hora e cinco minutos concedida ao autor, em 08/11/2009, cidade de Rio Maria (PA).

vender às pressas a colheita de arroz e de milho e atravessar o rio Araguaia. Finalmente, em contato com posseiros próximos do rio Arraias, conseguiram se localizar numa faixa de terras devolutas pretendida por um gerente de uma grande fazenda do município. Depois das primeiras colheitas, apareceram os pistoleiros ameaçando-os de expulsão. Cansados dos deslocamentos e da vida penosa nas grandes propriedades, resolveram resistir às ameaças, quando finalmente suas terras foram demarcadas pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), em 1980.

Como é possível perceber, a partir do início da década de 1970, à medida que muitas empresas e comerciantes chegavam ao sul e sudeste do Pará, famílias de trabalhadores rurais pobres também demandavam a posse da terra. Os conflitos que ocorreram não foram somente em decorrência da expulsão dos trabalhadores rurais que há muito tempo ocupavam áreas de terras devolutas e não possuíam nenhum tipo de documento que os legitimasse como proprietários. Embora violento, este tipo de conflito aconteceu em menor número e não pode ser entendido como a única forma, em razão das disputas por terras na Amazônia brasileira. Os confrontos em decorrência da apropriação de terra ocorreram também porque os trabalhadores rurais e empresários, comerciantes e/ou fazendeiros que chegavam de outras regiões do Brasil disputavam, simultaneamente, as mesmas áreas de terras devolutas, sobretudo aquelas às margens das novas rodovias. Mas, nesse mesmo período, ocorreram também os conflitos em razão das ocupações de imóveis titulados ou aforados, principalmente os pertencentes às empresas privadas ou grupos familiares detentores do poder local. Quer dizer, à medida que empresários, comerciantes e fazendeiros, especialmente do Centro-Sul, chegavam, trabalhadores rurais empobrecidos lutavam, às vezes, pela mesma área de terras. Mas é preciso considerar também que diversas áreas de grandes empresas rurais, destinadas à criação de gado bovino ou à exploração da castanha-do-pará, foram paulatinamente ocupadas por trabalhadores rurais. Ou seja, os conflitos pela terra, nas décadas de 1970 e 1980, no sul e sudeste do Pará, ocorreram não apenas em razão da superposição de grandes propriedades às posses de trabalhadores rurais. Mas, fundamentalmente, é preciso considerar também a disputa, ao mesmo tempo, entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros de outras regiões do País pela posse de uma mesma área de terra devoluta. Além disso, é necessário levar em conta também a ocupação por parte dos trabalhadores rurais de imóveis titulados ou aforados pertencentes, sobretudo, a empresas agropecuárias.

Estes trabalhadores eram também denominados de *posseiros*, não só eles assim se entendiam, mas órgãos governamentais, a Igreja Católica, os proprietários rurais e a imprensa assim os denominavam. O *posseiro* aqui não é só aquele trabalhador rural ocupante de terras devolutas de áreas denominadas antigas e é expropriado pelas grandes empresas do Centro-Sul do País, como já foi amplamente debatido pela literatura que analisa a questão agrária na Amazônia brasileira, como demonstrado em páginas anteriores, mas também o trabalhador que disputa, palmo a palmo, uma mesma área de terras devolutas com empresários e/ou fazendeiros que haviam chegado de outras regiões do País e a eles resiste. É também denominado *posseiro* aquele trabalhador que ocupa imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos de grandes empreendimentos agropecuários. A categoria *posseiro*⁶⁶ foi apropriada⁶⁷ e ressignificada pelos trabalhadores rurais, principalmente migrantes de diversas regiões do Brasil, transformando-se em uma “nova” categoria. Assim, uma palavra “antiga” até então empregada para nomear os ocupantes de terras devolutas na Amazônia foi recriada com outros significados, outros sentidos, segundo os objetivos da luta pela terra naquele momento.⁶⁸ Os usos políticos dessa designação estabeleceram posições e direitos, mas demarcaram também espaços e poder. A disputa não foi somente pela terra propriamente dita, mas também pelos usos dessa categoria. A sua apropriação, naquele momento, era condição intrínseca à luta pela terra. Por esse meio, os trabalhadores procuravam legitimar a ocupação de diversas áreas de terras devolutas e de imóveis improdutivos perante o Estado e às instituições que os apoiavam como, por exemplo, a Igreja Católica. Ser *posseiro* era, por exemplo, não reconhecer a propriedade que o grande fazendeiro lutava para assegurar como certo e de direito. Por esta razão, quase sempre os trabalhadores rurais, perante a polícia, ao juiz ou aos funcionários do

⁶⁶ O *posseiro*, juridicamente reconhecido, é aquele trabalhador rural que ocupa, sem ser contestado, uma terra pública (Lei 4.504/64 - Estatuto da Terra) ou privada (Lei nº 6.969/81- Usucapião Especial; Constituição Federal de 1988, Art. 191; Lei 10.406/02 - Código Civil, Art. 1.239.), tornando-a produtiva com o seu trabalho e nela tiver morada habitual. Contudo, essa terra não pode estar sendo trabalhada por outra pessoa. Se assim for, este trabalhador deixa de ser considerado *posseiro* para se tornar invasor do domínio alheio. Mais detalhes cf. MIRANDA, Alcir Gursen. Direito agrário e o *posseiro*. *Revista da Faculdade de Direito UFG*, n. 12, v.1/2, 1988, p. 113-123.

⁶⁷ Trabalho aqui com a categoria *apropriação* conforme as formulações de Roger Chartier, que indicam que as práticas apropriadas são, sempre, interpretadas e recriadas com novos sentidos. Cf. *A História Cultural: entre prática e representações*. Lisboa: Difel, 1990; Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, 11(5), São Paulo, 1991; A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, 1994, p. 97-113; "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

⁶⁸ Segundo Reinhart Koselleck, palavras antigas, com o passar do tempo, ganham outros conteúdos e outros significados. Cf. KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit., especialmente o capítulo 5 *História dos conceitos e história social*.

INCRA/GETAT, quando eram convocados a se manifestar sobre qualquer litígio, faziam questão de demonstrar o desconhecimento que tinham do direito que os fazendeiros reivindicavam sobre aquelas terras. Em todos os momentos, os trabalhadores colocaram em dúvida o direito de propriedade que os grandes fazendeiros afirmavam ter mesmo quando lhes eram apresentados os documentos da terra. Poderiam ser papéis fabricados em cartórios com anuência do poder público. E se fossem considerados autênticos entendiam que não eram legítimos porque a terra deveria cumprir a sua função social, conforme o Estatuto da Terra, por exemplo, que previa a desapropriação de terras que não cumprissem a sua função social.⁶⁹

Os novos usos do conceito *posseiro* foram forjados na luta e no conflito. Se por um lado, por meio da ocupação da terra os trabalhadores procuravam contestar e deslegitimar o direito de propriedade e o poder que os fazendeiros e empresários rurais se debatiam para manter, por outro, era notório a sua desqualificação. Os termos como “tubarões” e “grileiros” muitas vezes utilizados pelos posseiros e por membros da Igreja Católica ligados à CPT assumiam uma posição contestatória e desqualificadora. Não é difícil encontrá-los nas falas de posseiros, de sindicalistas e de agentes de pastorais da época. “Tubarão” era considerado um peixe grande e violento, de dentes afiados, que vivia comendo peixes pequenos. Essa imagem era associada aos empresários, comerciantes ou fazendeiros ricos, violentos, com grandes influências nos órgãos e instituições governamentais como o INCRA/GETAT, a polícia, juízes, etc. Estes eram vistos também como “grileiros”, que por meio de seus pistoleiros e com a colaboração dos aparelhos de Estado, ameaçavam, expulsavam e, às vezes, assassinavam posseiros que disputavam com eles áreas de terras consideradas devolutas. O grileiro era entendido não somente como aquele que falsificava e envelhecia documentos,⁷⁰ mas

⁶⁹ O trabalho pastoral desempenhado por padres, freiras e agentes de pastoral da Igreja Católica ligados à CPT influenciaram, em certa medida, esta percepção do direito. Uma discussão mais pormenorizada será feita no capítulo 6 desta tese.

⁷⁰ A grilagem de terras na Amazônia é entendida como uma prática de falsificação de títulos de propriedade e seus registros, bem como de registro de escritura de compra e venda sem a linhagem da transmissão, normalmente com a conivência de serventuários de Cartórios de Registro Imobiliário e de órgãos governamentais. Em conjunto com esses procedimentos o grileiro usa da violência para expulsar e assassinar, normalmente trabalhadores rurais, seus concorrentes. Cf. ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Goiânia: CPT; Petrópolis: Vozes, 1982; TRECANNI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFPA/ITERPA, 2001; CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica*. Brasília, 21/08/2001. Disponível <http://arisp.files.wordpress.com/2009/10/33421741-relatorio-final-cpi-terras-amazonas-grilagem.pdf>. Acessado em 26/07/2012; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, JUSTIÇA GLOBAL e TERRA DE DIREITOS. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflitos e violência na fronteira paraense*. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terras de Direito, 2005.

aquele que era considerado “um impostor, que ficava colocando grilo, bagunça para usurpar, dominar, juntar o máximo de terras para ele”,⁷¹ conta Padre Paulo Joanil, ex-coordenador da CPT de Marabá. Estes eram, às vezes, chamados de “tubarões grileiros”: “fazendeiros poderosos, com muito dinheiro, violento, que juntava terras comendo os pequenos, matando os pobres, engolindo os direitos dos trabalhadores rurais”.⁷² Diversos informativos, cartilhas e cartazes eram produzidos por sindicatos, CPT e Movimento de Educação de Base (MEB) sob essa óptica. Segundo estas organizações, somente os trabalhadores rurais unidos e organizados seriam capazes de enfrentar os “tubarões grileiros”. Um “peixinho” isolado seria engolido, mas juntos eram capazes de colocar os “tubarões grileiros” para correr.⁷³

Vale ressaltar que aqueles que disputavam áreas de terras devolutas, especialmente aquelas que se localizavam ao longo da rodovia PA-150, com os trabalhadores rurais, no sul e sudeste do Pará, poderiam ser empresários, comerciantes ou fazendeiros nas outras regiões do Brasil, principalmente no Centro-Sul, que chegavam ao mesmo tempo em que estes procuravam constituir as suas posses. Ou poderiam ser proprietários rurais já estabelecidos nessa parte do território amazônico, que possuíam terras com títulos definitivos ou de aforamentos. Esses proprietários, às vezes, procuravam ampliar os seus domínios ao lado de seus imóveis ou mesmo distante, disputando terras devolutas com os trabalhadores rurais. Já os posseiros que há muito tempo ocupavam terras devolutas e ali viviam sem ter qualquer documento que os autenticasse como proprietários de suas terras poderiam tornar-se posseiros ocupantes de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos ou disputar com fazendeiros ou empresários uma área de terras devolutas que ainda não havia sido ocupada. Isso poderia ocorrer em duas situações: a) quando o trabalhador deixava de possuir a sua terra – porque havia vendido a outrem ou porque tinha sido expulso por algum empresário, comerciante ou fazendeiro –, ele passava a lutar para adquirir uma outra; b) quando, mesmo tendo uma posse, lutava para adquirir outra para algum parente (filho, pai, irmão, cunhado) ou para vendê-la nos anos subsequentes. Mas a maioria dessas ocupações de terra era efetuada por trabalhadores rurais migrantes que chegavam de

⁷¹ Padre Paulo Joanil, ex-coordenador da CPT de Marabá. Entrevista concedida ao autor, em 15/05/2012. Marabá (PA).

⁷² Idem. Ibidem.

⁷³ Cf. O Grito da PA-150. *Os trabalhadores estão de luto*: O grileiro Osanir Silva manda matar o lavrador “Zé Piau”, e este sangue está clamando por vingança. Ano I, nº8, Diocese de Marabá, dezembro de 1980; O Grito da PA-150. *Preparando o dia 25 de julho*. Temos vitórias a comemorar. Diocese de Marabá, Ano II, nº 14, junho de 1981; O Grito da PA-150. *Querem calar o “GRITO” ameaçando e prendendo lavradores e o povo reage*. Diocese de Marabá, Ano II, nº 16, agosto de 1981.

outras regiões do País em busca da terra. Em 1978, por exemplo, vinte e sete famílias ocuparam 985 hectares de terras na cabeceira do rio Maria, a 12 quilômetros de Xinguara, no sul do Pará. Mas essas terras eram, ao mesmo tempo, pretendidas por Alípio Cardoso, empresário residente em Goiânia (GO), razão pela qual no ano seguinte ele entrou com uma ação possessória contra os trabalhadores rurais. Paulo Fonteles, na época advogado da CPT, foi procurado pelos posseiros e conseguiu indeferir a liminar, decisão esta tomada pelo juiz da Comarca de Conceição do Araguaia Dr. Paulo Sérgio Frota e Silva, garantindo assim a permanência dos posseiros na área. Após essa decisão, funcionários do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) procuraram os posseiros afirmando que eles teriam a posse definitiva da área caso mudassem de advogado.⁷⁴ Na ocasião, os técnicos do GETAT indicaram Dr. Sérgio Guimarães, advogado com trajetória marcada pela ligação com empresários e proprietários rurais, com o GETAT e com a Polícia Federal. Uma vez pressionados, os posseiros aceitaram a proposta. Percebendo a abnegação de Sérgio Guimarães, o posseiro Elisbron Pereira do Lago, juntamente com dois outros posseiros, foi a Brasília procurar solução junto ao presidente do GETAT Iris Pedro de Oliveira. Naquela reunião, ficou acertado que técnicos do órgão fariam o levantamento das benfeitorias dos trabalhadores.

Devido ao desinteresse do advogado, os posseiros perderam a questão na justiça de primeira instância, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJE), em 1983. Cientes da ordem de reintegração de posse em favor de Alípio Cardoso, novamente Elisbron Pereira do Lago procurou o GETAT em Brasília. Na ocasião, o deputado Ademir Andrade (PMDB) esteve com Elisbron em reunião com o presidente do órgão Iris Pedro de Oliveira, mas nada foi resolvido. Finalmente, a ação de reintegração de posse foi executada, em 10 de setembro de 1984, por cerca de 50 policiais militares acompanhados pelo gerente e pelo advogado de Alípio Cardoso. Roças, cercas e currais foram destruídos e 15 casas foram queimadas. Parte dos pertences dos posseiros foi levada para Xinguara e colocada numa Escola Municipal do Setor Tanaka. Após o despejo, Elisbron Pereira do Lago e dois outros posseiros viajaram até Belém à procura de ajuda. Depois de oito dias na capital, por intermédio do então Deputado Federal

⁷⁴ Aproximavam-se as eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de Conceição do Araguaia. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, e os integrantes do GETAT e da Polícia Federal procuraram manter Bertoldo Siqueira Lira, interventor desde 1974, na direção do STR. Paulo Fonteles, da CPT, apoiava a oposição sindical. Sobre as eleições sindicais em Conceição do Araguaia veja capítulo 6, desta tese.

Ademir Andrade, finalmente conseguiram falar com o governador, na época Jader Barbalho, que prometeu solicitar ao GETAT a resolução do problema. Em seguida à maratona dos posseiros com apoio da CPT e dos deputados Ademir Andrade e Paulo Fonteles,⁷⁵ no início de outubro daquele ano, os posseiros se reuniram com o GETAT, em Xinguara. Iris Oliveira determinou então um novo levantamento das benfeitorias dos posseiros, mas antes que o órgão realizasse tal ação, em 30 de outubro, seis outras casas dos posseiros foram queimadas por pistoleiros de Alípio Cardoso. Na época, os posseiros chegaram a relatar que o delegado de polícia de Xinguara teria participado de tal ato. Os posseiros deixaram a área, mas Elisbron Pereira do Lago estava vivendo em casas de outros trabalhadores vizinhos, pois em sua posse ainda haviam ficado as suas vacas. No dia 05 de novembro às seis horas da manhã, quando tirava o leite com seu filho Dismar Lago, de 13 anos, recebeu um tiro que partiu do meio do mato. Ali mesmo junto com as vacas morreu. Seu filho saiu baleado. O corpo ficou exposto até às dezesseis horas, quando foi resgatado pela polícia. Elisbron Pereira do Lago tinha 37 anos, deixou sua esposa viúva e quatro filhos menores.⁷⁶

Outro caso que podemos relatar, demonstrando as disputas entre empresários e trabalhadores rurais em áreas de terras devolutas, é aquele que aconteceu em Piçarra, nas proximidades de São Geraldo do Araguaia. Diversos trabalhadores rurais que haviam atravessado o rio Araguaia, vindos da Bahia, do Espírito Santo e do norte de Goiás, ocuparam algumas áreas de castanhais pretendidas por diversos empresários do Centro-Sul do País. Antônio Raul de Souza, 40 anos, natural de Uruana (GO), casado, pai de dois filhos, conta que comprou, em 1981, uma posse a 10 quilômetros da Vila Piçarra onde já moravam cerca de 120 posseiros. Naquele mesmo ano o GETAT esteve naquela área fazendo uma vistoria. Em 1982, houve nova vistoria. No final daquele ano, o órgão informou que aquelas terras seriam tituladas, mas, em meados de 1983, funcionários do GETAT, acompanhados por agentes da Polícia Federal, entraram na área e quebraram os marcos de cimento que eles próprios haviam fincado nos limites demarcatórios da posse de Antônio Raul. Nesse dia, informaram a Antônio Raul que ele deveria sair da área porque aquelas terras pertenciam à Fazenda Alvorada, da empresa

⁷⁵ Paulo Fonteles foi eleito deputado estadual pelo PMDB, em novembro de 1982, com 13.039 votos. No dia 11 de junho de 1987, foi assassinado por pistoleiros, próximo de Belém (PA), em razão de seu apoio aos trabalhadores rurais na luta pela posse da terra, no estado.

⁷⁶ STR de Xinguara e CPT-Araguaia-Tocantins. *Nota aos trabalhadores rurais de Xinguara e ao povo em geral*. Xinguara, 08/11/1984; Deputado Ademir Andrade. *Discurso preferido na sessão da Câmara Federal dos Deputados*. Brasília, 08/11/1984; Diário do Pará. *Posseiros estão sofrendo pressões*. Belém, 26/09/1984; CPT Norte II. *Balanço da violência no campo 1984*, Belém, dezembro de 1984.

Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda (IMPAR), do grupo Indústria Óleo Pacaembu. Os funcionários do GETAT despejaram então a sua mudança na Vila Piçarra e prometeram indenizar as benfeitorias e dar-lhe outra terra, próximo daquela vila. Certo dia, Raul recebeu a visita de funcionários do GETAT dizendo que a sua posse não seria mais próximo de Piçarra, mas do povoado Paraúnas, algo que nunca aconteceu. Outros posseiros sofreram a mesma ingerência do GETAT para “limpar” a área para a IMPAR, pretendente daquelas terras.⁷⁷

A abertura da PA-70 e da PA-150, entre Marabá e Belém, estimulou a migração e o estabelecimento de milhares de trabalhadores às margens dessas rodovias. Levas de migrantes pegaram a estrada, cruzaram a fronteira e estabeleceram as suas posses às margens das estradas demarcando lotes de 50 e de 100 hectares.⁷⁸ Entre Nova Ipixuna e Goianésia, sobretudo na localidade de Arraias (Nova Jacundá), no sudeste do Pará, comerciantes e fazendeiros, o ITERPA, o GETAT e a PM cometeram muitas violências. Os trabalhos desses órgãos culminavam, quase sempre, na expulsão, prisão, tortura, maus tratos e assassinatos de posseiros. Trabalhadores e lideranças expressivas como Lourival Marques da Silva e José Manuel de Souza, o Zé Piau, foram assassinados, respectivamente em 09/03/1980 e 02/01/1981, a mando de Ozanir Silva, pretenso dono de glebas de terras no Km 58 da PA-150.

Lourival Marques da Silva chegou com sua família em 1977, na altura do Km 51. As terras devolutas às margens da estrada entre o Km 50 e o Km 60, foram aos poucos ocupadas por 50 famílias. Ozanir Silva, fazendeiro do Espírito Santo que também pretendia aquelas terras, passou a ameaçar as famílias. Em março de 1980, o conflito acentuou-se quando Lourival Marques da Silva foi emboscado e assassinado na altura do Km 49, por pistoleiros de Ozanir. No mesmo dia, os próprios trabalhadores conseguiram prender um pistoleiro conhecido por Zé Serra suspeito pelo assassinato e entregá-lo à polícia de Marabá, mas sem qualquer explicação o suspeito foi liberado. José Manuel de Sousa, o Zé Piau, e o posseiro conhecido por Jesuino acompanharam

⁷⁷ Antônio Raul de Sousa. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984; João Natividade da Silva. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984; Maria Ferreira Barbosa. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984; STR de Xinguara. *Fazenda Alvorada*. Xinguara, 30/06/1983.

⁷⁸ HÉBETTE, Jean. Op. Cit. 2004 (Vol. II); O Grito da PA-150, nº. 01, 02, 04, 06, 07 e 08, ano 1980; nº. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, ano 1981 e nº. 20, 21, 22, 24 e 25, ano 1982; Padre Paulo Joanil. Entrevista de quatro páginas cedidas ao autor. Ninheira (MG), 16/12/2009.

dona Conceição, viúva de Lourival, à Delegacia de Polícia de Marabá, à Polícia Militar e ao Exército, mas nenhuma providência foi tomada.⁷⁹

José Manuel de Sousa, o Zé Piau, 33 anos, baiano, era uma das lideranças da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI), delegado sindical e animador da comunidade religiosa da Igreja Católica⁸⁰ naquele lugar.⁸¹ Dois pistoleiros de Ozanir, por volta das dezoito horas e trinta minutos, chegaram à sua casa naquele dia 02 de janeiro com o pretexto de comprar porcos, mas Zé Piau disse que não tinha porcos para vender. Então insistiram para que ele lhes vendesse galinhas. Assim, conseguiram

que Zé Piau saísse de dentro de casa para mostrar as galinhas. Zé Piau estava jantando com a família e foi aí que os pistoleiros retiraram os seus revólveres das botas e dispararam 7 tiros em Zé Piau que morreu instantaneamente e os pistoleiros fugiram (...). Zé Piau, como Lourival, também assassinado pelo grileiro⁸², era grande combativo entre os posseiros em defesa da terra, membro da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá e participante da comunidade local, era uma pedra no caminho do grileiro e por esta razão este o matou.⁸³

O conluio e a convivência de funcionários do ITERPA, do GETAT e policiais militares com fazendeiros, madeireiros e pistoleiros ao que tudo indica foi grande. Somente entre dezembro de 1979 e junho de 1980, segundo o informativo da Diocese de Marabá, *O Grito da PA-150* nº 02, de junho de 1980, cerca de 720 famílias de posseiros foram expulsas ou ameaçadas de expulsão de suas terras por pistoleiros a mando de fazendeiros,⁸⁴ em algumas vezes com a participação direta da Polícia Militar

⁷⁹ O Grito da PA-150. Ano 1, nº 1, Diocese de Marabá, maio de 1980; CPT PA/AP. *Histórico dos assassinatos no estado do Pará* (1980-1996), Belém, 1996.

⁸⁰ Sobre os *animadores de comunidades*, veja capítulo 6, desta tese.

⁸¹ O Grito da PA 150. *Os trabalhadores estão de luto*: o grileiro Osanir Silva manda matar o lavrador “Zé Piau”, e este sangue está clamando por vingança. Diocese de Marabá, Ano I, nº.08, dezembro de 1980, p. 09; CPT PA/AP. Op. Cit., 1996.

⁸² O fazendeiro Ozanir Silva é aqui chamado de grileiro, porque disputava a mesma área de terras devolutas com os trabalhadores rurais. Não se trata do processo de falsificação e envelhecimento de documentos, etc. Essa denominação era dada pelos posseiros e membros da Igreja Católica no sentido de desqualificar os grandes proprietários, que disputavam áreas de terras devolutas com os trabalhadores, junto aos órgãos governamentais. Sobre essa denominação veja p. 50 e 51 desta tese.

⁸³ O Grito da PA 150, Ano I, nº. 08. Op. Cit., p. 09.

⁸⁴ Cerca de 50 famílias de posseiros foram ameaçadas de expulsão nos Km 50 a 60 por Ozanir Silva; no Km 88 (Gleba do Meio), 80 famílias foram expulsas por Antônio Abreu. Casas e plantações foram destruídas; no Km 94 (7 km dentro da mata), 100 famílias foram expulsas por Brasilino Rodrigues de Souza; no Km 94, cerca de 100 famílias foram atacadas por pistoleiros a mando de Sidney Barreto, o Dão; no Km 121, cerca de 200 famílias foram perseguidas pelo Condomínio Espírito Santense, proprietários Capixabas; no Km 88 (6 km fora da estrada), 40 famílias foram despejadas por Geraldo José Batista, o Geraldo Veloso, e, no Km 94 (20 km fora da estrada) outras 20 famílias foram pressionadas a abandonar a área por Dr. Miranda, Dr. Profeta e Dr. Armando. Cf. O Grito da PA-150. *Companheiros*, 25 de julho é dia da classe camponesa. Em marcha pela reforma agrária. Ano I, nº 02, Diocese de Marabá, junho de 1980.

e de funcionários do GETAT ou do ITERPA. Funcionários desses órgãos, às vezes, percorriam as áreas intimidando e ameaçando os posseiros. Segundo a CPT, no dia 03 de junho de 1981, por exemplo, o executor do GETAT, de Nova Jacundá (hoje cidade de Jacundá), armado com um revólver calibre 38 e acompanhado pelo gerente e três pistoleiros de Onésio Guerra humilhou e intimidou 100 posseiros nas proximidades de Arraias (Nova Jacundá). Argumentava que aquelas terras eram de Onésio Guerra, devendo, portanto, os posseiros se retirarem da área.⁸⁵ O mesmo aconteceu no início de julho, no km 41 (PA-150) quando um funcionário do GETAT secundado por policiais e pistoleiros expulsou 17 famílias de posseiros em favor de Luiz Capixaba.⁸⁶ Mas funcionários do ITERPA também não deixavam por menos, procurando, talvez, colocar em prática o que determinava a lei que criou o órgão.⁸⁷ Conta Luís Silva, 38 anos, posseiro no km 168, da PA-150, distante sete quilômetros da rodovia.

No dia 19 de agosto de 1981, por volta das 3 horas da tarde, a minha residência foi invadida pelo grileiro Luizinho Baiano, acompanhado pelo Dr. Elcio do ITERPA, um sargento e um cabo da PM de Tailândia e o filho do grileiro Luizinho chamado Ledi. Chegando em minha residência, só encontraram minha esposa e os filhos e botaram a metralhadora em cima dela com as crianças e a fizeram correr pelo mato, num verdadeiro ato de violência e abuso de poder. Quando cheguei, ao ser avisado pelo filho, fui forçado a acompanhá-los com a família sob a mira da metralhadora num caminho madeireiro do grileiro e fomos conduzidos até a sede do grileiro. Eles jogaram todos os pertences no chão e espalhando-os e revirando tudo, num verdadeiro vandalismo, sempre dizendo que estavam procurando arma. Minha esposa chamada Francisca disse que a arma que tinha era a Bíblia, nisso pegaram a Bíblia e a jogaram pelo chão dizendo que isso não vale nada. Na sede do grileiro, fomos novamente humilhados chamando-me de “bandido”, de “invasor” e palavras desse teor. Também tomaram duas espingardas, uma minha e outra do meu vizinho chamado Sebastião, também pegaram nossos nomes. Antes dessa violência fomos atacados pelo seu filho Ledi armado de um rifle juntamente com dois pistoleiros. Perguntei nessa ocasião se eles tinham documento da terra, eles me responderam não interessa nada de documento (...). Declaro também que somos quatro moradores nessa área e todos foram tirados dessa área.⁸⁸

⁸⁵ CPT de Marabá. *GETAT*: jagunço de grileiro. Marabá, 06/07/1981.

⁸⁶ O Grito da PA-150. *Reforma agrária radical e imediata*: a maior bandeira de luta dos camponeses. Diocese de Marabá, Ano II, nº15, julho de 1981.

⁸⁷ Lê-se no Art. 16, § 4º da Lei nº 4.584, de 08/10/1975 que criou o ITERPA: “O ITERPA atuará diretamente ou em colaboração com os interessados perante todos os órgãos do Poder Público, especialmente Justiça e Polícia Federal e Estadual, Prefeituras, Secretaria de Estado de Agricultura, Ministério Público e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), para impedir ou reprimir invasões de terras, depredações florestais, adulterações de limites, ocupações antecipadas ou excessivas, fraudes documentais, demarcações ou localizações irregulares, registros ilícitos e quaisquer outros atos que atentem contra a posse ou a propriedade legítima de glebas rurais, devolutas, tituladas ou em fase de alienação ou legalização”. Cf. PARÁ. Lei nº 4.584, de 08/10/1975. DOE nº 23.130, DE 15/11/1975.

⁸⁸ O Grito da PA-150. *Querem calar o “GRITO” ameaçando e prendendo lavradores e o povo reage*. Diocese de Marabá, Ano II, nº16, de agosto de 1981.

Esse pequeno fragmento possibilita esclarecer como operava alguns aparelhos de Estado na questão da terra no sul e sudeste do Pará. Quando funcionários do ITERPA ou do GETAT não percorriam as áreas dos posseiros em conjunto com os pretendentes daquelas terras e seus pistoleiros intimidando, humilhando, ameaçando e expulsando os trabalhadores, como é possível observar na fala de Luiz Silva, às vezes, apareciam às reuniões armados. Também obrigavam os posseiros, sob intimidação ou tortura praticada por pistoleiros e policiais, nas sedes dos órgãos ou na delegacia de polícia, a assinarem documentos de desistências de suas terras, como aconteceu no dia 30 de outubro e no dia 20 de novembro de 1981, quando dezenas de posseiros, depois de presos e torturados pela PM, foram obrigados a assinar as suas desistências em favor de Luizinho Baiano e de Carlos Galvão.⁸⁹

Entre abril de 1979 e outubro de 1987, 37 trabalhadores rurais foram mortos ao longo da PA-150, entre o trecho que vai de Nova Ipixuna a Goianésia. 13 destes foram assassinados pela PM a mando de fazendeiros.⁹⁰ Os policiais prediletos dos fazendeiros e os mais temidos pelos posseiros eram o cabo Manoel Dias Aragão, o Cabo Dezinho e, às vezes, o soldado Francisco Assis Valentim. Pouco adiantou as inúmeras denúncias efetivadas pela CPT, Equipe de Pastoral da PA-150 e pela Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá às autoridades locais e estaduais.

Uma pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) constatou que dos 1.363 conflitos de terra ocorridos no Brasil, entre 1971 e 1981, 629 haviam acontecido na Amazônia brasileira. 201 desses casos tinham sucedido no estado do Pará. Esse estado foi responsável por 108 conflitos ocorridos entre 1980 e 1981. 70 desses 108 conflitos ocorreram em Jacundá (9), Marabá (15) e Conceição do Araguaia (46), no sul e sudeste paraense. Já com relação ao número de assassinatos por questões fundiárias, segundo essa pesquisa, 52 mortes ocorreram em Conceição do Araguaia e 12 em Marabá.⁹¹

⁸⁹ O Grito da PA-150. *Nosso Brasil é um país de despejados*. A grilagem e o latifúndio guarnecidos pelo poder dos opressores. Diocese de Marabá, Ano II, nº19, novembro de 1981.

⁹⁰ Assassinatos praticados por membros da PM: em Nova Ipixuna foi assassinado o posseiro Otávio Soares da Silva (29.06.80); em Nova Jacundá, foram assassinados três posseiros não identificados (abril de 1979), Fernando Francelino (17.08.81), Adão da Costa Silva (02.11.82) e “Antônio de Marrocos” (24.12.82); em Goianésia, foram assassinados os posseiros Osmar (10.08.80), Vicente Pádua Justo (17.08.80), as meninas Edileusa e Elizabeth (17.09.80), François (17.09.80) e Elmecino Moraes dos Santos (agosto de 1984). Cf. Arquivo CPT de Marabá.

⁹¹ SANTOS FILHO & PORTO, Op. Cit., p. 6-11.

Diante desses fatos, talvez seja revelador o que José de Souza Martins, em *Militarização da questão agrária no Brasil*,⁹² identificou como três tipos de violências contra o posseiro na Amazônia. Segundo ele,

Inicialmente, a violência física do policial, do jagunço, contra o posseiro, o peão, que foi também o primeiro passo no fornecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública. Em segundo lugar, a violência da justiça, desmoralizada pela execução de sentenças de despejo com jagunços e outros recursos particulares de grileiros e grandes empresas; uma justiça transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa. Em terceiro lugar, e como consequência dos efeitos contrários e comprometedores para a ordem pública das duas violências anteriores, a violência que é a interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial, na questão fundiária, mediante o alijamento da justiça do processo decisório, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político.⁹³

Estamos diante do que poderíamos chamar, talvez, de uma expansão da privatização dos espaços públicos. Ou seja, de práticas que revelam não só a omissão e a cumplicidade de juízes, de funcionários do GETAT, do ITERPA, da Polícia Federal e da Polícia Militar e Civil do Pará, mas o quanto essas instituições públicas agiram, com violência, contra os trabalhadores rurais em favor dos fazendeiros e empresários rurais, na defesa da grande propriedade.

Quer dizer, o sul e o sudeste do Pará, entre a segunda metade da década de 1970 e os primeiros anos dos anos de 1990, se apresentaram como um território marcado por um complexo movimento de luta pela terra. Ali os confrontos não estiveram relacionados diretamente só às expulsões de posseiros, que há muito tempo ocupavam terras devolutas, por empresários e proprietários rurais do Centro-Sul do Brasil. Os embates e os enfrentamentos em torno da posse e usos da terra foram provenientes também das disputas simultâneas entre trabalhadores rurais empobrecidos que chegavam de diversas regiões do País e empresários, comerciantes ou fazendeiros do Centro-Sul que contavam com apoio político e financeiro do Estado. É preciso considerar ainda que os conflitos de terra ocorrem, principalmente, porque levas de trabalhadores rurais migrantes, que se identificando como posseiros, ocuparam inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, fazendo dessa parte da Amazônia brasileira um dos espaços mais violentos do Brasil.

⁹² MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁹³ Idem. *Ibidem*, p. 59.

A COLONIZAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA: O “PIC MARABÁ”, AS OCUPAÇÕES DE TERRA E OS CONFLITOS

A notícia da colonização ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230), anunciada pelo Governo Federal nos anos de 1970, estimulou a chegada de muitos trabalhadores rurais pobres em busca da terra e da sobrevivência de suas famílias no sul e sudeste do Pará. Fazia-se concretizar um dos feitos do governo civil-militar, após 1964, de orientar os fluxos migratórios para a Amazônia vista como um grande vazio demográfico.

No nível do discurso oficial, o deslocamento dos denominados excedentes populacionais do Nordeste, do Sul e do Sudeste do Brasil “esvaziaria” os conflitos sociais nessas regiões¹ ao mesmo tempo em que criaria polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais na Amazônia. Ao mesmo tempo, esse deslocamento populacional faria da Amazônia uma área fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos do Centro-Sul do País.

Conforme consta no discurso proferido pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici para uma plateia de empresários e políticos, por ocasião de uma reunião extraordinária da SUDAM, na cidade de Manaus (AM), em 08/10/1970, o governo considerava necessária a colonização da Transamazônica porque seria “o esforço necessário à solução dos dois problemas: o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (...)”; e que nessas condições se impunha “a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM (...)”² porque segundo ele,

O atraso e a pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para o diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa

¹ HEBETTE, Jean. Op. Cit., (Vol. II e IV); GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. Op. Cit., 2003; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 6 (2), 1985, p. 127-140.

² Cf. MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Sog o signo da fé*. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970, p. 150.

produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul.³

Esse discurso estava associado à política de desenvolvimento e de segurança nacional que esse e outros governos civis e militares haviam planejado para a Amazônia. Além de orientar a migração e controlar a ocupação das áreas ditas vazias, considerava-se atuar sobre os pontos de conflitos e tensões sociais em outras regiões do País, sobretudo no Nordeste, à medida em que estimularia e apoiaria, financeiramente, a expansão de grandes grupos econômicos do Centro-Sul na Amazônia. Preserva-se, assim, nessa lógica, a concentração de enormes parcelas de terras nas mãos da iniciativa privada ao mesmo tempo em que concedia incentivos fiscais para que fossem investidos na criação de gado bovino. De acordo com Ianni (1979), a política de colonização de Médici foi adotada no sentido de realizar uma política de contra-reforma agrária no Brasil. Uma prática que visava “bloquear, suprimir ou reduzir às mínimas proporções a reforma agrária que os trabalhadores rurais estavam realizando”⁴ por seus próprios meios tanto no Nordeste e no Sudeste do País, quanto na Amazônia.

A previsão do governo era de instalar, sob a coordenação do INCRA,⁵ 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes de 100 hectares cada, nos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC) Marabá, Altamira e Itaituba.⁶ Para tanto, foram constituídas equipes de seleção dos interessados em diversas partes do Brasil, notadamente no Nordeste, num trabalho articulado entre o INCRA e diversas prefeituras municipais. Além do transporte para os núcleos de colonização e de um lote com uma área de 100 hectares, era prometido a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, quatro hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila. Segundo Elísio Contini,⁷ o INCRA havia estabelecido, durante a seleção dos agricultores para os PICs Marabá, Altamira e Itaituba, uma conta de 70% para os interessados dos estados

³ Idem., p. 148.

⁴ IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 137.

⁵ O INCRA foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, substituindo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária.

⁶ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 67.557, de 12/11/1970. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 13/11/1970, p. 9.662.

HAMILIN, Phillipp. O Fracasso anunciado. *Museu Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão*, 1991, p. 161-176; HEBETTE, Jean. Op. Cit., 2004 (Vol.II).

⁷ Cf. CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, 1976, p. 144-145.

do Nordeste, 10% para os provenientes do Rio Grande do Sul e 20% para os que viessem dos demais estados brasileiros. A preferência pelos agricultores do Nordeste era considerada levando em conta a capacidade de expulsão (excedente populacional) e a tensão social ali verificada. Contudo, foi dada importância à introdução de tecnologia nas áreas de colonização, composta por maioria nordestina. Por isso, buscou-se selecionar agricultores do Rio Grande do Sul a fim de possibilitar o que foi denominado de “efeito demonstração”. Ou seja, para o Governo Federal, os agricultores do Sul ensinariam os nordestinos a trabalhar com a terra na Transamazônica usando tecnologias modernas no trato da lavoura.

O *PIC de Marabá*, conforme o planejamento proposto pelo Governo Federal, se estenderia por 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira e ocuparia uma faixa de dez quilômetros de cada lado da Transamazônica. Além da distribuição de lotes, a partir de riscos e desenhos lineares em mapas, previa-se a construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis localizadas em distâncias regulares ao longo da rodovia, sem total conhecimento do relevo, da disponibilidade de água, das condições climáticas, etc. A cada cinco quilômetros, uma vicinal, adentrando a floresta, cruzaria a estrada. Segundo o economista Reinkold Stephanis, um dos diretores do INCRA, as agrovilas formariam “um cinturão em torno das agrópolis, comunidade onde funcionar[i]am alguns serviços essenciais para o agricultor, como instalações para beneficiamento de produtos, armazéns e pequenos estabelecimentos comerciais, sendo que a cada 40 km da Transamazônica haver[i]a uma agrópolis, e a cada três agrópolis surgir[i]a uma rurópolis”.⁸

Quando, de fato, se procurou executar o projeto de colonização, o *PIC de Marabá* acabou se posicionando em pequenos trechos nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga. Foi nesse último que INCRA iniciou os seus trabalhos, mais precisamente na faixa de terra que está localizada entre o km 35 e o km 112, sentido leste da cidade de Marabá, compreendendo dois quilômetros do lado direito (entre a estrada e o rio Tocantins) e dez quilômetros do lado esquerdo da rodovia.⁹ Os lotes localizados na orla da estrada passaram a medir 500 x 2.000 metros e os do fundo 400 x 2.500 metros. Além de uma agrovila, o órgão construiu em cada lote uma casa de tabuas e um hectare de roça. Contudo, quando se fez necessário abrir as vicinais que constavam

⁸ Cf. CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976, p. 90.

⁹ Foram distribuído, mais ou menos, 1.200 lotes nessa parte do PIC-Marabá, no município de Itupiranga. Cf. Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista de quatro horas e sete minutos concedida ao autor, em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA).

no mapa oficial do projeto se percebeu que algumas delas passariam pelo meio de rios, pântanos ou escalavam serras. As terras situadas além foram destinadas às grandes propriedades para a criação de gado bovino.

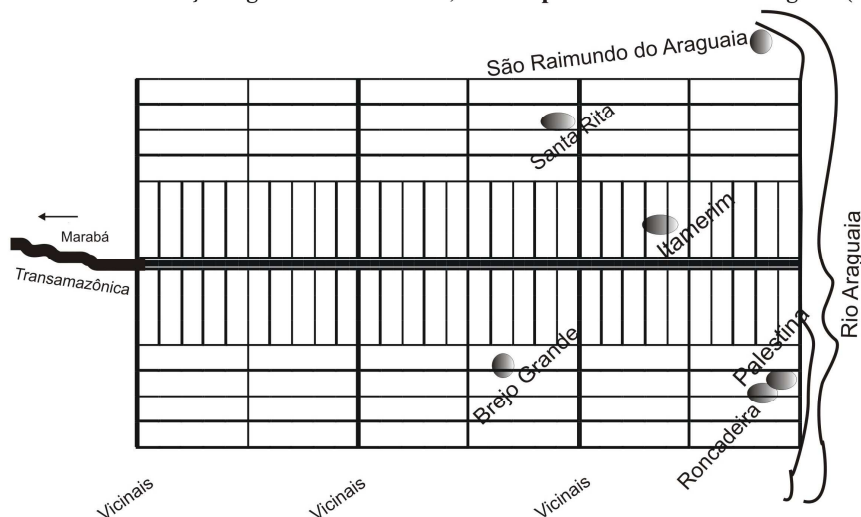
Já a faixa de terra localizada no município de São João do Araguaia, onde o INCRA procurou implantar o seu projeto de colonização, era totalmente ocupada por posseiros que haviam atravessado o rio Araguaia, nas décadas de 1950 e 1960, vindo do Maranhão, Piauí, Ceará e norte de Goiás. Ali estes trabalhadores rurais haviam construído os *centros* conhecidos por Santa Rita, Itamirim, Brejo Grande e Roncadeira. Ao executar a proposta de colonização, nesse trecho da Transamazônica,¹⁰ o órgão acabou entrando em conflito com estes trabalhadores. Em um abaixo-assinado, com 806 assinaturas, encaminhado ao Presidente da República, mais de 4.000 posseiros das localidades conhecidas por São Domingos do Araguaia, Brejo Grande, Santa Rita, Açaizal, São José, Palestina e São João do Araguaia, ao longo da Transamazônica, reclamavam da atuação do INCRA nessa parte da Amazônia: muitos viram as suas terras serem entregues a outras pessoas ou serem reduzidas em seus tamanhos. Foi nesse período, mais precisamente no final de 1972, que 62 famílias de Roncadeira, nas proximidades do Rio Araguaia se acharam sobressaltadas quando o Sr. Vitor Linhares Marinho, assentado pelo INCRA, começou a fazer as suas roças e cercas de arame dentro do povoado. As famílias sentindo-se prejudicadas enviaram cartas ao Presidente da República e fizeram abaixo-assinados e diversas reuniões com a direção do INCRA em Marabá. Em uma dessas reuniões, depois de reiteradas reclamações, um funcionário do órgão chegou a ameaçar os moradores dizendo que iria derrubar todas as casas do povoado com um trator.¹¹ Em uma outra, segundo Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá, ele ouviu, quando acompanhou uma comissão formada por cinco posseiros da Roncadeira, a seguinte frase do Coronel Carneiro Leão, chefe do INCRA, em Marabá: “Consultei os nossos registros, mas não consta nada da presença

¹⁰ O INCRA distribuiu, aproximadamente, 900 lotes entre o km 55 e 120 (do rio Araguaia ao Igarapé Grota dos Veados), no município de São João do Araguaia, sentido leste de Marabá, numa área de 7,5 km de cada lado da rodovia. Ali o órgão não construiu casas ou roças para os colonos. Cf. WAMBERGUE, Emmanuel. *L'arbre politique: les organisations paysannes pour la conquête de la terre dans la région de Marabá sur un front pionnier de la transamazonienne au Brésil*. 1999. Dissertation (Le degré de maître dans Ingénieur en Agronomie Tropicale) – Montpellier, França, Centre National d'Etudes Agronomiques des Régions Chaudes, 1999; Almir Ferreira Barros, entrevista de três horas e setenta e cinco minutos concedida ao autor, em 06/11/2010, Palestina do Pará (PA); Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista de quatro horas e sete minutos concedida ao autor, em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA).

¹¹ PENA, Dom Alano Maria. Amazônia: “terra sem homens” ou homens sem terra? Depoimento de Dom Alano Maria Pena, O.P., bispo de Marabá-PA à CPI da Terra, 27/04/1976. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano VII, nº 02, março/abril, 1976, p. 18-33.

desse povo na área da colonização; essas pessoas não deveriam estar lá!”.¹² Para o INCRA, o povoado e os modos de vida

PIC Marabá - traçado geométrico dos lotes, município de São João do Araguaia(PA)



das pessoas que lá moravam valiam menos do que o interesse do órgão em implantar nessa parte da Amazônia um Projeto de Colonização idealizado pela tecnocracia do governo central. Além do deslocamento de famílias empobrecidas de outras regiões do País para essa parte do território amazônico, o INCRA procurava controlar a população local. Só mais tarde, depois de muita resistência, o INCRA resolveu deixar ali as famílias, mas destinou aquelas terras, onde faziam as suas roças e criavam os seus animais domésticos, ao assentamento de famílias que chegavam de diversas partes do Brasil.

Alguns posseiros que possuíam mais de 100 hectares onde o PIC Marabá foi implantado viram as suas terras divididas e cedidas a outras pessoas. Outros, parte de suas posses ficaram dentro dos limites do Projeto de Colonização e parte fora. Muitos tiveram as suas casas de um lado da linha divisória dos lotes e as suas roças e pastagens do outro. Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a parte da terra onde estavam as suas casas ou ficar com a parte da terra onde estavam as suas roças. O senhor Almir Ferreira Barros, por exemplo, foi obrigado a abrir mão de parte de seus 42 alqueires (203,2800 ha.) que havia posseado antes do início da construção da rodovia e casar-se no civil para permanecer com uma parcela de terras:

¹² Entrevista de trinta e oito minutos concedida ao autor, em 07/05/2012, Marabá (PA).

Me disseram: “nós vamos fazer a divisão porque agora você ficou dentro da faixa de colonização. Você não pode ficar com mais de um lote. Você procura uma pessoa sua para dar o outro lote”. Mas eu disse: “o meu benefício está no segundo lote, eu quero ficar no primeiro aqui onde está a minha casa, o meu sítio, essas coisas, mas os meus pastos estão lá no outro lote”. “Mas não tem jeito, tem que dividir no meio”. Aí mediram e dividiram no meio. Aí eu disse: “então faz o seguinte, eu vou dar para o meu cunhado. Ele fica aí, ele também está aqui junto, mas não está no lote então eu posso dar para ele mais o pai dele (...)”. Nesse tempo eu tinha arrumado uma mulher. Quando eles vieram pegar os documentos me disseram: “se você quiser adquirir a terra você tem que casar civil”, aí eu tive que ir lá em Marabá casar civil. Até isso eles impuseram. “Se não casar no civil você não terá a terra”.¹³

Por meio desse fragmento, é possível perceber que o governo da ditadura civil-militar procurou, nos primeiros anos da década de 1970, não só impor à população dessa parte da Amazônia uma proposta que não fazia parte de seus interesses como buscou discipliná-la. Ou seja, usando o discurso de ocupação dos espaços vazios, além de determinar que aquelas terras, há muito tempo ocupadas por trabalhadores rurais, deveriam ser destinadas a concretizar a sua política de colonização da Amazônia, o Governo Federal, por meio do INCRA, decidiu como seriam os traçados topográficos e os tamanhos dos lotes dos colonos ao mesmo tempo em que buscou identificar e manter sob seu controle os posseiros que ali moravam.

Nesse período, desenrolava-se na confluência dos rios Araguaia e Tocantins o movimento que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. Os trabalhos do INCRA se intensificaram justamente quando as Forças Armadas procuravam aniquilar os guerrilheiros ligados ao PC do B que viviam no meio dos posseiros. Ou seja, a implantação de parte do PIC-Marabá, no município de São João do Araguaia, foi decidido posteriormente ao início da colonização na Transamazônica. A execução desse projeto, nessa parte do território paraense, só se efetivou porque o Exército havia descoberto no meio dos posseiros um grupo de jovens ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) que queria organizar uma ofensiva armada contra o governo central. As ações das forças de segurança acabaram recaindo também sobre os trabalhadores rurais. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, agente do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), um dos principais coordenadores da repressão do Exército aos militantes do PC do B, tentou por diversas vezes, por exemplo, transferir para a agrovila que se construía às margens da Transamazônica, na altura do km 97, os moradores das vilas Santa Rita, Itamerim, Roncadeira e Brejo Grande. A rodovia, entre

¹³ Almir Ferreira Barros, entrevista cedida, em 06/11/2010.

as margens do Rio Araguaia e a cidade de Marabá, tornou-se um espaço totalmente controlado pelo Exército e pela Polícia Militar. Barreiras e blitz eram facilmente encontradas nesse trajeto, como aconteceram diversas vezes nos entroncamentos para São Domingos do Araguaia e Brejo Grande. Na vila conhecida por Bacaba, ali próximo, o Exército instalou parte de suas tropas nos alojamentos deixados por uma das empresas que havia trabalhado na abertura da estrada. Qualquer pessoa poderia ser suspeita de ligação com os guerrilheiros. Nem os padres e as freiras que desenvolviam naquelas comunidades rurais os trabalhos pastorais da Igreja Católica foram poupados do sistema de vigilância e repressão do Exército, como aconteceu com os padres franceses Roberto de Valicourt e Humberto Rialland, da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada que haviam chegado a São João do Araguaia, no início da década de 1970, e a irmã Maria das Graças, Dominicana de Monteil, que também morava naquela localidade.¹⁴ Roberto de Valicourt e a irmã Maria das Graças foram presos e torturados, em 01/06/1972, suspeitos de serem guerrilheiros ligados ao PC do B, soltos muitas horas depois por meio da interferência do bispo da Prelazia de Marabá, Dom Estevão Cardoso de Avelar.¹⁵ Roberto de Valicourt conta que ele e Irmã Maria das Graças foram presos e torturados por soldados do Exército depois de ter celebrado uma missa no dia de *Corpus Christi*, em São Domingos do Araguaia:

(...) A Igreja estava cercada por soldados armados. O delegado de polícia de nome Francisco estava feliz da vida porque queria prender a gente. Então celebramos a missa, mas os cantos saíram fraquinhos (risos). Depois saímos, fomos para casa, deixamos as coisas da Igreja e acompanhamos os militares. Eles nos colocaram num jipe, Maria das Graças e eu. Nós fomos, passamos pelo Açaizal, Vila São José e Metade. Na vila Metade eles mandaram a gente se sentar e aí ficaram olhando uns retratos. Muitos retratos. Olhando e comparando. Eles tinham ali as fotografias dos guerrilheiros do Araguaia, chamados os *paulistas*. Então eles comparavam e diziam: “é ele mesmo”. A gente não estava entendendo bem, a gente não sabia de tudo isso. Depois nós voltamos para casa, já era quase meia noite. Fomos dormir. Maria das Graças ficou muito nervosa, eu nem tanto. Eu não estava entendendo muitas coisas da guerrilha, eu não sabia disso ainda. No dia seguinte eles vieram nos buscar.

¹⁴ PRELAZIA DE MARABÁ. Acontecimentos desagradáveis em São Domingos, Palestina, Brejo Grande e São Geraldo. Revista *SEDOC – Setor de Documentação*, nº 51, Vol. 5, Petrópolis-RJ, agosto de 1972.

¹⁵ Dom Estevão Cardoso de Avelar, nesse período, era bispo da Prelazia de Marabá. A Prelazia de Conceição do Araguaia foi criada em 1911, com sede na cidade de Conceição do Araguaia, do desmembramento da Arquidiocese de Belém, compreendendo a área territorial denominada hoje de sul e sudeste do Pará. Em 1969, a sede foi transferida para a cidade de Marabá, passando a denominar-se Prelazia de Marabá. Em 14 de julho de 1976, essa jurisdição eclesial foi dividida dando origem as Prelazias de Marabá e de Conceição do Araguaia. Dom Estevão Avelar assumiu a Prelazia de Conceição do Araguaia e Dom Alano Maria Pena, na época, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belém, a Prelazia de Marabá. Em 16 de outubro de 1979, pela Bula *Cum Praelatura*, do Papa João Paulo II, essas duas prelazias foram elevadas a Dioceses. Cf. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986, especialmente as páginas 48-50; CNBB. Diocese de Marabá. <http://www.cnbbrn2.org.br/2012/index.php/dioceses/diocese-de-maraba>. Acessado em 13/08/2012.

Então fomos no jipe deles: Maria das Graças, eu e um rapaz que morava na entrada de São Domingos, um lutador de circo, ele trabalhava num circo. Fomos nós três no jipe para o rumo de Araguatins (...). Paramos em Palestina numa casa que parece que era o Correio. Estava cheia de soldados. Lá o negócio foi feio. Começaram logo a me dar uns tapas, me jogaram no chão, me chutaram, botaram os dedos nos meus olhos e falavam: “diga onde está o Humberto! Vocês são todos comunistas. Vocês são todos subversivos! Vocês vão morrer já, já!” Me jogaram no chão, me bateram muito. A Maria das Graças eles humilharam dizendo: “aqui nós não vamos torturar você não, mas em Araguatins tem especialista em tortura de mulher. Lá eles vão te estuprar, cortar os seus seios, vai ser pior do que o padre que esta aqui apanhando viu! Esses cadernos todos aí são subversivos?” Ela tinha uns cadernos com nomes de crianças que seriam batizadas. Ela disse: “são muito novos esses subversivos, seis meses, oito meses”! Foi uma hora de taca. Eu fiquei meio tonto, com os olhos todos inchados. Depois amarraram a gente com umas cordas. Os três com os braços para trás. O rapaz que estava conosco não apanhou. Amarraram a gente com as mãos para trás passando a corda pelo pescoço e nos jogaram, segurando pelos braços e pelos pés que nem porcos, dentro do jipe. Eles foram conversando no jipe: “vocês são terroristas mesmo, vocês vão morrer já já”(...). Em Araguatins depois que passamos a tarde toda lá, depois que Dom Estevão interferiu, a noite eles disseram: “vocês agora vão voltar para São Domingos”. Nos trouxeram de volta para São Domingos do Araguaia. Lá encontramos as irmãs preocupadas chorando, o Humberto também.¹⁶

Essa situação narrada pelo padre Roberto de Valicourt é muito parecida com as relatadas por diversos trabalhadores rurais que foram presos e torturados pelo Exército durante os anos compreendidos entre 1972 e 1974 no sul e sudeste do Pará. Os suspeitos de serem os colaboradores dos militantes do PC do B ou simplesmente por ter sido vizinhos dos supostos guerrilheiros eram presos e torturados.¹⁷ A implantação do Projeto de Colonização do Governo Federal às margens da rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia, nos primeiros anos da década de 1970, foi inserida nesse contexto da Guerrilha do Araguaia, inclusive alguns ex-guias do Exército, assentados pelo tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió,¹⁸ na Estrada

¹⁶ Roberto de Valicourt. Depoimento dado aos participantes do I Encontro do Grupo OPOMIL (Ordem dos Pregadores; Oblatos de Maria Imaculada; e Leigos), em Palestina do Pará, 16 e 17 de janeiro de 2009, gravado e transcrito pelo autor.

¹⁷ Antônio Alves Sousa, trabalhador rural que morava na localidade conhecida por Abóbora, em São Geraldo do Araguaia, conta que foi preso e torturado durante 22 dias pelo Exército, acusado de ser um colaborador dos guerrilheiros do PC do B. Antônio Souza era vizinho de Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, e Antônio Carlos M. Teixeira, o Antônio, seu esposo, guerrilheiros presos e executados posteriormente. Cf. Entrevista de uma hora e dez minutos concedida a Adnair Alves Silva e Marilene Pinheiro da Silva Vieira, em Xambioá (TO), no dia 18/07/2009. Relatos de vários trabalhadores rurais presos e torturados durante a Guerrilha do Araguaia podem ser encontrados nos vídeos-documentários “*Araguaia: campo sagrado*”, produzido e dirigido por Evandro Medeiros, Marabá, 2010 e “*Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro*” produzido pela Fundação Maurício Graboys e dirigido por Vandrê Fernandes, São Paulo, 2010.

¹⁸ Curió continuou controlando a população local após a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Não só visitava e prestava serviços assistenciais aos ex-guias do Exército, mas interferia na organização dos STRs ao mesmo tempo em que procurava afastar os trabalhadores rurais da Igreja Católica, acusada de ocultar padres e freiras comunistas e subversivos. No início da década de 1980, foi designado interventor no Garimpo de Serra Pelada, pelo Governo Federal. Foi Deputado Federal (PDS) pelo Pará (1982-1986) e

Operacional 3 (OP-3),¹⁹ passaram a fazer parte dos beneficiários do referido Projeto de Colonização a partir de 1974.²⁰

Os posseiros que não aceitaram as condições impostas pelo INCRA na faixa de colonização procuraram terras onde havia outros posseiros. “Muitos posseiros”, conta Almir Ferreira Barros, “ficaram sem a terra. Muitos deles não aceitaram porque tinha medo da colonização porque não entendia. Eles diziam: ‘isso aí é uma escravidão que o governo vai impor ao trabalhador rural. Você vai ter todo um controle por eles’. Eles achavam que o agricultor iria produzir, mas não iria armazenar. Quem iria armazenar era o governo, iria montar um armazém para armazenar a produção de todo mundo. O governo só iria te dar aquele tantinho de tua despesa, o outro que iria vender, comercializar o que você plantou e colheu. Então era uma conversa feia. O povo ficou com medo de ser controlado”. Além dessas questões, a forma de demarcação das terras pelo INCRA influenciou nas decisões dos trabalhadores. Os lotes por eles demarcados levavam em consideração a relação com o lugar: o curso d’água, o tipo do solo, as montanhas, a vizinhança etc. algo que o INCRA não observava. Mas o receio dos posseiros pode estar relacionado também à repressão que o Exército vinha fazendo à população local em função da perseguição aos guerrilheiros do PC do B, como mencionado anteriormente. Ali diversos carros, com as inscrições “INCRA”, eram utilizados pelo Exército na repressão à população local. Os posseiros que moravam na localidade conhecida por Faveira e os que estavam próximos das vilas Bom Jesus e Bacaba, por exemplo, onde alguns guerrilheiros também tinham terras, foram retirados de suas posses ou totalmente controlados pelo Exército.

Já os trabalhadores que foram chegando de outras regiões do Brasil encontravam nas agrovilas²¹ técnicos do INCRA que eram responsáveis pelo cadastramento e sua localização nos lotes. Segundo Emmanuel Wambergue, o Mano, ex-agente da CPT de Marabá, na década de 1970:

prefeito de Curionópolis (nome em sua homenagem - cidade localizada no Km 30 da PA-275, entre Eldorado dos Carajás e Serra dos Carajás) pelo PMDB (2000-2004), com apoio de Jader Barbalho, reeleito em 2004 pelo Democratas - DEM), mas cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em 2006, acusado por compra de votos.

¹⁹ As Estradas Operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) foram abertas pelo Exército para a movimentação de suas tropas. A OP-3 liga a rodovia Transamazônica ao povoado de Santa Izabel, às margens do rio Araguaia; A OP-2 (atual BR-153) une a referida rodovia a São Geraldo do Araguaia passando por São Domingos do Araguaia; já a OP-1 possibilita acesso entre a OP-2 e a OP-3.

²⁰ INCRA/CR-01. *Relatório anual*. Belém, 1974.

²¹ A agrovila da área de colonização localizada no município de São João do Araguaia se formou no Km 97 da rodovia Transamazônica. Já a agrovila em Itupiranga se situou no entroncamento da rodovia com a estrada que dá acesso à sede daquele município.

Chegava gente quase todos os dias com a visão que aqui “era terra prometida, terra para todo mundo, os militares estão dando terras, o Curió está apoiando os pequenos”. Essa era a visão lá fora. Aí veio um monte de gente. Chegava gente do Nordeste e da região pobre do Centro-Oeste e Sudeste: de Minas Gerais, do Goiás e da Bahia, só que era gente muito pobre. Poucos vieram pra cá tendo vendido uma terrinha. Muitos de Minas Gerais e Bahia eram vaqueiros trazendo um dinheirinho da venda de parte do gado que tocava para eles, do Nordeste poderíamos dizer, eram pobres mesmo. Quantas vezes vi gente chegar aqui só com a rede, umas panelas, umas roupas embrulhadas pela rede, a mulher e os filhos²².

Emmanuel Wambergue destaca nesse fragmento que, diferentemente dos posseiros alcançados pelo projeto de colonização, os migrantes pobres que chegavam em busca da terra enxergavam na proposta do Governo Federal a possibilidade de sobrevivência de sua família. Muitos eram aqueles que não tinham outra coisa a não ser uma rede, umas panelas, os filhos e muita esperança. Para superar as dificuldades de adaptação e de consolidação no lugar, mesmo diante da presença do Estado por meio do INCRA, não restava a não ser as relações no campo do espaço privado da família, da rede de parentesco, da vizinhança e a participação nas comunidades religiosas da Igreja Católica.²³

Mas, com frequência, os novos colonos eram deslocados de um lugar para outro no sentido de concretizar um projeto traçado sem conhecimento das condições físicas e climáticas do lugar. Os técnicos do INCRA coordenavam os armazéns, as farmácias, as escolas e as usinas de beneficiar arroz que ali foram instaladas. Até os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) foram criados e assessorados por eles. Esse controle só deixou de existir quando, já na Nova República, os posseiros ocupantes de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, assessorados pela CPT, conseguiram ganhar as eleições sindicais.²⁴ Segundo Manoel Monteiro dos Santos, na época cadastrado no Projeto de Colonização na altura de Itupiranga, além de controlar o STR daquele município, o INCRA não cedia lotes para as pessoas que não fossem casadas no civil. Lá, segundo ele, era o próprio INCRA que organizava os casamentos de diversos trabalhadores: “O INCRA só dava terra para quem era casado. Ele preferia fazer o casamento aqui na Transamazônica mesmo. Na época os casamentos eram coletivos, de

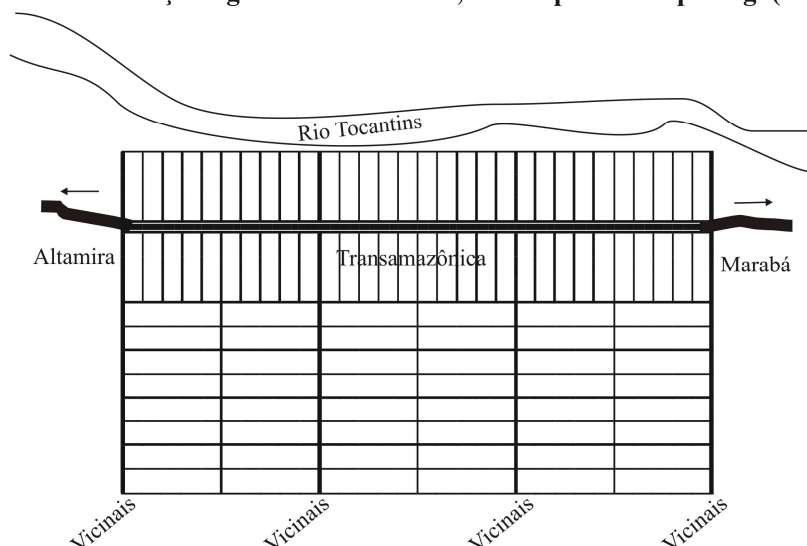
²² Entrevista concedida em 05/12/2006, já citada.

²³ HEBETTE, Jean. Op. Cit., 2004 (Vol.II).

²⁴ Veja capítulo 6 deste trabalho.

cem, duzentos casamentos num dia só. Casando o povo para poder receber o lote”, conta ele.²⁵

PIC Marabá - traçado geomético dos lotes, município de Itupiranga(PA)



Já as extensões de terras sob o domínio dos grandes fazendeiros, ao longo da rodovia entre os municípios de São João do Araguaia e Itupiranga,²⁶ não foram incluídas no rol de áreas designadas ao Projeto de Colonização como aconteceu em Altamira. Enquanto o Decreto-Lei nº 68.433, de 29/03/1971, garantiu a desapropriação de imóveis particulares situados numa área de 64.000 quilômetros quadrados ao longo da rodovia Transamazônica, entre Altamira e Itaituba, o Decreto-Lei nº 1.164, de 01/04/1971, diferentemente, preservou as propriedades particulares situadas no raio de 100 quilômetros de cada lado da Transamazônica, entre Estreito (MA) e Altamira (PA). Talvez seja por esse motivo que os grandes imóveis localizados nessa faixa de terras não foram destinados à colonização. Afinal, a federalização dos 100 quilômetros de terras devolutas de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, como previstos pelo referido decreto, foi para viabilizar a implantação dos projetos agropecuários, sobretudo, aqueles destinados à criação de gado bovino.²⁷

Em 1973, quando a migração de trabalhadores rurais para a Transamazônica havia superado a expectativa do INCRA, que até então procurava disciplinar o

²⁵ Entrevista cedida a Ronaildes Lima Silva, em 16/12/2010, cidade de Itupiranga (PA). Manuel Monteiro dos Santos foi presidente do STR de Itupiranga e diretor da Regional Sudeste da FETAGRI.

²⁶ Entre estes dois municípios está a cidade de Marabá.

²⁷ COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

povoamento “espontâneo” na Amazônia, o governo de Emílio Garrastazu Médici passou a priorizar as ações que já vinham desenvolvendo no processo de implantação de grandes empresas na Amazônia. Numa reunião, em agosto daquele ano, contando com 20 maiores empresários do Centro-Sul do País, que queriam adquirir terras ou captar recursos provenientes dos incentivos fiscais ou mesmo ampliar as suas propriedades na Amazônia, o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso declarou que o governo planejava investir, no final de 1973 e durante o ano de 1974, um bilhão de dólares na implantação de grandes empresas na Amazônia. Segundo ele, até então, o Estado havia dado ênfase à colonização de pequenos agricultores como uma política social, mas que dali para frente a ocupação dessa parte do território nacional entraria na fase dos grandes consórcios.²⁸ Em maio de 1974, já no mandato de Ernesto Geisel, Lourenço Vieira da Silva, presidente do INCRA, garantiu que o governo substituiria os Programas Integrados de Colonização²⁹ por polos de desenvolvimento na Amazônia. O destaque seria dado à pecuária de corte, aos projetos de colonização por meio de empresas e cooperativas do Centro-Sul do País³⁰ e à exploração mineral e madeireira

²⁸ CNBB. Op. Cit., 1976; TRECANNI, Girolamo Domenico. Op. Cit., 2001.

²⁹ Além dos PICs na Transamazônica, no estado do Pará, outros estavam em funcionamento em Rondônia, como Ouro Preto, Ariquemes, Jiparaná, Ribeiro, Dutra, entre outros. Cf. IANNI, Octavio. Op. Cit., 1979; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 6 (2), 1985, p. 127-140. HÉBETTE, Jean. A colonização na Amazônia brasileira: um modelo para uso interno. In: HÉBETTE, Jean. Op. Cit., 2004 (Vol. II), p. 275-294.

³⁰ A colonização por meio de empresas e/ou cooperativas agrícolas, denominada de Colonização Particular ou Privada, foi impulsionada, a partir de 1974, com o governo de Ernesto Geisel, colocando em segundo plano aquela executada pelo INCRA. Foi para concretizar esse modelo de colonização que o Governo Federal passou a ceder grandes extensões de terras e incentivos financeiros aos empresários para que eles dividissem e vendessem lotes de terras aos agricultores que chegassem atraídos pelas promessas de solos férteis, créditos bancários, infraestrutura e outras facilidades. Mato Grosso foi o estado, dentre os da Amazônia brasileira, que registrou o maior número de projetos de colonização privada. Uma única experiência dessa modalidade de colonização, no sul e sudeste do Pará, foi experimentada pela Construtora Andrade Gutierrez, na Gleba Carapanã, no município de São Felix do Xingu, no sul do Pará, a qual foi denominada de *Projeto Tucumã*. Essa empresa adquiriu, em 1979, cerca de 400.000 hectares de terras do Governo Federal, entre as reservas dos índios Xicrin e Kayapó e dividiu-os em lotes de 55 a 280 hectares. A companhia abriu 38 escritórios de vendas de terras e montou um sistema de propaganda nos estados do Sul e Sudeste do Brasil prometendo, além da terra, créditos, assistência técnica, escolas, estradas, centros urbanos, etc. Em 1982, foram assentados os primeiros colonos oriundos do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Mas milhares de famílias pobres, vindas de diversos estados do Nordeste e do Sudeste do País foram impedidas pela empresa porque não apresentavam condições econômicas para aquisição das terras. Uma *guarita* (ou *gurita*) foi montada no portão de entrada do projeto. Ali uma multidão, sem condições para voltar às suas regiões de origem, montou barracas, casas, pequenos comércios, prostíbulos, etc. Nesse período, a empresa foi obrigada a conviver com as constantes ameaças de ocupação de suas terras por parte de trabalhadores rurais e de garimpeiros que descobriram filões de ouro na área titulada (Grotta da Taca, Cuca, etc.). Um esquema de segurança foi montado. Posseiros e garimpeiros foram, de forma violenta, expulsos. Mas a notícia da qualidade das terras e do ouro na área do *Projeto Tucumã* estimulou o fluxo migratório para a *guarita*. Em 1984, cerca de 12 mil pessoas já moravam no portão do *Projeto Tucumã*. Já no planejado núcleo urbano da Andrade Gutierrez não passavam de 3 mil pessoas. Em 1984 e 1985, o GETAT tentou ajudar a empresa a dirimir os problemas

porque, para ele, já não havia mais necessidade de o governo trazer famílias empobrecidas das diversas regiões do País para o território amazônico, elas já estavam chegando por conta própria:

Não significa que os projetos de colonização não deram certo, mas sim, devido à desnecessidade de atrair colonos, uma vez que estes estão afluindo para esta região espontaneamente. Assim cabe ao INCRA canalizar racionalmente estes fluxos migratórios e oferecer oportunidades de trabalho simultaneamente a concessões para beneficiar empresas e cooperativas.³¹

Esse fragmento do discurso do presidente do INCRA esboça, de certa forma, os propósitos das políticas de desenvolvimento dos sucessivos governos da ditadura civil-militar projetadas para a Amazônia brasileira. O fluxo migratório de milhares de famílias para essa parte do território nacional, além de ter sido planejado, de acordo com o discurso oficial, com o objetivo de esvaziar os conflitos e as tensões sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, foi um mecanismo potencialmente importante na formação de um mercado de trabalho regional. A denominada redistribuição dos excedentes demográficos na área de atuação da SUDAM contribuiria na expansão de atividades produtivas exportáveis como a mineração e a pecuária. Foram para esses setores, especialmente o agropecuário, que o governo central canalizou os seus esforços.

de ocupação de sua área. Em uma reunião realizada na praça pública, na *Guarita*, Adalberto José Serra Luz, chefe de segurança da ANDRADE GUTIERREZ, foi reconhecido pela multidão quando assessorava os funcionários do GETAT, em cima do palco montado em frente ao escritório do órgão. Ele era acusado por diversos atos de violência contra posseiros e garimpeiros da área. Ali foi linchado por homens, mulheres e crianças. Em junho de 1985, a área foi totalmente ocupada por mais de três mil famílias. Sem controle do projeto, a empresa vendeu, por 26 milhões de dólares, as terras para o Governo Federal. O GETAT cadastrou as famílias. Três anos depois, em 1988, a *Guarita* e a *Agrovila do Projeto Tucumã* foram emancipadas do município de São Félix do Xingu. A *Guarita* recebeu o nome de Ourilândia do Norte e a *Agrovila* o nome do Tucumã. Hoje, segundo dados do IBGE, Ourilândia do Norte tem uma população de 27.359 habitantes e Tucumã, 33.690. Mais detalhes sobre essa tentativa de colonização particular, no sul e sudeste do Pará, cf. SCHMINK, Marianne and WOOD, Charles H. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992, especialmente o cap. 7 “Private Colonization: The Rise and Fall of Tucumã”. Excelentes análises que problematizam as estratégias de colonização dos governos militares na Amazônia por meio da iniciativa privada podem ser encontradas em GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda Do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002; *Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia*. In: *Projeto História: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 2003; *Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita*. In: MONTENEGRO, Antônio et al (Org.). *História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008; *História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas*. Amazônia Legal. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 85-129; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Op. Cit., 1985. OLIVEIRA, João Mariano de. *A Esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop*. Dissertação (Mestrado em Geografia), São Paulo: FFLCH/USP, 1983; TEIXEIRA, Luciana. *A colonização no norte de Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista-UNESP, Presidente Prudente - SP, 2006.

³¹ Trecho do discurso de Lourenço Vieira da Silva, presidente do INCRA, publicado em CNBB. Op. Cit., 1976, p. 121.

Na exposição de motivos, encaminhada por sete ministros de estado ao Presidente da República como justificativa do decreto-lei que criou o Programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em 1974, por exemplo, com o título “A Estratégia de Ocupação Econômica da Amazônia”, assinalava-se que o programa de polos pecuários seria desenvolvido, especialmente, no norte do Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará, em áreas de cerrado, cerradão e mata-fina, permitindo elevar o rebanho da Amazônia para 5.000.000 de cabeças até o fim daquela década. Segundo essa exposição de motivos, o programa seria realizado levando em consideração dois componentes estratégicos: “sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor”.³² Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, concessionárias de automóveis, mineradoras e empresas da área de transportes, da construção civil e de estradas do Centro-Sul investir na criação de gado bovino, com subsídios do Governo Federal. Até meados da década de 1980, cerca de 9 milhões de hectares de terras já haviam sido ocupados por fazendas de gado no sul e sudeste do Pará.³³

Em dezembro de 1974, o INCRA havia estabelecido apenas 5.717 famílias nos denominados Projetos Integrados de Colonização (Marabá, Altamira e Itaituba). Um percentual muito inferior à estimativa do Governo Federal que previa assentar, até essa data, 100.000 famílias ao longo da Transamazônica. No *PIC Marabá*, apenas 1.422 famílias estavam instaladas, sendo 873 na altura de Itupiranga e 549 em São João do Araguaia (538 às margens da rodovia e 11 na OP-3).³⁴ Foi a partir deste ano que o órgão deixou de criar condições para a acomodação dos colonos: não promovia mais o transporte de trabalhadores para os núcleos de colonização, nem os remunerava nos seis primeiros meses a título de ajuda de custo e nem realizava obras de infraestrutura necessárias à ocupação dos lotes. Para Alfredo Wagner de Almeida³⁵, o próprio INCRA e o Ministério da Agricultura passaram a admitir publicamente as suas preocupações com os fluxos migratórios e os conflitos agrários nas áreas consideradas novas e não se eximiram em defender a necessidade de solucionar os problemas agrários nordestinos no próprio Nordeste e deixar a Amazônia à implantação de grandes projetos agropecuários. Nesse período, o movimento guerrilheiro do PC do B já havia sido

³² *O Estado de São Paulo*, de 26 de janeiro de 1974, apud IANNI, Octavio. Op. Cit., 1978, p. 225.

³³ KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, v.16, n. 45, 2002, p. 37-61.

³⁴ CONTINI, Elísio. Op. Cit., 1976, p. 151.

³⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993.

totalmente aniquilado e as forças militares, que permaneceram na área, já estavam com as suas bases fixadas na cidade de Marabá. Nesta cidade, foi instalado o 52º Batalhão de Infantaria de Selva; o 1º Grupo de Artilharia de Companhia da Selva; o 23º Batalhão Logístico da Selva; a 23ª Companhia de Comunicações de Selva e o 33º Pelotão de Polícia do Exército.³⁶ Mas os oficiais militares ficaram preocupados com os conflitos de terra e com a presença de alguns padres, principalmente estrangeiros, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins nos anos que sucederam a 1975. Eles acreditavam que o clero estava incentivando e apoiando a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra. Para eles, o trabalho pastoral da Igreja Católica no campo era orientado pelo PC do B, porque, segundo eles, o partido não tinha abandonado a ideia de continuar a luta armada no Araguaia contra o regime civil e militar e tinha adotado como estratégia a organização e conscientização da população por meio das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores rurais que era a posse da terra.³⁷ Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, passou a percorrer a zona rural de São João do Araguaia, Brejo Grande, São Geraldo, São Domingos do Araguaia, Palestina e Conceição do Araguaia distribuindo leite em pó, brinquedos e remédios para a população. Ao mesmo tempo, interferia na organização dos STRs³⁸ e nos conflitos de terra³⁹ e pedia aos trabalhadores rurais para não participarem das missas e nem receberem em suas casas os padres das prelazias de Marabá e de Conceição do Araguaia. Para substituí-los, levou na estrada OP-3, por diversas ocasiões, um Capelão Militar para celebrar missas e fazer batizados à revelia de Dom Alano Pena, bispo da Prelazia de Marabá.⁴⁰

³⁶ Após o término da Guerrilha do Araguaia, o Exército permaneceu ao longo da rodovia Transamazônica, entre Imperatriz (MA) e Itaituba (PA). A Companhia de Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá, coordena, hoje, além das unidades militares abrigadas em Marabá: o 50º Batalhão de Infantaria da Selva (Imperatriz-MA), o 51º Batalhão de Infantaria da Selva (Altamira-PA), o 53º Batalhão de Infantaria da Selva (Itaituba-PA) e o 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva (Tucuruí-PA). São cerca de 5.600 soldados.

³⁷ Centro de Inteligência do Exército-CIE. *Guerrilha Rural* - documento básico, 1976. 14f. (datilografado) - Arquivo da CPT de Marabá.

³⁸ Sobre a interferência de Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, nas eleições sindicais veja capítulo 6 desta tese.

³⁹ Serviço Nacional de Informação/Agência Central. *Informação nº1137-A/SPC/AC/81*. SNI, 07/07/1981 (com carimbo de “confidencial”) – Arquivo CPT de Marabá; MOURA, Sebastião Rodrigues. *Relatório de Operações*. Operação Bamerindus. Itaipavas. s/d – Arquivo CPT de Marabá

⁴⁰ Roberto de Valicourt. Depoimento dado aos participantes do I Encontro do Grupo OPOMIL (Ordem dos Pregadores; Oblatos de Maria Imaculada; e Leigos), em Palestina do Pará, 16 e 17 de janeiro de 2009, gravado e transcrito pelo autor; Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista de quatro horas e sete minutos concedida ao autor, em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA); CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 2003; BODANZKY, Jorge e SALEN, Helena. *Igreja dos oprimidos*. Direção de Jorge Bodanzky. Rio de Janeiro: Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas, 1986.

Foi nessa época que o INCRA passou a fazer a discriminação das terras do sul e sudeste do Pará, sob o efeito do Decreto-Lei nº 1.164, procurando identificar as áreas de terras devolutas com vista a sua regularização em nome daqueles que a requeriam. Por esse meio o órgão, identificou os denominados “excessos” ou “sobras de terras” de muitos castanhais com títulos definitivos ou de aforamentos. Essas “sobras de terras” foram regularizadas em nome de parentes dos proprietários desses castanhais. Em 1974, embora mantendo a sua sede em Marabá, o INCRA abriu um escritório em São Geraldo do Araguaia, distrito de Conceição do Araguaia. Ali já estava instalado o Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC), remanescente dos combates ao movimento guerrilheiro do PC do B. Naquele distrito, as tropas abriram algumas estradas e, em conjunto com o INCRA, passaram a prestar alguns serviços assistenciais como consultas médicas e odontológicas, distribuição de remédios, etc. Foi nesse contexto que ocorreu o confronto armado entre os posseiros de Perdidos e a Polícia Militar, em outubro de 1976, quando o INCRA fazia a demarcação das terras que, até então, pertenciam à Fundação Brasil Central,⁴¹ separando-as das terras devolutas. Essa demarcação teria sido uma exigência da Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda (IMPAR), do grupo Óleo Pacaembu, que possuía onze glebas de 4.356 hectares cada uma, com títulos cedidos pela Fundação Brasil Central. Mas os posseiros não aceitaram a imposição do INCRA e enviaram a Belém um representante para tentar garantir os seus direitos. Jogado de um lado para outro, Joel Rodrigues de Souza, posseiro daquela localidade, voltou para casa sem ter resolvido a questão. Foi também a Brasília tentar providências junto ao Ministério da Justiça. Quando lá estava, o INCRA de São Geraldo do Araguaia convocou a PM para dar cobertura à demarcação das terras. No dia 27 de outubro daquele ano, os posseiros mandaram avisos ao INCRA e à PM dizendo para não prosseguirem com a demarcação, porque lhes prejudicava. Nesse mesmo dia, uma carta de Dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo de Conceição do Araguaia, em apoio aos posseiros, foi lida na Rádio Educadora do Araguaia, da Prelazia, porque ele sabia que o clima já estava tenso na área. Além de expor o apoio e

⁴¹ A Fundação Brasil Central (FBC) foi criada em 04 de outubro de 1943, por Getúlio Vargas, (Decreto-Lei nº 5.878) com o objetivo de colonizar parte da Amazônia brasileira e do Brasil Central cedendo lotes com mais de 3.000 hectares à iniciativa privada. As terras localizadas à margem esquerda do rio Araguaia, num total de 50 milhões de hectares, foram doadas à Fundação Brasil Central (FBC), em 1945, pelo então interventor federal Coronel Magalhães Barata. Em 1961, sob a Lei Estadual 3.196, o Governador do Pará Moura Carvalho revogou as doações a FBC, mas considerou os títulos de 35 glebas expedidos pela Fundação, numa área de 152.000 hectares. Cf. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986, p.20; FERNANDES, Marcionila. Op. Cit., p. 32-36.

solidariedade aos posseiros, Dom Estevão dizia, naquela carta, que estava enviando o Padre Florentino Maboni para estar com eles.

A Vila São Geraldo não possuía vigário, mas contava com três jovens leigos, agentes de pastorais, vindos do Rio de Janeiro, que percorriam as comunidades a pé, quando adentravam a mata, ou de canoas pelo rio Araguaia e seus afluentes. Mas o Exército via o trabalho desses três jovens com suspeita ante a problemática da guerrilha ocorrida entre 1972 e 1974, e os proibiu de se ausentarem da vila. Por essa razão, Dom Estevão Cardoso de Avelar os retirou de lá. Em seguida, voltaram para o Rio de Janeiro. Como se acirravam cada vez mais as tensões entre os posseiros, grandes empresários rurais e o INCRA, o bispo e os padres reunidos no Conselho Diocesano, em Conceição do Araguaia, deliberaram que Florentino Maboni, padre de Santo Ângelo (RS), recém-chegado à Prelazia, iria ao local do conflito em nome do bispo. Como ele havia chegado há pouco tempo, imaginavam que não seria acusado de ligação com os posseiros.⁴² Padre Maboni, fazendo-se acompanhar pelo seminarista Hilário Lopes da Costa,⁴³ que conhecia o trajeto até Perdidos, só chegou à Boa Vista, vila daquela localidade, às margens do rio Araguaia, no final do dia 27 de outubro, quando os moradores já se encontravam em pânico. Dois soldados da PM haviam sido mortos e dois outros tinham saído feridos. Embora avisados para não entrarem na área dos posseiros, o INCRA e a PM continuaram com a demarcação das terras a pedido da IMPAR. Dezoito policiais coordenados pelo tenente Walmary se viram no meio de uma trincheira preparada pelos posseiros. Os soldados Ézio Araújo dos Santos e Claudomiro Rodrigues da Fonseca morreram no local. Máximo e Rui da Silva saíram feridos.⁴⁴ O enterro dos dois soldados, em Belém, foi realizado com a participação de autoridades militares e civis com destaque nos principais jornais paraenses. O governador do Pará, Aloysio Chaves⁴⁵, ajudou a carregar os caixões e não deixou de insinuar que subversivos estranhos haviam insuflado os posseiros.

Padre Maboni e Hilário Costa procuraram tranquilizar os trabalhadores rurais que estavam com muito medo da repressão policial. De fato, no dia 30 de outubro, cerca de 50 policiais entraram na área, queimaram diversas casas, prenderam e

⁴² FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986.

⁴³ Hilário Lopes da Costa, ex-padre, é hoje agente e agrônomo da CPT de Tucuruí.

⁴⁴ João de Deus Medrado de Abreu. Entrevista de quarenta minutos concedida ao autor em 12/07/1993, São Geraldo do Araguaia (PA).

⁴⁵ Aloysio da Costa Chaves (ARENA), ex-reitor da Universidade Federal do Pará e ex-Juiz do Trabalho, foi Governador do Pará (1975-1979) e Senador da República (1979-1987). Cf. PETIT, Pere. Op. Cit.; BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Pará -TRE. *Resultado das eleições gerais no Pará (1945 a 2006)*. Belém: TRE-PA, 2008.

torturaram cerca de cem pessoas. O Exército interveio. Trinta dos posseiros presos foram levados para Belém e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Padre Maboni e Hilário foram também presos e torturados. Hilário foi liberado no dia 8 de novembro daquele ano, mas Maboni permaneceu preso e transferido dia 12 de novembro para Belém. Dom Estevão de Avelar foi submetido a longos interrogatórios e também enquadrado na Lei de Segurança Nacional. O mesmo aconteceu com Dom Alano Maria Pena, bispo recém-empossado em Marabá, que se envolveu no caso apoiando o bispo de Conceição do Araguaia e os posseiros de Perdidos. A imprensa não se eximiu em publicar as declarações dos militares contra a Igreja. A CNBB distribuiu uma nota acusando o General Ernesto Geisel e o Conselho de Segurança Nacional pelos conflitos em Perdidos e pelos atos violentos da polícia contra os posseiros e contra os padres do Araguaia. Em fevereiro de 1978, finalmente os bispos e os posseiros foram inocentados.⁴⁶

Mas o Decreto Estadual nº 9.203, de 15 de julho de 1975, assinado pelo então governador do estado, Aloysio da Costa Chaves, foi também um dispositivo legal que contribuiu com a apropriação de terras consideradas devolutas por parte de grandes fazendeiros do sul e sudeste do Pará. Conforme consta no terceiro parágrafo do Art. 197 da referida lei, os fazendeiros que possuíam títulos de aforamentos teriam “(...) o direito de incluir em seus aforamentos os excessos de áreas existentes entre os limites naturais constantes de seus títulos e as superfícies neles consignadas, ou efetivamente ocupadas, desde que esse excesso, em cada lote, não ultrapasse a 50% da área aforada”.⁴⁷ O Instituto de Terras do Pará (ITERPA), criado logo depois,⁴⁸ foi o órgão que, em parceria com o INCRA, atuou na discriminação e na regularização de terras devolutas, procurando colocar em prática essa lei. Ou seja, não só o Governo Federal, com base no Decreto-Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971, e na Lei 6.383, de 07 de dezembro de 1976,⁴⁹ buscou regularizar os imóveis de empresários e de fazendeiros que apropriavam de terras devolutas, no sul e sudeste paraense, como também, o Governo do Estado do Pará, em consonância com o Governo Federal, destinou grandes extensões de terras à iniciativa privada por meio da alienação de terras públicas que

⁴⁶ SDDH. *Povo do Pará se manifesta-1976-1979*. Belém, 1979; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986; Resistência. *Morte*. Belém, Março de 1989; IANNI, Octávio. Op. Cit., 1978.

⁴⁷ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem e natureza*. Belém: CEJUP, 1992, p. 111.

⁴⁸ Cf. PARÁ. Lei nº 4.584, de 08/10/1975. DOE nº 23.130, de 15/11/1975.

⁴⁹ Enquanto o Decreto-Lei nº 1.164, de 01/04/1971, repassou para a União as terras devolutas localizadas na faixa de cem quilômetros de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, a Lei 6.383, de 07/12/1976, estabeleceu o processo discriminatório das terras devolutas da União e incumbiu o INCRA por esse trabalho.

estavam sob sua jurisdição. Muitos donos de castanhais pertencentes às famílias tradicionais do sudeste paraense como os Mutran, os Azevedo, os Moraes, os Chamié e os Almeida puderam, por esse meio, incorporar aos seus aforamentos ou regularizar áreas de terras que estavam ocupando.⁵⁰ Foi nesta conjuntura, mais precisamente a partir do início de 1979, quando os Programas Integrados de Colonização-PICs (Marabá, Altamira e Itaituba) não passavam dos 7.674 famílias assentadas,⁵¹ que a colonização ao longo da rodovia foi totalmente desativada.⁵² As famílias que não foram expropriadas pela Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, como aconteceu com cerca de 620 famílias do município de Itupiranga,⁵³ uma vez sem apoio dos órgãos governamentais e num ambiente alheio à sua tradição cultural, viram-se obrigadas a abandonar os seus lotes ou vender para outros migrantes com melhores condições econômicas. Izabel Lopes Filha, Coordenadora Estadual do MST, conta que na faixa de colonização depois de Itupiranga, sentido oeste, os colonos: “Não tinham estrada. Se caminhava 10, 15, 20 quilômetros subindo e descendo grandes serras. Era também uma região de muita malária. O pessoal dizia que ‘dava malária até em macaco’. Muitos trabalhadores morreram, muitas crianças morreram, aí não deu outra, muitas famílias abandonaram os seus lotes mesmo. Houve muita desistência das terras”.⁵⁴

Na prática o denominado *PIC-Marabá* foi executado longe dos limites do município de Marabá e não atingiu as grandes extensões de terras de fazendeiros e de empresários da castanha-do-pará, do sudeste paraense. Dom Alano Pena, bispo de Marabá, em seu depoimento à CPI da Terra, em 27/04/1976,⁵⁵ disse aos deputados que os trabalhadores rurais traduziam a sigla do INCRA como “Infelizmente Nada Conseguimos Realizar na Amazônia”.⁵⁶ Hoje em São João do Araguaia é difícil ver os vestígios de um projeto que prometia terras e melhores condições de vida aos trabalhadores rurais pobres. Segundo Jean Hébette,

⁵⁰ EMMI, Marília. Op. Cit., 1987.

⁵¹ Sendo 3.035 famílias, em Marabá, 3.595, em Altamira e 1.044, em Itaituba. Cf. WAIKER, Robert Toovey et al. As contradições do processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônica. *Documentos nº 93*, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, Agosto, 1997, p.13.

⁵² MOUGEOT, Luc J.A. Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie : les premières leçons de Tucuruí, Para. *Cahiers des Sciences Humaines*, 1986, 22 (3/4), p. 401-417; WAIKER, Robert Toovey et al. Op. Cit.

⁵³ Idem. Ibidem, p. 408.

⁵⁴ Entrevista de uma hora e dez minutos concedida ao autor, em 29/12/2006, Marabá (PA).

⁵⁵ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Fundiário Brasileiro, conhecida como *CPI da Terra*, foi criada pela Resolução nº. 23/76 com o objetivo de investigar as irregularidades das atividades ligadas ao sistema fundiário de todo o território nacional.. Cf. BRASIL. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diário do Congresso Nacional (Seção I)* - (Suplemento). Ano XXXIV – Suplemento ao nº 121, Capital Federal, Sexta-feira, 28/09/1979, p. 1233-1263.

⁵⁶ PENA, Dom Alano Maria. Op. Cit., p. 30.

(...) os frutos da colonização oficial não corresponderam, nem de longe, às expectativas despertadas por uma propaganda irresponsável motivada por objetivos políticos ou puramente comerciais. Seria injusto atribuir ao INCRA a origem de todas as frustrações. Muitos dos fracassos registrados se devem mais à política agrícola global do Estado, à marginalização generalizada da pequena produção de alimentos, à pressão dos objetivos de Segurança Nacional.⁵⁷

Contudo, se levarmos em consideração as estratégias dos militares, com o discurso de ocupação dos espaços vazios na Amazônia, podemos perceber que a colonização na Transamazônica funcionou, talvez, como um dos principais estímulos à migração para o sul e o sudeste do Pará. Se fizermos um levantamento sobre os fluxos migratórios para essa parte do território amazônico, vamos perceber que em menos de cinco anos não foi preciso mais o Governo Federal investir na propaganda, no transporte e no assentamento de famílias empobrecidas de diversas regiões do Brasil ao longo dessa rodovia. Centenas de trabalhadores passaram a chegar por sua própria conta. Esse movimento pode ser verificado em quase todos os municípios do sul e sudeste do Pará durante os anos de 1970 e na década seguinte. Segundo informações de Dom Alano Maria Pena à CPI da Terra, em abril de 1976, quando falava sobre a colonização na Transamazônica, “foi praticamente inviável a tentativa de se fazer centros de triagem para colonos, no início do processo migratório, quando se chegou a um índice de entrada no sul do Pará⁵⁸ de cerca de 15 mil colonos por ano”.⁵⁹ Os municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá cortados pela rodovia Transamazônica saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225.75%. Já os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970, passando para 130.029, em 1980,⁶⁰ com crescimento de 222.09%.⁶¹ Grande parte dessas famílias de trabalhadores rurais passou a ocupar as propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos. Nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga, por exemplo, centenas de famílias que chegaram em busca da

⁵⁷ HEBETTE, Jean. Op.Cit., 2004 (Vol. II), p. 284.

⁵⁸ Dom Alano Pena se refere como sul do Pará à área geográfica denominada nesta tese como sul e sudeste do Pará. Cf. figura p.v e nota 1 da Introdução desta tese.

⁵⁹ PENA, Dom Alano Maria. Op. Cit., p. 29.

⁶⁰ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico Pará*. VIII Recenseamento Geral 1970, Vol. 1, Tomo IV. Rio de Janeiro, maio de 1973; *Censo Demográfico: dados distritais (Pará)*. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, Vol. 1, Tomo 3, n. 4. Rio de Janeiro, 1983.

⁶¹ Esses municípios, a partir da segunda metade da década de 1980, foram divididos dando origem a outros municípios, abrigando, hoje, mais de um milhão de pessoas. Cf. IBGE. *Cidades*. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em 26/10/2012.

terra e não encontraram apoio do INCRA ocuparam e demarcaram, elas mesmas, as terras em lotes de 100 hectares cada, dando continuidade as vicinais a partir da Transamazônica, como aconteceu com os castanhais Rainha, Cuxiu, Araras, Veneza, etc. Tantos outros trabalhadores rurais, atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal, antes mesmo de chegarem aos núcleos de colonização ou de tentarem empregos na abertura de estradas, como exemplo, a PA-150, em serrarias ou em fazendas, passaram a ocupar diversos imóveis com projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, como ocorreu em Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia.

Para Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá, “a grande luta dos posseiros não era propriamente a dos que já estavam estabelecidos, eram posseiros que ocuparam grandes propriedades, trabalhadores que chegavam pelo funil da Transamazônica e começaram a ocupar as áreas continuando, no primeiro momento, a colonização oficial”.⁶² Os primeiros castanhais ocupados próximos de Marabá foram o Castanhal Rainha, em Itupiranga, o Castanhal Pau Seco, em Morada Nova, no município de Marabá e os Castanhais Cuxiú, Veneza, Consulta, Ubá, Araras, Cotovelo, Santo Antônio I e Santo Antônio II, em São João do Araguaia, nas proximidades da rodovia Transamazônica. Os posseiros que ocuparam o Castanhal Santo Antônio, por exemplo, penetraram a partir do Castanhal Cuxiú, que já estava ocupado, com base na rodovia Transamazônica. Esses trabalhadores se juntaram a algumas famílias de castanheiros que lá estavam estabelecidas e dividiram os seus lotes em 100 hectares cada.

Segundo Manuel Monteiro dos Santos, ex-presidente do STR de Itupiranga, parte do Castanhal Rainha, no município de Itupiranga, ficava dentro da faixa de colonização da rodovia Transamazônica, mas o INCRA se negou a dividir aquelas terras como parte do PIC-Marabá. Na falta do INCRA, os próprios trabalhadores rurais – muitos deles cadastrados no Projeto de Colonização, mas que não tinham recebido terras – deram continuidade às vicinais e dividiram as terras em lotes de 100 hectares cada um. Quando o dono da área apareceu propôs transformá-los em meeiros de castanhais, mas recusaram a proposta e esta recusa foi um convite às ações violentas do proprietário que contratou pistoleiros para expulsá-los. Entre 1976 e 1978, diversos trabalhadores tiveram as suas roças e paióis de cereais destruídos pelo proprietário. Mas a resistência dos posseiros possibilitou a sua permanência na área. Dezoito anos depois,

⁶² Entrevista concedida em 11/05/2010, já citada.

isto é, em 1994, o Castanhal foi finalmente desapropriado e os posseiros que ainda restaram passaram a receber os recursos da reforma agrária destinado aos Projetos de Assentamentos, como crédito implantação (habitação e recursos para alimentação e ferramentas), estradas e créditos para a produção.⁶³

Vale ressaltar ainda que com a discriminação de algumas glebas de terras devolutas, a partir de 1973, o INCRA⁶⁴ constatou que muitos castanhais com títulos definitivos ou de aforamentos apresentavam “excesso de terras” ou “sobras”, as quais foram regularizadas em nome de pessoas ligadas aos donos dos castanhais.⁶⁵ Contudo, alguns trabalhadores que haviam trabalhado como coletores de castanhas (castanheiros) identificaram essas “sobras” e juntaram-se aos migrantes recém-chegados e passaram a ocupar conjuntamente certas propriedades, a começar por essas “sobras” ou “excessos”. Em 1987, segundo a CPT Norte II (Pará e Amapá), existiam 73 castanhais ocupados nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Itupiranga, uma área com mais de 262.000 hectares, todos em situações de conflitos violentos.⁶⁶ Devido à intensidade desses conflitos e às reivindicações dos STRs e da CPT, em abril e maio de 1988, o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) Jader Barbalho desapropriou 61 castanhais⁶⁷ que estavam ocupados por posseiros.⁶⁸ Se por um lado foram medidas que destinaram terras aos posseiros que ali estavam em franco confronto armado com os donos de castanhais e seus pistoleiros,⁶⁹ por outro não passou de uma manobra do ministro, ligado aos interesses políticos e econômicos de proprietários e empresários, principalmente a família Mutran, de quem foram adquiridos 38 castanhais (135.679,9000 ha.) aforados, no valor de Cz\$ 10.000 (cruzados) o hectare, e três imóveis (15.549,9000 ha.) com títulos definitivos, de Benedito Mutran e Cia. Ltda a Cz\$ 13.979,24 o hectare.⁷⁰ Segundo Pere Petit,⁷¹ a aquisição das propriedades dos

⁶³ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 0-011, de 01 de junho de 1998. *Diário Oficial da União*, de 02/06/1998, p. 02 (Desapropriação do Castanhal Rainha); INCRA, *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*, Marabá, 03/04/2010; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Reforma Agrária no sudeste do Pará: o caso do projeto de assentamento Rainha. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 3, p. 105-152, set./dez. 2005.

⁶⁴ O INCRA sustentou os seus trabalhos na separação das terras de domínio privado das devolutas, a partir de 1976, tendo como base a Lei 6.383, de 07/12/1976.

⁶⁵ EMMI, Marília. Op. Cit.; BARROS, Maria Vitória. Op. Cit.

⁶⁶ CPT Norte II. *Relatório de conflitos*. Belém, 1987, p. 21-31.

⁶⁷ Portarias do Mirad nº 450/88, 448/88, 449/88, 554/88 e 606/88.

⁶⁸ PARÁ AGRÁRIO. A organização e a luta camponesa. In:____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. *Castanhais*. Belém, Idesp, 1992, Edição Especial.

⁶⁹ Veja no capítulo 5 desta tese “A prática da pistologem nos conflitos de terra e as resistências dos posseiros”.

⁷⁰ PETIT, Pere. Op. Cit., p. 215.

⁷¹ Idem. Ibidem.

Mutran pelo MIRAD foi em virtude da aliança que Jader Barbalho construiu com essa família objetivando as eleições municipais, em 1988, e estaduais, em 1990. Nagib Mutran Neto, suplente de deputado estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) nas eleições de 1986, foi eleito prefeito de Marabá e seu tio Guido Mutran, vereador. Dois anos depois, Osvaldo Reis Mutran, o Vavá Mutran, foi eleito deputado estadual pelo Partido Democrático Social (PDS), com a segunda maior votação no estado, e Jader Barbalho governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).⁷² Questionou-se, na época, que não só os proprietários haviam recebido valores acima de mercado por suas terras, como os critérios de avaliação desses imóveis, pelo GETAT, não obedeceram os procedimentos para fins de desapropriação.⁷³ Coadunaram numa mesma perspectiva os interesses econômicos e políticos dos Mutran e de Jader Barbalho no sudeste paraense.⁷⁴

⁷² O coronel Jarbas Passarinho – primeiro governador após o golpe civil-militar (1964-1966), senador (1967-1983, 1987-1995) e ministro do Trabalho (1967-1969), da Educação (1969-1974), da Previdência Social (1983-1985) e da Justiça (1990-1992) – e o coronel Alacid Nunes – prefeito de Belém (1964-1965), governador (1966-1971, 1979-1983) e deputado federal (1975-1979, 1991-1995) – embora da Aliança da Renovação Nacional-ARENA (depois PDS) representavam duas facções que disputavam a liderança no estado do Pará. Os Mutran eram ligados aos interesses de Jarbas Passarinho. Nas eleições de 1982, Passarinho apoiou Oziel Carneiro (PDS), mas Alacid Nunes apoiou Jader Barbalho (MDB). Após as eleições de 1988, os Mutran não só apoiaram Jader Barbalho, mas abandonaram o PDS para filiarem-se ao PMDB. Maria Cristina Mutran, por exemplo, a única candidata a deputada estadual da família nas eleições de 1998 foi eleita pelo PMDB. Cf. PETIT, Pere. Op. Cit.; EMMI, Marília. Op. Cit.; BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Pará -TRE. *Resultado das eleições gerais no Pará (1945 a 2006)*. Belém: TRE-PA, 2008.

⁷³ PARÁ AGRÁRIO. Op. Cit., 1992; CPT Norte II. *Relatório de conflitos*. Belém, 1988; PETIT, Pere. Op. Cit.; EMMI, Marília Ferreira e MARIN, Rosa E. Acevedo. Crise e rearticulação das oligarquias do Pará. *Paper do NAEA*, setembro de 1996.

⁷⁴ Sobre essa questão veja PETIT, Pere. Op. Cit. especialmente o capítulo “Município de Marabá: oligarquias, fazendeiros, posseiros e Grandes Projetos”, p. 185-232.

O PAROXISMO DAS OCUPAÇÕES E DOS CONFLITOS DE TERRA

Ao analisar uma série de documentos dos arquivos da CPT de Xinguara, Marabá e Belém, referentes aos conflitos por terras, pude constatar que no sul e sudeste do Pará, entre a segunda metade da década de 1970 e meados dos anos 90, inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos tinham sido ocupados por trabalhadores rurais que se identificavam como posseiros. Eram trabalhadores que haviam sido expulsos de suas posses quando da instalação de grandes empreendimentos agropecuários e aqueles que haviam chegado de outras regiões do País (esses em maior número), na década de 1970 e início da década seguinte, atraídos pelas notícias que corriam sobre a colonização na Transamazônica, a construção de rodovias e as instalações de projetos agropecuários e serrarias nessa parte da Amazônia. Pude constatar também que essas ocupações de terra não eram coordenadas diretamente por qualquer instituição civil, religiosa ou partidária, mas pelos próprios trabalhadores que se organizavam em pequenos grupos. Só mais tarde, quando as disputas e os confrontos se acirravam com os proprietários de terra, que estes trabalhadores entravam em contato com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e com a Igreja Católica para apoiá-los. Verifiquei que em onze municípios localizados no sul do estado¹, entre 1975 e 1997, 258 propriedades haviam sido ocupadas por posseiros. Entre 1975 e 1984, a média de ocupações desses imóveis foi na ordem de 12,20 por ano. Já o período compreendido entre 1985 e 1990, essa média foi de 14,83.

Embora seja possível averiguar uma certa intensidade de ocupações dessas propriedades no final da década de 1970 e início dos anos 80, a média de ocupações no período da Nova República foi maior, levando em consideração o período anterior. Isso provavelmente porque durante a ditadura civil-militar o GETAT se envolvia quase que exclusivamente no processo denominado de regularização fundiária, algo que mudou relativamente na Nova República, quando o GETAT foi subordinado ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que, naquela época, tratou de elaborar um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o País. Até então, as ocupações de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos pelos posseiros eram

¹ Conceição do Araguaia, Redenção, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Xinguara, Rio Maria, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra. Cf. Figura na p. xi desta tese. Até maio de 1982, esses municípios pertenciam unicamente aos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia.

tratadas como de competência da justiça e da polícia. A ação do GETAT era realizada, em grande medida, visando expulsar os posseiros que ocupavam imóveis com títulos definitivos ou em propor medidas que ficaram conhecidas por “permutas”.² Ou seja, uma vez constatada a ocupação de um imóvel, funcionários procuravam convencer os trabalhadores a se deslocarem para outra área, mas que fosse de terras devolutas. Esse era um mecanismo comum no processo de negociação quando havia conflitos entre posseiros e empresários, comerciantes ou fazendeiros, demandando uma mesma área de terras devolutas como enfatizado anteriormente. Nos casos de ocupações de grandes imóveis titulados, a prática do GETAT era a mesma. Quase sempre era oferecida outra área aos trabalhadores. Em último caso, se propunha uma “permuta” ao proprietário. Percebe-se, assim, que a prática do GETAT foi marcada por meio do mecanismo de “permuta” oferecida aos posseiros ou por meio do auxílio direto aos proprietários na expulsão dos trabalhadores: exercia-se pressão sobre os trabalhadores argumentando que a terra era titulada e que os fazendeiros possuíam direito de propriedade, e, em alguns casos, apoiava os proprietários e a polícia na expulsão dos trabalhadores. Em muitos desses casos, funcionários do órgão percorriam as áreas em litígios nos veículos do próprio GETAT, intimidando os posseiros.

Um dos exemplos dessa prática do GETAT pode ser visto no caso da Fazenda Bela Vista, no município de Conceição do Araguaia.³ Essa fazenda tinha uma área de 17.486,68 hectares e pertencia a um grupo de empresários de São Paulo.⁴ Ela foi ocupada, em 1980, por trabalhadores que atravessaram o rio Araguaia na divisa do sul do Pará com o norte do antigo estado de Goiás. Esses trabalhadores eram migrantes do Piauí, do Maranhão, de Minas Gerais e de Goiás que haviam experimentado situações difíceis trabalhando como meeiros, agregados, empreiteiros para grandes proprietários. Em novembro de 1981, funcionários do GETAT estiveram na área pressionando os trabalhadores, alegando que o fazendeiro possuía título da propriedade, portanto tinha direito sobre a terra. Em 1982, mesmo depois que o proprietário havia conseguido da

² BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.799, de 05 de agosto de 1980. Sobre esse tipo de acordo utilizado pelo GETAT visando solucionar os conflitos de terra, veja: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993; PEREIRA, Airton. Op. Cit., 2004.

³ Hoje essa área está localizada no município de Floresta do Araguaia emancipado de Conceição do Araguaia, em 1993.

⁴ A Fazenda Bela Vista era formada pelos lotes 37 (4.276,26 ha.), 42 (4.356 ha.), 43 (4.498,42 ha.) e 55 (4.356 ha.) da Gleba Itaipavas, numa faixa de terra do lado esquerdo do rio Araguaia, de propriedade das companhias agropecuárias Juruparana Pastoril S/A, Berocan de Pecuária e Melhoramentos Pau D’Arco (COMARCO), pertencentes a um grupo de empresários de São Paulo. Essas terras foram compradas, inicialmente, do estado do Pará em 1961. Cf. Processo GETAT/UECA Nº133; PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2004.

justiça uma liminar de manutenção de posse⁵, técnicos do GETAT voltaram a pressionar os trabalhadores para que eles aceitassem uma indenização e saíssem da área. Como não houve acordo, no ano seguinte, o chefe da Unidade Executiva do GETAT de Conceição do Araguaia propôs aos posseiros o remanejamento das famílias para uma área de terras devolutas denominada de Glebas Seringa “A” e “B” ou Luciana, depois do povoado Tucumã, no vale do Xingu, no sul do Pará. Além de assegurar que o proprietário indenizaria as benfeitorias dos trabalhadores, garantiu que o GETAT faria o remanejamento,⁶ mas os posseiros não aceitaram. Numa reunião com representantes dos posseiros, com a presença do advogado da fazenda, a proposta de remanejamento para Tucumã voltou a ser discutida. O senhor Luiz da Silva Lima, o Luiz Caju, conta que:

Tinha um cara da testa grande não sei o que ele era. Aí falou que queria com todo o carinho tirar nós daqui, botava todas as mudanças nos carros e ia levar para Tucumã. Aí nós falamos que quem deveria ir para Tucumã era o fazendeiro. Ele tem carro, ele tem tropa, ele tem avião. Ele que pode ir pra lá. Nós não vamos sair daqui não. “Vocês sabem que vocês colocaram até pistoleiros para nos matar?” Aí ele falou bem alto assim gritando: “não fale em pistoleiros de jeito nenhum não”. Quando ele falou em pistoleiros nós arriamos as mãos tudo em cima de uma vez assim na presença do povo, do doutor do GETAT. “O senhor botou pistoleiro Pedro Mandi. A turma foi lá derrubou o barraco e botou ele para correr”. “Não diz que não botou pistoleiros?” Ele não queria que falasse em pistoleiros. “E nós não vamos sair de lá não”. Chegou a vez de eu falar eu digo: “doutor é o seguinte, eu venho criando a minha família, ta vendo? De fazenda em fazenda trabalhando. Quando você vai trabalhar numa fazenda que você pede o fazendeiro que quer plantar um pedacinho de mandioca, plantar umas bananas, alguma coisa, o fazendeiro diz: eu quero é capim. Nós temos que plantar é capim, pois nós vivemos humilhados pelos fazendeiros. Nós temos que plantar o que ele exigir. Então nós temos um desejo de possuir uma área de terra com que nós possamos sobreviver com nossa família. Aí eu entrei aqui para essa Bela Vista e eu não vou sair daí não, nós não sairemos não, nós não temos proposta para sair”. Aí o doutor virou assim para eles e disse: “ê rapaz é uma coisa aí”, o doutor da GETAT, “dentro de um problema desse eu não tenho como resolver porque os homens dizem que não saem”. “Nós não sairemos não, pode haver o que haver, nós não sairemos”.⁷

⁵ Processo Ação de Manutenção de Posse nº 24/82, A: Juruparana Pastoril S/A, R: Francisco Gama da Silva e outros, Comarca de Conceição do Araguaia (PA).

⁶ Zozilton Almeida Silva, chefe da Unidade Executiva do GETAT de Conceição do Araguaia, encaminhou aos posseiros o documento intitulado: *Proposta de remanejamento dos posseiros da fazenda Bela Vista para as Glebas Seringa “A” e “B” ou Luciana*, datado de 03 de março de 1983 no qual propunha: “Zozilton Almeida Silva, chefe da Unidade Executiva de Conceição do Araguaia – GETAT, com a finalidade de resolver litígios entre os ocupantes dos Lotes 37, 43, 55 e 42 do Loteamento Itaipavas, se compromete depois de indenizados pelo proprietário a fazer, o remanejamento de todos os ocupantes dos referidos Lotes, para áreas situadas nas Glebas Seringa “A” e “B” ou Luciana, desde que devidamente selecionados de acordo com as normas do Órgão e constatada benfeitorias nas áreas ocupadas pelos mesmos, em lotes de 50 ha”.

⁷ Entrevista de uma hora de quarenta e cinco minutos concedida ao autor, em 01/08/2003, Vila Bela Vista, às margens do rio Araguaia, Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

Se houve esse diálogo tão contundente entre os posseiros e representantes da fazenda e do GETAT não podemos saber, contudo podemos destacar que diversos casos semelhantes podem ser encontrados nos arquivos da CPT e nas narrativas de trabalhadores, sindicalistas e agentes de pastorais. Em grande parte das áreas ocupadas, os trabalhadores rurais não só se colocaram no enfrentamento direto aos pistoleiros, quase sempre encontrados nas grandes fazendas do sul e sudeste do Pará, mas à prática do GETAT, principalmente a partir de 1985 quando vários STRs passaram a atuar no apoio à luta dos posseiros. Além de não aceitarem o remanejamento para outras áreas, os trabalhadores, às vezes, contestavam as atitudes de funcionários do GETAT, que, na maioria das vezes, se colocavam em favor dos fazendeiros, e aproveitavam essas ocasiões para denunciar a presença de pistoleiros e demonstrar que os casos nos quais estavam inseridos eram graves, necessitando de medidas urgentes por parte das autoridades.

O GETAT, desde a sua criação, em fevereiro de 1980, até outubro de 1982, não havia feito nenhuma desapropriação para fins de reforma agrária na área de sua abrangência. As primeiras desapropriações, num total de seis, ocorreram entre novembro de 1982 e março de 1985, número ínfimo diante da quantidade e complexidade dos conflitos. Essas desapropriações aconteceram justamente quase três meses depois da criação do Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários (MEAF). A criação desse ministério foi em razão do crescimento dos conflitos por terras em todo o País. O General Danilo Venturini, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), assumiu o novo ministério, acumulando as duas pastas. José de Souza Martins denominou esse procedimento do Governo Federal de subordinação da questão agrária à questão militar para que ela não se transformasse numa questão política.⁸ Três desses seis imóveis desapropriados localizavam-se no sul do Pará: as fazendas Fundação Brasil Central, com 141.326 hectares (São Geraldo do Araguaia), Tupã-Ciretã, com 34.848 hectares (Rio Maria) e Colônia Verde Brasileira, com 52.316 hectares (Santana do Araguaia).⁹ Os outros três imóveis localizavam-se no norte de Goiás (hoje, estado do Tocantins). O novo ministério considerava áreas para desapropriação por interesse social somente aquelas com conflitos tidos como incontornáveis e em situações de “graves tensões sociais”, isto é, aquelas áreas

⁸ MARTINS, José de Souza. Op. Cit., 1984.

⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993; BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 91.117, de 13 de março de 1985.

consideradas de situações críticas, com grande concentração de posseiros e com elevado grau de violência.

À medida que certos números de imóveis foram sendo desapropriados, outros tantos foram ocupados, inclusive alguns próximos das áreas desapropriadas. Noutras palavras, cada fazenda desapropriada estimulava novas ocupações. Cada caso resolvido provocava novos casos, sobretudo porque os trabalhadores rurais passaram a contar também com o apoio dos STRs que até então não se envolviam nas questões de terra.¹⁰ Embora as Unidades Executivas do GETAT, do sul e sudeste do Pará, deixassem de encaminhar as demandas apresentadas pelos trabalhadores rurais de áreas ocupadas, diretores de STRs e membros da CPT eram recebidos em Brasília pela cúpula do MIRAD ou do INCRA para tratar exclusivamente das desapropriações de áreas em litígios.¹¹ Não há registro de nenhum caso de conflitos que tivesse sido resolvido pela desapropriação de um imóvel, sugerida pelas Unidades Executivas do GETAT, do sul e sudeste do Pará. As decisões para instrução de processos de desapropriação de áreas em conflitos foram tomadas em longas rodadas de negociações em Brasília entre representantes de trabalhadores rurais, do INCRA e do MIRAD, muitas delas sob a coordenação da Coordenadoria de Conflitos Agrários (CCA), do MIRAD. Esses eram fatores que possivelmente animavam os trabalhadores que ocupavam terras de empresas agropecuárias, desde o início dos anos 70, a continuar resistindo na terra, e que estimularam outras ocupações, atendendo a inúmeras demandas dos trabalhadores rurais.

A Fazenda Pecos, da Companhia Pecuária e Colonização do Médio Araguaia S/A¹², pertencente ao empresário Amâncio Gonçalves de Souza, do Estado de São Paulo, por exemplo, foi ocupada, em 1972, por alguns trabalhadores rurais. Para que a área fosse desocupada, o proprietário indenizou as benfeitorias que estes trabalhadores haviam feito dentro dos limites da fazenda. Em 1975, a área foi novamente ocupada. A polícia, a serviço do fazendeiro, expulsou os ocupantes. Três deles ficaram quatro dias na prisão. Em 1981, novamente a área foi ocupada. Em dezembro do ano seguinte, a PM, secundada por pistoleiros, queimaram casas, destruíram as roças e despejaram os posseiros. Em junho de 1985, aconteceu novamente, de forma violenta, outro despejo.

¹⁰ Sobre essa questão veja o capítulo 6 desta tese.

¹¹ PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2004; Almir Ferreira Barros entrevista concedida em 06/11/2010; Felipe Alves Macedo, entrevista de cinquenta e cinco minutos concedida ao autor, em 26/07/2003, em sua residência no Projeto de Assentamento Joncon/Três Irmãos, Conceição do Araguaia (PA).

¹² Essa empresa teve projeto agropecuário aprovado pela SUDAM, em 15/05/1968, no valor de Cr\$1.372.262,00. Cf. IANNI, Octavio. Op. Cit., p. 222-223.

Treze casas foram queimadas. Mas grande parte dos posseiros voltou. Algumas famílias foram retiradas pelo GETAT e levadas para outra área na localidade denominada de Araguaixin (terras que ficam entre os rios Araguaia e Xingu), próxima às terras dos índios Caiapós, no vale do Xingu. Muitos, com malária, retornaram. Novos trabalhadores juntaram-se ao grupo remanescente, passando de 46 famílias para 171. Em setembro de 1985, a oposição sindical, vitoriosa nas eleições de julho daquele ano, em negociação com o MIRAD, conseguiu que este oferecesse outra terra para o fazendeiro (permuta), algo que não foi cumprido. Em agosto de 1995, depois de longo tempo de resistência na área, finalmente, o imóvel foi desapropriado quando foram assentadas as 171 famílias.

Outros exemplos de ocupações e de resistência dos posseiros podem ser verificados, no sul e sudeste do Pará, como os casos das Fazendas Flor da Mata (Xinguara), ocupada em 1975; Arraia-Porã (Redenção) e Aldeia (Santana do Araguaia), ocupadas em 1976; Batente, lotes 29 e 38 e Ingá, lotes 3, 6 e 7 (Conceição do Araguaia), ocupadas em 1977; Jocon/Três Irmãos (Conceição do Araguaia) e Mateira (Xinguara), ocupadas em 1978; Tupã-Ciretã (Xinguara), ocupada em 1979; os Castanhais Sampaio I e II, São José, São Pedro, Tabocão, Terra Nova, Pau Ferrado, Boa Esperança, Dois Irmãos (São Geraldo do Araguaia), ocupados em 1980 e 1981.¹³ E tantas outras áreas a partir da segunda metade da década de 1980. Segundo os dados da CPT Norte II, em relatório no final de 1987, somente nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Itupiranga, 73 castanhais estavam ocupados e em situação de conflito e 128 fazendas, em cinco municípios¹⁴ do sul do Pará, também.

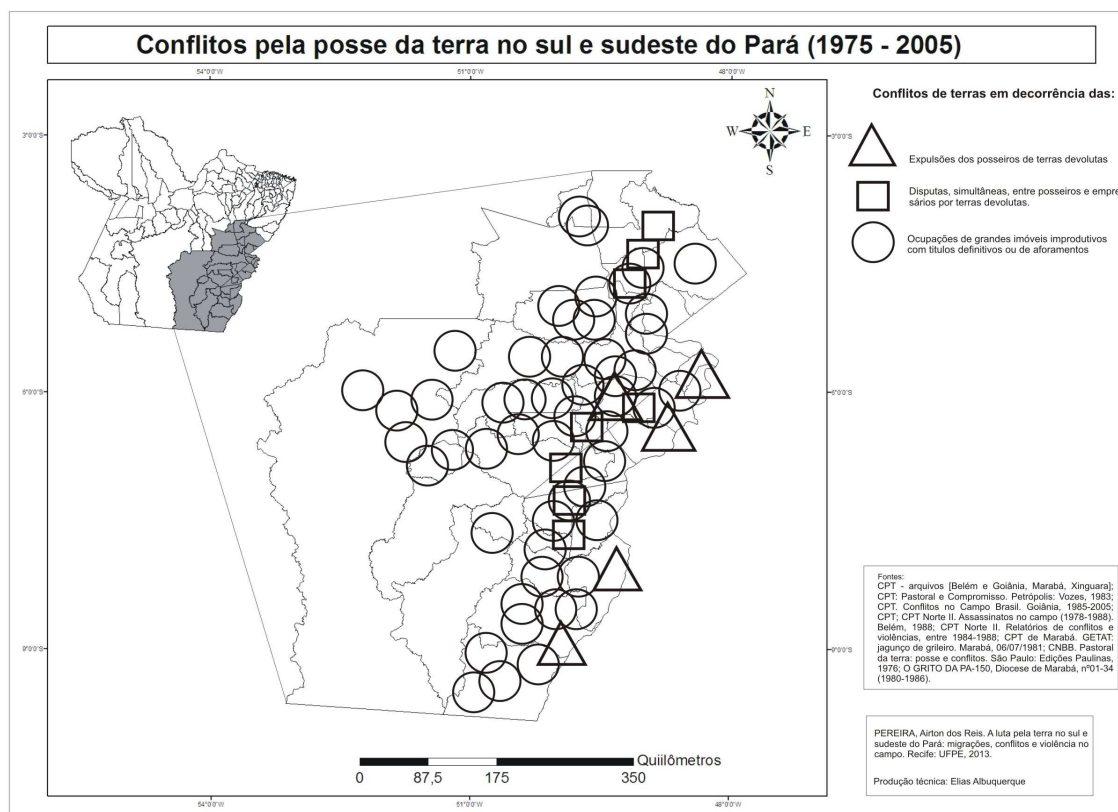
Essas ocupações de terra seguiam mais ou menos os mesmos padrões das ocupações de terras devolutas, as quais denominei em trabalhos anteriores de *ocupações espontâneas*.¹⁵ É um tipo de ocupação bastante diferente das estabelecidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este movimento organiza ocupações de grandes propriedades por meio de agrupamentos de famílias (homens, mulheres, crianças), normalmente advindas das periferias das cidades, denominadas de

¹³ CPT de Conceição do Araguaia, 1975-1997 (arquivo).

¹⁴ Conceição do Araguaia (34), Redenção (17), Rio Maria (18), São Geraldo do Araguaia (17) e Xinguara (52). Cf. CPT Norte II, Relatório de conflitos, Belém, 1987, p. 21-31.

¹⁵ PEREIRA, Airton dos Reis e ROTHMAN, Franklin Daniel. Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia. *Cadernos do CEAS*, Salvador-BA, nº. 220, nov./dez., 2005, p. 59-87; A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. *Ruris*, v. 2, n.2, set/2008, p. 99-136; Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). X Encontro Nacional de História Oral. Associação Brasileira de História Oral, Recife (PE). *Anais...* Recife (PE), 2010.

acampamentos. Esses acampamentos são instrumentos importantes não só para aglutinar os trabalhadores, mas como pressão política no processo de negociação com o INCRA e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para desapropriação das áreas pretendidas e para a criação dos Projetos de Assentamentos.¹⁶



As ocupações de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos que ocorriam no sul e sudeste do Pará, entre as décadas de 1970 e a primeira metade dos anos de 1990, eram aquelas que se efetivavam paulatinamente e, quase sempre, no primeiro momento, com a maioria de trabalhadores do sexo masculino. A presença de mulheres, em muitos casos, só quando não havia ameaças explícitas de violência por parte de pistoleiros ou da polícia. Não havia, naquela época, um processo de arregimentação e organização dos trabalhadores por qualquer instituição civil, religiosa ou partidária, para ocupar imóveis improdutivos. A iniciativa de um trabalhador ou de um pequeno grupo de trabalhadores é que permitia que uma determinada área fosse ocupada. Bastava tão somente os trabalhadores embrenharem-se na mata, demarcar com rústicas picadas as suas posses e fazer ali as suas roças. Normalmente, formavam-se pequenos grupos de trabalhadores, localizava-se um imóvel improdutivo e aí se efetuava

¹⁶ Mais detalhes sobre essa questão podem ser encontrados no capítulo 7 deste trabalho, quando focalizarei a prática do MST nas ocupações de terra, no sudeste do Pará.

a ocupação. Nunca em grandes aglomerados, mesmo se o imóvel fosse extenso. A ocupação total do imóvel se concretizava posteriormente, muitas vezes, depois de dois ou três confrontos com os proprietários e seus pistoleiros. Acontecia, às vezes, de haver dois ou três grupos de posseiros num mesmo imóvel, que no processo dos conflitos se constituíam em um único aglomerado. Essas ocupações, embora pareçam simples, eram permeadas por muita violência. Para a sua consolidação, os posseiros precisavam enfrentar a força dos grandes proprietários que era, quase sempre, maior do que a sua. Estes pequenos grupos eram conhecidos, muitas vezes, por “enfrentantes”. Uma vez iniciada a ocupação, que logo já se começava com a demarcação dos lotes, atraía outros trabalhadores. O envolvimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), da Igreja Católica, do GETAT/INCRA ou da polícia, normalmente, ocorria posteriormente, quando os conflitos haviam iniciado.

O depoimento de Cristino Sobrinho Brito dos Santos, o Sobrinho, posseiro do Castanhal Ubá e atual presidente do STR de São João do Araguaia, é revelador dessa prática de ocupação de terras. O seu pai, depois de perder a sua posse, fugindo do Exército que reprimia, naquela época, os membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no Araguaia, episódio que ficou conhecido como “Guerrilha do Araguaia” (1972-1974),¹⁷ sem alternativa, viu-se obrigado a ocupar uma terra de castanhais. Conta ele:

Eu nasci e me criei em São João do Araguaia. Nessa época meu pai tinha uma terra encostado de São João. Com o tempo, eu já com 9 anos, foi o clima da guerrilha. O meu pai foi preso pelo Exército durante 90 dias e teve de abandonar a terra. Correu de lá com toda a família. Viemos parar em Marabá.

¹⁷ Denomina-se *Guerrilha do Araguaia* um movimento de resistência rural armada ao regime civil-militar integrado por membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na confluência dos rios Araguaia e Tocantins (área que pertence hoje aos municípios de Palestina do Pará, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia – no Pará; Xambioá e Araguatins - no Tocantins). Cerca de 70 militantes desse partido viviam clandestinamente entre posseiros, nessa parte do território amazônico, mas foram descobertos pelo Exército no início da década de 1970. Entre abril de 1972 e janeiro de 1975, as Forças Armadas (Batalhão de Guarda Presidencial, Batalhão de Infantaria da Selva, Artilharia Antiaérea, Centro de Informações do Exército e da Marinha, Brigada de Paraquedistas, etc.) com o apoio da Polícia Militar, do INCRA e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), prenderam, torturaram e mataram quase todos os militantes do PC do B (guerrilheiros). Muitos trabalhadores rurais que não conseguiram fugir da área foram presos, torturados e obrigados a serem guias do Exército na captura dos guerrilheiros ou a denunciar os seus vizinhos, caso dessem comida ou abrigo aos supostos guerrilheiros. Diversas casas e roças dos trabalhadores rurais foram bombardeadas, queimadas ou destruídas pelas Forças Armadas. Sobre esse assunto veja: MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2ª edição. São Paulo: Geração Editora, 2005; MATTOS, Paulo Henrique Costa. *Vida Vermelha: história da esquerda no Brasil*. Dos primeiros partidos à luta armada no Araguaia. Gurupi-TO, Veloso Editorações, 2004; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 2003; NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônico - NAEA, Belém, 2000; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986; IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

Na cultura dos velhos que só sabiam lidar com a terra não tinha como ficar na cidade. Então ele ficou na peleja de arrumar uma terra para morar. Não sabia trabalhar com outra coisa. Enquanto não arrumou uma terra ele ficou matando onça, gato. O que tinha preço era a pele de onça e de gato. Castanha também já tinha preço. Ele ficou trabalhando com isso. Quando entrou na época do garimpo, ele afastou desse serviço e foi trabalhar no garimpo de Serra Pelada. Terminou a safra do garimpo, ele ficou na cidade comerciando. Ia naquelas beiras de rio, comprava farinha, arroz, coisa e tal. A mãe fazia bolo e os meninos vendiam. Eu era um dos vendedores. Até que surgiu a confusão das terras. Em 1984 já ouvia falar. Aí quando foi em 85 surgiu o caso da Ubá. Os pistoleiros invadiram lá e mataram um bocado de gente. Ele ficou por ali, não se incomodou muito. Continuou trabalhando. Quando abaixou o clima, andando por aí, ele ouviu o comentário que o pessoal iria voltar para as terras onde teve os assassinatos, o castanhal Ubá. Aí ele disse: “nós vamos lá”. Convidou uns companheiros dele que trabalhou no garimpo, lá em Curionópolis, vieram umas seis pessoas. Aqui juntou uns caboclos aparentados dele também, inclusive um casado com uma tia minha. Sei que juntamos 13 homens e fomos pra lá. Eu e meu pai e mais 11 homens. Fomos pra lá e entrosemos com uns moradores antigos que já trabalhavam com o fazendeiro. Não trabalhava nada de meia com o fazendeiro, mas já trabalhava muito tempo lá. Quando foi nas pistolagem, eles correram para o 40 (Km 40 da Transamazônica) e na hora que acabou as mortes eles voltaram. Nós entrosemos com eles, era em média 5 moradores. Quase todos de uma família só. Aí nós ficamos no fundo da terra. Medimos a terra da Transamazônica até na beira do rio que era a divisa da terra. Dividimos nos três nomes a nossa parte (...). Nós ficávamos lá, trabalhava de dia e de noite escondido, um vigiando o outro, aquele negócio. Até que veio ao público mesmo. A sociedade soube como estava a situação. Aí o Sindicato chegou. Nesse tempo, o Almir Ferreira Barros era o presidente, aí fez uma reunião conosco, disse que o Sindicato queria ajudar, que já estava na área do Castanhal Araras, vizinha da Ubá, que já vinha com a luta do Mãe Maria em defesa do povo do Mãe Maria para ficar no Araras. De certo que nós aceitamos o Sindicato e já começou a aceitar a norma do Sindicato, participar das reuniões, dos debates, coisa e tal. O Almir, o presidente, encarou mais a situação de ficar negociando a terra. A gente já ficava mais tranquilo esperando a resposta do presidente. Nisso foi consolidando o clima até dois anos e meio, não chegou há três anos a ocupação já estava consolidada, não tinha mais problema com o fazendeiro. Expulsemos o cara da madeireira que tinha lá, já não tinha mais mesmo madeira. O cara que fazia carvão também não foi pra frente, largou a fornalha toda lá. Certo que tomamos de conta da terra. Quando nós estávamos desse lado, ficamos só da esquerda de quem vai (pela Transamazônica sentido Marabá-São João do Araguaia), quando o povo soube do movimento já foi entrando também, do lado de São Domingos. O certo que quando demos fé a terra já estava toda cheia. A terra era para 100 famílias, mas entramos 13 homens num total de três famílias. Nesse tempo eu não tinha família, mas entremos em 13 homens. Se demos bem com os moradores antigos e os outros que agruparam lá. Nas reuniões do Sindicato que a gente ia, quando chegava lá já topava gente diferente. Era um, dois, três pessoas diferentes. Aí fomos se conhecendo um com outro, sabendo da onde vinha coisa e tal.¹⁸

Outro depoimento significativo é o de Sebastião Alves de Souza, o Tião Branco, posseiro, ex-presidente do STR de Marabá e ex-diretor da regional Sudeste da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI):

¹⁸ Entrevista de uma hora e vinte e dois minutos concedida ao autor, em 02/12/2006, em Marabá (PA).

Eu vim do Maranhão em 84 para a região e saí do Maranhão porque aqui eu entendia que era muito mais fácil para arrumar um pedaço de terra para trabalhar. A minha profissão sempre foi lavrar a terra. Fui sempre lavrador. Eu vim de Açailândia, no Maranhão. Eu cheguei do Baixo Mearim, eu tinha 5 anos de idade, na região de Imperatriz-Açailândia. Eu saí de lá em 84. Cheguei aqui na Folha 33¹⁹, em Marabá, em 84 e fiquei trabalhando de servente de pedreiro pra qui pra acolá, assim eu trabalhei 4 anos na região. Surgiu a ideia, naquela época a luta pela terra era muito mais arrochada, o negócio aqui era muito mais perigoso. Naquela época, os fazendeiros, vixe, não queriam nem saber de sem terras. Nós não tínhamos nem nome para dar para esse povo, por isso chamava os posseiros, na época. Logo em 88, eu vi que a vida na diária trabalhando de servente de pedreiro e a mulher trabalhando na cozinha dos outros era uma situação complicada. Ai surgiu a ideia da ocupação dessa terra. Aqui em Marabá eu lembro bem: tinha ocupado a Fazenda Princesa e tinha ocupado também o Pau Seco aqui do outro lado. Nessa época, essas áreas aí tinham dado o maior conflito. E pensando nisso, eu já vivia bastante assombrado. Só na Princesa foram mortos 6 trabalhadores, graças a Deus que nós vencemos. Nessa época, não tinha o Sindicato aqui. Tinha o Sindicato, mas era um Sindicato muito pelego, não se envolvia nessa luta pela terra (...). Em 88, surgiu a ideia de ocupação dessa terra onde eu tenho um pedaço de terra lá. A fazenda Piquiá (...). Nessa época, nós lutamos muito. Quando nós entramos, mesmo que naquela época não tinha aquela MP, a Medida Provisória que foi criada pelo governo que proíbe a entrada do homem na terra. Naquela época, nós chamávamos posseiros. Nós chegávamos cortava os pedaços de terras e se apossava logo. Então nós chegamos, cortamos e apossamos e já ia trabalhar e produzir (...). Quando nós ocupamos talvez tenha sido um número de 15 pessoas e essas 15 pessoas foram espalhando boatos dizendo assim: a terra lá, tem muita terra, vamos pra lá. Eu mesmo fui porque chegou um tio meu que tinha lá, ele foi na minha frente. Então quando ele viu a minha luta trabalhando de diária disse: “rapaz isso não é vida pra homem, vamos pra lá que tem terra sobrando lá”. Já foram 4 comigo inclusive 2 irmãos meu. Aí pessoal foi ocupando, ocupando, ocupando.²⁰

É possível perceber, por meio desses dois fragmentos, como procurei narrar no primeiro capítulo desta tese, que tanto os posseiros de terras devolutas (aqueles que viviam há muito tempo em suas posses sem qualquer documento que os legitimasse como possuidor daquelas terras), quanto os trabalhadores rurais migrantes poderiam tornar-se posseiros de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos. Ambos, Cristino Sobrinho (e seu pai), posseiro de terras devolutas, e Sebastião Alves de Souza, migrante sem terras do Maranhão, foram identificados como *posseiros* de grandes propriedades, a partir do momento que ocuparam essas duas fazendas.

A família de Cristino Sobrinho abandonou as suas terras, no município de São João do Araguaia, e foi viver na cidade de Marabá fugindo da repressão do Exército no campo. Desenrolava-se naquela primeira metade da década de 1970, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, o movimento que ficou conhecido por Guerrilha do

¹⁹ Um bairro periférico da cidade de Marabá.

²⁰ Entrevista de trinta e oito minutos concedida ao autor, 30/11/2006, em Marabá (PA).

Araguaia.²¹ Muitos posseiros que não abandonaram as suas terras foram presos e torturados, acusados de serem colaboradores dos militantes do PC do B. Outros foram obrigados a tornarem-se informantes do Exército sendo guias dos soldados no meio da floresta ou obrigados a denunciar as famílias suspeitas de ajudarem os guerrilheiros. Sebastião Alves de Souza, depois de trabalhar como servente de pedreiro se juntou a um grupo de posseiros da Fazenda Piquiá. Essas duas ocupações foram realizadas, paulatinamente, ou seja, a iniciativa de cada ocupação partiu dos interessados e não de uma coordenação centralizada de um partido político ou de qualquer instituição civil ou religiosa. Porém, não se tratou de um movimento aleatório e desorganizado ou mesmo constituído por pessoas desinformadas que vagavam acidentalmente em busca da terra.

Essas duas áreas, assim como diversas do sul e sudeste do Pará, tiveram experiências de conflitos antes que as ocupações fossem então consolidadas. A ocupação definitiva dos imóveis foi em razão da persistência e da resistência dos trabalhadores. Em julho de 1982, por exemplo, 16 posseiros da fazenda Piquiá foram presos pela PM²² e, em 1988, quando nova ocupação se efetivou, um trabalhador, ex-morador daquela fazenda, foi assassinado provavelmente a mando do proprietário.²³ Em junho de 1985, ocorreu a chacina de 8 posseiros comandada pelo pistoleiro Sebastião da Teresona, a mando de José Edmundo Ortiz Virgolino, proprietário do Castanhal Ubá.²⁴ Esse Castanhal foi desapropriado, em junho de 1997, e parte da Fazenda Piquiá, em dezembro de 2002.²⁵

Para muitos trabalhadores rurais, sobretudo migrantes de outras regiões do País, como nem sempre conseguiam imediatamente a posse de uma terra, a alternativa de sobrevivência de sua família acabava sendo o trabalho precário e provisório como serventes de pedreiros ou desenvolvendo trabalhos temporários em fazendas, como o roçado e a derrubada de mata para fazer pastagens para gado bovino, roçado de juquira, construção de cerca de arame ou a coleta da castanha-do-pará ou, às vezes, levando a vida como mascates e/ou comerciantes de cereais. Só depois de certo tempo morando nas periferias das cidades, vilas e povoados ou sendo peões de fazendas que muitos trabalhadores rurais migrantes tornavam-se posseiros, isto é, passavam a ocupar imóveis

²¹ Cristino Sobrinho Brito dos Santos conta que dois de seus irmãos, quando ainda crianças, encontraram uma granada perdida ou deixada pelo Exército, na localidade conhecida por Faveira, onde a sua família morava. Ao manipulá-la explodiu. Lauro perdeu parte do braço esquerdo e Sabino, seu irmão de criação, morreu no local.

²² *O Liberal*, 31 de julho de 1982.

²³ Sebastião Alves de Souza, o Tião Branco. Entrevista concedida em novembro de 2006.

²⁴ No capítulo 5 desta tese, desenvolverei análises sobre a atuação desse pistoleiro nos conflitos de terra.

²⁵ INCRA, *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*, Marabá, 03/04/2010.

improdutivos após receber convite de outros trabalhadores que já faziam parte de um grupo de posseiros ou juntavam-se a um grupo de homens que pretendiam ocupar determinadas propriedades. Sozinhos ou em pequenos grupos embrenhavam-se nas matas, escolhiam um trecho, faziam um rancho, plantavam uma roça e demarcavam com rústicas picadas as suas posses e ali se estabeleciam. Inicialmente, às vezes, só os homens. A família chegava, em muitos casos, quando havia pouco perigo de recrudescimento dos conflitos. Mas estes trabalhadores poderiam também, depois de um tempo, escolher uma terra e comprar o direito de posse²⁶ de outro trabalhador e se juntar ao grupo de posseiros.

Os trabalhadores que migraram para o sul e sudeste do Pará, às vezes, vendiam o único bem que tinham à procura de uma terra. Estes bens poderiam ser uma máquina de costura, um cavalo selado, uma casa na periferia da cidade, o seu rádio ou vitrola a pilha, a colheita do ano, o engenho de moer milho, um arado à tração animal, um engenho de moer cana, um tacho de fazer rapadura, algumas ferramentas de carpintaria ou mesmo um pedaço de terra, herança deixada pelos seus antepassados. Naquele tempo, parecia não restar alternativa se não fosse reunir a família, “juntar os trens” e colocá-los no caminhão, pegar a estrada, atravessar o rio e embrenhar-se na floresta.

Mas vale observar que o trabalhador poderia também chegar passando diretamente para dentro de uma área já ocupada. Para isso, precisava se relacionar com as pessoas que estavam ocupando aquela área como um vizinho de sua região de origem, um compadre, um parente ou a convite de um amigo que, por sua vez, teria sido chamado por outro. A sua chegada à área poderia se dar estabelecendo-se junto ao grupo de posseiros com a demarcação de um lote novo ou comprando direito de posse de outro ocupante. O amigo, o compadre ou o parente negociava aquele direito de posse antes de sua chegada, bastando apenas ampliar as benfeitorias, as quais poderiam

²⁶ O trabalhador que ocupava um imóvel evocava o seu direito à terra gerado pelo ato de demarcação de sua posse, quase sempre feita em grupo, e por ter realizado nela alguma benfeitoria. Ou seja, o grupo de posseiros além de possibilitar que os lotes tivessem mais ou menos o mesmo tamanho (a extensão podia variar conforme a formação geográfica da terra: serras, pântanos, etc.), autenticava a ocupação feita pelo trabalhador para o qual o lote havia sido demarcado. Contudo, o posseiro era obrigado a fazer na área demarcada alguma benfeitoria (roças, pomar, um rancho) como sinal de trabalho. Por meio desse mecanismo, o posseiro procurava garantir, junto ao grupo, o direito de posse da terra, mas era também por intermédio desse processo que o conjunto dos trabalhadores buscava legitimar a ocupação do imóvel ao mesmo tempo em que tentava convencer as autoridades fazerem a sua desapropriação. Como o posseiro não tinha ainda o título de propriedade, entendia-se que ele possuía o *direito de posse* podendo ceder ou vender a outrem. Sobre o direito gerado pelo trabalho em terras devolutas, cf. MARTINS, José de Souza. *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*. Vol. IV, 4ª reimp., São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 659-726; MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª edição revista e atualizada, São Paulo: Contexto, 2009.

garantir-lhe a posse daquela terra. Foi assim que, na maioria das vezes, apareceram diversas comunidades de posseiros. Wilton Bonfim Lira Gomes, por exemplo, se integrou ao grupo de posseiros da Fazenda Bela Vista, em 1983, vindo da Colônia Bernardo Sayão, norte do antigo estado de Goiás, quando comprou um direito de posse de um trabalhador rural que havia ocupado aquelas terras em 1980:

Eu vim à procura de uma terra para trabalhar. À procura de uma condição de vida melhor. Então foi por isso. As terras eram férteis, eu comprei. O cara disse que era um direito de posse. Eu achava que direito de posse na época já era um tipo de documento. Eu agradei da terra e comprei o direito que ele tinha. Quando eu cheguei já tinha uma abertura. Tinha roça plantada. Eu colhi o arroz.²⁷

A partir de 1985, ele foi obrigado a se juntar aos outros posseiros no conflito armado contra os pistoleiros do proprietário e contra a PM que havia se instalado na área e destruído casas e plantações dos trabalhadores.

É importante salientar que nem sempre o estabelecimento das pessoas durante alguns anos nas áreas significava o fim dos conflitos. Enquanto a área não fosse desapropriada, a possibilidade das ameaças ou expulsões era eminente. Nesse caso, nem mesmo o trabalhador que havia comprado um direito de posse estava imune das ações violentas como aconteceu com Wilton Bomfim Lira Gomes. Mas os posseiros expulsos poderiam voltar a ocupar o mesmo imóvel ou outra propriedade improdutiva a curto ou a médio prazo. Isso dependia da capacidade de enfrentamento do grupo. Houve diversos casos de fragmentação do grupo: alguns posseiros voltavam a ocupar o mesmo imóvel; outros de forma dispersa ocupavam outros imóveis ou se juntavam a outros grupos que estavam parcialmente ocupando alguma propriedade. Outros, uma minoria, cansados de serem expulsos, estabeleciam-se nas periferias das cidades, vilas e povoados.

Um dos primeiros conflitos mais violentos, em áreas de castanhais próximas de Marabá, foi o do Castanhal Pau Seco. Manoel Cardoso Neto, o Nelito, irmão do então governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, proprietário de 3.600 hectares de terras, no rio Cametaú passou, a partir de julho de 1979, a perseguir as 164 famílias de posseiros. A polícia, por diversas vezes, secundada por pistoleiros, expulsou as famílias da área. Casas e paióis de cereais foram queimados e diversos posseiros foram presos. Um dos fatos mais marcantes foi o despejo realizado por 40 policiais auxiliados por pistoleiros, a mando da juíza de Marabá Dra. Ruth Nazareth do Couto Gurjão, em outubro de 1981. Esta juíza é a mesma que, em 1982, com base numa ação movida por

²⁷ Entrevista de cinquenta minutos concedida ao autor, em 02/08/2003, na Vila Bela Vista, Projeto de Assentamento Bela Vista, às margens do rio Araguaia, município de Floresta do Araguaia (PA).

José Claudino dos Santos, advogado da Companhia Juruparana Pastoril SA, deferiu uma ação de manutenção de posse contra os 316 posseiros da Fazenda Bela Vista, no município de Conceição do Araguaia.²⁸

Em Pau Seco, além dos paióis de cereais, 40 casas foram queimadas com todos os pertences das famílias que ali residiam e uma criança de seis anos faleceu devido aos maus tratos da polícia. Nessa ocasião, alguns trabalhadores chegaram a ser presos e só libertados por intervenção direta do advogado da CPT, Gabriel Sales Pimenta. Este veio a ser assassinado, a mando de Nelito, em 18 de julho de 1982, após ter conseguido no Tribunal de Justiça do Estado (TJE) a reintegração dos posseiros à área.

Nelito só foi preso no dia 02 de abril de 2006, isto é, 24 anos depois. Como haviam se passado mais de 20 anos, por decisão dos desembargadores das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no dia 08 de maio de 2006, o crime foi prescrito. O mandante do crime nem chegou a sentar-se no banco dos réus. Em nada adiantou a denúncia da CPT de Marabá ao Conselho Nacional de Justiça e à imprensa. Segundo a CPT,

A Justiça paraense foi a responsável pela prescrição do crime e, com isso possibilitou a impunidade total do caso. As provas estão na própria ação penal. O judiciário recebeu a denúncia em 23 de janeiro de 1983 e só pronunciou o acusado em 31 de agosto de 2000, ou seja, após 17 anos e 08 dias. Foi justamente com base neste período longo de tempo que os desembargadores declararam a prescrição do crime. Portanto, a justiça paraense foi a única responsável pela demora injustificável do processo e, usou como fundamento sua própria inoperância para decretar a prescrição e pôr fim ao processo.²⁹

A partir de então, a CPT entrou com uma ação indenizatória junto à justiça da Comarca de Marabá e, em parceria com o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), encaminhou uma denúncia sobre a morosidade da justiça paraense à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 06 de outubro de 2011, a Juíza Maria Aldecy de Sousa, da 3ª Vara Cível da Comarca de Marabá, condenou o Estado do Pará a pagar uma indenização de setecentos mil reais aos familiares do Advogado Gabriel Sales Pimenta.³⁰

Naquela época, os posseiros só conseguiram permanecer na terra devido ao processo de organização interna com esquemas de segurança, roças coletivas e

²⁸ PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2004.

²⁹ CPT de Marabá. *Caso Gabriel Pimenta*: judiciário paraense será denunciado ao Conselho Nacional de Justiça. Marabá, 11/05/2006.

³⁰ CPT de Marabá. *Estado do Pará é condenado a pagar indenização de 700 mil reais por não punir responsáveis por crime no campo*. Marabá, 06/10/2011; Sentença - Processo n. 0007348-91.2007.814.0028. TJ/PA – Diário da Justiça - Edição nº 4898/2011, 06/10/2011, p. 247-253.

trincheiras. Não lhes faltaram, também, o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Diocese de Marabá, do Movimento de Educação de Base (MEB), da CPT e do STR. Conta Emmanuel Wambergue, o Mano,

Com o Pau Seco dissemos vamos sair, mas vamos ficar num lugar só. Já tinha produção. Onde os trabalhadores ficaram? Na capela do Pau Seco.³¹ Eles recebiam visitas das comunidades, dos animadores de comunidades, os padres, as freiras. Eu pegava o carro do MEB e passava nas comunidades para recolher comida para eles para aguentar o tempo que o sindicato negociasse. Os posseiros faziam pressão, iam de vez enquanto nos lotes deles, era toda hora enchendo o saco, dando um tiro de vez enquanto num cara indesejável. Se ouvia falar: “relâmpago pegou fulano”, “a formiga comeu”, “a onça pegou”, “rapaz deu uma quebra de milho” (risos). Os posseiros estavam na capela e foram sustentados quase um ano com a solidariedade das comunidades do campo. Essas comunidades mandavam alimentos para eles. O Gabriel Pimenta dizia, “nós vamos ganhar só que temos que ter tempo”. Ganhamos, largaram a capela e foram cuidar de suas roças.³²

Emmanuel Wambergue, na época coordenador da CPT da Diocese de Marabá, destaca que ao ficarem na capela da Igreja Católica do povoado, próximo da área litigiosa, os trabalhadores rurais não só sensibilizaram os agentes de pastorais, padres, freiras, sindicalistas e animadores de comunidades, muitos deles posseiros de diversas áreas, mas continuaram pressionando o proprietário e seus pistoleiros. Ao mesmo tempo em que uma comissão formada por representantes dos posseiros, do STR de Marabá e da CPT tentava com o GETAT e com o TJE reverter a ação impetrada pelo proprietário, os posseiros passavam a visitar os seus lotes, onde possuíam produção, e a atacar os pistoleiros, como uma das formas de controle da área, mesmo porque o proprietário, uma vez com a ação na justiça, não deixava de recorrer às suas milícias armadas para expulsar os trabalhadores rurais que ocupavam a sua fazenda. Isso era uma prática comum: em inúmeros imóveis improdutivos, ocupados pelos trabalhadores rurais, os conflitos se desenrolavam de forma violenta, quase sempre, com a participação de pistoleiros e, às vezes, da polícia a mando dos grandes proprietários de terra. Nos onze municípios localizados mais ao sul do estado, onde a CPT da Diocese de Conceição do Araguaia atuava, por exemplo, segundo consta nos dados dos arquivos dessa entidade, entre 1982 e 1992, 4.352 famílias que ocupavam imóveis com títulos definitivos foram expulsas com a participação direta de pistoleiros ou da polícia; 884 casas foram queimadas ou destruídas e 28.439 famílias foram ameaçadas de despejos. Nesse mesmo

³¹ Este povoado localiza-se à beira do igarapé Pau Seco, a onze quilômetros da interseção da rodovia PA-150 com a BR-222.

³² Entrevista de uma hora e quinze minutos concedida ao autor, em 05/12/2006, Marabá (PA).

período, segundo ainda estes dados, 840 trabalhadores rurais foram ameaçados de morte; 1.647 foram espancados e feridos; e 870 foram detidos ou presos.³³

Além de enfrentar a violência dos grandes proprietários de terra, os trabalhadores rurais, às vezes, se viam envolvidos numa série de outras dificuldades que poderiam atrapalhar as suas lutas pela terra. Numa área ocupada, por exemplo, nem sempre as divisões dos lotes eram tarefas fáceis. Os atritos e as discordâncias entre os próprios posseiros, no processo de demarcação dos lotes, em alguns casos, aconteciam sobretudo se a ocupação fosse efetivada por dois ou mais grupos diferentes. Nem sempre o tamanho do lote se constituía como um problema entre os trabalhadores. Havia um entendimento de que um lote nunca fosse superior a 100 hectares. Os atritos, em muitos casos, aconteciam na fronteira, entre um grupo e outro, no processo de demarcação da área. Nem sempre a faixa de terra, nessa fronteira, era maior do que os lotes pretendidos. Nesse sentido, às vezes, um invadia a área do outro, necessitando, nesses casos, da intermediação de alguma liderança ou de um agente da CPT, e mais tarde de representantes dos STRs.

A pressão externa, exercida pelos proprietários rurais e pelos aparelhos de Estado, contribuía para dirimir os problemas internos e estabelecer a coesão do grupo. No afã da luta, os diferentes grupos, num mesmo imóvel, se viam obrigados a se unir. Para os proprietários, para a PM e para o GETAT/INCRA todos eram invasores que deveriam ser reprimidos e expulsos. As lideranças se constituíam no processo da luta. Nem sempre o idealizador de uma ocupação tornava-se uma liderança no decorrer dos conflitos. A formação de uma liderança se efetivava, às vezes, pela capacidade de resolver os entressocos internos, de unir os diferentes grupos, de buscar apoio externo às suas lutas e montar “frentes armadas” contra os pistoleiros. Mas essas lideranças nem sempre continuavam coordenando o grupo após a criação do Projeto de Assentamento porque as necessidades, as perspectivas e as relações dos posseiros acabavam sendo outras. A luta pelo crédito, educação, recursos de infra-estrutura (estradas, energia elétrica, etc.), por exemplo, verifica-se junto aos órgãos governamentais e não mais no confronto direto com os proprietários de terra. São outras questões e são outras as relações demandando parcerias diversas, outras alianças, outras estratégias e outras táticas. As práticas de participação, como reuniões e trabalho coletivo, se efetivavam também no processo da luta.

³³ Arquivos da CPT – Xinguara (PA).

Diversas comunidades de posseiros, fossem elas estabelecidas em áreas devolutas ou em terras particulares, muitas vezes, em função do ambiente estranho à vida que levavam em suas regiões de origem, o isolamento e as dificuldades inerentes à precariedade das estradas, dos serviços de saúde e de educação, a falta de créditos para a produção e até mesmo as ameaças de proprietários ou da polícia, entre outros, encontravam formas próprias de organização. Muitos migrantes traziam consigo experiências de práticas religiosas e de organização social que, uma vez na terra, eram colocadas em relevo: as rezas nas casas dos vizinhos, celebrações dominicais, partidas de futebol entre localidades, a troca de dias de trabalho entre membros da comunidade, a prática dos mutirões e as festas. Eram formas de solidariedade e rompimento do isolamento entre os moradores.

Havia duas formas de mutirões: aquela que o dono do serviço, aquele que precisava limpar a sua roça de arroz, de milho, de feijão ou precisava limpar as pastagens, fazer uma estrada ou uma ponte, iniciar uma roça com o roçado do mato, etc., sentia a necessidade de ter um grupo de pessoas para ajudá-lo e convidava os seus vizinhos para lhe prestar o serviço; e aquela denominada de *traição*, isto é, o mutirão organizado por lideranças ou por algum parente para fazer o serviço de um posseiro que estava necessitando cuidar de sua roça, porque tivera de se ausentar da comunidade em razão do parto de sua esposa ou porque foi obrigado a sair às pressas em busca de tratamento médico ou mesmo viajado para visitar algum parente em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Maranhão que estava doente etc. Ou mesmo aquele que havia viajado para tratar de assuntos da comunidade. Era a roça que estava passando da hora de colher, ou a sua pastagem que estava muito suja ou a sua roça que estava passando da hora de ser feita como, por exemplo, fazer a derrubada das árvores de um trecho já roçado. Uma vez organizado, o grupo chegava à noite de surpresa à casa da pessoa que necessitava da “traição”. Os “traíçoeiros” chegavam, às vezes, entoando algum canto religioso ou uma música conhecida com violões e sanfonas. No outro dia, eram os serviços: enquanto homens cuidavam da roça, as mulheres preparavam as refeições e outros tipos de trabalhos: se tivesse roupas sujas iam lavar, se tivesse costura para fazer iam costurar, se tivesse que fazer farinha, rapaduras, limpar o terreiro também estavam disponíveis. “Se fosse uma família que mexesse com beneficiamento artesanal de algodão elas iam ajudar, se tivesse outro tipo de trabalho próprio como beneficiar mandioca para fazer farinha as mulheres faziam. As mulheres faziam a parte delas e os homens faziam a parte deles” conta João Martins Neto, ex-posseiro de Campos Altos,

município de Conceição do Araguaia. Aquele que era “traído” ou aquele que organizava um mutirão se sentia na obrigação de retribuir com o seu trabalho quando fosse convidado ou mesmo organizando outra “traição”. Esses espaços eram onde também se discutia onde e como se realizaria a festa do padroeiro da comunidade, a questão sindical, os direitos sociais e, também as partidas de futebol. Quase sempre o final culminava com muita comida e festa dançante. Era dali que saiam, muitas vezes, os namoros e os casamentos. Estes últimos quase sempre com festas e comida. Nessas festas, os “de fora”: rapazes de outras comunidades ou um estranho da cidade, caso ali aparecesse, às vezes, esbarravam com as “normas” do lugar. Por exemplo, nem sempre um rapaz de fora conseguia dançar com uma moça que ele desejasse namorar, porque os rapazes da comunidade não deixavam. Quando ela terminava de dançar uma música com um rapaz do lugar, outro já estava esperando para dançar com ela a próxima música e assim, sucessivamente, de forma que o pretendente era impedido de se aproximar da moça. Era, de certa forma, um mecanismo que poderia contribuir para que os namoros e os casamentos se efetivassem entre membros daquela comunidade ou mesmo para “demarcar território”.

Nessas comunidades, sobretudo as de ocupações mais antigas, onde as relações normalmente se estabeleciam por meio das redes de parentesco, da prática religiosa e da vizinhança, como demonstrado nos parágrafos anteriores, os conflitos de terra tendiam ser mais violentos ou mais duradouros. O que estava em jogo não era só a perda da terra enquanto meio de produção, mas a terra enquanto espaço de práticas individuais e coletivas, toda uma relação estabelecida com o lugar, como diria Michel de Certeau,³⁴ *um lugar praticado*. Ali estava constituída a sua vida familiar e comunitária: o lote, a casa, o pomar, a roça, os animais, as pastagens, os casamentos entre si, as festas, os terços, as novenas, as reuniões, os compadrios, o comércio, o mutirão, a escola, a troca de dias como cooperação no trabalho, etc. Tirá-los da terra era tirar toda uma vida edificada no cultivo da lavoura, nas relações pessoais e comunitárias e romper toda uma relação afetiva e simbólica com o espaço: a casa, o terreiro da casa, o rio, o igarapé, a roça, a mata, o campo de futebol, o cemitério, a capela, a escola, etc. Ali estava presente também toda uma trajetória de sofrimento: os constantes deslocamentos até se estabelecer, os acidentes, às vezes, com animais peçonhentos, o enfrentamento às doenças como malária, verminoses, hepatites, leishmanioses, comuns em regiões de

³⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 15ª ed. Petrópolis: 2008, v. 1.

abertura da floresta,³⁵ além da convivência constante com o medo de pistoleiros e da polícia. Era o fazer na dor, na alegria, no riso, nas lágrimas, nas conquistas, nas derrotas, nas lutas e nos conflitos que estava em jogo. Por esta razão, as resistências, às vezes, prolongadas, na luta pela terra.

Para o posseiro recente, a terra tendia a parecer mais como uma possibilidade de aquisição de um bem, de trabalho autônomo e de sobrevivência da família. A resistência inclinava-se a ser menor, pois a relação afetiva com o seu espaço não era grande. O seu tempo ali poderia ser de uma ou duas colheitas. Os eminentes conflitos impossibilitavam uma vida mais ou menos tranquila em sua terra, com a esposa e os filhos. Para estes posseiros, a possibilidade de abrir uma outra posse seria menos penosa do que para os posseiros mais antigos, que tinham uma ligação afetiva com seu espaço de trabalho e moradia. Mas a necessidade de sobrevivência, colocava-os vigilantes e, em alguns casos, preparados para os confrontos. Solucionando o conflito, o posseiro poderia ter livre acesso à área, morar no local com sua família e implementar com segurança as benfeitorias na terra, deixando de existir o caráter provisório de seu estabelecimento.

Enfim, os conflitos e as violências que ocorreram, no sul e sudeste do Pará, em razão das disputas por terras, não foram provocados somente em razão das lutas dos trabalhadores rurais pela manutenção de suas posses, mas também, e sobretudo, devido às lutas pelo acesso à terra. Ou seja, os confrontos armados que aconteceram, nessa parte do território amazônico, não estiveram relacionados diretamente só a resistência dos posseiros à sua expulsão e expropriação por parte dos proprietários rurais e empresários do Centro-Sul do Brasil. É preciso considerar também que milhares de trabalhadores rurais migrantes, de diversas regiões do País, ocuparam inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos e ali enfrentaram, às vezes, por meio de suas armas, os pistoleiros dessas propriedades. Estes trabalhadores rurais, para conseguir apoio às suas lutas e legitimar junto ao Estado as ocupações de terra, ao mesmo tempo em que reivindicavam as desapropriações das propriedades ocupadas, se apropriaram e ressignificaram o conceito de *posseiro*. Ou melhor, posseiros, durante esse tempo, não eram somente os trabalhadores rurais, que não sendo proprietários, ocupavam durante muito tempo, sem oposição e sem reconhecimento de domínio alheio, áreas de terras

³⁵ FRAIHA, Habib. Saúde em Carajás. In: LINHARES, Alexandre da Costa (Coord.). *Saúde na Amazônia*. 2ª Ed. ANPES, São Paulo, 1983; DIAS, Raymundo de Mendonça. Acidentes por animais peçonhentos. In: LINHARES, Alexandre da Costa (Coord.). *Saúde na Amazônia*. 2ª Ed. ANPES, São Paulo, 1983.

devolutas, mas também os trabalhadores rurais migrantes que ocuparam diversas áreas com títulos definitivos ou de aforamentos.

Por fim, como foi demonstrado ao longo deste capítulo, o sul e o sudeste do Pará, durante os anos que transcorreram as décadas de 1970 e 1980, pode ser considerado como um território marcado pelo envolvimento não só de trabalhadores rurais, empresários, comerciantes e fazendeiros, na questão agrária. Ali a luta pela terra foi também o *locus* onde parlamentares, advogados, pistoleiros e membros da Igreja Católica, de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de diversos aparelhos de Estado estiveram implicados, fazendo dessa parte da Amazônia brasileira um espaço poliédrico, onde diversos grupos, interesses e temporalidades operaram.

APROPRIAÇÃO DA MEMÓRIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA: DISPUTAS POR TERRAS E VIOLÊNCIAS¹

No domingo, 13 de setembro de 1987, o jornal *O Estado de São Paulo* amanheceu estampando como matéria de capa, em letras grandes e destacadas: “Sandinistas agem no Araguaia, acusa juiz”. Nas páginas seguintes, como parte de seu caderno “Noticiário Geral”, complementava a bombástica notícia sob o título “Nicarágua age nos conflitos do Pará”. O jornal informava que as autoridades federais já haviam tomado conhecimento da existência de três guerrilheiros da Frente Sandinista nas áreas de floresta do sul do Pará “onde estariam insuflando e treinando posseiros a invadirem terras” de fazendeiros e de grandes empresas agropecuárias. Ricardo Rezende Figueira, padre da Diocese de Conceição do Araguaia e coordenador local da Comissão Pastoral da Terra (CPT), era a pessoa que, segundo o jornal, havia feito os contatos com os Sandinistas em viagem recente à Nicarágua. O jornal anunciava também que o padre era responsável por armar posseiros e incentivar as invasões de terras, num sentido claro de desestabilizar a classe produtora do campo. Segundo o jornal, aquelas acusações teriam partido do Dr. Eronides Souza Primo², juiz da Comarca de Conceição do Araguaia, e do proprietário da Fazenda Bela Vista, naquele município, Jurandy Siqueira. Essa foi o início de uma série de reportagens nos principais jornais do Sudeste do Brasil, entre 13 e 17 daquele mês.

Essa notícia acionou o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o diretor-geral da Polícia Federal (PF), a União Democrática Ruralista (UDR), a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), o Ministro da Cultura da Nicarágua, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Pastoral da Terra. Fato que, no dia seguinte, além de *O Estado de São Paulo*, *Diário da Tarde*, de Minas Gerais, e o *Correio do Brasil* não deixaram de divulgar os comentários de Iris Rezende, Ministro da Agricultura, que, na época, respondia também pelo MIRAD; de Ronaldo Caiado, presidente da UDR; e de Romeu Tuma, diretor-geral

¹ As matérias jornalísticas pesquisadas para a construção deste capítulo encontram-se nos arquivos da CPT, nas cidades de Marabá (PA), Xinguara (PA) e Belém (PA). Esta entidade normalmente não arquiva jornais inteiros, mas reportagens recortadas e coladas em folhas de papel A4, organizadas por assuntos temáticos em pastas dispostas em armários de aço. Por esta razão, não foi possível analisar cada reportagem no conjunto de seu jornal.

² Eronides Souza Primo é paraense, nascido em 1939. Assumiu como Pretor do Termo Judiciário de São João do Araguaia, em 19/06/1970. Foi nomeado para o cargo de Juiz de 1ª entrância, com lotação na Comarca de Conceição do Araguaia, assumido em 29/10/1982. Em 13/06/1990, foi promovido a Juiz da Comarca da Capital. Em 15/03/2002, foi nomeado para o cargo de Desembargador. Em 28/01/2009, despediu-se do exercício da magistratura quando se aposentou do serviço público.

da Polícia Federal, sobre a existência dos guerrilheiros no sul do Pará. Naquele dia 14, o *Diário da Tarde*³ informava que Ronaldo Caiado teria dito que tais fatos seriam apurados pelo Exército e pela Polícia Federal, porque estava em jogo a soberania nacional, algo confirmado pelo Porta-Voz do Departamento da Polícia Federal, Carlos Marra, afirmando que Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, já havia determinado tais apurações. Ronaldo Caiado aproveitou para levantar suspeita sobre a queda do avião que conduzia o ministro do MIRAD, Marcos Freire, em 08 de setembro daquele ano, em Carajás⁴: “Se realmente existem na região homens treinados para guerrilhas e sabotagem”, disse Caiado, “já podemos pensar na possibilidade de ter havido sabotagem no desastre em que morreram o ministro Marcos Freire e seus auxiliares, em Carajás, pois ele foi o primeiro ministro da conciliação no Ministério da Reforma Agrária”. Caiado também acusou o padre Ricardo Rezende Figueira de estar incitando “invasões” de fazendas no sul do Pará: “Este padre, que considero um bandido de alta periculosidade”, disse, “está à frente de toda a agitação que ocorre hoje na região, e tem contratado pistoleiros profissionais para as invasões, muitas delas com mortes, como foi o caso do fazendeiro Tarley Andrade⁵”. No mesmo dia, a UDR divulgou uma nota acusando o padre Ricardo Figueira, a CPT e o INCRA pelos conflitos na Fazenda Bela Vista e em todo o sul do Pará, concluindo nas últimas linhas do texto: “(...) na opinião do fazendeiro (Jurandy Siqueira, da Fazenda Bela Vista), aí está uma das chaves dos conflitos agrários; ‘para a CPT, assim como para alguns do INCRA, a paz no campo não interessa’”.⁶

³ *Diário da Tarde*. Ativistas no Araguaia: governo promete apurar. Minas Gerais, 14/09/1987, p. 4.

⁴ Morreram no mesmo acidente o secretário-geral do ministério Dirceu Pessoa, o presidente do INCRA José Eduardo Vieira Raduan, o secretário particular José Coelho Teixeira Cavalcanti, os assessores Amaury Teixeira Cavalcanti e Ivan Ribeiro, o tenente-coronel aviador Wellington Rezende, o capitão aviador Jorge Shimonura e o 3º sargento Carlos Alberto da Silva.

⁵ Tarley Andrade era filho do tesoureiro nacional da UDR e amigo de Caiado, Jairo Andrade. Tarley foi morto no dia 19/12/1986 num confronto com os posseiros da Fazenda Agropecus e Forkilha, no município de Santana do Araguaia, hoje localizadas no município de Santa Maria das Barreiras. Na ocasião, diversos policiais militares e civis vestidos como trabalhadores rurais, secundados por pistoleiros, vasculharam casas a procura de posseiros que haviam se escondido devido às ameaças de morte ou de prisão. Seis chegaram a ser presos, sem mandado judicial, e torturados nas delegacias para que confessassem as suas participações na morte do fazendeiro. Outros 15 tiveram prisão preventiva, decretada por Dr. Eronides Primo, inclusive o Sr. Natal Viana, presidente do STR de Santana do Araguaia, que não era posseiro da área. Doze posseiros foram assassinados durante o conflito na área, como Antônio Bispo dos Santos (26/02/1987), enterrado pela PM no cemitério de Redenção com as inscrições: “cachorro”. Cf. CPT Norte II. *Relatório de conflitos*. Secretariado Regional. Belém, 1988; ANDRADE, Dep. Ademir. Depoimento na 43ª Sessão da Assembleia Constituinte, em 01/04/1987. *Assembléia Nacional Constituinte. Diário nº 38*. Brasília, 02/04/1987, p. 10 e 11.

⁶ UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA, *Sem Terras são responsabilizados pela tortura e morte de vaqueiro*. Brasília, 14 de setembro de 1987 (Nota).

Somente no dia 15 daquele mês, dois dias após a divulgação da primeira matéria, pressionado pela CNBB e pela CPT, inclusive depois que o Padre Ricardo Figueira havia acionado Luís Eduardo Greenhalgh, advogado de renomada atuação na defesa de presos políticos no tempo da ditadura civil-militar, que *O Estado de São Paulo* procurou o padre Figueira para falar sobre o assunto e publicou na página oito de seu caderno “Noticiário Geral” uma nota da CPT. Contudo, a referida nota aparece inserida à reportagem sob o título “CPT diz que denúncia é campanha contra ela”. Vê-se, assim, que a exposição escrita que a CPT fez não foi publicada à parte, mas introduzida numa matéria que o próprio jornal construiu. Para saber se ali está o texto da CPT, é preciso que o leitor percorra antes seis parágrafos e procure nos seguintes a escrita que está entre aspas. Nos parágrafos que antecedem à nota da CPT, segundo o jornal, Padre Ricardo Figueira havia dito: “Fui de fato à Nicarágua, mas, em 1974, ainda na época de Somoza, e desconheço a presença de qualquer cidadão da Nicarágua no Brasil ou no Pará”.⁷ Considerou fantasiosa a denúncia do juiz, afirmando que a sua atitude poderia prejudicar as relações do Brasil com a Nicarágua e o acusou de ser parcial em sua atuação enquanto magistrado, favorecendo os latifundiários e permitindo a impunidade de pistoleiros e da polícia.⁸ Disse ainda que este “em vez de divulgar denúncias infundadas, deveria apurar as dezenas de mortes, violência policial, prisões arbitrárias que foram feitas”.⁹ Já a nota da CPT acusava a UDR e o Jornal *O Estado de São Paulo* de estarem preparando o assassinato do padre Ricardo Figueira:

O jornal *O Estado de S. Paulo* toma a si o encargo de criar na opinião pública o clima propício para que a UDR, através de suas milícias armadas, execute o assassinato do padre Ricardo Rezende Figueira, coordenador da CPT Araguaia-Tocantins (...). A Comissão Pastoral da terra - CPT - vem denunciar à opinião pública nacional e internacional que este mesmo clima antecedeu o assassinato do padre Josimo Tavares. Antes e depois do assassinato, o mesmo jornal publicou declarações de outro diretor da UDR, o médico Altari Veloso, que se referia ao padre Josimo como ‘bandido notório, indiciado por incitação a assassinatos’. Hoje, o Padre Josimo está morto e os assassinos e mandantes permanecem impunes (...). A Comissão Pastoral da Terra, responsabiliza a UDR, na pessoa de seu presidente, que responderá na justiça por suas declarações, o Sr. Ministro da Justiça, os proprietários do jornal, *O Estado de S. Paulo*, por qualquer violência que venha ocorrer ao padre Ricardo Rezende Figueira. Apelamos ainda ao Sr. Presidente da República para tomar as medidas urgentes e indispensáveis de proteção à vida do padre Ricardo, sob pena de conivência criminosa pela sua morte.¹⁰

⁷ *O Estado de São Paulo*. CPT diz que denúncia é campanha contra ela. São Paulo, 15/09/1987, p. 8.

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ Idem. Ibidem.

¹⁰ Idem. Ibidem.

Logo após a nota da CPT, o jornal, em poucas linhas, tentou se desculpar afirmando que *O Estado* havia se limitado a divulgar declarações do juiz, do proprietário da fazenda Bela Vista e da coordenadora da CPT no Araguaia. Mas, na mesma página, antes dessa reportagem, o jornal publicou uma pequena matéria destacada num retângulo sob o título: “Tuma manda investigar”, afirmando que o diretor geral da Polícia Federal havia mandado investigar o caso da presença dos sandinistas no Araguaia. Contudo, grande parte do que está ali escrito não se refere à possível investigação determinada por Romeu Tuma, diretor geral da PF, conforme destacado no título. A matéria se limitou em trazer informações do diretor da FARSUL, o proprietário de terras Camilo Cottens, que não deixou de classificar que a presença dos supostos sandinistas no sul do Pará era uma “violação da soberania nacional” que, segundo ele, deveriam “ser levados aos tribunais”, pois estavam praticando “subversão”. O jornal divulgou ainda, na mesma página, uma reportagem de Murilo Murça, enviado especial de *O Estado* a Conceição do Araguaia, sob o título: “Até trincheira na região do Araguaia”, a qual trazia o que teria sido a fala do empresário Jurandy Gonçalves Siqueira, proprietário da Fazenda Bela Vista: “(...) a tática da Pastoral, tentando jogar areia nos olhos do grande público, para encobrir um dos mais bárbaros crimes cometidos pelos sem-terra na região”. Na sua versão, o padre Ricardo Rezende Figueira havia comandado a emboscada dos posseiros que tinha resultado na morte do pistoleiro Adão Barbosa em sua fazenda, em 28 de abril daquele ano. Murilo Murça informava também que oficiais do Exército haviam constatado na semana que antecedeu o dia 13 de setembro “a existência de trincheiras estrategicamente cavadas em torno da fazenda Bela Vista”. Essas informações teriam saído do comandante da PM de Conceição do Araguaia, major Holanda, que temia “a volta da guerrilha na região devido aos conflitos de terra”.¹¹ Murça informava ainda que o juiz Eronides Souza Primo e o fazendeiro Jurandy Siqueira acusavam o padre Ricardo Rezende de “ser o organizador e incitador das invasões agora com apoio estrangeiro, que teria sido obtido em sua última ida à Nicarágua a convite do governo e do clero daquele País”.

A subversão (termo usado pelo jornal) foi confirmada pelo juiz ao jornal três dias depois de divulgada a primeira matéria. *O Estado de São Paulo* continuou alimentando a suposta presença dos guerrilheiros sandinistas no sul do Pará. Murilo

¹¹ *O Estado de São Paulo*. Até trincheira na região do Araguaia. São Paulo, 15/09/1987, p. 8.

Murça, enviado especial ao Pará, fez publicar, naquele dia 16 de setembro, sob o título “Juiz confirma subversão no Araguaia” reportagem que trouxe entre aspas trechos que teriam sido a fala do Juiz. Segundo o jornal, Dr. Eronides Souza Primo teria dito: “(...) como não tenho competência para resolver o problema e tendo em vista as invasões constantes de terra e a violência, comuniquei o fato às autoridades competentes, solicitando que fosse apurado, por se tratar de assunto de segurança nacional”. E tecendo mais comentários sobre os conflitos de terra teria dito: “de modo geral, não existem conflitos no sul do Pará. Eles são fabricados por grupos: entidades da Igreja e políticos com interesses eleitoreiros ou financeiros, que exploram de maneira inescrupulosa os trabalhadores rurais”.¹² Segundo informou o jornal, embora negasse dizer de onde teriam partido as informações sobre a existência dos guerrilheiros nicaraguenses no sul do Pará, Eronides Souza Primo havia afirmado existir uma interferência estrangeira na região. Que ao expedir uma ordem judicial para que policiais ocupassem uma área em litígio recebeu logo depois oito telegramas de protesto contra a sua atitude, vindos da Alemanha. Informou ainda que a Polícia Militar havia encontrado na Fazenda Bela Vista, de Jurandy Gonçalves Siqueira, dezesseis trincheiras construídas por posseiros. Algumas delas, segundo o jornal, foram construídas com pedras e outras cavadas de forma a impedir o acesso de veículos que, ao cair nelas, teriam os pneus furados.

Naquele dia 16, sob o título “Sandinistas no Pará? Cardenal nega”, *O Estado de São Paulo* divulgou também notícias sobre o encontro do Ministro da Cultura da Nicarágua, o padre Ernesto Cardenal Martinez, com José Sarney para tratar de assunto referente à América Central. Nesse encontro, Cardenal Martinez contestou as denúncias do juiz de Conceição do Araguaia. E, no dia 17, o *Jornal Correio do Brasil* publicou uma matéria com o título: “juiz desmente denúncias”. Segundo este Jornal, o padre Ermano Allegri, secretário executivo da CPT, em contato com o juiz Eronides Primo, informou que este havia desmentido as notícias de que esta entidade estivesse promovendo guerrilhas com a presença de nicaraguenses no Araguaia. O juiz disse que tudo não passava de “exagero do repórter” de *O Estado de São Paulo* e que “não tenho nada com o que a imprensa está dizendo”. Contudo, o *Correio do Brasil* não deixou de publicar, na mesma página, a fala de Ronaldo Caiado, da UDR, e do Tenente Coronel Guerra, da Comissão de Investigações de Acidentes Aeronáuticos (COMSAER).

¹² *O Estado de São Paulo*. Juiz confirma subversão no Araguaia. São Paulo, 16.09.1987, p.12.

Segundo o *Correio do Brasil*, para Caiado, no sul do Pará não ocorria uma simples luta pela posse da terra, tratava-se, na verdade, de “uma luta sofisticada com formação técnica e tecnológica para invadir, matar e agredir a classe rural”¹³ e, reproduzindo o que teria sido a fala do chefe da COMSAER sobre a possível sabotagem do avião que transportava Marcos Freire, do MIRAD, afirmava: “se essa hipótese for confirmada o fato ‘deixa de ser um acidente aéreo’ e, conseqüentemente da Polícia Federal”.¹⁴

Essas reportagens não estão isoladas do conjunto dos acontecimentos em torno da problemática da posse e do uso da terra no Brasil, naquele período. Pelo contrário, elas são parte das disputas e dos confrontos que se acirraram entre a metade dos anos de 1970, ainda na vigência da ditadura civil-militar, ao final da década de 1980, durante a Nova República, quando as ocupações de terra, por parte dos trabalhadores rurais, e os debates sobre a reforma agrária se intensificaram no cenário nacional. Diversos jornais brasileiros potencializaram o medo do retrocesso econômico e político com a possível realização da reforma agrária, associando-a a uma política “anacrônica”, “atrasada” e expressão do comunismo e da estatização do campo, ao mesmo tempo em que se posicionaram a favor da grande propriedade da terra como modelo de eficácia econômica e produtiva.¹⁵

No sul e sudeste do Pará, as ações dos trabalhadores rurais pela posse da terra, com apoio e assessoria de membros da Igreja Católica, além de serem entendidas pelos proprietários rurais e pelas autoridades civis e militares como subversões e ações comunistas, eram percebidas como possível “volta da guerrilha no Araguaia”. Tratou-se da produção de um discurso que associava os conflitos de terra às ações guerrilheiras no campo como estratégia de desmobilização política dos trabalhadores rurais que lutavam pela terra. Esse discurso se intensificou com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no dia 26 de maio de 1985. A retórica anticomunista que se fazia presente, no sul e sudeste do Pará, desde meados da década de 1970, tomou amplitude ante a inquietação dos empresários e proprietários rurais por todo o País, perante a crescente onda de ocupações de terra, a possibilidade de implantação do PNRA que previa, inicialmente, assentar 300 mil famílias por ano,

¹³ *Correio do Brasil*. A UDR continua acusando. Brasília, 17/ 09/1987, p. 2.

¹⁴ *Correio do Brasil*. Relatório da FAB não chega a conclusões. Brasília, 17/ 09/1987, p. 2.

¹⁵ BRUNO, Regina Ângela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 5, n.10, jul./dez., 2003, p. 284-310.

durante 10 anos, e a articulação dos trabalhadores rurais e entidades de mediação em torno do debate sobre a reforma agrária na constituinte.¹⁶

As reclamações, as reivindicações e a resistência dos posseiros eram explicadas como provável ressurgimento de guerrilhas armadas no campo. Nesse sentido, a tendência das autoridades tanto civis quanto militares acabou sendo de secundar os grandes proprietários, partindo da concepção de que estes seriam os guardiões da ordem social e política vigente. Quase sempre procuravam associar o trabalho pastoral da Igreja e a atuação dos posseiros com a guerrilha ou com a subversão no campo. O episódio ocorrido entre o juiz de Conceição do Araguaia, a CPT, o proprietário e os posseiros da Fazenda Bela Vista, em 1987, é uma ponta do iceberg. Em um documento sob o título “*Guerrilha Rural - documento básico*”,¹⁷ de 1976, provavelmente produzido por Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, o Centro de Informações do Exército (CIE) comunicava, por exemplo, que o PC do B não tinha deixado morrer a ideia de continuar a luta armada no Araguaia e apontava que as “incitações à ocupação de terras” que existiam, no sul e sudeste do Pará, com o apoio do “clero progressista”, estavam sendo, naquele momento, umas das principais ações desse partido.

Para sustentar essas afirmações, o CIE recorreu ao que os militares entendiam ser “as diretrizes para o trabalho de massa, utilizando as questões de terras”¹⁸ que o PC do B havia produzido, afirmando se tratar de um documento sob o título “Instruções sobre a campanha de luta pelas reivindicações e direitos básicos do povo”. Segundo o CIE, o PC do B pregava que a principal causa de seu fracasso no Araguaia teria sido “o insuficiente trabalho de massa realizado e que, sem as ‘bases’ de apoio, seria impossível se passar ao novo estágio da luta”.¹⁹ Apontava também que as suas “Organizações de Bases - OB”, no Araguaia, a ser previamente construídas pelo “trabalho de organização e conscientização de massa”,²⁰ pesquisariam as reivindicações mais sentidas do povo da área, realizariam reuniões para debatê-las e juntos buscariam formas de resolvê-las. Ou seja, primeiramente, desenvolveriam apenas lutas políticas e econômicas para,

¹⁶ MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; Da mesma autora. Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. *Caderno Temático* nº1, Rio de Janeiro, janeiro de 1994; PALMEIRA, Moacir & LEITE, Sergio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho & SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 92-165.

¹⁷ Centro de Inteligência do Exército-CIE. *Guerrilha Rural - documento básico*, 1976. 14f. (datilografado) – Arquivo da CPT de Marabá.

¹⁸ Idem., Ibidem., p. 5.

¹⁹ Idem., Ibidem., p. 1.

²⁰ Idem., Ibidem.

posteriormente, formar grupos armados “permanentemente mobilizados”, mas dentro da faixa de legalidade, “dedicando à produção e à vida normal” para, em seguida, fazer “a luta contra a ditadura a um novo nível”.²¹

Para o CIE, os trabalhos que os membros da Igreja Católica estavam desenvolvendo no campo eram ações direcionadas pelo PC do B, conforme havia percebido nas diretrizes desse partido. Para este órgão, os trabalhos dos “cleros progressistas ajudados pelas madres e pelos leigos”,²² e apoiados pela CONTAG, como a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos STRs, nada mais eram do que as ações do PC do B no meio rural. Era identificado também como ações do partido, o trabalho de formação de lideranças, nas sedes das Prelazias e nas comunidades, que os padres promoviam para debater sobre as vantagens de criação de STRs e sobre os direitos dos trabalhadores contidos no Estatuto da Terra e na legislação trabalhista e sindical. O CIE afirmava também que todo líder de comunidade era “um orientador espiritual e um elemento de ação em força (encarregados de defesa da comunidade)”.²³ E que em todas as atividades que estavam sendo realizadas, havia “um trabalho de conscientização do homem, incutindo-se na população ignorante uma série de ‘direitos’ estatuídos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Estatuto da Terra e na legislação Sindical e Trabalhista”.²⁴ Afirmava ainda que em complemento eram “distribuídos folhetos e panfletos como matéria para este trabalho de doutrinação das massas trabalhadoras rurais”,²⁵ numa demonstração, irrefutável, de ações subversivas e comunistas no campo.

Ainda para o CIE, a presença de padres em algumas reuniões do INCRA era também uma demonstração explícita das ações subversivas do partido porque, naquelas reuniões, segundo consta o referido documento, os “membros do clero quase sempre dificulta[va]m qualquer acordo, aconselhando posseiros e invasores a não abandonar a terra”.²⁶ E para evitar a “eclosão de uma guerrilha, em proporções maiores que a ocorrida no Araguaia”,²⁷ o CIE em *Guerrilha Rural* afirmava que a solução seria o

²¹ Idem., Ibidem., p. 5.

²² Idem., Ibidem., p. 9.

²³ Idem., Ibidem., p. 6.

²⁴ Idem., Ibidem., p. 7.

²⁵ Idem., Ibidem.

²⁶ Idem., Ibidem.

²⁷ Idem., Ibidem., p. 13.

ataque aos quesitos básicos que forneciam “as bandeiras de luta à população do interior, e entre estes é prioritário a resolução dos problemas de terras”.²⁸

Estas suspeitas, portanto, puderam ser constatadas, conforme está no referido documento, quando John Davis, ex-piloto da Força Aérea dos Estados Unidos na guerra da Coréia, proprietário da Fazenda Capaz, de 100.000 hectares, em Rondon do Pará, e dois de seus filhos (Bruce e Mallory) foram emboscados e assassinados por posseiros, em 04/07/1976, na altura do Km 56 da PA-70 (hoje BR-222). Para os militares, esse episódio era um desrespeito ao “direito de propriedade privada garantido na Constituição e estímulo às novas invasões e ação do movimento socialista”, as quais deveriam ser combatidas energicamente.²⁹ O padre Giuseppe Fontanella, da Prelazia de Bragança e diversos posseiros foram presos, espancados e submetidos a interrogatórios, acusados de serem terroristas, sobretudo porque o fato coincidiu com o bicentenário da independência dos Estados Unidos. Fontanella, enquadrado pela Lei de Segurança Nacional, foi expulso do Brasil em dezembro daquele ano e os posseiros liberados após uma ação movida pelos advogados Gabriel Sales Pimenta,³⁰ de Marabá, e Ruy Barata, de Belém.³¹

Estes e outros confrontos armados,³² entendidos como ações guerrilheiras arquitetadas pelo PC do B, fizeram com que os trabalhos de agentes do Conselho Nacional de Segurança (CSN), coordenados por Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, até então identificado por Dr. Marcos Antônio Luchinni, se intensificassem no sul e sudeste do Pará, não só colhendo informações de atos e de pessoas consideradas subversivas,³³ mas interferindo nas eleições dos STRs, mediando reuniões entre

²⁸ Idem., Ibidem., p. 14.

²⁹ Telex nº 964 encaminhado pelo Ministro do Exército ao Ministro Chefe do SNI, em 14/09/1976 - Arquivo da CPT de Marabá. Abaixo do texto consta uma observação assinada por Curió: “O original foi entregue pessoalmente ao senhor General Campos, chefe do CIE, para transmissão do texto por aquele órgão, em caráter sigiloso”.

³⁰ Gabriel Sales Pimenta, advogado da CPT, foi assassinado por pistoleiro em julho de 1982. Cf. Capítulo 3 desta tese.

³¹ PINTO, Lúcio Flávio. Justiça. Pagando o pato. Belém, *Jornal Pessoal*, Ano XII, nº 208, 1ª quinzena de abril de 1999, p. 1-2.

³² Como os casos de Perdidos e do Castanhal Bela Vista, em outubro e dezembro de 1976, em São Geraldo do Araguaia quando dois policiais militares foram mortos e dois saíram feridos e o fazendeiro Neif Murad morreu numa emboscada; e mesmo no caso da demarcação da fazenda de Francisco Rezende, também em São Geraldo do Araguaia, quando posseiros armados impediram os trabalhos do ITERPA. Cf. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986.

³³ Relatos de ações de membros da Igreja Católica e de posseiros consideradas subversivas podem ser encontradas em MOURA, Sebastião Rodrigues de. *Relatório de Operações. Operação Bamerindus, Itaipavas*. s/d. 6f.(datilografado); Agência Central do SNI. Informe nº1704, ASS.SPEL/30/AC/81. *Ação da Comissão Pastoral da Terra em Itaipavas-Pará*, 28/07/81, em papel com o timbre “Confidencial”; Agência Central do SNI. Informe nº1393, ASS.SPEL/30/AC/81. *Procedimentos irregulares do ex-*

aparelhos do Estado como a Secretaria Estadual de Segurança Pública, o INCRA/GETAT, o ITERPA, a PM e os fazendeiros e apoiando estes a usarem a violência contra os trabalhadores rurais. Foi nessa época, em razão de um confronto armado ocorrido em 13/06/1981, envolvendo posseiros, agentes da Polícia Federal, funcionários do GETAT e um pistoleiro de Juracy Teixeira, deputado goiano (PDS), proprietário de terras da localidade conhecida como Cajueiro, que os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e treze posseiros, de São Geraldo do Araguaia, foram presos e enquadrados pela Lei de Segurança Nacional. Nesse episódio, o pistoleiro de Juracy Teixeira morreu e quatro agentes da Polícia Federal e um funcionário do GETAT saíram feridos. Uma ação conjunta do Exército, da Polícia Federal e do GETAT resultou em perseguições, prisões e interrogatórios dos padres e de diversos posseiros. Aristides Camio foi condenado a 15 anos de reclusão; Francisco Gouriou, a 10 anos; e os treze posseiros a 8 anos. Nem o bispo da Diocese de Conceição do Araguaia, Dom José Patrick Hanrahan, foi poupado dos interrogatórios e das campanhas de difamação na imprensa.³⁴

Foi neste contexto que os principais jornais paraenses passaram a divulgar os discursos dos grandes proprietários de terra, associando as lutas dos posseiros às ações guerrilheiras ou subversivas no campo, no final da década de 1970 e durante os anos de 1980.³⁵ No dia 18 de junho de 1985, por exemplo, o jornal *O Liberal*, da capital do estado, divulgou informações que um grupo de fazendeiros, do sul e sudeste do Pará, havia encaminhado uma carta ao Ministro da Agricultura solicitando providências para conter os posseiros e barrar o projeto de reforma agrária. “(...) Se providências urgentes não forem tomadas e o governo insistir em manter seu projeto de reforma agrária muito sangue vai correr na região” garantiam os fazendeiros. Ainda segundo o jornal, “eles afirmam que a guerrilha está montada na região e não poderão ficar imobilizados diante da ação dos agricultores sem terra”.³⁶ No dia seguinte, o deputado Aziz Mutran (PDS), dono de diversas fazendas de castanha e de gado bovino, em São Geraldo do Araguaia e Marabá, de acordo com o jornal *Província do Pará*, usou a tribuna da Assembleia

presidente do ITERPA Iris Pedro de Oliveira, 28/07/81, em papel com o timbre “Confidencial” (CPT de Marabá – arquivo).

³⁴ CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986.

³⁵ Cf. *O Estado do Pará*. Armas contra os posseiros. Belém, 11/09/1979; *O Estado do Pará*. Bispo defende os posseiros. Belém, 13/09/1979; *O Liberal*. Religiosos negam ter incitado lavradores. Belém, 21/09/1979. *O Liberal*. Prisão para posseiros. Belém, 03/07/1982. *Correio Braziliense*. Posseiro denuncia terrorismo policial. Brasília, 03/02/1984.

³⁶ *O Liberal*. Fazendeiros do Araguaia ameaça com sangue a feitura da reforma. Belém, 18/06/1985.

Legislativa paraense para falar da existência de invasões generalizadas de terras em Marabá, que segundo ele, havia uma “(...) clara demonstração do ressurgimento de guerrilhas armadas”.³⁷ Ainda segundo o jornal, o deputado havia afirmado que essas guerrilhas estariam sendo feitas por migrantes do Sul do País, invadindo as suas terras. Três dias depois, o mesmo jornal veiculou uma matéria intitulada “Guerrilha”,³⁸ na qual afirmava que o Delegado da Polícia Federal de Marabá, Nilton José Cavalcante Gonçalves, havia dito por telefone que existia em Marabá um grupo armado sob o comando da sobrinha de Dom Alano Maria Pena, bispo da Diocese de Marabá, coordenando as ocupações de diversas propriedades rurais no sul e sudeste do estado. Segundo o jornal, o delegado teria assegurado: “é só ir na mata para fotografar. Ela tem uns 90 homens, mas isso é um problema para a Polícia Civil e não da Polícia Federal”.

Quer dizer, são práticas que autorizavam os proprietários e empresários rurais não só mobilizarem a ação do Exército, da Polícia Federal e da Polícia Militar a seu favor, mas de assumirem o poder de repressão contra os trabalhadores rurais que estavam fazendo a luta pela terra naquele momento. Para os proprietários e empresários rurais, a guerrilha estava armada no campo, cabendo a eles o seu combate. Com o lançamento da proposta do PNRA, no IV Congresso da CONTAG, em maio de 1985, essa visão se agudizou e a luta que vinham fazendo contra a reforma agrária se intensificou. Para eles, o PNRA se inseria “nos mesmos quadros marxistas e socializantes do regime comunista sandinista da Nicarágua”.³⁹ Melhor dizendo, para os proprietários rurais, a desapropriação de grandes imóveis que não cumpriam a sua função social, como previa o PNRA, era percebida como um artifício estatizante da terra que não tinha outro objetivo que não fosse “(...) acabar com o direito de propriedade”⁴⁰ no Brasil. A guerrilha viabilizaria a implantação dessa reforma agrária. Se os posseiros, por meio de suas armas, estavam ocupando diversos imóveis e fazendo com que o Governo Federal os desapropriasse para fins de reforma agrária, estava ali diante de seus olhos a guerrilha armada para implantar a coletivização de todas as terras. Diante de tal situação, os proprietários rurais entendiam que nada mais obvio do que o combate a qualquer custo pela manutenção de suas propriedades, fato que, em dezembro

³⁷ *Província do Pará*. Bagunça total. Belém, 19/06/1985.

³⁸ *Província do Pará*. Guerrilha. Belém, 22/06/1985.

³⁹ *O Estado de São Paulo*. Reforma agrária. São Paulo, 12/07/1985 (Afirmção de Aldo Pedreschi, proprietário rural de Sertãozinho-SP sobre o PNRA).

⁴⁰ *Jornal do Brasil*. Fazendeiros dão voto de confiança condicional a Sarney. Rio de Janeiro, 12/08/1985, 1º caderno, p. 7 (Comentários de Alysson Paulinelli, presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais, sobre o PNRA).

de 1985, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria dando conta de milícias armadas nas fazendas do sul e sudeste do Pará, expulsando e assassinando posseiros. Segundo o jornal, algumas fazendas chegavam a ter 40 homens armados com carabinas de repetição. Na fazenda de Sebastião das Neves, por exemplo, havia “uma metralhadora ponto 50, armada na traseira de um jipe”⁴¹ e afirmava ainda o jornal que todos estavam se armando “para corrigir o que os proprietários consideravam um descaso total da justiça”.

No início de 1986, logo após a promulgação do PNRA, alguns fazendeiros fizeram contatos com oficiais das forças armadas na possibilidade de organizarem ou treinarem grupos de agentes de seguranças de suas fazendas. Segundo o jornal *O Liberal*, a primeira milícia organizada no sul e sudeste do Pará teria sido constituída por oficiais da reserva do Exército, ex-agentes da Polícia Federal e por policiais civis sob o comando do tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió. Essa milícia teria funcionado, inicialmente, nas proximidades de Serra Pelada.⁴² Vale observar que Curió foi um dos principais oficiais do Exército no aniquilamento do movimento guerrilheiro do PC do B no sul e sudeste do Pará, entre 1972 e 1974, e um dos homens de confiança dos proprietários rurais nas décadas seguintes. Ele não só procurou controlar o movimento sindical e as ocupações de terra, mas confrontou-se pessoalmente com os padres, freiras e bispos das Dioceses de Conceição do Araguaia e Marabá que nessa ocasião apoiavam a luta dos posseiros.⁴³

Mas, os interesses dos grandes proprietários de terra contra a reforma agrária começaram a se manifestar também por dentro dos meandros do aparato de governo da Nova República tão logo o PNRA foi lançado. Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida,⁴⁴ os segmentos da burocracia estatal do regime civil-militar, de 1964 a 1984, que haviam conduzido as ações fundiárias no Brasil, foram realocados durante o governo de José Sarney, urdindo ações contrárias à proposta de reforma agrária encetada pelo MIRAD. Para implementar essa proposta, a desapropriação por interesse social era considerada o principal meio de obtenção de terras. Rompia-se, assim, com as propostas e medidas dos governos militares que consideravam a desapropriação

⁴¹ *Jornal do Brasil*. Fazendeiros se armam contra invasão. Rio de Janeiro, 12/08/1985, 1º caderno, p. 7.

⁴² *O Liberal*. 21/02/1986.

⁴³ SDDH. Major do Exército X ação da Igreja. In. Povo do Pará se manifesta-1976-1979. *Documento*. SDDH, Belém, s/d.

⁴⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993.

como último recurso.⁴⁵ Posicionamentos contrários a essas medidas surgiram inicialmente no congresso dos proprietários de terra, em Brasília, um mês após o lançamento do PNRA. Ali não só foi debatido o plano apresentado pelo governo, mas criado a União Democrática Ruralista (UDR). Essa entidade passou a centrar esforços na crítica à proposta de reforma agrária e a estimular os seus associados a usarem a violência contra as ocupações de suas terras.⁴⁶ A partir de então o novo governo tornou-se um campo de disputa na orientação do plano de ação agrária. Além da ofensiva praticada pelos proprietários e empresários rurais, por meio de suas instituições (UDR, sindicatos, etc.) e por diversos jornais de circulação nacional,⁴⁷ militares e políticos contrários à realização da reforma agrária, mas que compunham os quadros do governo, passaram a criar medidas para inviabilizar a proposta do plano, conflitando, diretamente, com o Ministro do MIRAD Nelson Ribeiro, que havia sido indicado pela CNBB para ocupação do cargo, com o Presidente do INCRA José Gomes da Silva, membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), e com alguns técnicos desses órgãos, contratados pela indicação da CONTAG. Para Alfredo Almeida, essas “(...) posições conflitantes passaram a permear os aparelhos de poder, revelando as próprias ambiguidades e níveis de contradição dos compromissos políticos que resultaram na chamada Nova República”.⁴⁸ Segundo esse autor, uma das propostas que ensejou posições contrárias à reforma agrária do PNRA partiu do Conselho Nacional de Segurança (CNS), na época, dirigido pelo General Rubens Bayma Denys. Por meio da Exposição de Motivos 021/85, o CNS propunha ao Presidente da República que os problemas agrários no Brasil deveriam ser resolvidos com a distribuição demográfica no território nacional e descartava a desapropriação como instrumento de obtenção de terras para a reforma agrária. Essa proposta, segundo Almeida, apareceu na Exposição de Motivos intitulada “Política Nacional de Desenvolvimento Rural”, assinada pelos Ministros do Planejamento e da Agricultura, erguendo, assim, fortes obstáculos à aprovação do PNRA. Dois dias depois, em 10 de outubro de 1985, o Presidente da República assinava o plano⁴⁹ para os anos de 1985 a 1989, a décima primeira versão apresentada pelo MIRAD, muito longe da proposta inicial, anunciada no IV Congresso

⁴⁵ MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Da mesma autora: *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. Rio de Janeiro: janeiro de 1994. *Caderno Temático* nº1.

⁴⁶ MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Op. Cit., 2003.

⁴⁷ BRUNO, Regina Ângela Landim. Op. Cit., 2002.

⁴⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., p. 260.

⁴⁹ Instituído pelo Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985.

da CONTAG, em maio daquele ano. Para cada versão, o presidente e seus assessores exigiam novas modificações. Dentre elas, estavam aquelas que procuravam neutralizar a desapropriação de grandes imóveis rurais como interesse social para fins de reforma agrária. Esses fatos induziram Nelson Ribeiro e José Gomes a pedirem demissão de seus cargos e com eles diversos técnicos que trabalhavam no INCRA e no MIRAD.⁵⁰

A partir de então, as dificuldades de relacionamentos com os movimentos dos trabalhadores rurais no Brasil se ampliaram à medida que os conflitos por terras aumentaram. Embora se possa considerar que foi durante a Nova República que se impulsionou a política de assentamentos da reforma agrária no Brasil,⁵¹ quando foram desapropriados, só no sul e sudeste do Pará, 94 imóveis improdutivos, contra 6 do período da ditadura civil-militar,⁵² foi nessa ocasião que se registrou as mais diversas violências contra os trabalhadores rurais e as pessoas que os apoiavam. Ao longo dos cinco anos da Nova República, a CPT contabilizou 2.973 conflitos de terra e 488 assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados em todo o País. Nesse período também, segundo esta entidade, embora fosse difícil documentar os ferimentos graves que trabalhadores tiveram por parte da polícia e de pistoleiros, uma vez que nem sempre as vítimas denunciavam os casos, 1.061 pessoas sofreram lesões corporais e 1.644 foram vítimas de prisões ilegais.⁵³ No estado do Pará, foram assassinadas, nesse intervalo de tempo, 329 pessoas, ou seja, mais da metade da soma nacional. 218, desse total do Pará (46,67% do total nacional), foram só no sul e sudeste do estado.⁵⁴ Conforme aponta os dados da CPT do Pará,⁵⁵ o maior número de assassinatos de

⁵⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit, 1993; MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999; PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit. 2008.

⁵¹ Segundo a CPT, o Governo Federal conseguiu alcançar apenas 3,1% da meta prevista no PNRA com relação ao assentamento de famílias de trabalhadores e 11,7% da área destinada a essas famílias. No final de 1989, existiam 129 projetos de reforma agrária em execução em quatro estados brasileiros (Bahia, Pará, Mato Grosso e Maranhão). O estado do Pará contava com 33 desses projetos, sendo que 25 destes estavam localizados no sul e sudeste do Pará. Mas o sul e sudeste paraense abrigavam, no final de 1989, 90 conflitos de terra de um total de 158 em todo o estado. Cf. CPT. *Conflitos no Campo* Brasil. Setor de Documentação da CPT, 1989. Sobre a política de reforma agrária. Cf. RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *Caminhada e esperança da reforma agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994; FERNANDES, Bernardo Mançano e GIRARDI, Eduardo Paulon. *A luta pela terra e política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora*. AGRÁRIA, São Paulo, n. 8, 2008, p. 73-98.

⁵² PARÁ AGRÁRIO. *Reforma Agrária: balanço dos 3 anos*. Belém: IDESP, nº 4/5, jan./dez. 1988; INCRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implantação*. Superintendência Regional Sul do Pará – SR (27), 18/08/2011.

⁵³ Cf. CPT. *Conflitos no Campo* Brasil, Goiânia, 1985 a 1989.

⁵⁴ Idem. *Ibidem*.

⁵⁵ CPT. *Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2010)*. Marabá, 2010 (Lista atualizada em 2011).

trabalhadores rurais, religiosos e advogados registrados no sul e sudeste paraense, ocorreu na década de 1980, que acumulou uma cifra de 349 mortes. Os anos compreendidos entre 1983 e 1987 são avaliados como os mais violentos dessa década. Estes cinco anos abrigaram 245 assassinatos, com destaque para o ano de 1985 que, sozinho, contabilizou 108 mortes. Esses dados permitem verificar que o maior número de assassinatos em razão dos conflitos agrários, no sul e sudeste do Pará, se deu quando a problemática em torno da posse e do uso da terra se avolumou durante os últimos anos do período da ditadura civil-militar e no espaço de tempo da Nova República, quando as ocupações de terra, por parte dos trabalhadores rurais, e os debates sobre a reforma agrária se intensificaram no cenário nacional, com ênfase para o período compreendido entre o lançamento do PNRA e o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Foi, justamente neste lastro de tempo, que os proprietários e empresários rurais, articulados em torno da UDR, aumentaram as contratações de pistoleiros e de grupos paramilitares para defender as suas propriedades e ampliaram os seus discursos contra a realização da reforma agrária no Brasil. Somente nos municípios de Xinguara, Conceição do Araguaia, Marabá, Redenção, São João do Araguaia e Rio Maria, onde concentravam os maiores imóveis destinados à criação de gado bovino e à exploração da castanha-do-pará,⁵⁶ foram assassinados, entre 1985 a 1989, 191 trabalhadores rurais.⁵⁷

Muitos desses imóveis rurais pertenciam aos diversos proprietários e empresários rurais do Centro-Sul do País, especialmente de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, de onde, segundo Regina Bruno,⁵⁸ partiu a reação patronal rural contra a proposta do PNRA. Além de serem membros efetivos da UDR do sul e sudeste do Pará, alguns eram diretores da UDR Nacional ou dos estados onde também possuíam seus empreendimentos agropecuários.⁵⁹

⁵⁶ FERNANDES, Marcionila. Op. Cit.

⁵⁷ Cf. CPT. *Conflitos no Campo Brasil*, 1985 a 1989; CPT PA/AP. *Históricos dos assassinatos no estado do Pará (1980-1996)*. Secretariado Regional. Belém, 1996; CPT. *Assassinatos e julgamentos - 1985-2010*. Goiânia: Setor de Documentação, 20/04/2011.

⁵⁸ BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

⁵⁹ Udelson Nunes Franco proprietário de terras em Redenção (PA), era membro da Diretoria Nacional da UDR e presidente da UDR de Minas Gerais; Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, proprietário das Fazendas Pindorma I e II, em Conceição do Araguaia (PA), era filiado à UDR do sul do Pará, em Redenção (PA) e presidente da UDR do município de Uberlândia (MG); Sergio Lunardelli, proprietário de diversas fazendas no sul do Pará, era presidente da UDR da grande São Paulo; Dalvo Rodrigues Cunha, proprietário da Colonizadora Agrícola e Pecuária S/A (AGROPECUS), de 43.417 ha, em Santana do Araguaia (PA), era uma das lideranças da UDR de Minas Gerais e de São Paulo; Roque Quagliato, proprietário de três grandes fazendas no sul do Pará, duas no Paraná, três em Goiás e dono de uma usina de açúcar e etanol, em Ourinhos (SP), era também um dos diretores da UDR Nacional; e Jairo Andrade, proprietário de diversas fazendas no sul do Pará e em Goiás, presidente da Associação de Criadores de

Essa articulação dos proprietários de terra em torno da UDR influenciou diretamente na condução da reforma agrária durante o Governo Sarney e fez passar na Constituinte os seus interesses. Mas ela foi importante também na aglutinação de forças contrárias às ações dos trabalhadores rurais, na maioria das vezes, produzidas, como mostrado em páginas anteriores, como subversivas ou guerrilheiras no campo. Por esta razão, não é de se estranhar que certos prefeitos, vereadores, juízes, promotores, soldados da PM, agentes da Polícia Federal, delegados de polícia e funcionários do ITERPA e do GETAT tenham sido apontados pelos seus envolvimento com os grandes proprietários, atuando na repressão dos trabalhadores rurais e contra a ação da Igreja Católica no campo.

O juiz, Eronides Primo, ao conceder entrevista ao *O Liberal*, de 12 de julho de 1987,⁶⁰ chegou a afirmar que as ocupações de terras dos grandes proprietários e empresas rurais no sul do Pará eram todas *invasões ideológicas*, isto é, organizadas e apoiadas por pessoas ligadas à “ala esquerda da Igreja Católica na região”. Informou que estando, naqueles dias, em audiência com o Governador do Estado Hélio Gueiros, em Belém, havia solicitado providências para conter essas invasões. Segundo *O Liberal*, o juiz havia dito: “(...) eu comuniquei ao governador do Estado essas invasões constantes que vem ocorrendo no sul do Pará. Ele me deu todo o apoio, mas deixou ao encargo do Poder Judiciário, por mim representado em Conceição do Araguaia, a adoção das medidas cabíveis” e definiu que *invasão ideológica* era aquela que tinha “o único intuito, o único objetivo de bagunçar o coreto”. Para ele, “esse tipo de invasão é aquela patrocinada por esses políticos subversivos que dão todo o apoio possível aos invasores. A gente manda prender, mas eles voltam, não tem jeito”. Segundo ainda o jornal, o juiz disse também que desde quando havia assumido a comarca de Conceição do Araguaia tinha tido uma “postura enérgica quando se trata[va], por exemplo, de expedir liminares de manutenção e reintegração de posse” e adiantou: “quando se caracteriza a invasão dirigida, eu dou liminar”.

Já o major Antônio Adolfo da Silva Gibson, comandante da 3ª Cia. do 4º Batalhão, da PM de Conceição do Araguaia, responsável pelo cerco policial na fazenda Bela Vista e por inúmeras prisões e espancamento de posseiros, em vez de usar a expressão *invasões ideológicas* para nomear as ocupações de grandes empreendimentos

Gado Gir, Nelo e Zebu de Goiás, era membro da UDR de Goiás e tesoureiro da UDR Nacional. Cf. FERNANDES, Marcionila. Op. Cit., especialmente o capítulo “Formação da União Democrática Ruralista – UDR”, p. 99-126.

⁶⁰ *O Liberal*. Eronides, o juiz: visão própria explica os conflitos pela terra. Belém, 12/07/1987, p. 4.

agropecuários, no sul do Pará, como o juiz da Comarca de Conceição do Araguaia, a denominou de *indústria da posse*. Em entrevista ao jornal *O Liberal*, em 12 de julho de 1987⁶¹, além de negar os espancamentos e torturas a posseiros presos afirmou: “Aqui no sul do Pará, a grilagem de terra é feita de forma sistemática por pessoas que se especializaram em invadir terras para vender a área ocupada a outras pessoas. Isto é frequente e é o que eu chamo de indústria da posse”. Na oportunidade, negou que a polícia agisse com violência no cumprimento das ações de reintegração de posse, mas não deixou de mencionar que a PM tinha como papel contribuir com proprietários rurais que tinham os seus imóveis ocupados por trabalhadores rurais. “Você pode constatar que a polícia agiria não com violência quando chamada a cumprir mandados judiciais, mas que se adianta à própria justiça para ir em socorro a fazendeiros postos em dificuldades quando suas terras são invadidas”, categorizou.

Constata-se, dessa forma, que a transição do período autoritário para o regime democrático com o advento da Nova República, em 1985, embora tenha conferido, inicialmente, um novo contexto político e institucional com relação aos encaminhamentos dos conflitos pela terra com a criação do MIRAD, não pôs fim ao cerco e ao esvaziamento das lutas dos trabalhadores rurais da Amazônia brasileira, nem ampliou as possibilidades políticas desses trabalhadores construírem e realizarem um modelo alternativo de agricultura. O padrão de propriedade da terra permaneceu inalterado e a violência contra os trabalhadores rurais e seus apoiadores aumentou consideravelmente.⁶² Foi um período de práticas marcadas pela interpenetração entre as esferas públicas e privadas na questão agrária: os proprietários e empresários rurais encontraram nos aparelhos de Estado o apoio que necessitavam contra a reforma agrária, contra a luta dos trabalhadores rurais pela terra e contra a intervenção da Igreja Católica no campo. E à medida que os posseiros e membros da Igreja Católica eram acusados de subversivos, comunistas e responsáveis pelas invasões de suas terras, diferentes comunidades de trabalhadores rurais eram submetidas à violência: destruição de casas e plantações, prisões, espancamentos e assassinatos. A CPT registrou a existência de 35 chacinas de trabalhadores rurais, entre 1980 e 2003, no sul e sudeste do

⁶¹ *O Liberal*. Gibson, o major: doutrina nova não impede acusações. Belém, 12/07/1987, p.4.

⁶² Segundo a CPT, os assassinados de trabalhadores rurais, agentes de pastorais e advogados no estado do Pará foram: 23 em 1982; 28 em 1983; 37 em 1984; 130 em 1985; 96 em 1986 e 51 em 1987; Já no sul e sudeste do estado foram: 19 em 1982; 23 em 1983; 29 em 1984; 106 em 1985; 42 em 1986; e 39 em 1987. É possível verificar que mais da metade dos assassinatos no estado concentravam-se no sul e sudeste do Pará. Cf. CPT. *Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2010)*. Marabá, 2010 (Lista atualizada em 2011).

Pará, nas quais 212 pessoas foram mortas.⁶³ Mas, além das chacinas, ocorreram vários assassinatos numa mesma área, motivados pelos mesmos conflitos, em um curto período de tempo, como foi o caso das fazendas Canaã, em Rio Maria, Diadema e Barreiro Preto, em Xinguara.⁶⁴

Não são raros os casos em que policiais secundados por pistoleiros, às vezes, coordenados pelos próprios proprietários, cumpriram liminares de reintegração de posse; no comprimento de qualquer ordem judicial, prendiam, espancavam e torturavam posseiros, queimavam casas e depósitos de cereais e destruíam plantações. Depois que alguns jornais divulgaram, reiteradas vezes, os discursos de grandes proprietários rurais afirmando que os posseiros que ocupavam os seus imóveis não queriam só a terra, mas também estavam roubando castanha e madeira, numa ação visível do ressurgimento de guerrilhas armadas no campo, Eddie Castror Nóbrega, coronel reformado do Exército, proprietário dos Castanhais Pau Ferrado e São José⁶⁵ e seu filho Marcos Nóbrega, acompanhados por seus pistoleiros e por 12 policiais militares entraram, por volta das 4 horas da manhã do dia 26 de janeiro de 1984, no povoado de nome Paraúnas, com pouco mais de 100 famílias, localizado dentro do Castanhal Tabocão. Casas foram invadidas e reviradas. Crianças e mulheres, algumas delas despidas, foram colocadas para correr enquanto os homens eram arrancados das camas e espancados aos gritos pelos policiais e pelos pistoleiros. Três posseiros foram presos e levados para São Geraldo do Araguaia. Cinco meses depois, Antônio Ulides Leite, o Antônio Cearense, um dos posseiros presos, foi assassinado pelos pistoleiros de Nóbrega.⁶⁶ No dia seguinte à invasão do povoado, Eddie Castror Nóbrega voltou à área numa camionete C-10, mas encontrou os posseiros entrincheirados. O seu carro saiu perfurado pelas balas que saíram do meio da mata. O soldado Percival Pereira dos Reis e o capitão Raimundo de Souza Cordovil saíram feridos do tiroteio.⁶⁷

Nos dias que transcorreram entre 3 e 5 de fevereiro de 1987, esse povoado foi novamente invadido por policiais e por pistoleiros dos castanhais do Bamerindus, da Companhia Industrial do Brasil (CIB) e da família Mutran. Na mesma ocasião, o

⁶³ Fonte: CPT Pará. *Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2010)*. Marabá, 2010 (Lista atualizada em 2011); CPT. *Conflitos no Campo*, Brasil. Goiânia, 1985-2011.

⁶⁴ Foram assassinados seis posseiros na Fazenda Diadema, em 1986; sete na Fazenda Barreiro Preto, em 1987; e quatro na Fazenda Canaã, em 1988.

⁶⁵ *O Liberal*. Guerra declarada no Araguaia: “Pau Ferrado” ninguém toma. Belém, 13/01/1985.

⁶⁶ CPT Norte II. *Violência no campo*. Belém, primeiro semestre de 1984, p. 3-4.

⁶⁷ CPT Norte II. Op. Cit., Primeiro semestre de 1984; *O Globo*. Posseiros desmentem roubo de castanhas. Rio de Janeiro, 03/02/1984, p. 06; *Correio Brasiliense*. Posseiro denuncia terrorismo policial. 03/02/1984, p. 05.

povoado vizinho conhecido por Monte Santo também foi invadido pelo mesmo grupo de policiais e pistoleiros. Eram cerca de 100 policiais militares sediados em Xinguara e Marabá, coordenados pelo coronel Antônio Carlos da Silva Gomes e pelos próprios proprietários que, sem ordem judicial, prenderam e submeteram a tratamento cruel homens, mulheres e crianças com o discurso de “garantir a paz e a tranquilidade” no sul e sudeste do Pará. Esses atos ficaram conhecidos por “Operação Desarmamento”. Diversos pistoleiros vestiam fardas da PM e portavam fuzis e metralhadoras.⁶⁸ Segundo o Relatório da Anistia Internacional,

Uma vez detidos, os mais de cinquenta posseiros⁶⁹ foram levados pela polícia militar à sede da Fazenda Bamerindus. Entre os detidos estavam menores de idade. A caminho da fazenda e enquanto estavam detidos naquele local, muitos foram espancados com coronhas de rifles e varas. Alguns foram golpeados no rosto, cabeça e órgãos sexuais. Consta que duas mulheres foram violentadas e o mesmo foi tentado com uma menina de 12 anos. Alguns, inclusive crianças, foram amarrados com cordas. Todos os posseiros detidos, afirma-se, foram ameaçados de execução sumária. Alguns teriam sido forçados a comer excremento humano e animal, espinhos e cigarros acesos. Alguns, afirma-se, tiveram seus cabelos cortados à faca. Consta ainda que eles tiveram que engatinhar ou marchar como se estivesse sob ordens militares (...). Consta que uma criança foi pendurada pelos cabelos em uma viga de madeira para que revelasse o paradeiro de seu pai, um suposto líder da comunidade. Tiros e bombas de gás lacrimogêneo teriam sido disparados na Igreja Assembléia de Deus, onde mulheres e crianças se refugiaram, e alguns homens teriam sido detidos e espancados dentro da Igreja Católica. Camponeses dos povoados de Paraúnas e Monte Santo afirmam que, durante o ataque aos povoados, a polícia militar roubou dinheiro e pertences de suas casas (...). Trinta dos camponeses detidos na fazenda foram levados à delegacia em Marabá; seus depoimentos foram tomados e eles foram libertados no dia 6 de fevereiro sem qualquer acusação. Exames médicos realizados no dia 6 de fevereiro em 21 detidos que havia sido levados à delegacia de Marabá constataram uma série de escoriações e inchaços causados por instrumentos contundentes.⁷⁰

É necessário destacar, nesse trecho do relatório da Anistia Internacional, que os proprietários rurais coordenaram a repressão da PM que, secundada por pistoleiros e sem nenhum mandato judicial, submeteu famílias inteiras de trabalhadores rurais à violência. Isto é, a Anistia Internacional explicita as práticas que revelam não só a conivência e a cumplicidade da polícia com os grandes proprietários de terra do sul e sudeste do Pará, mas o quanto estes assumiram o poder de repressão no lugar da ordem pública para proteger os seus interesses. O coronel Antônio Carlos da Silva Gomes, comandante da operação, poucos meses depois, foi nomeado Secretário de Segurança

⁶⁸ Bispos Altamiro Rossato, Patrick Hanrahan, José Elias Chaves e Erwin Krautler. *Carta das Igrejas de Marabá, Conceição do Araguaia, Cametá e Xingu aos irmãos do Brasil*. 05/04/1987; CPT Norte II. *Relatório de Conflitos*. Belém, 1987; CPT. *Conflitos no Campo*, Goiânia, 1987.

⁶⁹ Posseiros dos Castanhais Bamerindus, CIB, Tona, Pau Preto e Pau Ferrado.

⁷⁰ Anistia Internacional. *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*. Londres, setembro de 1988, p. 56.

Pública do Estado pelo Governador Hélio da Mota Gueiros. Apesar da gravidade e da repercussão nacional e internacional, esse fato nunca foi devidamente esclarecido e ninguém foi punido. O então Ministro da Justiça Paulo Brossard e o Governador do Estado do Pará Hélio Gueiros, se detiveram a contestar o relatório da Anistia Internacional na imprensa sobre esse episódio: “Disse e repito”, sentenciou Hélio Gueiros, “que essa tal Anistia Internacional é coisa de britânicos, búlgaros e belgas, de gente que não tem o que fazer”.⁷¹ Já Brossard chegou a dizer à imprensa, quando participava de entregas de viaturas à polícia em Curitiba (PR): “quem manda esses números para a Anistia Internacional são pessoas daqui do Brasil que tem interesses em deturpar os números (...). Grandes fazendeiros que produzem são cidadãos beneméritos e suas terras devem ser preservadas”.⁷²

No dia 30 de março de 1987, segunda-feira, por volta das 18h30min, o chão ainda estava molhado da chuva daquela tarde, quando na porta do Hospital Nossa Senhora do Rosário, em Conceição do Araguaia, pessoas apressadas corriam de um lado para outro e falavam baixo. Alguns médicos foram chamados às pressas. Os que por ali passavam não conseguiam entender o que estava ocorrendo. Nenhum curioso conseguiu arrancar alguma informação das enfermeiras ou dos médicos que entravam apressados. Ninguém podia entrar ali naquele momento. Apenas uma camioneta ficou estacionada. As outras saíram frenéticas. Passaram pelo hospital, naquele final de tarde, feridos e mortos no confronto com os posseiros da Fazenda Nazaré, do empresário paulista José Cassiano. No meio da noite, foram removidos às pressas e sob a mudez dos que ali estavam envolvidos. Só mais tarde se soube. Eram os policiais civis de Brasília que haviam sido contratados pelo proprietário para expulsar os posseiros. Os policiais Gilmar Furtado e Antônio Rodrigues conseguiram escapar com vida, mas Cláudio Acioly e Bruno Eckerman, também policiais civis, não resistiram aos mais de 200 tiros que saíram do meio da mata.⁷³

Mesmo antes, em julho de 1986, policiais da Delegacia de Polícia de Conceição do Araguaia, sem mandato judicial, prenderam Messias Alencar de Carvalho, 18 anos, e tentaram expulsar diversos posseiros da fazenda Nazaré. A CPT e o STR encaminharam denúncias ao MIRAD e ao Ministério da Justiça afirmando que se tratava de um ato ilegal e intimidador ao grupo de mais de 300 posseiros ali

⁷¹ *Província do Pará*. Hélio X Veja. Belém, 21/09/1988, caderno 1, p. 03.

⁷² *Diário do Pará*. Brossard faz contestação ao relatório. Belém, 17/09/1988.

⁷³ *Correio Brasiliense*. Plantações e casas destruídas. Roupas ainda estão no hospital. Brasília, 02/04/1987, p. 19; CPT Norte II. *Relatório de conflitos*. Belém, 1987.

estabelecidos deste fevereiro daquele ano. Mais tarde, o proprietário além de entrar com uma ação de manutenção de posse continuou com as ameaças. Em agosto, notícias divulgadas davam conta que o proprietário pretendia jogar sementes de capim nas roças recém-confeccionadas dos posseiros. Em 11 de fevereiro de 1987, homens fardados e armados se apresentaram como agentes da Polícia Federal e queimaram as casas de cinco posseiros. Dois dias depois, posseiros passando-se de caçadores identificaram os “policiais federais” junto com o gerente na sede da fazenda. Mas posseiros das fazendas Colorado, Canarana, Curral de Pedra e Maria Luiza também foram ameaçados pelos “policiais federais”. Tanto na fazenda Nazaré quanto na fazenda Colorado, eles foram vistos montados a cavalo e carregando barril de gasolina. Diversas denúncias foram encaminhadas pelo STR e pela CPT ao GETAT, ao Ministério da Justiça, ao MIRAD e ao Governo do Estado sobre a presença da PF nas áreas dos posseiros. Uma equipe de quatro agentes da PF de Marabá apareceu supostamente para apurar as denúncias. Encontrou-se com posseiros na sede do GETAT, em Conceição do Araguaia, mas não permitiu que diretores do STR acompanhassem os trabalhadores. Eles foram submetidos a interrogatórios. Nos dias 27 e 28 de março, quatro homens fardados e armados com espingardas, revolveres e metralhadoras, mas calçando botinas de vaqueiros, foram visto onde os posseiros moravam e tinham as suas roças.⁷⁴ No dia 30, caíram na emboscada. Eram eles: Gilmar Furtado, Antônio Rodrigues, Cláudio Acioly e Bruno Eckerman, policiais civis de Brasília.⁷⁵

Segundo informações divulgadas pelo *Jornal do Brasil*, esses policiais tinham viajado diversas vezes às fazendas de José Cassiano “em um jatinho da TAM, com todas as despesas pagas, usando nomes falsos”.⁷⁶ Terezinha dos Santos Araújo, viúva de Bruno Eckerman de Araújo, um dos policiais mortos na emboscada, teria afirmado: “é lógico que ele recebia para fazer o serviço, CZ\$ 3 mil de diária, mas ele se interessava mesmo era pela mordomia”.⁷⁷ Segundo ainda o jornal, “os policiais recebiam tratamento de hóspedes, com direito a usar a piscina, fazer churrasco e todas as facilidades para se sentirem bem”. Questionado sobre o envolvimento de policiais

⁷⁴ ANDRADE, Dep. Ademir. Depoimento na 43ª Sessão da Assembleia Constituinte, em 1/04/1987. Assembléia Nacional Constituinte. *Diário nº 38*. Brasília, 02/04/1987, p. 8.

⁷⁵ *Correio Brasiliense*. Sobreviventes depõem hoje. Mistério intriga a CPT, Brasília, 02/04/1987, p. 19; *Correio Brasiliense*. Polícia encerra caso das milícias privadas. Brasília, 07.09.1987, p. 16; *Jornal do Brasil*. Milícias contra lavradores no Pará tinham policiais do DF, Rio de Janeiro, 08/08/1987, p.12; CPT de Xinguara – arquivos.

⁷⁶ *Jornal do Brasil*. Milícias contra lavradores no Pará tinham policiais de DF. Rio de Janeiro, 08/08/1987, p. 12.

⁷⁷ *Jornal do Brasil*. Mordomia atraente recruta jagunços. Rio de Janeiro, 08/08/1987, p. 12.

civis nas milícias privadas do empresário José Cassiano, o delegado de polícia de Conceição do Araguaia, José Maria, teria dito que o proprietário da fazenda Nazaré provavelmente preferira os policiais de Brasília porque os de Conceição do Araguaia eram poucos para dar conta da demanda: “além de sermos poucos, não damos conta de atender a todos os chamados de conflitos de terra na região, que são constantes”⁷⁸ dando entender que o envolvimento de policiais em grupos armados de proprietários e empresários do sul do Pará não era ocasional.

A participação de policiais em milícias privadas de grandes proprietários de terra no Brasil foi constatada tanto pela *Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência no Campo* (1992) quanto pela *CPI do Extermínio no Nordeste* (2005).⁷⁹ Segundo os relatórios dessas duas CPIs, tornou-se comum a participação de diversos policiais nos homicídios ligados aos conflitos no campo. Estes homens passaram a ganhar dinheiro para expulsar e assassinar trabalhadores rurais. Para tanto, contaram com o respaldo da própria polícia e, muitas vezes, de juízes, de promotores de justiça e de parlamentares. Segundo o relatório final da *CPI do Extermínio no Nordeste*, as milícias privadas e os grupos de extermínios normalmente são constituídos por capangas, capatazes, vaqueiros e, sobretudo, por

(...) agentes públicos – policiais civis e militares, agentes penitenciários, enfim, por um pessoal que tem uma força muito grande e possuem informações, armas e condições para agir. Ainda se incluem nessa composição variável: ex-policiais expulsos da corporação, devido à participação em atividades ilícitas; policiais na ativa, que utilizam estes grupos como um meio de aumentar os seus salários; indivíduos contratados como segurança privada.⁸⁰

Estamos, desse modo, diante de uma situação em que interpenetram interesses de proprietários rurais, pistoleiros, policiais e grupos paramilitares contra os trabalhadores rurais na luta pela terra. Não apenas isso, estamos diante da privatização dos espaços públicos, pelos empresários e proprietários rurais, numa efetiva, intensa e

⁷⁸ *Jornal do Brasil*. Milícias contra lavradores no Pará tinham policiais de DF. Rio de Janeiro, 08/08/1987, p. 12.

⁷⁹ A *CPI da Violência no Campo* (instalada em 10/05/1991) foi destinada a apurar as origens, causas e consequências da violência no campo brasileiro, no âmbito da Câmara dos Deputados a partir do Requerimento nº02/91, de autoria da Deputada Socorro Gomes (PC do B/PA). Já a *CPI do Extermínio no Nordeste*, dedicou-se a investigar as ações criminosas de milícias privadas e de grupos de extermínio no Nordeste brasileiro a partir do Requerimento apresentado pelo Deputado Luiz Couto (PT/PB), em 02/09/2003. Cf. Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as origens, causas e consequências da violência no campo brasileiro. *Reforma Agrária*, n.1, v. 22, jan./abr. 1992, p. 98-139; BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do extermínio no Nordeste*. Brasília, novembro de 2005.

⁸⁰ BRASIL. Câmara dos deputados. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do extermínio no Nordeste*. Brasília, novembro de 2005, p. 25.

organizada violência contra os posseiros. Intimidações, expulsões e assassinatos de diversos trabalhadores foram praticados também por policiais contratados para tais. Ou seja, para muitos fazendeiros a atuação de grupos paramilitares locais e não locais, denominados muitas vezes de “fiscais”, na proteção de suas terras e no controle de peões contratados para limpeza de pastagens ou roço e derrubada da mata para plantar capim parecia ser muito pouco. Fazia-se necessário a arregimentação e contratação de militares, organizados para tal fim, para expulsar posseiros e assassinar líderes sindicais e religiosos. O caso dos assassinatos dos sindicalistas Braz Antônio de Oliveira, José e Paulo Canuto, em abril de 1990, em Rio Maria, é um exemplo dessa prática. O cabo Edson Matos e o soldado Ubiratan Ubirajara, da PM de Marabá, foram contratados provavelmente pelos irmãos Geraldo e João Oliveira Braga, proprietários da Fazenda Suaçuí.⁸¹ Depois que estes sindicalistas figuraram na lista dos ameaçados, organizada pela CPT, a sentença de morte foi cumprida. Eram líderes sindicais que apoiavam os posseiros ocupantes de diversos imóveis naquele município. Os órgãos de segurança nada fizeram para evitar que fossem assassinados. Afinal, os assassinos eram dois membros efetivos da PM paraense. No sul e sudeste do Pará, policiais não só tiveram a prática de encobertar pistoleiros, mas muitas vezes eles mesmos foram os próprios pistoleiros, tal era a íntima relação entre o setor privado e o público. Segundo a CPT, membros da polícia militar e civil foram suspeitos de serem os executores, atuando sozinhos ou em conjunto com pistoleiros, de 61 assassinatos de trabalhadores rurais no Pará, entre 1985 e 2010.⁸²

Como venho procurando discutir e analisar, no sul e sudeste do Pará, nos anos de 1980, somou-se à batalha dos grandes proprietários de terra contra a reforma agrária, a produção do fato político que associou as lutas dos trabalhadores rurais pela terra às ações guerrilheiras ou subversivas no campo. Essa bandeira anticomunista sensibilizou e mobilizou políticos, membros dos aparelhos de Estado e os principais jornais do Pará e do Sudeste do País, transformando-se em arma poderosa de disputa política e construção de um inimigo comum tão necessário para assegurar-lhes não só a renda da terra, mas *status* social e político. Ao mesmo tempo em que era aclamada a presença do aparato policial para conter as ocupações de terra e expulsar os posseiros, procurava-se

⁸¹ *Jornal do Brasil*. O dossiê de um homem marcado para morrer. Rio de Janeiro, 29/04/90, 1º Caderno, p. 8. Mais detalhes sobre esses assassinatos cf. PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 1999 e FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Rio Maria: canto da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁸² CPT. *Assassinatos e julgamentos – 1985-2010*. Goiânia: Setor de Documentação, 20/04/2011.

legitimar os assassinatos cometidos por milícias armadas, naquele tempo, organizadas com anuência e, às vezes, com a participação do poder público.

Quer dizer, no sul e sudeste do Pará, o campo se tornou um espaço armado em virtude da luta entre proprietários e trabalhadores rurais não só porque ali agiram as instituições repressivas do Estado e porque os posseiros se armaram para defender as terras que ocupavam, mas especialmente porque ali atuaram grupos armados individuais ou em conjunto com as instituições públicas na repressão aos trabalhadores rurais. A presença do Exército, com o aniquilamento da Guerrilha do Araguaia, e do Conselho Nacional de Segurança, por meio da atuação de seus agentes como Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, na questão agrária, de certa forma, acabou favorecendo a ação violenta dos proprietários e empresários rurais através de seus capatazes e pistoleiros. A montagem de um aparato armado pelos proprietários de terra para proteger as suas fazendas foi um dos legados que a ditadura civil-militar deixou no sul e sudeste do Pará. Os proprietários e empresários rurais usavam como discurso a necessidade de manter sob os seus domínios grandes extensões de terras, mesmo que para isso tivessem, por meio de suas milícias armadas, eliminar os seus inimigos potenciais, os posseiros. Afirmavam que assim estavam dando grandes contribuições ao Brasil. Se autoproclamavam como aqueles que, sob a grande propriedade privada da terra, eram capazes de promover o desenvolvimento do País e livrar a nação do comunismo. O discurso da volta da Guerrilha do Araguaia nos anos de 1980 se articulou com esse espaço armado. É nesse contexto que diversos trabalhadores rurais e lideranças sindicais e religiosas foram assassinados.

A PRÁTICA DA PISTOLAGEM NOS CONFLITOS DE TERRA E AS RESISTÊNCIAS DOS POSSEIROS

A prática da pistolagem nos conflitos de terra

A problemática da violência em decorrência dos conflitos por terras, periodicamente, chega às manchetes de jornais e da televisão, sobretudo com notícias de assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais e de defensores de direitos humanos. Algumas delas conhecidas nacional e internacionalmente como Chico Mendes, Padre Josimo Tavares, Expedito Ribeiro de Souza, Irmã Dorothy Stang entre outros. Esses casos que têm trazido a público o envolvimento de pistoleiros, particularmente, na Amazônia brasileira. O caso mais recente foi o assassinato de José Claudio Ribeiro da Silva e de Maria do Espírito Santo da Silva, extrativistas e líderes dos trabalhadores rurais do Projeto Agroextrativista Praia Alta/Piranheira, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará. Os dois foram tocados e assassinados no dia 24 de maio de 2011, numa estrada vicinal quando passavam, de moto, por uma ponte de madeira quebrada, no referido assentamento. Os seus corpos foram arrastados e jogados à beira da estrada. Uma das orelhas de José Cláudio foi cortada e levada pelos pistoleiros.¹ Naquele local, ficaram expostos até a primeira metade da tarde daquele dia, aguardando a polícia para removê-los, ao passo que parentes e amigos os protegiam de animais e insetos. Enquanto isso, as pessoas que passavam pela estrada os viam ali no chão jogados, ensanguentados e desfalecidos sob a indignação, tristeza e aflição dos trabalhadores, sindicalistas e agentes da CPT.

Depois de cinquenta dias de investigações, a polícia prendeu o suposto mandante do crime e dois pistoleiros.² Para tanto, foi necessário o acompanhamento jurídico e muita pressão política por parte dos movimentos sociais, da CPT e de entidades de direitos humanos. A causa do crime, segundo a Polícia Civil do Estado do Pará, teria sido a disputa por terras dentro do Assentamento Praia Alta/Piranheira. José Rodrigues Moreira havia, com auxílio da Polícia Civil de Nova Ipixuna, expulsado três famílias de trabalhadores rurais, queimado as suas casas e apoderado de suas terras. José Claudio e

¹ CNBB-N2. Nota sobre assassinatos de José Claudio e Maria do Espírito Santo, Belém (PA), 25/05/11; *O Liberal*. Disputa por lotes matou ambientalistas. Belém, 21/07/11, polícia, p. 5; *O Liberal*. Polícia dá nome aos assassinos do casal. Belém, 20/07/2011, Cidades, p. 5; *O Liberal*. Polícia prende o 3º acusado pela morte de extrativistas. Belém, 23/09/2011, Cidades, p. 4; *O Liberal*. Três acusados de assassinar extrativistas vão a júri popular. Belém, 07/03/2012, Caderno Polícia, p. 1.

² José Rodrigues Moreira é acusado de ser o mandante do crime. Já Lindonjonson Silva Rocha (irmão de José Rodrigues Moreira) e Alberto Lopes do Nascimento são acusados pela execução do casal.

Maria do Espírito Santo, durante muito tempo, já ameaçados de morte, denunciaram o fato ao Ministério Público Federal, ao INCRA e à PF e apoiaram a volta dos trabalhadores rurais expulsos para suas terras. Essas foram, segundo a polícia, as principais causas de suas mortes.

A maneira como essas duas lideranças foram assassinadas apresenta, de certa forma, como são as práticas de pistoleiros pelo Brasil, sobretudo, nessa parte do território amazônico que tem aparecido no cenário nacional, e até internacional, como uma das áreas de maior tensão social em virtude das disputas por terras. Nestes conflitos, quase sempre, estiveram envolvidos trabalhadores rurais, proprietários de terra, entidades de mediação e aparelhos de Estado como INCRA/GETAT, ITERPA, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, juízes, entre outros. Em quase todos os casos de assassinatos, há a figura do executor (pistoleiro, contratado – o autor material), do mandante do crime (contratante – o autor intelectual) e da vítima (quase sempre trabalhadores rurais, lideranças sindicais, advogados ou religiosos).³ Mas, há casos em que aparece uma terceira pessoa, o intermediário, pessoa que faz o contato e negocia o contrato com o pistoleiro. Contudo, não se pode deixar de levar em consideração que a atuação de pistoleiros nos conflitos por terra, na Amazônia brasileira, frequentemente contou com a colaboração e participação dos aparelhos de repressão do Estado, do judiciário e de certas instituições, como o INCRA, ITERPA e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Nomes de delegados e de investigadores da Polícia Civil, de soldados da PM, de juízes e de funcionários do INCRA e do ITERPA foram, em diversos momentos, apontados pelos seus envolvimento com jagunços e grandes proprietários rurais, atuando na realização de despejos ilegais e violentos, na aterrorização de comunidades inteiras de posseiros e de sem-terra e até em assassinatos de trabalhadores. Outras vezes, têm sido acusados por serem omissos e negligentes no registro das violências, na apuração dos crimes, na prisão e condenação dos criminosos. Essa prática pode ser percebida também quando se verifica que poucos presos e condenados pelos crimes decorrentes dos conflitos de terra ficaram na prisão. Segundo a CPT, dos 914 assassinatos de trabalhadores, advogados e agentes de pastorais envolvidos na luta pela terra no Pará, entre 1964 e 2010, apenas quinze casos

³ BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998; CAVALCANTE, Peregrina. *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: A Girafa, 2003; LOUREIRO, Violenta Refkalefsky. *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia*. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2001; GUIMARÃES, Ed Carlos. *A violência desnuda: justiça penal e pistolagem no Pará*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

foram a julgamentos, quando onze mandantes e treze executores foram condenados. No entanto, apenas seis acusados pelos seus envolvimento com esses crimes estão presos, sendo três em razão do assassinato da missionária Dorothy Stang, em 12/02/2005, em Anapu (PA), dois em consequência do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17/04/1996, quando 19 sem terras foram mortos e 69 ficaram feridos no confronto com a PM, na rodovia PA-150, em Eldorado dos Carajás (PA) e um em virtude da chacina de oito posseiros da Fazenda Ubá, em 1985. Entretanto, vale algumas observações. Com relação ao caso Dorothy Stang, assim se encontram as situações dos condenados: Raifran das Neves Sales, o Fogoió (executor), condenado a 27 anos de prisão, cumpre pena em regime semi-aberto; Clodoaldo C. Batista, o Eduardo (co-autor), condenado a 17 anos de prisão, fugiu no início de 2011 quando cumpria pena em regime semi-aberto; Amair Feijoli da Cunha, o Tato (intermediário), condenado também a 17 anos de prisão, cumpre prisão domiciliar no município de Tailândia (PA); Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, (mandante), condenado a 30 anos de prisão cumpre pena em regime semi-aberto, em Belém, e Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão (mandante), também condenado a 30 anos de prisão, está em liberdade aguardando o julgamento de recursos nos tribunais superiores. Já os dois envolvidos no Massacre de Eldorado dos Carajás,⁴ o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, condenados a 258 e 158 anos e 04 meses de prisão, respectivamente, em 2002, foram presos somente dia 07/05/2012, isto é, 16 anos após os crimes, e cumprem pena no Centro de Recuperação Especial Coronel Anastácio das Neves, da PM, em Santa Isabel (PA).⁵ E com relação à Chacina da Fazenda Ubá, José Edmundo Ortiz Virgulino, acusado de ser o mandante dos crimes, condenado em dezembro de 2006 a 152 anos de reclusão, cumpre pena em prisão domiciliar. Os demais fugiram da cadeia ou nem chegaram a ser presos.

⁴ Sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás cf. Isto É. Massacre de Eldorado do Carajás: laudo prova a farsa. Edição nº 1617, 27/09/2000; *Caros Amigos*. A hora da justiça. Massacre de Eldorado dos Carajás. No vídeo, uma nova prova: a descoberta de um corpo. Edição Especial, nº 12, abril de 2002; NEPOMUCENO, Eric. *O Massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2007; BRALAZ, Walimir Moura. *Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás: um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana*. Edição do autor, 2007; SILVA, Gonçalo Ferreira de. *O Massacre de Eldorado do Carajás*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras de Cordel, 1996;

⁵ *TJPA*. Eldorado dos Carajás: Justiça expede mandados de prisões contra militares condenados, nesta segunda (07/05). <http://tj-pa.jusbrasil.com.br/noticias/3109250/eldorado-dos-carajas-justica-expede-mandados-de-prisoas-contra-militares-condenados-nesta-segunda-07-05>. Acessado em 21/05/2012. O *Estado*. Tribunal do Pará manda prender militares por massacre dos Carajás. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,tribunal-do-para-manda-prender-militares-por-massacre-dos-carajas,869878,0.htm>. Acessado em 21/05/2012.

Um dos pistoleiros mais conhecidos e, talvez, um dos mais temidos durante toda a década de 1980, atuando no sul e sudeste do Pará, e que contou com o auxílio de pessoas que faziam parte das instituições do Estado, foi Sebastião Pereira Dias, o Sebastião da Teresona. “Ele não tinha remorso, arrependimento por nenhum dos crimes que cometeu (...). Quando ele chegava às casas daqueles que trabalhavam para fazendeiros aqui da região, era o rei que chegava. Tinha que ser tratado de forma diferente porque fulano chegou, esse é o pistoleiro dos fulanos, então tem que tratar com jeito” conta Francisco de Assis Soledade, o D’Assis, ex-presidente do STR de São Domingos do Araguaia e atual Diretor da FETAGRI.⁶ Sebastião da Teresona atuava também no norte do estado de Goiás e no sul do Maranhão. Era um homem miúdo. Nasceu no Piauí, em 1948. Morreu na Penitenciária Estadual Governador Fernando Guilhon, em Americano (PA), em 14/06/1995 com apenas 47 anos. Segundo Silvestre de Jesus Ferreira, na época Corregedor Geral da Penitenciária, da Secretaria de Estado de Justiça do Pará, em ofício aos promotores de Justiça do Fórum Criminal da Comarca de Marabá, Sebastião da Teresona teria sido “abatido a ESTOCADAS por companheiros de cárceres, no curso da rebelião”.⁷ Para a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a sua morte provavelmente teria sido encomendada uma vez que o réu havia admitido, perante à justiça, que recebera ordens de influentes proprietários e empresários rurais para executar trabalhadores rurais.⁸ Nos depoimentos que prestou à juíza da Comarca de Marabá Dra. Ezilda das Chapas Pastana Mutran, esposa de Osvaldo Mutran Júnior, filho de Osvaldo dos Reis Mutran, o Vavá Mutran,⁹ proprietário rural e deputado estadual

⁶ Francisco Assis Soledade, atual diretor da FETAGRI/PA. Entrevista de uma hora e cinquenta e quatro minutos concedida ao autor em 03/08/2011, cidade de Marabá.

⁷ Corregedoria Geral Penitenciária. Ofício nº 067/95, de 07/08/1995. Destaques no original.

⁸ Processo Criminal nº 043/91, vol. III, fls. 780.

⁹ Osvaldo dos Reis Mutran, o “Vavá Mutran”, faleceu em 18/05/2012, aos 80 anos, vítima de falência de múltiplos órgãos. Durante o tempo em que viveu em Marabá, foi acusado pelo assassinato do menino David Ferreira de Abreu, de oito anos, em 05/02/2002. David Abreu brincava de bola próximo da casa do proprietário que apareceu com sua arma na mão e atirou em sua cabeça, pois não gostava que crianças brincassem ali. Em 2005, Vavá foi absolvido pelo tribunal de júri, em Marabá. Os advogados de acusação, da SDDH, conseguiram anular o júri e desaforá-lo para Belém. Em 2011, o julgamento foi marcado e desmarcado três vezes. A última vez, o advogado do fazendeiro alegou problemas de saúde de seu cliente que estava, na época, com 79 anos. Vavá Mutran foi acusado também pelo assassinato de Daniel Lira Mourão, delegado da Fazenda Estadual, em 04/04/1992, em Marabá. Daniel Mourão teria autuado um carregamento de gado do fazendeiro transportado sem documentação. Vavá Mutran invadiu a sua casa e o assassinou a tiros. Tanto Vavá Mutran, quanto Benedito Mutran Filho, Evandro Mutran e Aziz Mutran foram flagrados diversas vezes pelo Ministério do Trabalho e Emprego por prática de trabalho análogo a de escravo em suas fazendas. Cf. *O Liberal*. Exame de sanidade mental vai decidir o júri de “Vavá”. Belém, 12/07/2011, Caderno Polícia, p. 02; SANTOS, Nilson. Justiça mantém preventiva para Vavá Mutran, *O Liberal*, Belém, 06/02/2002, Caderno Polícia, p. 03; *O Estado de São Paulo*. Deputado cassado mata menino a tiro. São Paulo, 05/12/2002; *O Liberal*. Pela terceira vez Vavá Mutran

(PDS), em 1987, Sebastião da Teresona incriminou diretamente diversos fazendeiros, entre eles, os Mutran, afirmando que havia expulsado e assassinado posseiros que ocupavam grandes imóveis a mando desses proprietários rurais.¹⁰

Assim como milhares de pessoas pobres do Nordeste, Teresona pegou a estrada rumo à Amazônia. Percorreu o sul do Maranhão antes de chegar ao estado do Pará. Negro de 1,60 metros de altura, grandes bigodes, sorriso largo e muito ouro nos dentes. Era um homem de olhar baixo e tímido. Pai de cinco filhos. Quatro com Teresa, sua primeira esposa, e sua filha mais nova com Amélia, sua última companheira. Sebastião tinha o dedo médio da mão direita decepado e cicatriz de um corte no braço direito, heranças de esfregas com posseiros. Era considerado rápido no gatilho.

Há controvérsia quanto ao seu apelido “Teresona”. Para uns, esse apelido veio de sua mãe, para outros do nome de sua primeira esposa chamada Teresa. O próprio Sebastião Pereira Dias, em uma entrevista ao documentário de Jorge Bodanzky e Helena Salen,¹¹ *Igreja dos Oprimidos*, em 1986, diz: “Me chamo Sebastião da Teresona porque primeira mulher minha chamava Teresa. Então é o seguinte, ela era um mulherão e por causa dela ser um mulherão chamava ela de Teresona. E por causa de chamar ela de Teresona me chamo Sebastião da Teresona”. Residia em Marabá, na Travessa Santa Terezinha nº 538, poucos metros da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), onde criava um filhote de veado, outro de caititu, um cachorro magro, um peru e três jabutis. Parece não ser coincidência o seu endereço ter algo com seu nome e sua arma preferida: “Terezinha” e as inscrições “38”, sem contar que onde residia ficava próximo da sede do STR. Era homem pobre de letras. Mal sabia assinar o nome, mas quando foi preso pela polícia, colecionava jornais que tinham matérias sobre os crimes que praticara. Em meio aos jornais, um romance barato com o título “coleção de cadáveres”.¹²

escapa do júri. Belém, 09/06/2011, Caderno Polícia, p. 04; JOHHLEI WU, Linda Luiza. *O princípio da proporcionalidade e a sua aplicação na pena privativa de liberdade: uma obrigação do juiz*. Dissertação (mestrado em Direito Obrigacional Público e Privado), Franca (SP): Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2006; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sobra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, especialmente o cap. VI “Os acusados falam”; Repórter Brasil. *Nova libertação em fazenda dos Mutran*. São Paulo, 02/02/2004. <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=36>. Acessado em 11/07/2011; Instituto Observatório Social. Trabalho Escravo no Brasil. O drama dos carvoeiros. A responsabilidade das siderúrgicas. A campanha para erradicação. *Observatório Social em Revista*. Florianópolis (SC), nº 6, maio de 2004.

¹⁰ Processo 043/91 (Vol. I, II e III).

¹¹ BODANZKY, Jorge e SALEN, Helena. Op. Cit..

¹² *Jornal do Brasil*. Bastiãoção, campeão de cadáveres. Rio de Janeiro, 08/12/1985.

Até a data em que foi a julgamento, em 01 de maio de 1991, em Belém, quando foi condenado a 30 anos de reclusão, respondia a processos por 36 homicídios no Pará e Maranhão. Era acusado ainda por mais de 50 assassinatos de trabalhadores e com mais de cem ordens de fazendeiros para matar.¹³ A CPT do Pará tem uma lista com mais de 900 nomes de trabalhadores rurais assassinados no Pará, entre 1964 e 2010. Bastião, como era também conhecido, aparece como provável executor ou intermediário de vários desses homicídios. Ele não foi preso e nem julgado em razão dos assassinatos no campo, mas pela morte do comerciante Menasses Viturbino da Silva e de seu filho Menasses Junior, 13 anos, ocorrido na Transcoqueiro, em Belém, em 04 de setembro de 1985. Eliezer da Silva, filho de Menasses Viturbino e irmão de Menasses Junior, escapou gravemente ferido. Teresona nem chegou a ser julgado pelos crimes de posseiros como o caso das Chacinas das fazendas Ubá, Surubim, Fortaleza entre outras. Bastião era “um coitado que só matou duas pessoas na vida, mas por acidente e outra em legítima defesa. Por pistolagem, querem fazer dele agora um supervilão” argumentou ao *Jornal do Brasil*, em 08 de dezembro de 1985, Dr. João Nunes seu advogado e advogado de diversos proprietários de terra.

Nesse território, a ação exercida por Sebastião da Teresona era também conhecida como “fiscal de fazenda”, denominação que os empresários e proprietários rurais apresentavam à justiça e à imprensa como forma de dizer que não contratavam pistoleiros, mas simplesmente empregados que zelavam das fazendas. Contudo, tratava-se de homens armados que percorriam as fazendas para “fiscalizar” peões e seus trabalhos como na cata da castanha-do-pará, na derrubada da floresta para fazer pastagem para o gado bovino ou no desbaste de juquira. Mas esse trabalho era efetivado, principalmente, para expulsar ou assassinar posseiros, homens indesejáveis às suas terras. As fazendas com mais de mil hectares, normalmente, dispunham de “fiscais” para garantir a manutenção das terras, muitas vezes apropriadas de forma ilegal. Eram grupos armados que protegiam os limites dos imóveis, expulsavam ou assassinavam posseiros, vigiavam ou liquidavam peões endividados ou considerados fujões. Quem entregasse uma fazenda para o Bastião cuidar podia ficar descansado. Seus homens faziam, primeiramente, um trabalho de espionagem, procurando identificar os organizadores dos posseiros, quais eram os elementos considerados perigosos entre eles, os parentes próximos desses homens tidos por perigosos, os

¹³ *Jornal do Brasil*. Hermes apronta confusão com Sebastião da Terezona. Rio de Janeiro, 17/01/1988.

advogados que defendiam os interesses dos posseiros, etc. Um desses levantamentos está no relatório de um dos informantes de Teresona sobre o Castanhal Tabocão, de Alzira Mutran, encontrado em sua casa pela polícia, em outubro de 1987, cuja cópia se encontra no arquivo da CPT, na cidade de Xinguara (PA).

Nos depoimentos que concedeu à justiça, em 1987, Teresona admitiu que coordenava alguns grupos de “fiscais” em diversas fazendas do sul e sudeste do Pará além de exercer atividades como empreiteiro. No depoimento concedido à Dra. Ezilda das Chagas Pastana Mutran, juíza de Marabá, em 02/02/1987, por exemplo, disse que tomava conta de várias propriedades, entre elas as fazendas Tona, de Salim e Carlos Chamié (proprietários da Companhia Indústria do Brasil - CIB); Pau Preto, de Aziz Mutran; Vira Cebo, de Osvaldo Mutran; e Surubim, de João Almeida. Disse que na Vira Cebo

realizava empreitadas de juquirá; que na fazenda Surubim era responsável por cento e vinte alqueires de derrubada;¹⁴ que lá existiam seis fiscais que recebiam ordem de João Almeida (...); que na fazenda Pau Preto, de propriedade de Aziz Mutran recebia ordem expressas para retirar posseiros, se não saíssem por bem era para matá-los; que nessa fazenda morreram posseiros (...); que na fazenda Tona de propriedade de Salim e Carlos Chamié as ordens em relação aos posseiros eram as mesmas, que se não fossem retirados por bem era para matá-los; que houve dois homicídios e que nessa época o interrogado era gerente há dois meses; que quem comprava armamento e rancho para os fiscais da fazenda Tona era o Chico que trabalha na CIB (...); que Dr. Salim mandava dinheiro para o acusado [quando se escondia] na cidade de Imperatriz (MA) para que ele ficasse calado”.¹⁵

Quer dizer, ser “fiscal de fazenda” incluía ainda as atividades de empreiteiro ou gerente, mesmo que esporadicamente. Sebastião era um exímio “empreiteiro”, que incorpora a figura do “gato”,¹⁶ encontrada na farta literatura sobre a prática análoga à de escravidão.¹⁷ Enquanto vigiava uma fazenda, às vezes, sub-empreitava a derrubada da

¹⁴ 120 alqueires correspondem a 580,80 hectares ou a 5,80 quilômetros quadrados.

¹⁵ “Termo de declaração que presta Sebastião Pereira Dias”. In: Processo Criminal nº043/91, v. I, fls.160.

¹⁶ Trata-se do empreiteiro que alicia e contrata verbalmente trabalhadores para fazer uma série de serviços para os fazendeiros como a derrubada da floresta nativa, na formação de pastagens para o gado bovino; desbaste de juquirá; semeadura de sementes de capim; confecção de cerca de arame; etc. Para convencer os trabalhadores, o “gato”, normalmente, se apresenta como portador de excelentes oportunidades de trabalho oferecendo serviços fáceis de serem realizados, alojamento, comida, salários e transporte gratuito. Ao chegarem ao local dos serviços que os trabalhadores vão perceber que as situações por eles encontradas são completamente diferentes das que lhes foram prometidas. Cf. VV.AA (Org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: CPT, 1999; BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola; Goiânia: CPT, 2002; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 2004;

¹⁷ Sobre trabalho análogo ao de escravidão veja FIGUEIRA, Ricardo Rezende e PRADO, Adonia Antunes (Orgs.). *Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas*. Cuiabá: EdUFMT, 2011; PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: *Conflitos no Campo* 2009. CPT: Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski.-

floresta nativa para fazer pastagens para o gado bovino. Para essa atividade, recrutava trabalhadores, muitos deles trazidos do Nordeste. O acerto de contas geralmente significava uma execução. Valdir Pereira de Araújo, seu sobrinho, e Raimundo Nonato de Souza, o Goiano, quando presos em dezembro de 1985, afirmaram que Bastião diversas vezes fuzilara trabalhadores que foram simplesmente cobrar os seus salários. Mas o serviço ao patrão incluía também sumiços de peões endividados com a fazenda ou resgate de peões fugitivos nos confins das matas, cansados das pesadas dívidas e do duro trabalho. Para tanto, costumava manter em seu poder uma lista de peões endividados e dos considerados fujões, isto é, aqueles que recebiam algum adiantamento em dinheiro ou em mercadorias e, às vezes, desapareciam.

O grupo de Teresona integrava mais de 30 homens que atuava de forma coordenada em diversas fazendas. Alguns de seus homens ainda são lembrados por muitos moradores do sul e sudeste do Pará, como os Irmãos Guedes (Ismael Guedes, Raimundo Guedes e o Iran Guedes); Francisco Divino da Silva, o Mineirinho; Zé Comprido; Eduardo Firmino Batista, o Lobisomem; Valdir Pereira de Araújo (sobrinho de Sebastião da Teresona); Luizão Serra Negra; Raimundo Nonato de Souza, o Goiano; Pé de Litro; João da Mata; Canabrava; Juracy Batista; Mancha; Nego Barbudo entre outros. Valdir Pereira de Araújo e Francisco Divino da Silva, o Mineirinho, eram homens de confiança de Teresona. Valdir era, às vezes, a pessoa encarregada de repassar as informações sobre as ocupações das fazendas por trabalhadores rurais a Sebastião da Teresona: o número de posseiros numa determinada área, a sua localização, os nomes das principais lideranças, as baixas de um lado e de outro nos confrontos, o tipo de armas dos posseiros, etc. Já Mineirinho, muitas vezes, assumia a chefia na ausência de Teresona.

Segundo as informações divulgadas pela imprensa,¹⁸ na época, entre os proprietários rurais que se beneficiaram da atuação do grupo de Sebastião da Teresona

São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 90-100; GOMES, Ângela de C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11, n.1-2, jan./dez., Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008; CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de et. al. (Orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil*: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 2004; BRETON, Binka Le. Op. Cit. 2002; VV.AA (Org.). Op. Cit., 1999.

¹⁸ *Jornal do Brasil*. “Bastiãozinho, campeão de cadáveres. Caderno 1, Rio de Janeiro, 08/12/1985, p. 28; *Folha de São Paulo*. Matador profissional responde por 36 homicídios no PA e MA. São Paulo, 16/01/1989, p. 1-8; *Jornal do Brasil*. Sul do Pará julga pistoleiro acusado de 36 homicídios. Caderno 1, Rio de Janeiro, 17/01/1988, p. 13; *Jornal do Brasil*. Hermes apronta confusão com Sebastião da Teresona. Rio de Janeiro, 17/08/1988; *O Liberal*. Oito chacinados e ninguém punido. Caderno Polícia, Belém, 20/12/2006, p. 5; *O Liberal*. Consórcio de chacinas. Caderno Polícia. Belém, 18/12/2006; *O*

estavam os Mutran (Aziz Mutran, Benedito Mutran, Osvaldo Mutran, etc.¹⁹), os Chamié (Dr. Carlos Chamié e família²⁰), os Almeida (João Almeida e família) e os Moraes (Almir Queiroz de Moraes). Como é comum no sistema de pistolagem, para que a ligação entre executores e mandantes não fosse percebida,²¹ estes fazendeiros procuravam colocar à disposição de seus “fiscais”, aviões e camionetas para retirá-los, imediatamente, dos locais dos crimes ou dinheiro para tirá-los da cadeia se fosse preciso. Não foi por acaso que o *Jornal do Brasil*, de 17 de janeiro de 1988, informou que “os nomes de Chedid e Chamié, proprietários da Companhia Industrial do Brasil (CIB), são apontados também como responsáveis pela soma de 86 milhões de cruzeiros que teria sido gasta para tirar Bastião da cadeia em Conceição do Araguaia, mas quem teria pago o cheque seria João Almeida, ex-proprietário da fazenda Surubim, palco do penúltimo massacre de posseiros na região”.²² A Comissão Pastoral da Terra, fazendo um balanço da violência no campo, no estado do Pará, em 1985, informava da “fuga espetacular do mais temido pistoleiro do sul do Pará, o ‘Sebastião da Teresona’, da cadeia pública de Conceição do Araguaia, no dia 7 de novembro, depois de passar pouco mais de um mês preso, é um exemplo da forma de tratamento que é dispensado aos aliados do latifúndio”.²³ A fuga do criminoso teria sido facilitada por policiais de plantão. A relação estreita entre agência policial e judicial com proprietários de terra e pistoleiros tem sido parte da peça de engrenagem do sistema de pistolagem no Brasil contemporâneo.²⁴

Sebastião e seu grupo foram acusados pela chacina de 17 posseiros na Fazenda Surubim, de João Almeida, entre maio e junho de 1985. No dia 01 de maio daquele ano, Teresona e seus homens entraram onde os posseiros estavam e assassinaram Julimar Barbosa Lima, de 17 anos. Cortaram uma de suas orelhas e levaram como troféu. O seu corpo ficou exposto durante sete dias até que a polícia fosse resgatá-lo para o

Liberal. Amarrados, mortos e abandonados. Caderno Polícia. Belém, 19/12/2006, p. 4. Confira também Processo Criminal nº 043/91, vol. I, fls. 62-70;156; 158-159.

¹⁹ Além das empresas Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda e Nelito Indústria e Comércio S/A, a família possuía mais de 60 propriedades medindo mais de 3.600 ha cada uma.

²⁰ Proprietários da Companhia Industrial do Brasil (CIB).

²¹ BARREIRA, César. Op. Cit.; CAVALCANTE, Peregrina. Op. Cit.; GUIMARÃES, Ed Carlos. Op. Cit.

²² *Jornal do Brasil*. Hermes apronta confusão com Sebastião da Teresona. Rio de Janeiro, 17/08/1988.

²³ CPT Norte II. *Violência no campo: recorde de violência*. Belém, 1985, p. 6.

²⁴ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Relatório final da CPI da Pistolagem*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994; BARREIRA, César. Op. Cit.; CAVALCANTE, Peregrina. Op. Cit.; GUIMARÃES, Ed Carlos. Op. Cit.; LOUREIRO, Violenta R. Op. Cit.; TRECANNI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

sepultamento.²⁵ O resgate ocorreu porque o pai de Julimar, o Sr. Artur Barbosa Dias, acompanhado pela CPT e organizações de direitos humanos denunciou o crime, em Brasília, ao Ministro da Justiça, na época Fernando Lyra, e ao titular do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), Nelson Ribeiro. No dia 23 do mesmo mês, a mando de João Almeida, o mesmo grupo de pistoleiros assassinou Francisco Pereira Moraes, sua esposa Leonildes Resplandes da Silva e seu irmão Manoel Pereira Moraes, também posseiros da Fazenda Surubim. O filho do casal com apenas dois anos foi também assassinado. Leonildes foi estuprada antes de ser morta. Para completar o serviço, os pistoleiros atearam fogo nos corpos. Os restos foram resgatados três dias depois pela polícia numa carroça.²⁶ Entre 19 de maio e início de junho, o mesmo grupo de pistoleiros entrou novamente na área e assassinou, além dos posseiros conhecidos por Gilberto e Roberto, mais dez trabalhadores. Os seus corpos ficaram tão desfigurados que nunca foram identificados.

O Secretário Estadual de Segurança Pública do Pará Lélcio Alcântara, pressionado pela repercussão das mortes de Francisco, Manoel e Leonildes Resplandes, declarou à imprensa que os pistoleiros apenas haviam atirado para cima embora o Capitão da PM Antônio Alfredo Gibson tenha feito a prisão de três²⁷ dos vinte e cinco acusados do envolvimento nas mortes naquela propriedade. Na Delegacia de Polícia de Xinguara, o escrivão recebeu um telefonema do Delegado Lourival Santos, que se encontrava em Belém no dia da prisão, pedindo que os três pistoleiros fossem liberados.²⁸ Determinou também que os policiais escoltassem os envolvidos até a cidade de Marabá onde tinham residência. Ordenou ainda que a camioneta abandonada pelo grupo na Vila Rio Vermelho (também conhecida por Gogó da Onça) fosse devolvida ao fazendeiro João Almeida, dono da Fazenda Surubim, patrão dos pistoleiros. Segundo o *Jornal do Brasil*, Flávio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi questionado sobre o episódio quando participava de um evento em São Paulo. Disse que era “profundamente lamentável a morte dos posseiros de Xinguara”, mas não deixou de acrescentar: “Se existem, no país, alguns tanques de gasolina na forma de

²⁵ Depoimento de Luiz Barbosa Lima, irmão de Julimar Barbosa Lima, em 11/03/1985 (Arquivo da CPT de Xinguara).

²⁶ Auto de qualificação e interrogatório de Raimundo Nonato de Souza. In: Processo Criminal nº 043/91, vol. I, fls. 62-65; CPT Norte II. *Violência no campo: recorde de violência*. Belém, 1985; Depoimento de João Cardoso dos Santos, junho de 1985 (Arquivo da CPT de Xinguara).

²⁷ Os pistoleiros presos eram Leovergildo Aísio Mota Leite, Valdir Pereira Araújo e Raimundo Alves Bezerra. Cf. CPT Araguaia-Tocantins. *Relatório sobre a chacina da Fazenda Surubim*. Xinguara, s/d; *Jornal do Brasil*. Pistoleiros matam três sem terra no Pará. Rio de Janeiro, 12/06/1985, 1º Caderno, p. 7.

²⁸ *Jornal do Brasil*. Pistoleiros matam três sem terra no Pará. Rio de Janeiro, 12/06/1985, 1º Caderno, p.7.

tensão social, o Governo acendeu a centelha com o Plano de Reforma Agrária (...)”. “Os bancos têm guardas armados e as residências também. Eu vejo a decisão de alguns proprietários rurais como uma consequência indesejável da situação social. Essa defesa é permitida pelo Código Penal”.²⁹ Até que um inquérito foi instaurado para apurar esses crimes, mas por falta de provas contra os acusados a justiça arquivou o processo em 1º de outubro de 1990.³⁰

Na fazenda Fortaleza, de Almir Moraes, não foi diferente. Hamilton Rodrigues dos Santos, um dos integrantes do grupo de Teresona, jovem, negro, cabelos cacheados e barba abundante, magro, musculoso, voz tranquila e olhos baixos, afirmou ao *Jornal do Brasil* poucos dias depois de ter sido preso:

Nós chegamos lá e o Sebastião mandou a gente logo prender três homens, os posseiros. A gente amarrou eles e baixamos fogo neles na frente da sede da fazenda. Daí saíram as mulheres chorando de dentro dos barracos. Era uma velha duns 40 anos e duas novinhas, de 14 e 16. A velha nós matamos logo, as novas Bastião, o Mineirinho e mais dois levaram para dentro da casa. Depois de curradas, as duas moças foram trazidas de novo para fora do barraco. Daí Bastião gritou que elas iam contar tudo para a polícia, e furou elas de faca. Nós pusemos fogo em tudo e deixamos os mortos lá dentro queimando. A polícia veio oito dias depois buscar o que sobrou.³¹

O que pode ser destacado deste fragmento, além da crueldade dos pistoleiros e da omissão e negligência da polícia, é a presença das mulheres na luta pela terra no Pará. Embora muitos grupos de posseiros tenham sido formados, no primeiro momento das ocupações, só por homens, muitas mulheres estavam lá fazendo parte do confronto armado. Elas não só ajudavam os homens nos serviços das roças, nas construções de casas e nas reuniões, mas foram também vítimas da violência não só porque viram os seus esposos, filhos, pais e amigos sendo torturados e assassinados, mas porque foram estupradas, espancadas e também assassinadas. Em diversos momentos, recaíram sobre elas a responsabilidade de proteger os seus maridos, filhos e amigos, escondendo-os dentro ou no quintal da casa, enfrentando, às vezes, fisicamente, os pistoleiros pedindo, sob lágrimas, que não os assassinassem ou mesmo fugindo para direções opostas onde estavam os homens escondidos para despistar os criminosos. Há casos em que elas se colocaram em fuga levando crianças e alguns utensílios domésticos, no meio da noite, à procura de um lugar seguro. Em outros momentos, estando na cidade, enviavam recados

²⁹Idem. Ibidem.

³⁰ CPT Norte II. *Violência no campo: recorde de violência*. Belém, 1985; CPT Araguaia-Tocantins. *Relatório sobre a chacina da Fazenda Surubim*. Xinguara, s/d; *O Liberal*. 600 pessoas fogem dos pistoleiros em Xinguara. Belém, 12/06/1985; *O Liberal*. Oito chacinados e ninguém punido. Belém, 20/12/2006; *Diário do Pará*. Xinguara: morte de posseiros arquivada. Belém, 19/06/2011.

³¹ *Jornal do Brasil*. Bastiãoção, campeão de cadáveres. Rio de Janeiro, 08/12/1985.

para os grupos de posseiros avisando-os sobre alguma diligência da polícia ou de um suposto ataque de pistoleiros. Em certas situações, eram elas que levavam munições para os homens entrincheirados, passando por barreiras policiais ou mesmo fazendo chegar ao STR, ao bispo, ao padre e à CPT as informações ou denúncias da violência contra comunidades de posseiros.

Sebastião da Teresona e seu grupo, de acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra de 1985 e com o depoimento do pistoleiro Valdir Pereira de Araújo ao juiz Enivaldo da Gama Ferreira, em 09 de novembro de 1985, teriam invadido o pequeno povoado no Castanhal Dois Irmãos, em 16 de janeiro de 1985, em São Geraldo do Araguaia, queimado 17 casas, roubado dinheiro, relógios e rádios e atemorizado as famílias de posseiros. Sequestraram Lázaro Pereira Sobrinho, José Francisco de Souza e Ercílio Francisco Xavier. Ali, antes de levá-los para a sede da Fazenda Fortaleza, também de Almir Moraes, sob a mira de suas armas, arrancaram as suas barbas com alicate e os obrigaram a comer pimenta. Na sede da fazenda, os mandos do fazendeiro, finalmente, foram concretizados: no dia seguinte, foram mortos e esquartejados. Os seus corpos foram cortados em pedaços, colocados em sacos e jogados no igarapé Sororozinho. Meses depois, os sacos que estavam amarrados no tronco de uma árvore foram içados da água e os ossos atirados numa vala. Acontece que junto com os ossos estavam as roupas e os calçados dos posseiros. Foi por meio desses detalhes que as viúvas puderam identificar os corpos de seus esposos oito meses depois do sequestro.³² Segundo Valdir Pereira de Araújo, após o ocorrido, os pistoleiros foram retirados de avião para a cidade de Marabá a mando do fazendeiro Almir Almeida Moraes e de seu filho Manoel Herêncio de Moraes. Embora acusado, Almir, na época com 75 anos, nunca foi ouvido. Somente o seu filho Manoel Herêncio de Moraes compareceu junto à polícia, mas negou tudo.

No dia 26 de fevereiro de 1986, o delegado de polícia de Marabá Waldo Rodrigues de Almeida, considerando que o inquérito sobre o caso estava concluído, enviou-o para o juiz da Comarca de Conceição do Araguaia. Sete meses depois, isto é, em 22 de setembro de 1986, o inquérito chegou ao Ministério Público, de Conceição do Araguaia. Um mês depois, o Promotor Joélio Alberto Dantas requereu novas diligências, inclusive, a localização da Fazenda Fortaleza, uma acareação entre os pistoleiros Goiano, Sebastião da Teresona e Manoel Moraes, além da tomada de

³² Cf. CPT - Araguaia-Tocantins. *O caso Dois Irmãos*, s/d; CPT Norte II. *Balanço da violência no campo*. Belém, 1985; Processo Criminal nº 043/91, Vol. I.

depoimento do fazendeiro Almir. Quatro anos após a chacina e três anos após o pedido de diligência do promotor, o processo foi encaminhado para a recém-criada Comarca de Xinguara sem que as providências tivessem sido tomadas.

No dia 30 de maio de 1990, a então promotora de Xinguara Florinda Furtado Gomes requereu ao juiz daquela comarca o cumprimento das diligências solicitadas anteriormente pelo promotor de Conceição do Araguaia. No dia seguinte, o Juiz José Cândido determinou que o delegado de polícia fizesse as tais diligências. O escrivão cumpriu a ordem do juiz somente no dia 18 de junho daquele ano.

Oito anos após o primeiro pedido de diligência, o delegado Carlito Martinez mandou o investigador Raimundo Nonato Santos cumprir o pedido, algo realizado em 04 de abril de 1994. Nove meses depois, isto é, em 13 de dezembro de 1994, o delegado José Rodrigues Taborda devolveu o inquérito ao juiz João Batista do Nascimento, informando que o investigador não havia localizado as pessoas que deveriam ser acareadas. Em 27 de janeiro de 2003, quase 17 anos depois do primeiro pedido de diligência, o juiz em exercício de Xinguara encaminhou o inquérito para a então recém-instalada Comarca de São Geraldo do Araguaia. Dez meses depois, o juiz daquela comarca enviou o inquérito para o Ministério Público. Até onde se sabe, o então promotor José Edvaldo Pereira Sales devolveu os autos, em 12 de dezembro daquele ano, alegando acúmulo de serviços, recesso forense e gozo de férias.³³ 26 anos se passaram, ninguém foi preso e nem julgado.

À Teresona se atribui também a chacina do Castanhal Terra Nova, em 12 de agosto de 1984, em São Geraldo do Araguaia. Quatro posseiros foram mortos: Joaquim Ribeiro de Souza, 36 anos; João Batista Alves, o Caolho, deixou dois filhos menores e a esposa grávida de seis meses; José Leite Cavalcante e Cícero Pereira Cavalcante, 34 anos, pai de nove filhos. E três saíram feridos: Raimunda Leite Cavalcante, 32 anos, esposa de Cícero Cavalcante, levou um tiro na perna direita; Adão Cavalcante, 16 anos, filho do casal, foi atingido por cinco balas (costa, abdômen, braços e pernas); e um menino de 14 anos, também filho do casal, sofreu diversos golpes de coronha de carabina.³⁴ Ao Sebastião da Teresona se confere ainda a chacina da Fazenda Ubá, de José Edmundo Ortiz Virgulino, em 13 e 18 de junho de 1985, quando oito posseiros

³³ *O Liberal*. Amarrados, mortos e abandonados. Belém, 19/12/2006.

³⁴ Depoimento de Maria Rosário dos Santos, esposa de João Batista Alves, tomado pela CPT, em 09/10/1985 (Arquivo da CPT de Xinguara); CPT Araguaia-Tocantins. *Complementação do relatório enviado de São Geraldo – Área Tabocão e Terra Nova* (Ficha de Conflitos), s/d; CPT Norte II. *Balanço da violência no campo*. Belém, 1984, p. 5.

foram mortos, entre eles, Francisca de Souza, 13 anos, grávida de quatro meses. Esta levou um tiro de escopeta calibre 12 nas costas. O pistoleiro Raimundo Nonato de Souza, o Goiano, preso juntamente com Valdir Pereira de Araújo, sobrinho de Teresona, contou à *Isto É*, em 23 de outubro de 1985, como o grupo de Sebastião da Teresona assassinou esses posseiros:

“Saímos às 4 horas do dia 20 de junho (isto é 18/06/85), numa C-10 de Sebastião”, conta Goiano, “e por volta das 5 horas encontramos um homem na estrada, próximo à fazenda Ubá. Ele pediu clemência, disse que era empregado e que ia comprar remédios para a esposa, mas Sebastião não aceitou as explicações e disparou um tiro à queima-roupa”.

Os cinco homens de Bastião decidiram também eliminar o líder dos posseiros da fazenda Ubá, o dirigente da Comunidade Eclesial de Base de São Domingos do Araguaia, José Pereira Silva, o Zé Pretinho, que havia ajudado a resgatar os corpos dos posseiros mortos, no dia 13 daquele mês pelo grupo de Teresona. “Sebastião ordenou aos outros que fossem pegar as quatro espingardas no carro” continuou Raimundo Nonato de Souza, o Goiano, “nesse meio tempo vimos Zé Pretinho agarrado a Sebastião, tentando atingi-lo com um terçado,³⁵ Valdir e Mineirinho atingiram-no à queima-roupa, com vários tiros. Sebastião sofreu um profundo corte na mão e acabou perdendo o dedo médio direito”.³⁶ Essas marcas no corpo de Teresona o acompanharam até 1995, quando foi assassinado dentro de uma penitenciária, em Belém. Zé Pretinho, como era chamado pelos trabalhadores rurais, tentou até no último momento, com a única arma que tinha, um terçado, se livrar daquele homem considerado um dos mais temidos e violentos do Pará. O procedimento investigatório do caso teve início dois dias depois da chacina. José Edmundo Ortiz Virgulino, proprietário da área, foi detido cinco dias após o ocorrido, mas colocado em liberdade dez dias depois por meio de um *habeas corpus* julgado no Tribunal de Justiça do Estado. Em outubro daquele ano, Virgulino teve prisão decretada, mas não foi “encontrado” pela polícia. Em dezembro de 1987, foi preso quando se apresentou à justiça. Ele ficou recolhido numa cela especial no quartel da Polícia Militar, mas tão logo recebeu da juíza Ezilda das Chagas Pastana Mutran, da Comarca de Marabá, uma autorização para passar o final de ano com a família. No despacho da juíza, Edmundo Virgulino deveria voltar à cela em 04 de janeiro do ano seguinte, algo que nunca ocorreu.

³⁵ Facão usado no manuseio da roça ou em serviços domésticos.

³⁶ *ISTO É*. Pistola no coldre. 23/10/1985.

Raimundo Nonato de Souza, um dos homens de Teresona envolvidos na chacina obteve da Justiça, em 21 de julho de 1987, uma licença de trinta dias para tratamento de saúde, mas nunca voltou. Os policiais que o escoltaram ao hospital nunca explicaram a fuga do criminoso diante de seus olhos.³⁷ O mandado de prisão contra o criminoso só foi expedido pela juíza da Comarca de São João do Araguaia em 13 de abril de 1994, isto é, sete anos depois.³⁸ Em janeiro de 1998, Carlos Guedes de Amaral Júnior, advogado da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), enviou ofício à Juíza da Comarca de São João do Araguaia solicitando à autoridade judicial que expedisse novo mandado de prisão, pois acreditava que “o mandado de prisão expedido em 13 de abril de 1994, ao que tudo indica, foi extraviado pela autoridade policial encarregada de seu cumprimento”.³⁹ Outro pistoleiro envolvido nos crimes, Valdir Pereira de Araújo, sobrinho de Teresona, fugiu, aos olhos dos policiais, da Delegacia Regional da Polícia Civil do Sudeste do Pará no dia 03 de fevereiro de 1986. Até janeiro de 1998, não havia nos autos nenhum mandado de prisão contra ele.⁴⁰ O outro pistoleiro envolvido, o Sebastião da Teresona, morreu, em 1995, antes de ser julgado. A sentença de pronúncia, para submeter os acusados ao julgamento popular, só foi proferida em 25 de janeiro de 2001, isto é, 16 anos depois. Quase sete anos após a pronúncia, em 11 de dezembro de 2006, José Edmundo Ortiz Virgulino finalmente foi submetido ao Tribunal do Júri, da Comarca de Belém e condenado a 19 anos de prisão em relação a cada um dos oito posseiros assassinados, totalizando 152 anos de reclusão. Até hoje não foi para a cadeia. Cumpre pena em prisão domiciliar.

Depois de reiteradas denúncias da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), o caso foi parar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o Estado Brasileiro por violação aos direitos humanos. Por esta razão, um Acordo de Solução Amistosa entre a União, o Estado do Pará e a CIDH previu o pagamento, pelo Governo do Pará, de uma indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 38.400,00, acrescida de pensão especial de R\$ 765,00 por mês a cada um dos representantes dos familiares das oito vítimas, a construção da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais Assentados do PA Ubá e de um monumento dedicado às vítimas, além do pedido de desculpa pela omissão e pela

³⁷ Processo Criminal nº 043/91, vol. II, fls. 484.

³⁸ Processo Criminal nº 043/91, vol. II, fls. 391.

³⁹ Processo Criminal nº 043/91, vol. II, fls. 452.

⁴⁰ Processo Criminal nº 043/91, vol. II, fls. 118.

morosidade do Estado brasileiro em dar devida segurança aos trabalhadores rurais, apurar as mortes e punir os criminosos daquela chacina.⁴¹ Valdir Pereira de Araújo e Raimundo Nonato de Souza foram julgados à revelia pelo Tribunal de Júri, no dia 27 de outubro de 2011, em São João do Araguaia. Cada um foi condenado a 199 anos de reclusão⁴². José Batista Afonso, advogado da CPT, em entrevista ao jornal *O Liberal*, disse que a sentença dada pelo Tribunal do Júri foi apenas simbólica, uma vez que os acusados nunca foram localizados e presos. “Se até hoje a polícia não localizou os pistoleiros, não é após 26 anos que isso vai ocorrer”, afirmou.⁴³

Todos os casos relatados acima apresentam as violências cometidas pelas milícias privadas no campo contra os trabalhadores rurais, mas também a omissão, a negligência e a cumplicidade da polícia e de certos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário paraense com os grandes proprietários de terra e com essas milícias armadas. Quer dizer, é possível identificar não só as agressões, espancamentos, expulsões e assassinatos de posseiros pelos grupos armados dos grandes proprietários de terra, mas a estreita ligação da polícia com estes grupos, quando policiais e delegados postergaram investigações criminais, facilitaram fugas de pistoleiros das cadeias e deixaram de fazer a prisão de criminosos. Estes relatos revelam também que a atuação de diversos promotores de justiça e de muitos juízes facilitou a ação de inúmeros grupos de pistoleiros no meio rural, sobretudo quando essas autoridades negaram ou demoraram a expedir mandados de prisão, oferecer denúncias, julgar e condenar os culpados. Ou seja, a violência no campo decorre, a grosso modo, da ação de milícias formadas e armadas pelos grandes proprietários de terra, atemorizando e assassinando trabalhadores rurais, mas também devido à atuação do Ministério Público e do Poder

⁴¹ *O Liberal*. Pará indeniza vítimas da fazenda Ubá. Belém, 15/06/2011. *Diário do Pará*. Xingua: morte de posseiros arquivada. Belém, 19/06/2011. No dia 16/08/2012, acompanhei uma comissão formada por membros da CPT, da SDDH, do CEJIL, da FETAGRI e do STR de São João do Araguaia que esteve com representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), do Governo do Estado do Pará, e do INCRA, na inauguração do monumento em frente à sede da Associação dos Trabalhadores Rurais Assentados do PA Ubá. No ato, os representantes dos governos pediram formalmente desculpas aos familiares dos trabalhadores rurais assassinados pela omissão e morosidade do Estado Brasileiro, reconhecendo publicamente – como parte do Acordo de Solução Amistosa – a responsabilidade internacional pela violação dos direitos à vida, à proteção, às garantias judiciais e da obrigação de garantir e respeitar os direitos das vítimas.

⁴² *Tribunal de Justiça do Pará-TJ/PA*. Acusados de envolvimento na chacina da fazenda Ubá são condenados a 199 anos de prisão cada. <http://www.tj.pa.gov.br/noticias/verNoticia.do?id=3550>. Acessado em 27/10/2011. A sessão de júri popular foi presidida pelo juiz Luciano Mendes Scaliza, uma das primeiras atividades do projeto “Esforço Concentrado: Ações Penais Decorrentes de Conflito no Campo”, realizado pelo Tribunal de Justiça do Pará em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.

⁴³ *O Liberal*. Pistoleiros sentenciados a 400 anos por chacina. Belém, 28/01/2011.

Judiciário que, na maioria das vezes, têm favorecido aos interesses dos proprietários e empresários rurais.

Quando Sebastião da Teresona estava preso no Quartel da PM, em Marabá, e, na época, estava sendo acusado pela chacina desses oito posseiros da Fazenda Ubá, arrolou, por meio da Defensora Pública Dra. Ana Lúcia Bezerra Pinheiro, em 03 de outubro de 1986, alguns dos principais proprietários de terra do sul e sudeste do Pará como suas testemunhas: Aziz Mutran Neto (Comerciante, Pecuárasta e Deputado Estadual); Carlos Lima Chamié (proprietário da Companhia Indústria do Brasil - CIB); Osvaldo Mutran (Comerciante e Pecuárasta); e Almir Queiroz de Moraes (Pecuárasta).⁴⁴ Em juízo, argumentaram que Teresona era um cidadão de bem, homem trabalhador e honesto.⁴⁵ É possível notar, diante desse fato, a estreita relação que este pistoleiro tinha com os grandes proprietários de terra do sul e sudeste do Pará.

Sebastião da Teresona e seus homens aparecem também como possíveis assassinos de sete posseiros no Castanhal Taboão e Pau Ferrado, em 02 e 23 de junho de 1984, e de mais dez posseiros na Vila Paraúnas, em 10 de junho de 1986, no município de Xinguara.⁴⁶ A desfiguração de seus corpos foi tanta que ninguém foi identificado. Mais de 100 trabalhadores rurais assassinados, no sul e sudeste do Pará, entre 1985 e 2010, de acordo com a CPT,⁴⁷ nunca tiveram os seus corpos identificados: porque só foram localizados quando estavam em estado elevado de decomposição ou porque foram carbonizados.⁴⁸

Sebastião Pereira Dias é responsabilizado ainda pelas chacinas da Transcoqueiro, em Belém, em 04 de setembro de 1985 (02 comerciantes mortos), pelo assassinato de Antonio Pereira da Silva, em 07 de junho de 1985 e pelo assassinato de dois homens na Folha 28, na Nova Marabá, em 02 de agosto de 1985.

“A minha sina começou em 83”, conta Sebastião ao jornal *Correio do Tocantins*, da cidade de Marabá, de 10 a 16 de outubro de 1986. Segundo ele, tudo começou quando foi ameaçado de morte por um homem o qual não lembrava o nome. Quando houve o encontro entre ambos, aconteceu o duelo, “do qual o cabra levou a

⁴⁴ Ofício da Defensoria Pública à Juíza de Direito de Marabá, 03/10/86.

⁴⁵ Processo Criminal nº 043/91, vol. I, fls. 190-198.

⁴⁶ Esta vila passou a pertencer ao município de São Geraldo do Araguaia, em maio de 1988, quando este foi desmembrado do município de Xinguara, pela Lei Estadual nº. 5.441.

⁴⁷ CPT. *Assassinatos no campo Brasil (1985-2010)*: Violência e Impunidade. Goiânia, 2010.

⁴⁸ Como foi o caso das chacinas da Fazenda Espadilha, em setembro de 1980, em São Felix do Xingu (17 mortos); do Castanhal Dois Irmãos, em junho de 1985, em Xinguara (6 mortos); da Fazenda Abaeté, em 02 de fevereiro de 1986, município de Marabá (4 mortos); da Fazenda Barreiro Preto, em setembro de 1987, em Xinguara (4 mortos); Fazenda Marajoara, em 03/05/1988, em Xinguara (um morto).

pior”. “Daí em diante”, continuou o assassino, “todas as mortes que ocorreram em Marabá, só apontam a mim como sendo o autor”. Nessa ocasião, afirmou também: “Quando trabalhei na fazenda Pau Preto, isso durante três anos, houve algumas refregas. Lembro-me que em algumas delas morreu um posseiro”. Em 16 de janeiro de 1989, de dentro da cela no Quartel da PM, em Marabá, Sebastião da Teresona falou ao repórter do jornal *Folha de São Paulo* que preferia usar revólver calibre 38 porque era uma arma mais precisa e fácil de carregar do que, por exemplo, uma 765, da qual não gostava. Além disso, informou que, normalmente, gostava de atirar na testa da vítima, porque entre os olhos requeria muita perícia do pistoleiro. “Um único disparo é fatal. Só os realmente bons conseguem”, gabou-se.

Como é possível explicar, o grupo de Sebastião da Teresona era formado por pistoleiros que atuavam, às vezes, em diversas fazendas ao mesmo tempo. Não só eram contratados para vigiar peões recrutados para o serviço de derrubada da floresta nativa ou para o corte de juquira em algumas fazendas, mas para expulsar e assassinar posseiros. Em diversas ocasiões, as mulheres encontradas nas ocupações de terra eram estupradas antes de serem assassinadas. Matavam por dinheiro ao mesmo tempo em que procuravam se esconder por trás dos apelidos.⁴⁹ Embora fossem contratados para execução de crimes em outros lugares, esses matadores de aluguel tinham relações duradouras com proprietários e empresários rurais e contavam com braços colaboradores dentro dos aparelhos de Estado. Ou melhor, eram práticas exercidas diferentemente das apontadas por Ed Carlos Guimarães,⁵⁰ que afirma que o pistoleiro que atua nos conflitos agrários no estado do Pará é o tipo “profissional ou avulso” um “estrangeiro”, aquele que vem de fora, “(...) o mais autônomo possível, não se vinculando de nenhuma forma às propriedades rurais”,⁵¹ inexistindo, porém, qualquer laço afetivo entre ele e o mandante do crime. Quer dizer, os pistoleiros que atuavam no

⁴⁹ BARREIRA, César. Op. Cit.; CAVALCANTE, Peregrina. Op. Cit.; CAVALCANTI, Klester. *O nome da morte: a história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006; FREGONA, Livaldo. *A fama e a verdade de José Bonfim*. 2ª Edição, Imperatriz-MA: Editora Ética, 2011.

⁵⁰ Ed Carlos Guimarães utiliza, aqui, a tipologia elaborada pelos sociólogos César Barreira e Peregrina Cavalcante. Para Barreira, no Nordeste brasileiro, além do pistoleiro tipo *tradicional* e *moderno* existe o *ocasional* que é aquele que eventualmente comete crimes de mando e não tem um nome ainda reconhecido nas redes de pistolagem. Este é quase sempre contratado por um intermediário para realizar o “serviço”. É um “profissional” que pode ser recrutado entre policiais que, às vezes, se escondem sob a farda para praticar os crimes. Para Cavalcante, também analisando o caso do Nordeste, em especial o vale do Jaguaribe, no sertão cearense, além do pistoleiro tipo *tradicional* e *bandido* tem o *avulso*, autônomo, sem ligação à hierarquia de mando. É nômade, em constante deslocamento, fazendo da pistolagem uma profissão. Quase sempre conta com uma pessoa que negocia o contrato (o intermediário). Cf. BARREIRA, César. Op. Cit., 1998, p. 154-155; CAVALCANTE, Peregrina. Op. Cit., 2003, p. 155-156.

⁵¹ GUIMARÃES, Ed Carlos. Op. Cit., p. 103.

sul e sudeste do Pará eram homens que faziam parte dos aparatos armados quase sempre encontrados nas grandes fazendas. As suas ações eram consideradas necessárias para que a ordem no campo fosse recomposta, não só por fazendeiros, mas também por autoridades civis e militares durante o tempo que transcorreu, especialmente, os últimos dez anos da ditadura civil-militar e toda a denominada Nova República, ou seja, nos primeiros anos após o fim do aniquilamento da *Guerrilha do Araguaia* e na efervescência dos debates em torno da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e da Constituição Federal promulgada em outubro de 1988.

Essas milícias privadas, como o grupo de Sebastião da Teresona, eram formadas, às vezes, por pistoleiros conhecidos apenas pelos apelidos. Essa é uma prática que possibilita encobrir a identificação civil dos assassinos, dificultando as suas visibilidades jurídicas, ao mesmo tempo em que permite os seus recrutamentos por parte daqueles que demandam as suas ações. “O apelido a que o pistoleiro recorre”, afirma Ed Carlos Guimarães, “é um poderoso instrumento que contribui para sua invisibilidade aos olhos do sistema penal”, porque “o órgão ministerial só pode oferecer a denúncia penal à Justiça com a devida identificação dos denunciados. Se o Ministério Público não atender a essa determinação legal, o juiz pode não receber a denúncia penal e determinar o arquivamento do inquérito policial”.⁵² Estes são, na maioria das vezes, motivos para que inquéritos e processos se arrastem anos sem nenhuma conclusão. Mas, por outro lado, os apelidos permitem que pistoleiros sejam consagrados e reconhecidos socialmente entre seus pares e entre aqueles que de seus serviços necessitam. O número de assassinatos cometidos com sucesso, a valentia, a frieza, a coragem, a boa pontaria, e não deixar “marcas” que possam envolver o mandante no crime, entre outros, são atributos pessoais normalmente capitalizados e associados aos apelidos.⁵³

Outra estratégia bastante usada por alguns pistoleiros era fazer-se passar por homens que possuíam os “corpos fechados”, isto é, aqueles que eram vistos como imbuídos de poderes capazes de livrá-los da morte. Sebastião da Teresona era um desses. Ele era considerado corajoso e valente, até mesmo por isso. Segundo Francisco de Assis Soledade, o D’Assis, ex-presidente do STR de São Domingos do Araguaia e atual diretor da FETAGRI,

Não era qualquer bala que entrava em Sebastião da Teresona. Ele era um homem benzido. Eu não acredito nisso, mas dizem que era. Outros pistoleiros também eram. Os caras que são metidos no mundo do crime, principalmente o

⁵² GUIMARÃES, Ed. Carlos. Op. Cit., p. 104.

⁵³ CAVALCANTE, Peregrina. Op. Cit.; GUIMARÃES, Ed. Carlos. Op. Cit.

crime organizado, tem essa história do corpo fechado, da oração, do acordo com o “demo”. Isso era muito forte em Sebastião da Teresona. Ele era um cara temido. Ele não tinha muito medo não, inclusive por esse fato. Ele achava que poderia entrar em qualquer batalha e não seria atingido. Ele com certeza entrou em muitas áreas, matou muita gente, trocou muito tiro e nenhum acertou nele. Ele tinha essa crença que não morria a troco de bala. As pessoas acreditavam.⁵⁴

Os assassinatos que praticara, o número de vezes que escapara de emboscadas de posseiros e a proteção que recebera de proprietários, de políticos e da polícia faziam de Teresona um homem de “corpo fechado. Essa crença⁵⁵ tomou caminhos e varedas. Espalhou-se ao longe. Alcançou vilas e comunidades. Uma fabricação que produziu crentes e praticantes.⁵⁶ Ele se aproveitou disso, tornando-se um homem temido pelos posseiros e requisitado pelos grandes proprietários de terra.

Outra forma não menos violenta tem sido a prática da polícia quando se apresentou desinteressada em registrar as denúncias dos trabalhadores rurais, investigar e prender os assassinos envolvidos nos crimes decorrentes dos conflitos por terra. Concluiu uma equipe da Anistia Internacional, depois que visitou o estado do Pará, em 1987:

Os familiares das vítimas relataram suas dificuldades em convencer a polícia a registrar suas declarações ou a tomar medidas em relação às mesmas, e disseram que tinham sido tratados com extremo desrespeito pelos policiais. Mesmo quando queixas foram formalmente registradas e investigações policiais iniciadas, eles não confiavam que suas declarações seriam incluídas nos autos policiais. Em alguns casos, agentes da polícia local disseram abertamente a familiares desolados que as vítimas tinham merecido seu destino.⁵⁷

Esse pequeno fragmento possibilita explicar como se atuava a agência policial quando se tratava de registrar as declarações de familiares de trabalhadores rurais assassinados. Não são raras as queixas dando conta de que a polícia deixou de atender os trabalhadores alegando que máquinas de escrever ou computadores estavam quebrados; que lhe faltava papel para registrar as ocorrências; que o escrivão estava ausente sem data para voltar ou que o delegado não poderia atendê-los naquele dia. Há casos em que o delegado de polícia tenha aconselhado a vítima a mudar de sua localidade se quisesse continuar vivendo ou mesmo recusado fazer qualquer diligência

⁵⁴ Entrevista de uma hora e cinquenta minutos concedida ao autor, em 03/08/2011, em Marabá (PA).

⁵⁵ O historiador Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano* entende “por ‘crença’ não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira” (p. 278). Esse investimento do crer, segundo ele, “passa de mito em mito, de ideologia em ideologia, ou de enunciado em enunciado” (p. 281). Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

⁵⁶ CERTEAU, Michel de. Op. Cit., 2008.

⁵⁷ Anistia Internacional. *Violência autorizada nas áreas rurais*. Londres, setembro de 1988, p. 15.

para prender assassinos ou resgatar corpos de trabalhadores assassinados, alegando que as viaturas estavam sem combustíveis ou danificadas. Há casos também em que escrivães tenham transcrito para o papel informações que o depoente não havia relatado, amenizando ou distorcendo o fato ocorrido, deixando o Boletim de Ocorrência (BO) sem importância diante dos graves estados de violência. Ainda há situações em que a polícia deixou de registrar informações importantes que poderiam contribuir no processo de investigação ou mesmo, tenha usado palavras, parte de um vocabulário depreciativo, contra os trabalhadores. Não é difícil encontrar nos inquéritos policiais ou nos processos que apuram os crimes no campo um discurso estigmatizado e preconceituoso. Os trabalhadores rurais são representados como aqueles que praticam uma agricultura atrasada e irracional, sem capacidade de se organizar e de decidir sobre as suas vidas, gente sem vontade própria, fáceis de serem conduzidos por pessoas “estranhas” ao meio rural. Ser posseiro ou sem terras já garante um lugar no vocabulário estigmatizante da agência policial e dos operadores do direito: “invasores”, “baderneiros”, “turbadores”, entre outros. São expressões que procuram significar que, ao “invadir” terras alheias, estão os trabalhadores nada mais do que procurando a sua própria morte. Ou seja, as vítimas são consideradas culpadas pelos seus assassinatos, porque são avaliadas como aquelas que querem apossar, sem direito, de um imóvel que não lhes pertence, desrespeitando o direito de propriedade garantido na Constituição Federal.

No final de outubro de 1987, num caso exemplar, a posseira Maria de Jesus dos Santos, da gleba Ararandeua, município de Rondon do Pará, terras essas pretendidas pelos irmãos Hermínio e Joaquim José Branco, procurou a Delegacia de Polícia da Vila Goianésia para denunciar o assassinato de Sebastião Ferreira de Souza, seu esposo, de Clésio Silvino Silva, seu filho de três anos e de João Passarinho, o “Ventinha”. No entanto, o sargento da PM, que respondia pelo cargo de delegado naquela localidade, recusou-se a fazer a ocorrência, alegando não ter papel na delegacia e aconselhou a viúva a desaparecer de Goianésia se “quisesse continuar vivendo”. No dia 27 de outubro, Maria de Jesus e um advogado deslocaram-se por 150 quilômetros até Marabá e procuraram a PF. O delegado não só se negou a registrar a ocorrência como fez comentários pouco agradáveis, afirmando que “quem nasceu tem que morrer mesmo”.⁵⁸ O assassinato de Belchior Martins da Costa, da Gleba Cabeceira, em Rio

⁵⁸ Dom Altamiro Rossato, bispo da Diocese de Marabá. *Carta denuncia*. Marabá, 21/12/1988; *Jornal do Brasil*. Viúva denuncia em São Paulo assassinatos no sul do Pará. Rio de Janeiro, 18/01/1988; CPT Norte

Maria, em 02 de março de 1982, por Valter Valente, quando colhia arroz junto com seus companheiros, é outro caso expressivo. Ele foi atingido por 140 tiros, teve seus olhos perfurados e o pescoço quebrado. Os familiares da vítima procuraram o Sargento Miranda, da PM, que, na época, se ocupava como delegado: “Falamos para ele que o Valter Valente tinha atacado os posseiros e feito fogo contra eles e que havia mortos. O sargento nos respondeu que não iria ao local porque não sabia se os fatos denunciados por nós eram verdadeiros e também porque não iria estragar o seu carro na estrada”, conta Adélia Martins Bringel, filha de Belchior.⁵⁹ No final da tarde daquele dia, o posseiro Pedro Gonçalves de Oliveira, que colhia arroz junto com Belchior, foi também à delegacia, mas o Sargento Miranda, pela segunda vez, se recusou ir ao local. O corpo só foi resgatado no dia seguinte depois de insistência da família.⁶⁰ Vale mencionar aqui também o relato de Luiz Barbosa Lima, irmão de Julimar Barbosa Lima, assassinado pelos pistoleiros do grupo de Sebastião da Teresona, na Fazenda Surubim em junho de 1985. Luiz conta que, quando foi à delegacia de polícia de Xinguara reclamar o resgate do corpo de Julimar, o delegado lhe disse: “esse é o resultado de quem entra em terras alheias”. Acrescenta Luiz Lima: “nós pedimos para eles buscarem pelo menos o corpo que já estava com cinco dias. Eles falaram que deixasse acabar lá e que depois eles iriam buscar os ossos”.⁶¹ Situação parecida ocorreu na manhã de 03 de fevereiro de 1991 quando o corpo de Expedito Ribeiro de Souza⁶² – sindicalista de Rio Maria, assassinado no dia anterior pelo pistoleiro José Serafim Sales, o Barrerito – estava no necrotério do Hospital da Secretaria Estadual de Saúde, em Rio Maria, aguardando uma equipe do Instituto Médico Legal que chegaria de Belém para fazer a necropsia. O delegado Eleovaldo de Jesus Miranda de Souza, olhando as perfurações no corpo do sindicalista já despido na “pedra” do necrotério, fez o seguinte comentário: “Estava mesmo procurando a morte. Quem mandou ele se envolver com invasões de terras?”.⁶³

Considero ainda importante, para explicar as análises feitas anteriormente, a decisão proferida pela 3ª Câmara Criminal Isolada, do Tribunal de Justiça do Estado do

II. *Relatório de Conflitos*, Belém, 1987 e 1988. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará descobriu recentemente que o processo que apura a morte desses trabalhadores sumiu da Comarca de Jacundá. Cf. *O Estado de São Paulo*. Justiça limpa processos para dar fim à impunidade no Pará. São Paulo, 09/01/2005; *Diário do Pará*. Onze chacinas, 76 mortes e um prêmio: a impunidade. Belém, 19/06/2011.

⁵⁹ Adélia Martins Bringel. *Declaração*. 12/03/1991 (Arquivo da CPT de Xinguara).

⁶⁰ PEREIRA, Ailton dos Reis. Op. Cit., 1999.

⁶¹ Depoimento de Luiz Barbosa Lima. Op. Cit.

⁶² Sobre o assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, sindicalista e poeta de Rio Maria, cf. PEREIRA, Ailton dos Reis. Op. Cit., 1999.

⁶³ Esse comentário foi feito na frente de José Batista Gonçalves Afonso, na época, seminarista da Diocese de Conceição do Araguaia, hoje advogado da CPT de Marabá.

Pará (TJE), quando julgou o recurso interposto pela defesa do fazendeiro Jerônimo Alves Amorim; do pistoleiro José Serafim Sales, o Barrerito; e do intermediário do crime Francisco de Assis Ferreira, o Grilo, acusados pela morte do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, de Rio Maria, quando solicitava liberdades provisórias para os três requerentes. Além de liberdade provisória, a defesa de Jerônimo Alves Amorim requeria prisão especial para seu cliente “ante a seu estado de saúde, e por *ser preso de qualidade já que é fazendeiro, pecuarista, comerciante e industrial*”.⁶⁴ Os desembargadores negaram o pedido de liberdade provisória, mas concederam prisão especial ao proprietário. Sentenciou o relator do acórdão: “Defiro, porém, o pedido de prisão especial a ser cumprida no QG da Polícia Militar, por ser humano, ante a precariedade de saúde de Jerônimo Alves Amorim, com segurança necessária, devendo o homem humanizar tudo aquilo que toca. *Além do mais ele é pecuarista e industrial em condições de receber tratamento adequado à sua situação*”.⁶⁵ Quer dizer, ser grande proprietário de terras já lhe garante lugar especial nas decisões de certos juízes, mesmo que sejam aqueles de instâncias superiores como o TJE paraense.

Alfredo Wagner Berno de Almeida, fazendo uma análise sobre a atuação da justiça no sudeste do Pará por ocasião da visita de uma Delegação Ecumênica Internacional aos promotores e juízes dos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás e Curionópolis, em julho de 1996, em virtude do massacre de 19 trabalhadores rurais sem terras pela PM, na rodovia PA-150, em 17 de abril daquele ano, assegura que a postura que muitos magistrados assumem com relação aos crimes no campo dificilmente desfavorece aos interesses dos grandes proprietários de terra. “A fidelidade à doutrina torna-se um dado relativo”, afirma ele. “Isto, mesmo quando se observa, a nível de discurso, a afirmação de que se está diante de um corpo jurídico relativamente independente de paixões e constrangimentos externos, dissociado das relações produtivas e dos interesses prevaletentes de grandes propriedades territoriais” e acrescenta: “(...) a retórica de imparcialidade e de autonomia mostra-se comprometida a partir das pré-noções”.⁶⁶ Ou seja, as relações diretas que muitos fazendeiros têm com os crimes praticados, às vezes, contam muito pouco. Inúmeras decisões, mesmo aquelas bem fundamentadas juridicamente, quase sempre favoreceram os proprietários

⁶⁴ Acórdão nº 18.831. Recurso penal em sentido estrito da Comarca de Rio Maria. Processo Criminal nº 182/91, Vol. III, fls.426. Grifo meu.

⁶⁵ Idem. Ibidem, fls. 427. Grifo meu.

⁶⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rituais de passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). *Chacinas e massacres no campo*. Vol. 4. São Luis: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1997, p. 40.

e empresários rurais. Diversos juízes partilham das mesmas práticas culturais desses grandes proprietários e são imbuídos de uma visão preconceituosa e estigmatizante sobre os trabalhadores rurais. Inquéritos bem feitos e atuações exemplares do Ministério Público, que nem sempre existiram, por si só não possibilitam que os acusados pelos crimes no campo sejam condenados se as decisões de alguns juízes já são marcadas por visões pré-concebidas e contaminadas desde o início de seus trabalhos. As práticas de pistolagem quase sempre aí encontraram ressonâncias.

Nessas redes de relações e de interesses que se interpenetram é que devem ser analisadas as atuações dos grupos paramilitares e pistoleiros diversos. Eles agiam com elevado grau de brutalidade, crueldade e punição pela dor, uma “arte de fazer sofrer”, como um “teatro do terror”.⁶⁷ Às vezes, antes que o último tiro fosse disparado estes homens empunhavam as suas armas e humilhavam os posseiros na frente de outros trabalhadores, de suas esposas, de seus filhos ou mesmo dos proprietários que presenciavam as “cerimônias da morte”; amarrados, torturados, arrastados pelos caminhos quando ali recebiam quantos tiros bem entendessem os seus assassinos. Corpos esquartejados, cadáveres carbonizados, desfigurados eram expostos para que fossem vistos. As margens das estradas, dos rios, dos igarapés eram onde mais facilmente os destinatários daquelas encenações de dor poderiam frequentar. Há casos, como relatados anteriormente, em que as vítimas foram primeiramente estupradas ou torturadas antes de serem mortas. Muitos corpos expostos tiveram as suas orelhas cortadas e levadas provavelmente aos mandantes do crime como prova do serviço feito.

Na Fazenda Marajoara, em Xinguara, palco de intensos conflitos, a polícia encontrou um vidro com formol cheio de orelhas humanas. Cortar e levar uma das orelhas da vítima provavelmente significou também outros interesses. Foram formas que os criminosos encontravam para deixar sobre o corpo já desfalecido um sinal de domínio físico e de controle político. De imprimir um “sinal de domaçaõ” no sentido de amansar, de domesticar como muitas vezes se faz com animais domésticos. Na zona rural, por exemplo, se costuma castrar o cavalo, o barrão, o cão etc., que são arredios, que não se deixam amansar. A castração faz com que o animal fique menos enérgico e dócil. Outras vezes, se mutila, com um determinado aspecto, uma das orelhas ou faz qualquer sinal sobre o corpo para indicar que aquele animal é seu e está sobre o seu domínio. Esses atos podem ser entendidos como gestos que procuram demonstrar

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., 2008.

controle político, domínio sobre a representação política até então exercida pela pessoa que foi assassinada, sendo ela uma liderança comunitária, um sindicalista ou mesmo um posseiro ou um sem terras, mensagens dirigidas aos vivos. A forma como o posseiro Dimas Jesuino Baião, conhecido por Dimas de Jesus, foi assassinado no dia 24 de janeiro de 1984 pode ser entendida levando em conta também essas práticas. Dimas teve a sua cabeça arrancada do corpo e dependurada numa árvore para que os posseiros dos castanhais Tona, Pau Ferrado, Tabocão, Fortaleza, Pau Preto, São José e Dois Irmãos pudessem ver.⁶⁸ Já um trabalhador, que não teve seu corpo identificado, foi preso pela PM, no dia 6 de agosto de 1987, e, antes de ser assassinado, foi torturado e queimado vivo para que revelasse o nome das lideranças dos posseiros que haviam atacado os pistoleiros da Fazenda Barreiro Preto, do empresário rural Manoel de Sá, município de Xinguara. São práticas que procuram explicitar o poder sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos. Uma ação codificada, violência disciplinar. Exemplos que deveriam ficar profundamente marcados na alma dos homens. Uma pedagogia do terror. Hierarquias que deveriam ser mantidas e pessoas que deveriam obedecer, ser silenciadas, disciplinadas, docilizadas.⁶⁹ Uma escrita sobre os corpos com caligrafia sanguenta, letras de traços curvos: avisos de morte. Corpos liquidados, destruídos, mensagens gravadas, corpos-textos aos vivos.⁷⁰ As pessoas não só tinham de saber, mas também ver, elas mesmas, com seus próprios olhos. Corpos que se tornaram textos, relacionando com outros “textos”: uma violência que apresenta uma visibilidade, mas acompanhada, às vezes, de uma anunciação. Uma violência quase sempre antecedida ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica.⁷¹

No sul e sudeste do Pará, são quase sempre comuns as ameaças de morte e as intimidações. Personagens de notória participação nos movimentos sociais, capazes de protagonizar ou mediar ações coletivas, às vezes, recebem recados, cartas anônimas,⁷²

⁶⁸ *Província do Pará*, 28/01/84; CPT Araguaia-Tocantins. *Comunicado à opinião pública*. Latifúndio e PM espalham o terror em São Geraldo. Conceição do Araguaia, 30/01/1984; *O Globo*. Posseiros desmentem roubo de castanhas. Rio de Janeiro, 03/02/1984, p. 6; CPT Norte II. *Violência no campo*. 1º Semestre de 1984, p. 2-3.

⁶⁹ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. *Sociedade e Estado*. Brasília, 10(2), 1995, p. 281-298.

⁷⁰ PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al.(Orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

⁷¹ TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Op. Cit., 1995.

⁷² Maria Joel da Costa, viúva do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, assassinado em novembro de 2000, uma das diretoras da regional sudeste da FETAGRI, denunciou no ato público realizado no dia 26/11/2011, em Rondon do Pará, na presença dos artistas globais Camila Pitanga, Letícia Sabatela, Sérgio

telefonemas, sentenças de morte. Listas dos marcados para morrer circulam oralmente ou figuram nas páginas dos jornais acopladas às tabelas de preços. Os valores variam conforme a posição social e política do jurado de morte: sindicalista, posseiro, padre, freira, advogados, lideranças comunitárias, políticos.⁷³ Segundo a CPT, 165 pessoas foram ameaçadas de morte mais de uma vez, entre 2000 e 2011, devido às suas atuações na luta por terras no Brasil. Quase a metade desse total, isto é, um número de 71 pessoas (trabalhadores rurais, sindicalistas, agentes de pastorais e advogados) eram do estado do Pará.⁷⁴ Segundo ainda a CPT, 42 pessoas que estavam ameaçadas de morte, no Brasil, nesse período, foram assassinadas, sendo que desse total, 18 eram do Pará.⁷⁵

Nessa mesma perspectiva foi, algumas vezes, a prática do sistema penal que também se efetivou no sentido de controlar os trabalhadores rurais envolvidos nos conflitos por terras, na Amazônia. A demora da polícia para chegar ao local do crime e resgatar os corpos tem sido, em grande medida, uma prática para deixar os corpos expostos à vista daqueles que, de alguma forma, querem “agredir a classe rural”.⁷⁶ Há um aspecto exemplar. Em muitos casos, quando resgatados, os corpos já estavam sendo devorados por urubus ou em elevado estado de putrefação.

Os inquéritos frágeis, a lentidão do Ministério Público em oferecer a denúncia e zelar pela lei e o Poder Judiciário quase sempre ausente para decretar a prisão dos culpados ou com decisões que, às vezes, beneficiaram mandantes e executores dos crimes no campo são práticas que fazem com que processos se arrastem durante anos na justiça ou simplesmente a impunidade perpetue: uma autorização para matar.

Há muitos casos que nem inquéritos foram instaurados. Há outros que inquéritos foram instaurados, mas queixas importantes dos trabalhadores rurais, registradas em Boletins de Ocorrências (BO), nunca foram consideradas pelos delegados de polícia. Outros levaram vários anos para serem concluídos, como foi o caso do inquérito que apurou a morte do sindicalista João Canuto de Oliveira, presidente do STR de Rio Maria, assassinado por pistoleiros, em 18 de dezembro de

Marone e Osmar Prado, que havia recebido na semana que antecedeu ao ato uma carta anônima ameaçando-a de morte.

⁷³ *O Liberal*. Pistolagem: PF apura “tabela de morte”. Belém, 11/03/2005; *Diário do Pará*. Vida: a partir de R\$ 500 na tabela da pistolagem. Belém, 05/10/2008, Cidades, p. A12.

⁷⁴ Trinta e nove pessoas desse total do estado do Pará eram do sul e sudeste paraense. Cf. CPT. *Lista dos ameaçados e assassinados entre 2000 e 2010*. Setor de Documentação, 30/05/2011.

⁷⁵ Doze das dezoito pessoas assassinadas no Pará, entre 2000 e 2011, eram do sul e sudeste do Pará. Cf. CPT. Op. Cit., 30/05/2011.

⁷⁶ Expressão de Ronaldo Caiado, presidente da UDR Nacional. *Correio do Brasil*, 17/09/1987, p. 2.

1985. A polícia instaurou inquérito somente dois dias depois do assassinato, o qual foi concluído em 1995, isto é, dez anos depois, quando o Ministério Público, finalmente, ofereceu denúncia penal aos culpados.⁷⁷

Há situações ainda em que peças importantes que incriminavam diretamente pistoleiros e mandantes dos crimes tenham desaparecido dos processos como, por exemplo, com relação ao processo que apurou a morte de João Canuto. Se não fosse uma pressão política, nacional e internacional, dos movimentos sociais, da CPT e de entidades de direitos humanos, como a Anistia Internacional, o Comitê Rio Maria,⁷⁸ a Human Rights Watch Américas e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) somada à atuação rigorosa dos advogados de acusação, as peças não tinham sido reconstituídas e o processo concluído.⁷⁹ Mas, mesmo diante disso, os pistoleiros nunca foram presos. Os mandantes do crime foram condenados a 19 anos e seis meses de prisão, em regime fechado, no dia 29 de maio de 2003, isto é, dezoito anos depois. Contudo, puderam recorrer da decisão em liberdade. Adilson Carvalho Laranjeiras morreu de morte natural, mas Vantuir Gonçalves de Paula está foragido.⁸⁰

Estas são práticas que exalam o medo e, às vezes, o silêncio de trabalhadores, de agentes de pastorais e de advogados envolvidos na luta pela terra. É uma “maquinaria”, sem a qual a pistolagem pouco funcionaria.

⁷⁷ Cf. Processo Criminal nº 649/99.

⁷⁸ Comitê Rio Maria é uma entidade de direitos humanos que foi criada, em 1991, na cidade de Rio Maria (PA), logo após o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, com o objetivo de pressionar a polícia, o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Ministério da Justiça na apuração dos assassinatos de diversos sindicalistas de Rio Maria. Na década de 1990, diversos Comitês Rio Maria foram criados no Brasil e no exterior como em Marabá (PA), Parauapebas (PA), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e em Boston (EUA). Mais detalhes sobre essa entidade, veja BARP, Wilson. A formação das categorias sociais subalternas na Amazônia e reconstituição de sua identidade no novo espaço social e ambiental. *Reforma Agrária*, n.1, v. 22, jan./abr. 1992, p. 28-38. ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996; PEREIRA, Airton dos Reis. *O fruto da justiça será a paz: uma análise das práticas do Comitê Rio Maria (1991 a 1998)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Marabá: Universidade Federal do Pará, 1999.

⁷⁹ Diffusion de l'information sur l'Amérique latine-DIAL. *Au sujet de l'assassinat de João Canuto. La Commission Interaméricaine des Droits de L'homme accuse de Gouvernement du Brésil*. Bimensuel nº 2078, Lyon/France, du 1er au 15 juillet 1998, 26 f.

⁸⁰ CPT, JUSTIÇA GLOBAL e TERRA DE DIREITOS. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflitos e violência na fronteira paraense*. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terras de Direito, 2005.

As resistências dos posseiros

Como venho procurando explicar, durante as décadas de 1970 e 1980, milhares de trabalhadores rurais empobrecidos de diversas partes do Brasil, principalmente do Nordeste, chegaram ao sul e sudeste do Pará atraídos pela propaganda do Governo Federal que prometia terras e facilidades para viver na Amazônia. Se a distribuição de lotes de até 100 hectares cada um, por meio do Projeto de Colonização ao longo da Transamazônica, seduziu muitas famílias de trabalhadores rurais a se deslocarem para essa parte do território amazônico, a possibilidade de empregos com a implantação de projetos de infra-estrutura e a instalação de empreendimentos agropecuários e madeireiros também. Contudo, não só a demanda do fluxo migratório não foi suprida pelo INCRA, mas tão logo a denominada colonização da Transamazônica foi abandonada pelo Governo Federal quando convergiu as suas ações fundiárias prioritariamente à implantação de fazendas agropecuárias para a criação de gado bovino. Mas as oportunidades de empregos provenientes da abertura da rodovia PA-150, da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e da Estrada de Ferro Carajás⁸¹ e das instalações das fazendas de gado bovino ou das atividades madeireiras, por exemplo, não absorveram todos os que chegavam naquele período.

Diante dessas circunstâncias, o que se viu foi uma população formada por muitos trabalhadores rurais sem terras e sem empregos que, sem perspectiva, passaram não só a disputar simultaneamente as áreas de terras devolutas com comerciantes, empresários e fazendeiros, que também chegavam ao sul e sudeste do Pará, como aconteceu às margens da rodovia PA-150, mas juntaram-se a muitos trabalhadores rurais que até então desenvolviam atividades como castanheiros ou como empregados temporários em diversas frentes de trabalhos e a ocuparem, conjuntamente, grandes imóveis improdutivos. Em 1985, somente no município de Conceição do Araguaia, Xinguara e Marabá existiam, segundo a CPT, 138 grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos ocupadas por trabalhadores rurais, sobretudo migrantes de outras regiões do Brasil.⁸²

Mesmo compondo grupos heterogêneos, dispersos e distintos, esses trabalhadores, denominando-se posseiros, conseguiram se organizar para defenderem-se das reações dos grandes proprietários de terra. Não só estabeleceram alianças com

⁸¹ Estrada de Ferro Carajás liga a Serra dos Carajás (PA) ao Porto da Madeira, em São Luis (MA), com uma extensão de 892 quilômetros.

⁸² CPT de Conceição do Araguaia (arquivo).

sindicatos, parlamentares e com a Igreja Católica, formada por agentes de pastorais, padres, bispos, entre outros, sensíveis às suas lutas, mas conseguiram montar estratégias de defesas e de confrontos armados como trincheiras e emboscadas, além de um sistema de comunicação interna e externa à área litigiosa, roças coletivas, trabalho solidário, fabricação de armas rudimentares e munição, etc.

Estes posseiros, normalmente nos primeiros anos de uma ocupação de terra, às vezes, se estabeleciam em lugares de difícil acesso, trabalhavam em grupos e contavam com algumas pessoas que eram encarregadas de avisá-los quando algo de estranho se aproximasse, fazendo algum sinal sonoro compreensível somente ao grupo como, por exemplo, o sopro no cano de uma espingarda, um assovio ou a imitação do canto de um pássaro, etc. Até mesmo um determinado latido de um cão alertava o grupo do perigo. Rastros nos caminhos e barulhos estranhos poderiam também alertá-los dos problemas. “O carro não tem o seu sinal? Nós tínhamos o nosso também. Tinha a lógica do sinal, ter segurança” conta Francisco de Assis Soledade, o D’Assis, posseiro da Fazenda Veneza e atualmente Diretor da FETAGRI.⁸³ Outros recursos simples como pontes precárias, caminhos estreitos, valas ou troncos de árvores nas estradas ou nas trilhas, obstruindo o acesso, eram meios que evitavam, por vezes, as ações imprevistas de pistoleiros e de policiais.

Mas, quase sempre, os grupos de posseiros contavam também com algumas pessoas de sua confiança nas cidades, vilas ou áreas vizinhas aos litígios que podiam informar de possíveis contratações de pistoleiros por parte dos proprietários rurais, do desencadeamento de alguma operação policial às áreas, de algum noticiário na imprensa que os interessavam ou mesmo transportando armas, projéteis, cartuchos, etc. Esse papel era desempenhado, às vezes, por posseiros de áreas próximas onde os conflitos já haviam cessado, por sindicalistas e principalmente por mulheres, normalmente esposas de alguns posseiros dos imóveis onde desenrolavam os conflitos agrários. Segundo Francisco de Assis Soledade, “uma grande batalha na época era como se organizar para não deixar os pistoleiros entrarem. A gente sabia que tinha o espião do lado dos proprietários, mas tinha o espião nosso também. Então nós tínhamos gente dentro e fora da ocupação que era capaz de buscar informação, como que estava rodando as informações”.⁸⁴ Já Ricardo Rezende Figueira, ex-coordenador da CPT Araguaia-Tocantins, conta que certa vez, a CPT teve contatos com um grupo de posseiros de uma

⁸³ Entrevista de uma hora e dez minutos concedida ao autor em 01/12/2006, em Marabá (PA).

⁸⁴ Idem. Ibidem.

área conflituosa próxima de Xinguara, mais ou menos no final de 1979 e início de 1980, e pode perceber que uma senhora de uma igreja pentecostal, de cabelos e vestidos longos, sempre com uma Bíblia debaixo do braço levava informações e munição para o grupo armado ao mesmo tempo em que trazia as queixas e as denúncias dos posseiros para a CPT. “Ela entrava na área levando informações e munição para o pessoal e trazia também informações de lá”, afirma ele. “Ninguém podia imaginar que uma senhora com uma Bíblia, vestido comprido, cabelos compridos estava levando munição (...). A polícia não a vistoriava e nem os pistoleiros”.⁸⁵

Montar trincheiras ou emboscadas para precaver ou atacar pistoleiros, a polícia e proprietários rurais eram práticas, às vezes, consideradas necessárias pelos posseiros. Na Fazenda Bela Vista, por exemplo, depois da morte do pistoleiro Adão Barbosa, em abril de 1987, quando o fazendeiro contratou outros pistoleiros e contou com o apoio de uma guarnição da PM nas ameaças e na destruição de casas e de plantações, os posseiros se organizaram em quatro grupos armados, construíram trincheiras de pedras, obstruíram estradas e pontes para evitar o tráfego de pistoleiros e da polícia e passaram a dar tiros ao ermo, fazendo-se que estavam ali em condições de resistir no mesmo pé de igualdade. Numa matéria publicada pelo *O Estado de São Paulo* no dia 16 setembro de 1987, a PM informou, que na Fazenda Bela Vista, os posseiros tinham construído “16 trincheiras (...), algumas com pedras e outras cavadas de forma a impedir o acesso de veículos que, ao cair nelas, teriam os pneus furados”.⁸⁶ E vários são os casos de morte de pistoleiros, de alguns policiais e proprietários por meio desses tipos de confrontos armados.⁸⁷ O pistoleiro João Fagundes, de Neif Murad, depois de expulsar um grupo de posseiros do Castanhal Bela Vista, em dezembro de 1979, em São Geraldo do Araguaia, passou a ameaçar, no ano seguinte, os posseiros, um número de mais ou menos 300, do Castanhal Novo Mundo. Esses posseiros enviaram-lhe recados pedindo para que ele parasse com aquelas ameaças, mas ele não atendeu e, certo dia, foi emboscado e morto.⁸⁸ Já o fazendeiro Neif Murad, depois de cometer diversas atrocidades contra trabalhadores rurais, não conseguiu sair com vida ao passar por uma trincheira montada por posseiros no cair da tarde de 20 de abril de 1985, embora os

⁸⁵ Entrevista de cinquenta e seis minutos concedida ao autor, em 26/09/2003, nas dependências do Convento dos frades Dominicanos, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

⁸⁶ *O Estado de São Paulo*. Até trincheira na região do Araguaia. São Paulo, 15/09/1987, p. 8.

⁸⁷ A CPT registrou a morte de 19 pistoleiros, 2 fazendeiros, 1 gerente de fazenda e 2 policiais (um soldado e um delegado) no confronto armado com os posseiros, entre 1984 e 1985, no sul e sudeste do Pará. Nesse mesmo período, 10 pistoleiros, 3 policiais militares e 1 fazendeiro foram feridos (CPT de Xinguara e Marabá – arquivos).

⁸⁸ *O Estado de São Paulo*, 09/08/1980.

pistoleiros “Ferrugem” e “Sebastião” tenham, mesmo feridos, escapado.⁸⁹ No dia 03 de abril de 1986, quando os posseiros da Gleba Diadema, município de Marabá, foram demarcar os seus lotes encontraram uma tocaia. No confronto, seis pistoleiros foram mortos. Algo parecido ocorreu, em 17 de dezembro de 1984, na Fazenda Flor da Mata, no município de Xinguara. Cinco pistoleiros foram mortos e seis outros saíram feridos no confronto com os posseiros.⁹⁰

Vale considerar que as mortes de pistoleiros, de policiais e de proprietários rurais não figuram nos documentos divulgados pela CPT e aparecem muito pouco nos relatórios de instituições governamentais e mesmo na imprensa. A opção da CPT foi pelos registros das baixas do lado dos trabalhadores rurais e de seus apoiadores, prática não isenta de observações e de críticas de instituições do Estado e de pesquisadores. Alfredo Wagner Berno de Almeida⁹¹ argumenta que as informações divulgadas pela CPT suscitam uma compreensão parcial dos conflitos por terras no Brasil uma vez que ela não registra as mortes de pistoleiros, jagunços, fazendeiros e policiais. É uma prática que, segundo ele, classifica os trabalhadores rurais como “vítimas” e, ao fazer disso um móvel absoluto da denúncia, retira os elementos essenciais da compreensão da lógica dos confrontos entre posseiros e proprietários de terra. Ainda segundo Alfredo W. B. de Almeida, não fazer qualquer menção ou registro da baixa do lado dos proprietários e empresários rurais reforça uma imagem religiosa dos trabalhadores rurais caracterizada pela passividade. São, portanto, aqueles que sofrem a ação e que não a exercem. Outra interpretação possível para essa opção da CPT, segundo este autor, seria aquela: “cada um conte os seus mortos ou faça o boletim de suas baixas”.

Quando entrevistei o Padre Ricardo Rezende Figueira, ex-coordenador da CPT Araguaia-Tocantins, em setembro de 2003, questionei-o sobre essa prática da CPT uma vez que ele foi um dos primeiros agentes dessa instituição a registrar, com maiores detalhes, as mortes e as violências decorrentes dos conflitos por terra na Amazônia brasileira. Naquela ocasião, ele alegou dois motivos. O primeiro, segundo ele, era porque a CPT sempre se dirigiu à imprensa e ao Estado, considerando os trabalhadores rurais, sobretudo os posseiros, como vítimas em quase todas as situações. Relata ele:

Os trabalhadores são as vítimas nessa história porque eles estão sempre mal armados. Quando têm armas, são precárias. Eles não têm apoio do Estado e não têm dinheiro. Do lado deles não está a mídia, não está o juiz, não está a polícia, não estão as instituições do Estado. Os trabalhadores estão lutando

⁸⁹ *O Liberal*, 30/04/85; CPT de Marabá – Arquivo.

⁹⁰ CPT Nacional, Fichas de conflitos.

⁹¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993.

pela vida e os pistoleiros estão lutando para os matar. Qualitativamente bem diferente. Por que vamos falar que eles estão resistindo se isso vai dar a impressão que eles são violentos? (...) Os fazendeiros já diziam que os lavradores eram bravos. Então não era interesse nosso de falar sobre isso.⁹²

O outro motivo, segundo Figueira, é que a CPT nunca conseguiu informações completas sobre as mortes do lado dos fazendeiros, porque tanto a polícia quanto os proprietários rurais, normalmente, não se interessam pela divulgação das baixas de seus lados, porque assim estariam revelando que eles, os proprietários, possuem milícias para defender as suas terras e isso não era nada bom para eles. Por outro lado, segundo Ricardo Rezende Figueira, a morte de um pistoleiro para qualquer proprietário rural não significava absolutamente nada, era algo sem valor, era apenas mais um que lhe prestava algum serviço. No entanto, reconhece que os trabalhadores rurais nunca foram passivos, mas de resistência forte e efetiva: “houve muitas mortes de pistoleiros, morte de fazendeiro e morte de policiais (...). Estes em menor número, mas também morriam. Fazendeiros menos, mas também morriam”.⁹³

Do lado da CPT, compreendia-se uma opção política, mas também religiosa, quando se fazia dos trabalhadores rurais aqueles que sofriam ação e não a exerciam. A não contabilização do número de pistoleiros, de policiais e de proprietários rurais mortos nos confrontos armados passou a ser uma das estratégias da CPT, sobretudo, a partir de 1985, quando se deu início à publicação anual do Caderno de *Conflitos no Campo*,⁹⁴ parte das disputas e dos confrontos que configuraram a luta pela terra no Brasil. Durante as décadas de 1970 e 1980, no sul e sudeste do Pará, as ações dos trabalhadores rurais, muitas vezes nos confrontos armados, eram interpretadas pelos proprietários rurais e pelas autoridades civis e militares como ressurgimento de guerrilhas armadas no campo. Por esse meio, procuravam-se justificar as suas ações violentas contra os posseiros. Segundo a concepção da CPT, dar publicidade ao número de pistoleiros, proprietários e policiais mortos nos confrontos com os trabalhadores rurais, poderia contribuir, naquele momento, com essa visão sobre os trabalhadores. Vale considerar que os proprietários rurais normalmente ocultavam as mortes de seus pistoleiros ou as divulgavam como sendo de seus empregados pagos para cuidar das

⁹² Ricardo Rezende Figueira. Entrevista concedida em 26/09/2003, já citada.

⁹³ Idem. Ibidem.

⁹⁴ A CPT publica anualmente, desde 1985, uma revista denominada de *Conflitos no Campo* com o intuito de dar visibilidade aos conflitos por terra, água e direitos trabalhistas e às violências praticadas por proprietários rurais e instituições do Estado contra os trabalhadores rurais.

pastagens, do gado ou da coletada da castanha.⁹⁵ Mas a visibilidade política à violência sofrida pelos trabalhadores rurais funcionava como um contra-discurso, conforme uma visão religiosa cristã. Ou seja, as pessoas que cometiam violências não eram os trabalhadores rurais, mas aqueles que, na visão da Igreja Católica, acumulavam riquezas e grandes extensões de terras em detrimento dos pobres do campo.⁹⁶ Contudo, como mencionei em páginas anteriores, o enfrentamento armado diante dos pistoleiros e, às vezes, da PM eram práticas recorrentes em quase todas as áreas em litígios. Diversos eram os tipos de trincheiras construídas. As que mais são mencionadas nos registros sobre conflitos pela terra, no sul e sudeste do Pará, pode-se elencar: portar-se detrás de troncos de árvores, montar um “corredor” e esperar bem próximo dos cursos de água a pessoa que deveria morrer. Segundo Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá,

Todo mundo sabe que se tu estás dentro de um buraco ou detrás de uma árvore caída tu tens uma proteção. A famosa castanheira do Cuxiú, eu ouvi falar sobre isso aí. Os posseiros faziam cair uma árvore em cima de uma outra, fica como uma janela e aí tem que ser muito bom para acertar um cara que está lá detrás. Nos pontos estratégicos quando não tinha árvore caída os posseiros botavam uma árvore no chão do jeito que estou te dizendo. Eles atiravam por debaixo e não por cima. Aí outra técnica que eles faziam era do corredor. Tinha aqui uma picada ou uma estrada para chegar, a única, aí colocava gente aqui, gente aqui e gente aqui (mostra desenhando) escondidos na mata. Aí quem eles estavam esperando entrava. Os daqui atiravam, ao ir para frente ou voltar os outros do outro ponto pegava o cara (...). A pessoa era surpreendida, voltava ou corria para frente imaginando que aqui estava livre aí era bala. Geralmente eles ficavam muito perto. Você passando a 10 metros dentro da mata você vê alguma coisa? Se você não sabe, não tem cachorro, não tem nada?⁹⁷

Essas trincheiras, descritas por Emmanuel Wambergue, foram utilizadas em diversas ocasiões por posseiros de diferentes áreas, às vezes, muito distantes uma da outra. Ninguém sabe como essas técnicas de combate foram criadas e quando passaram a ser difundidas entre os posseiros. O certo é que foram os contatos entre os diferentes grupos que possibilitaram o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção e de

⁹⁵ O proprietário rural e coronel reformado do Exército Edde Castor Nóbrega, por exemplo, informou ao jornal *O Liberal*, em 13/01/1985, que 20 dos empregados que cuidavam da apanha da castanha ou de suas pastagens haviam sido feridos ou mortos nas emboscadas ou trincheiras dos posseiros em suas propriedades, entre setembro de 1983 e agosto de 1985. Na relação repassada ao jornal, é possível identificar os nomes de pistoleiros que faziam parte do grupo de Sebastião da Teresona como Eduardo Firmino Batista, o Lobisomem, David Gomes Cardoso e Francisco Divino da Silva. Cf. *O Liberal*. Guerra declarada no Araguaia: “Pau Ferrado” ninguém toma. Belém, 13/01/1985.

⁹⁶ PELOSO, Ranulfo et al. *Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: CPT; São Paulo: Loyola, 2002; MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989; MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.

⁹⁷ Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá. Entrevista de uma hora e quinze minutos concedida em 05/12/2006, Marabá (PA).

confrontos armados. Muitos desses contatos foram possibilitados por agentes de pastorais, padres e freiras da Igreja Católica ligados à CPT. Nos encontros onde se reuniam para discutir temas, às vezes, de cunho religioso ou bíblico, os posseiros discutiam problemas relacionados aos litígios de suas áreas, debatiam e trocavam experiências de resistência.⁹⁸

Notícias dando conta dos confrontos armados por meio destas técnicas de luta dos posseiros chegaram até a imprensa por meio dos grandes proprietários de terra. O *Liberal*, de 15 de agosto de 1987, por exemplo, divulgou informações que Délio Mutran, proprietário do Castanhal Pau Preto, no distrito de São Geraldo do Araguaia, havia telefonado para a redação do jornal para dizer que um grupo de posseiros tinha tocaiado e matado, em 13 de julho daquele ano, um policial militar quando onze PMs tentaram expulsar diversos posseiros daquela área. Segundo o jornal, Délio Mutran havia dito: “Quando os policiais chegaram na área, os invasores estavam tocaiados e atiraram no último soldado do destacamento. Com isso forçaram os policiais a correrem para frente, onde um grupo estava de tocaia e abriu fogo novamente contra os policiais, deixando-os entre dois fogos, numa típica tática de guerrilha”.

Além da informação acerca da técnica de confronto armado dos posseiros, denominada de *corredor*, esse fragmento revela como os proprietários de terra, do sul e sudeste do Pará, procuravam, por meio da imprensa, sensibilizar a opinião pública e as autoridades, alegando a necessidade da presença da PM e do Exército na zona rural para defender os seus interesses. Quase sempre faziam o discurso da existência de focos guerrilheiros no campo, organizados por posseiros e por membros da Igreja Católica, ocupando as suas propriedades. Para os fazendeiros, não estavam ali quaisquer invasores de suas terras, mas aqueles que eram capazes de usar táticas guerrilheiras e assassinar até mesmo soldados da PM. Como procurei narrar no capítulo quatro desta tese, essa retórica acabou funcionando. Centenas de trabalhadores rurais foram expulsos, presos, espancados e assassinados por pistoleiros e pela PM, acusados de estarem organizando guerrilhas armadas no campo, afirmações que muitos proprietários de terra fizeram reiteradas vezes, entre a segunda metade da década de 1970 e o final dos anos de 1980.

Mas a existência de trincheiras como forma de resistência dos posseiros no interior das matas foi mencionada também pelo pistoleiro Valdir Pereira de Araújo, do

⁹⁸ Mais detalhes sobre os encontros de trabalhadores rurais propiciados pela Igreja Católica podem ser visto no cap. 6 desta tese.

Castanhal Tona, da CIB, em um dos bilhetes enviado a seu tio Sebastião da Teresona, em 10 de janeiro de 1984, apreendido na casa de Teresona em 1987:

Cast. Tona, 10/01/84

Tio Sebastião

Mando-lhe dizer que o negócio aqui correu bem até o dia 08, mais acontece que dia 09 (segunda-feira) eu topei com os posseiros entrincheirados, quando espantei foi pelo tiro, mais não me acertaram, acertaram uns trez fiscais: Juraci, Lobizomem e Cabeludo; sendo que Juraci e Lobizomem ficaram bem prejudicados e no tiroteio derrubamos 03 (posseiros) não matamos mais, noz só éramos dois Valdir e Francisco. O mais deste assunto fica para a nossa vista.

Sobre a castanha, comessamos ontem dia 09, já tem duas taugidas no paiol.

Tio Sebastião, estou aqui esperando solução do cazo, mandei o Zé Comprido para Marabá a fim de arranjar socorro para os baliados, o que ainda não teve solução até o momento. Estou aguardando as suas ordens, urgente.

Os castanheiros continuam nas colocações. Veja o que pode fazer, e aqui deixe comigo.

A respeito ao Zé Comprido, fica para o nosso encontro; e como também sobre fiscalização.

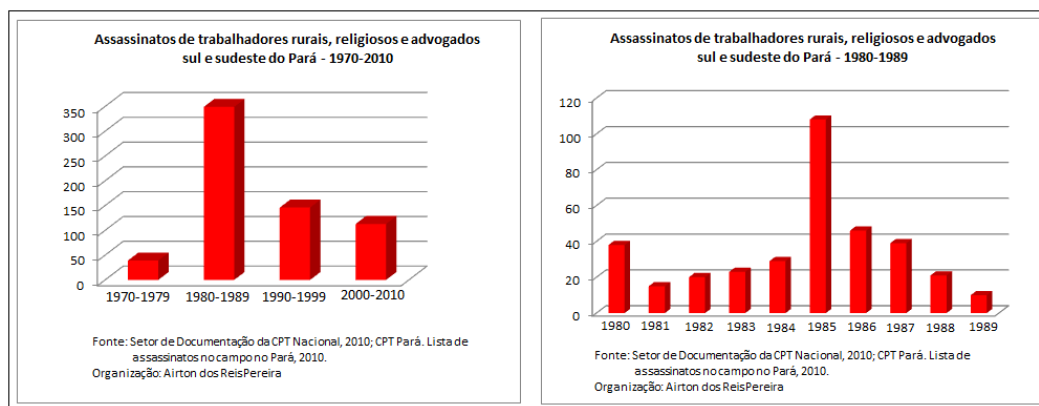
Com respeito a munição só foi gasto na hora do fogo.

Do sobrinho e amigo

Valdir Pereira Araújo

Este bilhete confirma não só a existência de trincheiras preparadas pelos posseiros. Ele revela também que os grandes proprietários de terra mantinham no interior de suas fazendas milícias armadas para fiscalizar peões, expulsar e assassinar posseiros sob a aquiescência de autoridades civis e militares. Sebastião da Teresona, como venho procurando explicar nesse capítulo, coordenava um grupo de pistoleiros que se subdividia em diversas fazendas, homens perigosos e cruéis. É como se o Estado tivesse delegado aos fazendeiros o monopólio da ação repressiva no campo. Centenas de trabalhadores rurais foram assassinados. Muitos deles não conhecemos os seus rostos e nem sabemos os seus nomes. Apodreceram ou foram devorados por urubus sem que suas famílias pudessem resgatá-los.

Segundo os dados da CPT, dos 905 assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados por questões de terras no estado do Pará, entre 1970 e 2010, 647 foram somente no sul e sudeste do Pará. Como podemos constatar nos gráficos a seguir, a década de 1980 é apontada como aquela onde se registrou o maior número de assassinatos no campo. Sozinha, com 349 mortes, supera todas as outras que em conjunto somam 298, com destaque para os anos compreendidos entre 1983 e 1987 que juntos acumularam 245 assassinatos, 135,58% maior em comparação aos outros cinco anos que abrigaram 104 mortes. Podemos observar também que o ano de 1985 é aquele que sobressai em relação aos outros, pois sozinho contabilizou 108 assassinatos.



Quer dizer, no sul e sudeste do Pará, o maior número de mortes no campo pode ser verificado no período compreendido entre os últimos anos da ditadura civil-militar e o antepenúltimo ano da Nova República, quando as ocupações de terra, por parte dos trabalhadores rurais, e os debates sobre a reforma agrária ampliaram-se, sobretudo em 1985, quando o Governo Federal lançou o PNRA e os proprietários e empresários rurais criaram a União Democrática Ruralista (UDR). A esperança depositada na execução do PNRA, que foi apresentado como forma de amenizar os conflitos de terra e corrigir as distorções da estrutura fundiária brasileira, estimulou a luta por terras em todo o País. A reação dos proprietários e empresários rurais, sobretudo aqueles ligados à UDR, foi a contratação de milícias armadas que, com a participação e conivência da polícia, de alguns promotores de justiça, de alguns juízes e de funcionários do GETAT/INCRA e do ITERPA, expulsaram, prenderam, espancaram e assassinaram centenas de posseiros.

Todavia, como venho procurando explicar, não podemos considerar os trabalhadores rurais como passivos e vítimas de todos os processos. Embora se possa constatar que nem sempre um grupo de posseiros era grande e que nem sempre contava com força suficiente para enfrentar os pistoleiros, não quer dizer que estes trabalhadores rurais se mostrassem desencorajados diante do poder dos proprietários rurais. Para continuar na terra, dispersar as milícias privadas e forçar o governo a desapropriar aqueles imóveis, às vezes, alguns grupos de posseiros procuraram dar visibilidade às forças e à coragem que não tinham, jogavam com as situações do outro, tornando “mais forte” a posição “mais fraca”. Ou seja, blefar a força do grupo era, às vezes, uma forma eficiente de resistência: deixar marcas de uma trincheira nem sempre realizada, dar muitos tiros dentro da mata, quando notavam a presença de pistoleiros na área, obstruir uma estrada por meio de uma vala no chão ou uma ponte destruída, eliminar ou confiscar o gado do fazendeiro, quando este invadia as suas roças, mandar um aviso

ameaçador aos pistoleiros, ao suposto proprietário ou à polícia eram ações que diversos grupos de posseiros, algumas vezes, faziam para garantir a posse da terra. “Eles pregavam o terrorismo em nossas cabeças, mas nós pregávamos o terrorismo nas cabeças deles também”, conta Raimundo da Silva Azevedo, 44 anos, ex-posseiro e membro do MST.⁹⁹ Este pequeno fragmento do relato de Raimundo revela que as ameaças partiam do lado dos fazendeiros, mas também do lado dos posseiros. Se essa era uma das formas que os proprietários rurais encontraram para intimidar e expulsar os posseiros de seus imóveis, foi também uma das formas que os posseiros acharam para contrapor-los embora não estivessem no mesmo pé de igualdade: os proprietários rurais contavam sempre com suas milícias privadas e, muitas vezes, com o apoio de aparelhos de Estados às suas causas. João Ribeiro Guimarães afirma que, em alguns momentos, os posseiros da Fazenda Bela Vista, em Floresta do Araguaia, viam-se na necessidade de mostrar a força que não possuíam e passavam a lidar com o medo que o proprietário provavelmente carregava:

A gente tinha que mostrar presença ali. Muitas vezes, as pessoas faziam rajadas para mostrar que a gente estava ali com condições de resistir. Isso valeu, não era uma questão de bravura, a gente estava ali com muito medo. Então tinha que mostrar força. Mas por detrás de tudo isso, estaria os prejuízos, a gente já tinha investido aqui já a quantos anos? Cinco, seis, sete anos e depois você perder tudo isso? Então a gente tinha que resistir. E essa forma valeu. Nós fomos em pontes onde passavam os pistoleiros e a polícia, com o motor-serra e cortamos. A gente cortou a ponte e ficou sem condição do carro passar e o trator ficou da banda de lá. Esse foi um motivo também pra gente quebrar as pernas deles. Um motivo também de que nós não ofendesse ninguém e que a coisa fosse quebrada as pernas deles sem condições deles fazer as manobras que estavam fazendo.¹⁰⁰

Se os assassinatos e as ameaças de morte ou de expulsão eram mecanismos utilizados pelos proprietários e empresários rurais para que os posseiros abandonassem as suas posses, as trincheiras – em diversos momentos com mortes –, as obstruções de estradas e recados ameaçadores eram meios encontrados pelos posseiros para continuar resistindo na terra. Quer dizer, lidar com o medo do outro e, às vezes, com as mesmas práticas de violência fizeram parte do jogo em várias ocasiões na luta pela terra no Pará. Esse fato pode ser identificado em uma matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 30 de agosto de 1984. Segundo este jornal, um grupo de posseiros chegou a usar das mesmas práticas dos pistoleiros para contrapor à força dos proprietários rurais e

⁹⁹ Entrevista de cinquenta e três minutos concedida ao autor, em 06/12/2006, na cidade de Marabá (PA).

¹⁰⁰ Posseiro da Fazenda Bela Vista. Entrevista de uma hora e vinte minutos concedida ao autor em 01/08/2003, na Vila do Projeto de Assentamento Bela Vista, às margens do Rio Araguaia, Floresta do Araguaia.

de seus pistoleiros nas áreas de castanhais. Davi Gomes Cardoso, do grupo do pistoleiro Sebastião da Teresona, homem que havia expulsado e assassinado muito trabalhadores rurais, foi apresentado, depois de morto, à imprensa pelo Coronel da reserva do Exército Eddie Castor Nóbrega como gerente de uma de suas propriedades conhecida como Castanhal Pau Ferrado. Segundo o jornal, Davi Cardoso havia coordenado, no dia 19 daquele mês, o assassinato de três posseiros. Depois foi ao povoado Paraúnas,

entrou no único boteco com dois revólveres na mão, ameaçou mais de 20 pessoas e saiu dizendo que ia matar um outro posseiro chamado Estevão. Saiu em sua caminhonete C-10 por volta de meio dia. Quando voltou, pouco mais de uma hora depois, sem ter encontrado sua caça, estava sendo esperado por um grupo de uns 40 posseiros, em uma precária ponte, a menos de um quilômetro do povoado: foi uma rajada só de balas e chumbos com veneno de matar ratos. Os pistoleiros ainda tentaram reagir e mataram o posseiro José Leite Cavalcanti. Davi e seu companheiro conhecido por apenas por “Lobisomem” morreram no local. Tiveram as orelhas cortadas e seus corpos queimados com gasolina.¹⁰¹

Lobisomem, que aparece nesse fragmento, era Eduardo Firmino Batista, também do grupo de Sebastião da Teresona, que atuou em diversas fazendas do sul e sudeste do Pará na expulsão e assassinatos de posseiros. Assim como Davi Cardoso, teve as suas orelhas cortadas e o seu corpo queimado pelos posseiros. Em algumas ocasiões, jogar com a prática do outro era artifício que perpassava a luta pela terra nessa parte do território amazônico. E, especialmente para os pistoleiros de “corpos fechados”, alguns trabalhadores rurais costumavam preparar as suas munições. Além de conter pés de panela de ferro e esferas de rolamento de carros ou de bicicletas, diversos cartuchos tinham, às vezes, sementes de quiabo, abobrinha-do-norte¹⁰² e cera de abelha. Segundo informações, esses apetrechos teriam o poder de driblar a “força” daqueles pistoleiros que eram vistos como imbuídos de poderes capazes de livrá-los da morte, como “Zezinho da Codespar”¹⁰³ e Sebastião da Teresona. Muitos trabalhadores comentam que não acreditavam que pistoleiros tinham os seus “corpos fechados”, mas também não duvidavam, portanto achavam melhor se prevenir. Não era difícil encontrar, em quase todas as casas, aqueles cartuchos preparados especialmente para esses pistoleiros.

Mas havia também trabalhadores rurais considerados de “corpos fechados”, como o posseiro “Salu”. “Salu” era liderança de um grupo de posseiros que ocupou os

¹⁰¹ *Folha de São Paulo*. Emboscadas fazem 31 vítimas. São Paulo, 30/08/1984, p. 7.

¹⁰² Trepadeira da família das cucurbitáceas (*Luffa operculata*), de flores amarelo-claras e fruto drástico, conhecida também como buchinha, purga-dos-paulistas, bucha-dos-paulistas e bucha-dos-caçadores. Cf Dicionário Aurélio.

¹⁰³ O pistoleiro Zezinho da Codespar, como ficou conhecido, trabalhava para a Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR), do empresário paulista Nicolau Lunardelli. Detalhes sobre esse pistoleiro veja BRETON, Binka Le. Op. Cit., 2002.

castanhais Castanheira e Cachoeira Preta, da CIB, no município de Marabá. Além de ser considerado um homem de “corpo fechado”, tinha a fama de se esconder, mesmo no meio de uma multidão, virando um tronco de uma árvore ou algum animal ou simplesmente desaparecendo sem deixar sinal. “O Salu tinha o corpo fechado. Dizem que virava cachorro, virava cobra, virava porco, galinha, etc. Vai dizer que não é verdade? Gente que conta que viu, etc., etc.”, conta Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá.¹⁰⁴ “Salu” foi acusado diversas vezes na imprensa por liderar ataques aos pistoleiros de Eddie Castor Nóbrega, da família Mutran e da CIB, como aconteceu por três ocasiões no Castanhal Pau Ferrado: uma, no dia 27 de maio de 1984, quando dois pistoleiros foram mortos e dois saíram feridos; outra, em 01 de janeiro de 1985, um pistoleiro foi morto e outro saiu ferido; e, ainda, outra no dia 13 de abril de 1985, três pistoleiros foram mortos e seis saíram feridos.¹⁰⁵ “Salu” morreu de morte natural no final de 2007.

Como procurei explicar no decorrer deste capítulo, a década de 1980, no sul e sudeste do Pará, pode ser apontada como um período marcado pela interpenetração das esferas públicas e privadas sobre a questão agrária, quer seja pela fronteira tênue entre a ação das milícias privadas e da polícia no campo, quer seja pela estreita relação de alguns juízes e de alguns promotores de justiça com os grandes proprietários de terra, fazendo dos anos 80 uma das décadas de maior violência no campo. Foi nessa época que os proprietários e empresários rurais, ao mesmo tempo em que contrataram milícias armadas para expulsar e assassinar trabalhadores rurais em seus imóveis, se articularam contra a reforma agrária proposta pelo PNRA e procuram passar na Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, o direito de propriedade privada da terra. Mas foi nessa época também que os trabalhadores rurais, a partir das áreas litigiosas, conseguiram exercer, talvez, a maior pressão sobre os órgãos do Estado para que realizassem a reforma agrária. Quer dizer, embora os proprietários e empresários rurais tivessem aglutinado esforços contra o projeto de reforma agrária do MIRAD, indo desde a atuação de seus pistoleiros ao apoio dos aparelhos de Estado responsáveis pela segurança pública e pelas questões de terras no Pará, milhares de famílias de migrantes pobres que chegaram ao sul e sudeste do Pará, atraídos pela propaganda do Governo Federal da ditadura civil-militar que prometia terras e empregos na Amazônia, ocuparam diversos imóveis improdutivos, sobretudo aqueles destinados à criação de

¹⁰⁴ Entrevista de quatro horas e sete minutos concedida ao autor, em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA).

¹⁰⁵ *O Liberal*, 30/05/84; *A Província do Pará*, 14/04/85; *O Liberal*, 13/01/1985.

gado bovino e à exploração da castanha-do-pará, e neles resistiram. Estes fatos forçaram o Governo Federal, nos anos de 1980, a declarar essa parte do território amazônico como uma das áreas prioritárias e de ação emergencial para a realização da reforma agrária.¹⁰⁶ A experiência de luta dos posseiros nas áreas ocupadas, com o apoio da Igreja Católica e de alguns STRs que contribuíram para que os conflitos tomassem dimensões extra-locais, mostrou a capacidade desses trabalhadores rurais de se constituírem enquanto sujeitos políticos, portadores de direitos e com capacidade de fazer órgãos e as instituições do Estado os ouvir.

¹⁰⁶ Cf. BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 87.095*, de 16/04/1982. *DOU*, Seção 1, 19/04/1982, p. 6.753; BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 92.623*, de 02/05/1986. *DOU*, Seção 1, 05/05/1986, p. 6.415.

AS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA IGREJA CATÓLICA E A ATUAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS NA LUTA PELA TERRA

A ação pastoral da Igreja Católica junto aos posseiros

No início da década de 1970, agentes de pastorais, padres, freiras e bispos da Igreja Católica de diversas regiões do Brasil, colocando em prática as orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência do Episcopado Latino-Americano, de Medellín (1968), já vinham prestando diversos serviços com teor político-pedagógico junto às populações do campo, como educação sindical, saúde popular, direitos sociais e trabalhistas, cooperativismo e outros.¹ Na Amazônia brasileira, esse trabalho estava sendo realizado, especialmente, nas comunidades de posseiros,² sobretudo aquelas envolvidas em intensos conflitos de terra. Entendia-se que os trabalhadores rurais, a partir de seus próprios problemas e dificuldades, poderiam se organizar e buscar alternativas para superar a situação de opressão e exclusão em que estavam vivendo.³ Foi nesse ambiente do trabalho da Igreja na Amazônia que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada – em junho de 1975, no *Encontro da Pastoral da Amazônia Legal*, em Goiânia – apresentando-se com o propósito de interligar, assessorar e dinamizar esse trabalho no campo.⁴ Em Marabá e Conceição do Araguaia, as CPTs locais foram criadas no ano seguinte com o objetivo de articular as práticas político-pedagógicas que diversos padres, freiras e agentes de pastorais ligados

¹ ROTHMAN, Franklin Daniel. *Political process and Peasant Opposition to Large Hydroelectric Dams: the case of the rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992*. Tese (Doutorado em Sociologia), University of Wisconsin-Madison, 1993; MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

² Vale considerar que o conceito de posseiro trabalhado nesta tese abrange tanto o trabalhador rural que há muito tempo ocupava áreas de terras devolutas na Amazônia e ali vivia sem nenhum documento que o legitimasse como proprietário de terra, quanto o trabalhador migrante de diversas regiões do País que chegou ao sul e sudeste do Pará, disputando, palmo a palmo, com fazendeiros, comerciantes e empresários a ocupação de uma mesma área de terras devolutas e, sobretudo, o trabalhador que passou a ocupar grandes imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos. Cf. a discussão realizada no capítulo 1 desta tese.

³ BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. CPT - dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985; GAIGER, Luiz Inácio German. A participação da Igreja Católica nos conflitos sociais pela terra. In: _____. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 29-125; IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996; POLETTTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 137-158.

⁴ PEREIRA, Ailton dos Reis. Op. Cit., 2008; POLETTTO, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da História da CPT. In: Secretariado Nacional da CPT. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997; POLETTTO, Ivo e CANUTO, Antônio. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

às paróquias e ao Movimento de Educação de Base (MEB) vinham desenvolvendo junto aos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra. Os agentes do MEB, além de seus trabalhos na alfabetização de adultos por meio das escolas radiofônicas e nos cursos de corte e costura, marcenaria, sindicalismo, cooperativismo, produção agrícola, saúde (alimentação, problemas de verminoses, malárias etc.) e teatro popular, em diversas comunidades urbanas e rurais,⁵ passaram a contribuir diretamente na estruturação das CPTs. Ou seja, essa entidade nos primeiros anos de sua existência, em Conceição do Araguaia e Marabá, constituía a articulação dos trabalhos de *pastoral da terra* que poucos padres, freiras e agentes de pastorais das paróquias e do MEB vinham desenvolvendo no campo. Esses agentes passaram a se defrontar com situações de violência pelas quais passavam muitos trabalhadores rurais. Eram posseiros despejados de suas terras, ameaçados de morte ou amedrontados pela onda de assassinatos no campo ou eram peões fugitivos dos trabalhos forçados e degradantes no interior das grandes fazendas de criação de gado bovino. Contudo, só mais tarde, a partir do início dos anos 80, com base em outra estrutura administrativa, que a CPT passou a ter agentes com dedicação exclusiva às suas ações, escritório, estrutura financeira, veículos e equipamentos próprios.

Nesse período, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs)⁶ eram coordenados por pessoas que tinham ligações com os proprietários rurais e com os aparelhos de Estado. Quando se envolviam nas questões agrárias, eram normalmente a

⁵ BALDUINO, Frei Tomás. Rádio-Escolas no Vale do Araguaia. Conceição do Araguaia, s/d (Datilografado); *O Estado de São Paulo*. “Rádioscolas” para a região do rio Araguaia. São Paulo, 12/09/1961; *O Globo*. O rádio levava a educação a 500 km no Araguaia. Rio de Janeiro, 21/09/1961; Missões do Araguaia. Exposição para reunião dos Padres Dominicanos em Juiz de Fora, 2, 3 e 4/07/1963(Datilografado); Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia. *Revelando o rosto de Deus na terra das “bandeiras verdes”*. Conceição do Araguaia, julho de 2011 (org. Manuel Martins de Almeida).

⁶ Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) criados no Brasil datam da década de 1930, no período do governo de Getúlio Vargas, como o STR de Campos, no Rio de Janeiro, fundado em 1932, e durante as décadas de 1950 e 1960 quando aumentaram as lutas pela sindicalização. No estado do Pará, embora o surgimento dos primeiros sindicatos tenha ocorrido na década de 1960, foi nos anos de 1970 que foram criados o maior número de STRs. Cf. WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho & MARINHO, Ricardo José de Azevedo. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropéica-RJ: EDUR, 2008, p. 119-147; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz Guerra. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servólo de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117-137; AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. *Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil*. Dissertação (Agriculturas Amazônicas), Belém (PA): UFPA. Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007

favor dos grandes proprietários rurais.⁷ O STR de Conceição do Araguaia, foi criado, em 1971, com apoio dos padres, do MEB e do advogado Paulo Botelho de Almeida Prado⁸. Contudo, entre 1975 e 1985, foi presidido por Bertoldo Siqueira Lira, interventor nomeado pelo Exército, homem de confiança do tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, do INCRA/GETAT e dos proprietários rurais. Os STRs de São João do Araguaia e de Itupiranga foram criados e organizados pelo INCRA durante a colonização às margens da rodovia Transamazônica, em 1974 e 1976, respectivamente. Enquanto que o STR de Itupiranga passou por tumultos internos, com intervenções do INCRA e da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e mudanças da diretoria até setembro de 1986, o STR de São João do Araguaia contou com a supremacia de Arlindo Lopes até novembro de 1985, presidente desde a primeira gestão. Já o STR de Jacundá foi criado em 1980 e dirigido até 1985 por pessoas ligadas ao GETAT e aos proprietários rurais.

Estes Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, assim como os de quase todas as regiões do Brasil, estavam submetidos aos critérios legais, regulados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, e foram órgãos de colaboração do Estado,⁹ sobretudo quando foram transformados em núcleos de atendimento médico e odontológico por meio do FUNRURAL (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural), do PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural).¹⁰ Por esse meio, os órgãos oficiais acabaram não só desmobilizando a atuação desses Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, mas despolitizando os conflitos pela terra em várias regiões do Brasil. No sul e sudeste do Pará, ao transformar os STRs em núcleos assistencialistas, os aparelhos de Estado

⁷ STR de Jacundá. Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá. Jacundá, 13/01/1980; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Op. Cit., 2001; ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2007; SILVA, Ronalde Lima. *A formação política dos trabalhadores rurais do sudeste do Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Marabá: Universidade Federal do Pará/Faculdade de Educação, 2011.

⁸ Segundo o padre Ricardo Rezende Figueira, o advogado Paulo Botelho de Almeida Prado trabalhou, na década de 1970, como gerente da Fazenda Agropecuária Nazaré, em Conceição do Araguaia, e era considerado um homem sensível à causa dos trabalhadores rurais. Cf. FIGUEIRA, Rezende Figueira. *Rio Maria: canto da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁹ MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Das associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - o caso do Pará. *Caderno do CEAS*, Salvador, nº 126, mar./abr., 1990, p. 47-56; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz Guerra. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servólo de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117-137.

¹⁰ O Prorural foi criado pela Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971.

conseguiram torná-los um organismo de delegação de políticos clientelistas, detentores do poder local, além de tentar quebrar, com isso, as possíveis mediações da Igreja Católica.¹¹ Percebe-se, assim, que as ações do Governo Federal da ditadura civil-militar visavam despolitizar os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais enquanto órgãos de encaminhamento das reivindicações que os trabalhadores faziam, principalmente, por terra. Isso se dava à medida que transformavam os sindicatos em núcleos de atendimentos assistenciais, ligados a políticos locais que procuravam resolver as questões agrárias de forma harmoniosa, sem ferir os interesses dos grandes proprietários de terra. Desse modo, as reivindicações dos posseiros, sobretudo daqueles envolvidos diretamente na problemática da luta pela terra, normalmente, não passavam pelos sindicatos, mas, quase sempre, pelos padres, pelos agentes de pastorais ou pelo bispo. Quer dizer, a Igreja Católica acabou suprimindo a lacuna deixada pela não-atuação política dos STRs, nas questões agrárias.

A *Comissão Pastoral da Terra* que, a partir dos meados da década de 1970, foi tomando corpo passou a atuar, principalmente, no acolhimento e no apoio aos trabalhadores vítimas da violência. Mas tão logo os seus membros compreenderam que era necessário registrar, com o máximo de detalhes, os conflitos e as violências que fossem tendo conhecimento e fazer relatórios com o maior número possível de informações. Além dos nomes dos trabalhadores assassinados, eram registradas as datas dos conflitos e dos assassinatos, mas também o número de famílias envolvidas e os nomes dos imóveis em litígios, dos executores e dos mandantes dos crimes. Em muitos casos, eram tomados os depoimentos de trabalhadores, escritos na primeira pessoa e autenticados em cartórios, como declaração pública da violência.

Esses relatórios subsidiavam não só o trabalho diário de padres, freiras e agentes de pastorais envolvidos diretamente nas questões de terras, mas reuniões e inúmeras denúncias de violências cometidas contra os trabalhadores rurais que a Coordenação Nacional da CPT e alguns bispos passaram a formalizar junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), à Anistia Internacional, à imprensa, à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, entre outros.

Ainda, como parte da atuação da CPT, é possível constatar os serviços de arquivamento de diversos bilhetes e cartas de trabalhadores, de registros ou relatos de

¹¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993; PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit. 2004.

agentes de pastorais, padres e freiras das diferentes paróquias e inúmeras matérias publicadas em vários jornais do Brasil sobre os conflitos e as violências, mas também o *trabalho de base* no campo, principalmente nas comunidades de posseiros, com o objetivo de animar e potencializar a luta dos trabalhadores pela posse da terra. Esse trabalho compreendia as visitas, às vezes, feitas a pé ou em lombo de cavalo, que os agentes de pastorais, os padres e as freiras faziam dedicando-se à *evangelização* dos posseiros: promovendo cursos bíblicos, celebrando missas, fazendo batizados e casamentos. Mas, ao mesmo tempo, se dedicavam à formação política dos trabalhadores com estudos sobre a estrutura sindical e agrária, participação das mulheres e dos jovens nos sindicatos, os direitos dos trabalhadores garantidos no Estatuto da Terra, no Código de Processo Civil e na Constituição etc. e sobre diversos temas ligados à situação vivenciada pelos posseiros naquele momento:

Na época, o coordenador da CPT aqui na região era o Mano [Emmanuel Wambergue]. A Igreja, era igual hoje. Ela ia para as áreas. Nós tínhamos o padre Roberto [Roberto de Valicourt] que apoiava a luta. Era igual hoje. A Igreja vai para as ocupações e os acampamentos através da CPT. Naquela época, o Mano era o celebrador. Inclusive na Igreja da Vila Santa Rita, na primeira vila que nós chegamos, quem celebrava de 30 em 30 dias em nossa Igreja era o Mano que era coordenador da CPT. Ele tinha uma relação muito forte com os trabalhadores. Naquela época, tinha muitas reuniões de orientação e de debate sobre os problemas que os posseiros enfrentavam. Sempre era informe jurídico da área, como estava o processo da área e tal. Era para celebrar, fazer informe como estava a coisa, fazer o debate jurídico da área. Nas comunidades mais avançadas, mais em nível de liderança tinha um processo formativo, os encontros de três a quatro dias com o Sindicato para formar as lideranças.¹²

Esse fragmento apresenta um pouco como a Igreja Católica, sobretudo por meio da CPT, investiu no processo de formação política dos trabalhadores rurais. Não só era importante a presença física de seus membros no meio dos posseiros, identificada como “presença solidária junto aos pobres da terra”, mas todo um tempo dedicado à formação e capacitação dos trabalhadores. Foi uma época em que seus membros passaram a reunir e, às vezes, adotar objetos e modos da “cultura camponesa”. Estes simbolizavam a “íntima ligação” com os trabalhadores rurais, denominados de *pobres da terra*, como, por exemplo, sandálias, bebidas, comidas, bancos e mesas toscas, pilão de socar arroz, tronco e casca de madeira, tipiti,¹³ paneiro,¹⁴ chapéus de palha, mesmo que fossem para

¹² Francisco de Assis Soledade, o D’Assis, entrevista concedida em 01/12/2006.

¹³ Utensílio no formato de cesto cilíndrico extensível, de palha, com uma abertura na parte superior e duas alças, muito usado entre os povos indígenas e trabalhadores rurais da Amazônia para extrair, por pressão, o ácido hidrocianico da mandioca brava na fabricação da farinha.

¹⁴ Cesto de tala de palmeira com trançado largo, geralmente forrado de folhas.

enfeites de suas casas e capelas, e certas palavras e expressões e outros, alçados à condição de vestes litúrgicas etc.; além de ocorrer a politização dos rituais como “missa da terra”, “romaria da terra”, as “caminhadas” e as “santas missões populares”, em que as leituras bíblicas, os cânticos, o “Credo”, o “Glória”, o “Ofertório”, a “Ladainha” e outros momentos nas liturgias faziam referência à cultura e à luta dos trabalhadores rurais. Canções e poesias passaram também a ser incorporadas às celebrações, missas, ordenações sacerdotais, assembleias e reuniões, sobretudo nas comunidades de posseiros. Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Espaço este no qual se sacralizava a luta e se materializava o sagrado. Vale mencionar também que os instrumentos de trabalho dos trabalhadores rurais como foice, machado, enxada e os frutos da terra (as colheitas) faziam parte do ritual litúrgico.

Nesse período, também os espaços da Igreja (capelas, salões, barracões, casas paroquiais e a casa episcopal) foram utilizados para reuniões, cursos e treinamento sindical, numa reapropriação e redefinição dos espaços sagrados. Os seus veículos contribuíam para o deslocamento de trabalhadores das áreas em litígios para acompanhar o desdobramento jurídico em questão nas cidades e transportar sindicalistas para reuniões nas regiões de conflitos.

Foi nesse contexto que surgiram e se estruturaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs),¹⁵ particularmente nas áreas litigiosas. Nessas comunidades, a leitura e a reflexão bíblico-religiosa, com base na realidade ali vivenciada e por meio das celebrações, dos terços, das novenas e das festas, encorajavam os posseiros a resistirem em suas terras, além de animar outros a ocupar alguns imóveis improdutivos. A compreensão que passaram a ter, sobretudo, era que a terra havia sido criada por Deus, portanto para todos e não somente para algumas pessoas. Por isso, precisavam dividi-la. Mas, por outro lado, os posseiros sabiam e contavam com o apoio da Igreja Católica nas lutas, talvez a única instituição da sociedade civil, naquele momento, com projeção política nacional, envolvida nas questões de terra.

¹⁵ As CEBs se constituem de grupos de pessoas, geralmente católicas, que, morando na mesma localidade, se encontram para rezar e refletir, a partir da leitura da Bíblia, sobre os problemas e os desafios que enfrentam. As primeiras CEBs surgiram na década de 1960, no Nordeste, mas se espalharam por quase todo o Brasil nas duas décadas seguintes. Cf. Frei Betto: *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; MAUÉS, Raymundo Heraldo. Comunidades "no sentido social da evangelização": CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(2): 13-37, 2010.

Nesses espaços, não só os pontos de vista dos trabalhadores com relação à posse da terra eram reforçados, a partir da leitura analógica da bíblia, mas seus entendimentos sobre os apoios que membros da Igreja Católica, principalmente aqueles que estavam diretamente ligados às suas comunidades, davam à luta pela terra e pela reforma agrária.

Cada comunidade tinha uma ou mais lideranças denominadas de *animadores de comunidades* encarregadas de coordenar as celebrações religiosas e promover espaços de participação e de solidariedade entre os trabalhadores, indo desde solucionar conflitos entre vizinhos às resistências armadas contra pistoleiros. Esses *animadores de comunidades*, normalmente, participavam junto com os agentes de pastorais, padres e freiras das assembleias paroquiais e diocesanas, as chamadas *Assembleias do Povo de Deus*, para discutir e encaminhar uma diversidade de questões relacionadas diretamente à linha pastoral diocesana. Na *Assembleia do Povo de Deus*, da Diocese de Marabá, em 1979, por exemplo, elegeram-se como “prioridades pastorais”: “a formação de sindicatos e associações; caixas comunitárias; cursos bíblicos; e realização de encontros de conscientização prática de mutirões”.¹⁶ Já na 4ª *Assembleia do Povo de Deus*, realizada entre os dias 17 e 19 de outubro de 1980, foram assumidos os seguintes compromissos: cursos sobre prática de celebração para os animadores de comunidades; atuação nas questões sindicais; a prática do mutirão nas comunidades, que, segundo os participantes, era “uma prática comunitária com a qual as comunidades podem se valer para resolver em parte seus pequenos problemas”; “cursos, círculos bíblicos e encontros de conscientização” para “refletir, discutir e tomar decisões em comunidade”; “cursos sobre profetas fazendo ligação com a vida de hoje”; “curso sobre produção – o trabalho dos lavradores”; envolver-se nas questões de saúde, fazendo “abaixo-assinados para reivindicar postos de saúde e atendimento médico”; e organização das Caixas Comunitárias fazendo “reuniões com os associados e discussão sobre as necessidades e tomadas de atitudes” sobre a produção e comercialização dos produtos das roças.¹⁷

Os encontros e cursos para os *animadores de comunidades* e representantes das áreas litigiosas eram momentos também para que eles sozinhos pudessem trocar experiências e refletir sobre as suas resistências na terra. Ali posseiros de diferentes áreas, às vezes, muito distantes, trocavam as suas experiências de enfrentamentos, de

¹⁶ O Grito da PA-150, Ano I, nº6. *Povo de Deus, comunidade de fé e de luta*. Diocese de Marabá, outubro de 1980, p. 2.

¹⁷ O Grito da PA-150, Ano I, nº7. *Conquistando o direito e a posse da terra*. Diocese de Marabá, novembro de 1980, p. 4.

negociações e resistência armada. Conta o padre Ricardo Rezende Figueira, ex-coordenador da CPT Araguaia-Tocantins:

Nós fazíamos reuniões de áreas de conflitos. Reuníamos, por exemplo, em Conceição do Araguaia, 60 áreas de conflitos. De cada área duas pessoas, vamos supor. Tinha pessoas que davam algum curso, apresentavam os direitos dos posseiros, davam informações legais, questões de *habeas corpus*, coisas parecidas e dávamos uma oportunidade de muito tempo para que eles ficassem conversando entre si. Eles ficavam horas conversando. A nossa ideia era que entre eles mesmo decidissem questões de resistência, de ocupação. A gente ficava fora dessas questões. A gente era incompetente para isso. Não era papel nosso, não era trabalho nosso. A gente sabe que naqueles momentos, sem a nossa presença, sem a gente incentivar, eles estavam discutindo sobre isso, sobretudo, mecanismos de resistência.¹⁸

O padre Ricardo Figueira demonstra, nesse fragmento, que os membros da Igreja Católica não se envolviam diretamente nas questões relacionadas à resistência armada dos posseiros, contudo não deixa de dizer que eles possibilitavam as trocas de experiências entre as lideranças de diferentes áreas litigiosas quando reuniões e encontros da pastoral da terra eram realizados. Essa prática, de certa forma, permitiu que os posseiros saíssem do isolamento e compreendessem que a luta pela terra alçava para além da dimensão local.

Vale considerar também que o apoio dos bispos era muito importante naquele momento. Nessa época, a Igreja Católica do Brasil, ao lado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), era uma das entidades com respaldo nacional e internacional na luta pelos direitos humanos e contra o regime civil-militar¹⁹. O apoio dos bispos não só legitimava a atuação dos agentes de pastorais, padres e freiras, envolvidos na questão agrária, mas a luta dos posseiros pelo direito à terra:

Em Marabá, os posseiros contavam com apoio de Dom Alano Pena que, de vez enquanto, se vestia de roxo quando tinha de falar pesado com as autoridades, quando ia visitar os posseiros presos. Ele vestia aquela roupa cheia de botozinhos assim que levava “duas horas” para se vestir, colocava aquele chapeuzinho de bispo.²⁰

Dom Alano não vacilava. Seu apoio era em todos os momentos e situações. Ele era muito lúcido e sábio. Além de sua sintonia com a Igreja do Brasil, a CNBB, era de uma solidariedade impressionante com os posseiros, pois eram pobres e vítimas de tamanha injustiça, perseguidos, maltratados. Suas visitas e cartas pastorais eram uma força para os posseiros e para todos nós. O seu apoio fraterno era visível. Era uma figura ímpar na defesa dos pobres.²¹

¹⁸ Entrevista concedida ao autor, em 26/09/2003, já citada anteriormente.

¹⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: Edusc, 2005.

²⁰ Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista de quatro horas e sete minutos concedida ao autor, em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA).

²¹ Padre Paulo Joanil, ex-coordenador da CPT. Entrevista concedida em 16/12/2009, já citada anteriormente.

Estes fragmentos narram muito bem o papel desempenhado pelos bispos – de Conceição do Araguaia e Marabá – na problemática da terra, no sul e sudeste do Pará. Além de colocarem-se na defesa dos posseiros, quando precisavam aparecer junto às autoridades civil e militar, incentivavam e apoiavam os trabalhos dos agentes de pastorais, padres e freiras no campo, sobretudo junto àqueles trabalhadores que estavam envolvidos diretamente nos conflitos com os grandes proprietários de terra. Por esta razão, diversas vezes, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e responderam a inquéritos judiciais, assim como muitos outros em várias partes do Brasil.²² Foi a partir dessa época, sobretudo durante os anos que transcorreram a década de 1980, que a questão da terra passou a ser um dos temas mais recorrentes nos pronunciamentos e nos documentos da CNBB.²³

As notícias de apoio e de solidariedade da Igreja, naquele momento, chegavam aos posseiros por diversas formas: veiculadas por meio de matérias jornalísticas, divulgadas pelos rádios, mesmo as que fossem difamando a atuação da Igreja, como as divulgadas, algumas vezes, pela Rádio Nacional da Amazônia; difundidas por meio de cartas pastorais, folhetos ou informativos impressos e divulgados em várias localidades, como o *Grito da PA-150*, na Diocese de Marabá, e *A Voz Rural*, na Diocese de Conceição do Araguaia²⁴ que, de mão em mão, no labirinto da luta, chegavam àquelas localidades; e também as que eram repassadas por posseiros que haviam recebido algum tipo de apoio da Igreja, quando foram despejados, presos ou ameaçados de morte.

Mas, posseiros de alguns imóveis litigiosos, que se localizavam próximos de áreas onde já existiam as CEBs, acabavam por visitar essas comunidades e participar de

²² FIGUEIRA, Ricardo. Op. Cit., 1986; Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista concedida ao autor em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA), já citada anteriormente; MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

²³ Em 1976, a CNBB publicou uma série de reflexões sobre os conflitos de terra e as políticas de desenvolvimento dos governos da ditadura civil e militar para Amazônia, reunidas em um estudo denominado de *Pastoral da terra: posse e conflitos*. Em 1977 apoiou a participação de diversos bispos, articulados e assessorados pela CPT, na primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a questão agrária. Dom Alano Pena, bispo da Prelazia de Marabá, foi um dos depoentes nessa CPI. Em 1980, a questão agrária foi tema de sua Assembleia Geral quando elaborou o documento *Igreja e problemas da terra*, passo significativo na redefinição de sua prática em relação a questão da terra no Brasil. Em 1986, assumiu como tema da Campanha da Fraternidade a questão da terra sob o lema: “Terra de Deus, Terra de Irmãos”. No ano seguinte coordenou a campanha pelo abaixo-assinado em favor da proposta popular de reforma agrária para o Congresso Constituinte (1987-1988).

²⁴ O *Grito da PA-150* era editado por membros da ADETUNI, da CPT e do MEB da Diocese de Marabá e *A Voz Rural* era editado pela CPT Araguaia-Tocantins (CPTs das Dioceses de Conceição do Araguaia-PA, Porto Nacional-TO, Miracema-TO, Cristalândia-TO, Tocantinópolis-TO e São Felix do Araguaia-MT) com notícias de diversos conflitos pela terra e encontros de trabalhadores rurais, cartas pastorais dos bispos, poesias e falas de trabalhadores etc. As matérias eram curtas e ilustradas com desenhos.

celebrações dominicais dirigidas por *animadores de comunidades*. Ali ficavam sabendo que o bispo, alguns padres e agentes de pastorais apoiavam a reforma agrária e as lutas dos trabalhadores pela terra. Por este motivo, não é de estranhar os pedidos de socorro vindo por meio de cartas e bilhetes ou de visitas inesperadas de muitos posseiros, vítimas da violência, às casas paroquiais, à casa do bispo e aos escritórios da CPT. Mas também por meio da imprensa e por intermédio de seus próprios canais como assembleias, conferências, missas, romarias, novenas, boletins, entre outros, a Igreja local procurou dar uma dimensão mais ampla aos conflitos e às violências. Embora não sendo um partido político, a CPT, e mais tarde os STRs, davam uma dimensão política mais ampla aos confrontos e as disputas por terras. Ou seja, tiravam os conflitos do isolamento e produziam denúncias sobre as arbitrariedades praticadas contra os trabalhadores rurais. Situavam-nos em relação ao contexto mais geral em que se inseriam, potencializando, assim, a presença desse segmento dos trabalhadores rurais, os posseiros, no cenário político nacional.²⁵

À medida que se acirravam os conflitos pela terra, cada vez mais a hierarquia da Igreja Católica era tensionada a se posicionar. Se por um lado, a situação de homens, mulheres e crianças coagidos, ameaçados, expulsos de suas terras, assassinados, “a partir de baixo”, das áreas litigiosas, das comunidades, das paróquias, forçou a hierarquia da Igreja a situar-se em favor dos posseiros,²⁶ por outro, foi a própria prática do Estado contra os membros da Igreja que acabou por empurrá-la para o lado dos trabalhadores. À medida que o Estado passou a confrontar-se com a atuação da Igreja no campo, procurando desqualificá-la na imprensa, e à proporção que a violência (prisão, tortura, inquéritos, assassinatos, etc.) contra os trabalhadores passou a alcançar padres, freiras e agentes de pastorais que desenvolviam os “trabalhos de base”, nas áreas de conflitos e de tensão social,²⁷ o mais alto poder eclesiástico da Igreja no Brasil

²⁵ PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2004.

²⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993.

²⁷ Entre 1968 e 1978, um total de 122 padres, religiosos, bispos e seminaristas foram detidos ou presos no Brasil; e 273 cristãos engajados no trabalho pastoral foram presos, a maioria deles trabalhadores rurais. Durante esse período, também 34 padres, religiosos e seminaristas foram torturados, afora os sequestros, ameaças de morte e atos de intimidação. Seis padres e um seminarista foram assassinados; 21 processos e inquéritos militares contra religiosos, inclusive contra bispos, foram abertos e 30 bispos (incluindo arcebispos e cardeais) sofreram algum tipo de repressão. Cf. MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989; Do mesmo autor: *Camponeses e índios na renovação da orientação pastoral da Igreja no Brasil*. In: *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999, p. 95-144.

posicionou-se a favor dos posseiros na Amazônia.²⁸ Quer dizer, quanto mais a Igreja passou a ter conhecimentos localizados e detalhados dos conflitos e das disputas em que estavam envolvidos os trabalhadores rurais, mais questionada e pressionada foi por esses trabalhadores a apoiá-los, acirrando o confronto com os poderes estadual e federal, assim como, com as empresas privadas e com os proprietários de terra. Ao mesmo tempo em que a Igreja se credenciava como mediadora confiável aos olhos dos trabalhadores, que percebiam o Estado e os proprietários rurais com desconfiança e apreensão, confrontava-se com uma poderosa coalizão de interesses que tanto abrangia os aparelhos de Estado, quanto os das empresas privadas do Centro-Sul do País, nessa parte do território amazônico.²⁹

A organização das delegacias sindicais

Ainda como parte da prática político-pedagógica da Igreja, considera-se fundamental o investimento de seus membros na criação e organização de delegacias sindicais³⁰ onde já existiam CEBs, mais ou menos estruturadas, sobretudo aquelas localizadas nas zonas críticas de conflitos. Ali os trabalhadores rurais se reuniam para rezar, ler a Bíblia e festejar os santos, mas também para serem orientados sobre a legislação agrária e trabalhista e sobre o processo de sindicalização. Como as diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) eram normalmente constituídas por pessoas que defendiam os interesses dos grandes proprietários de terra, os padres, as freiras e os agentes de pastorais passaram a convencer os trabalhadores rurais a criar delegacias sindicais como instâncias de poder dos STRs, à revelia dessas diretorias, mesmo porque eram estruturas, muitas vezes, permitidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI) e pela Confederação Nacional dos

²⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976; Da mesma entidade: Igreja e Problemas da Terra. In: *Reforma Agrária*, Campinas, ano X, nº 02, mar./abr. de 1980, p. 04-20; PENA, Dom Alano Maria Pena. Amazônia: “terra sem homens ou homens sem terra?” Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as atividades ligadas ao sistema fundiário de todo território nacional (CPT da terra), Brasília, 26 de abril de 1977. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano VII, n. 2, mar./abr. de 1977, p. 18-32; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *CPT: Pastoral e Compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

²⁹ PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2008.

³⁰ As delegacias sindicais eram prolongamentos das estruturas de poder internas aos STRs numa determinada área ou comunidade, quase sempre, ocupadas por lideranças dos trabalhadores rurais daquelas localidades, que encaminhavam as reivindicações dos posseiros em luta pela terra.

Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).³¹ Ao mesmo tempo, sensibilizavam os *animadores de comunidades* a assumirem a coordenação dessas delegacias e constituírem chapas de oposição às direções desses STRs:

O padre Humberto [Rialland] e o padre Roberto [de Valicourt] eram muito conhecidos aqui na região. Eles celebravam no Itamerim, no São Raimundo, na Santa Rita, no Brejo Grande, na Grota de Lage. Em toda essa região eles faziam celebrações. E tinha posseiros nisso tudo. Então eles começaram a visitar a minha casa, começaram a falar que nós deveríamos organizar uma comunidade. Isso tudo aqui era cheio de baianos que vieram e foram ocupando as terras e passaram a ser meus vizinhos. (...) Eu morava lá no canto da mata, na beira do brejo. Eles iam montado a cavalo. A Irmã Lina, muito fortona, caminhava, mas não aguentava muito. A Claudia e a Odete eram mais duras. Mas a Lina era mais molona, era gordona, forte. Então elas passaram a fazer essas visitas. Elas passaram a falar que nós deveríamos criar uma comunidade. Aí eu passei a fazer celebração lá em minha casa. Chamava os vizinhos e fazia celebração (...). Depois eles começaram a falar, as irmãs, que era bom a gente se organizar. Que se a gente estivesse organizado era melhor para lutar pelos direitos. Eu não tinha simpatia pelo sindicato, mas tinha criado o sindicato em São João do Araguaia em 74. Quando foi em 75 eu me filiei ao sindicato. Quando foi em 78 eles me chamaram para fazer parte da delegacia sindical na Santa Rita que era um povoado. Disseram: vamos criar uma delegacia sindical na Santa Rita. Foi criado a delegacia, colocaram outras pessoas, mexeu e virou, depois terminou um dia a gente conversando, as irmãs disseram: “porque você não assume a direção dessa delegacia? Está tão desorganizado. O Manuel Jaó que está dirigindo. Ele é fotografo. O serviço dele é diferente. Acho que deveria ter um trabalhador”. Aí eu digo “não irmã, difícil, eu moro aqui na vicinal e para eu fazer reunião toda semana na Santa Rita. Basta a celebração que tenho que fazer aqui todo fim de semana na escola”. “Mas é bom, é de vocês mesmo. O velho Arlindo não é uma pessoa voltada para o trabalhador rural, você sabe que é mais para o lado do fazendeiro do que do trabalhador rural. Se vocês pegarem esse sindicato melhor”. Esse Arlindo, o presidente do sindicato, tinha um filho que estava se formando para ser médico. Então ele era ligado mais aos fazendeiros. Não dava apoio ao trabalhador. Aí a Igreja começou a incentivar: “vocês têm que organizar para vocês terem autoridades porque esse sindicato não é dos fazendeiros, mas está sendo representado por uma pessoa ligada a eles. Então vocês têm que se organizar para tomar a direção desse sindicato e botar ele em defesa de vocês. O sindicato é um instrumento de vocês, uma representação de vocês”. Então com esses argumentos a gente foi criando as delegacias.³²

Está aqui o Sr. Almir Ferreira Barros fazendo referência ao trabalho da Igreja Católica no espaço que compreende hoje os municípios de São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará, onde se efetivou forte repressão militar à população local, na primeira metade da década de 1970, em decorrência da Guerrilha do Araguaia. O trabalho de membros da Igreja Católica, na organização das CEBs e na sensibilização dos trabalhadores rurais para que pudessem

³¹ Vale observar que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) - Decreto Lei 5452/1943 - em seu Art. 517, § 2º estabelece que “(...) é facultado ao sindicato instituir delegacias ou secções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada”.

³² Almir Ferreira Barros, ex-presidente do STR de São João do Araguaia. Entrevista concedida em 06/11/2010, já citada anteriormente.

criar delegacias sindicais e filiar-se em seus sindicatos, foi lento e difícil. Nesse período, vivia-se ainda o clima da Guerrilha do Araguaia. Segundo Dom Alano Maria Pena, bispo da Diocese de Marabá, em entrevista ao documentário *Igreja dos Oprimidos*,³³ uma vez terminado o aniquilamento dos guerrilheiros do PC do B, os militares, em diversas ocasiões, representados na pessoa do tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, procuraram afastar os trabalhadores rurais dos padres e das freiras, às vezes, com ameaças de serem presos, porque consideravam o trabalho pastoral da Igreja uma prática comunista e subversiva. Os trabalhadores, com medo da repressão, pouco participavam das celebrações religiosas, das reuniões e dos encontros de formação promovidos pela Igreja. Contudo, foi nesse contexto que muitos *animadores de comunidades*, afinados com os trabalhos desenvolvidos pelos agentes de pastorais, padres e freiras, criaram as primeiras delegacias sindicais. Possibilitaram, dessa forma, a sua multiplicação, procurando espalhar esse jeito de organização política em apoio aos posseiros na luta pela terra, como foi o caso de São Geraldo do Araguaia, Perdidos, Paraúnas, Mata Geral, Floresta, Rio Maria, no município de Conceição do Araguaia; Pau Seco, Água Fria e Pedra Furada, em Marabá; Cuxiu e Veneza, em São João do Araguaia etc. Embora os posseiros fossem impedidos de participar até então das diretorias dos STRs, devido às manobras de grupos de proprietários rurais e do INCRA/GETAT, sabiamente estes trabalhadores utilizaram-se do respaldo político desses sindicatos por meio das delegacias sindicais. As lideranças que assumiam o cargo de delegado sindical, muitas vezes, eram convocadas pelos posseiros para articular o apoio da Igreja Católica e de alguns parlamentares às suas lutas e encaminhar as suas reivindicações aos órgãos governamentais. Mesmo que o presidente de um sindicato não se envolvesse na luta pela terra, os delegados sindicais contra a vontade de seu presidente, em nome do sindicato, apoiavam e respaldavam a luta dos posseiros. Mesmo não sendo a direção do sindicato que apoiasse a organização dos trabalhadores, numa área litigiosa, era o sindicato que estava ali presente por meio dessas delegacias junto aos trabalhadores, encaminhando as reivindicações:

O presidente do sindicato não apoiava ocupação de jeito nenhum. Ele tinha raiva desse negócio de ocupação de terra. Não gostava. Todas as vezes que a gente ia pra lá questionar essas coisas, pedir autorização pra ir defender os posseiros em Brasília, ele repudiava isso. O que nós fizemos? Nós passamos a criar delegacias dentro das ocupações de terra, porque os delegados eram ligados a gente e nós fazíamos um entrosamento de defesa mesmo sem apoio

³³ BODANZKY, Jorge e SALEN, Helena. *Igreja dos oprimidos*. Rio de Janeiro: Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas, 1986.

do presidente do sindicato. A CONTAG nos apoiava. Então a gente fazia essa interferência por cima da presidência do sindicato (...). Incentivamos criar uma delegacia na Vila Santana. Tomamos a direção da delegacia de Brejo Grande e botamos uma pessoa nossa. Na Vila Santana, botamos um delegado ligado à Igreja e da luta nossa. No São Domingos, tocamos o delegado. Tiramos o delegado de lá e botamos um que era de nosso lado. No Cuxiú, outro delegado. No 42, outro delegado. No 43, outro delegado. Na Consulta, outro delegado. Na Vila Metade, que é o Almescão, outro delegado. Botamos outro delegado na Mãe Maria. Trocamos o delegado de Bom Jesus do Tocantins também. Fomos fazendo isso. Nós escolhíamos pessoas que realmente eram de dentro da Igreja. Lá de Bom Jesus botamos o senhor Wilson que era muito ligado à Igreja. Lá do Abel Figueiredo, era o Joaquim Leite, era muito ligado à Igreja. Lá no Mãe Maria, o Chico Machado era ligado à Igreja. No Cuxiú I, era o Vicente Boeiro, ligado à Igreja. A mulher dele e ele. Dentro do Almescão, era o Joarez, ligado à Igreja. O Dominginhos também ligado à Igreja. Na Consulta, era o D'Assis, ligado à Igreja. Dentro de São Domingos, botemos uma pessoa ligada à Igreja. (...) Como funcionava? A Igreja ia lá e fazia um trabalho de evangelização. Então essas pessoas assumiam um trabalho de evangelização na área do conflito. A gente fazia esse trabalho, criava delegacia já em cima de um trabalho que estava sendo evangelizado pela Igreja. Nós ficávamos ligados ao pessoal da educação que fazia o sistema de evangelização e o movimento sindical. Quando nós íamos fazer uma reunião do sindicato, fazia uma celebração religiosa, depois que era a reunião do sindicato. Então a gente mostrava dentro da bíblia porque a gente estava lutando, porque a bíblia inclusive garantia, a bíblia dá todo direito para o cidadão ser liberto, ter acesso à terra, ter um bem que não é de um, a terra Deus deixou para todos. A gente fazia esse trabalho em conjunto e as irmãs sempre tinham o cuidado de quando tivesse qualquer ameaça nos avisar. Eu como delegado passei a percorrer a região por “chamação” dos próprios posseiros.³⁴

Esse fragmento do depoimento de Almir Ferreira Barros, ex-presidente do STR de São João do Araguaia, nos ajuda perceber que a atuação da Igreja Católica nas comunidades do campo possibilitou aos posseiros organizar outras práticas políticas para além dos enfrentamentos dos problemas localizados nas áreas de conflitos. Eles passaram a compreender que as delegacias sindicais precisavam ser coordenadas por pessoas que conseguiam fazer uma leitura da problemática da terra para além dos confrontos armados com os proprietários rurais nas áreas litigiosas e ajudassem a questionar a estrutura sindical que até então era ligada aos interesses dos grandes proprietários de terra. Assim, unido ao trabalho da Igreja, diversos *animadores de comunidades* articularam-se ao movimento pela luta da terra, sendo decisivos para que as direções das delegacias sindicais fossem compostas por pessoas ligadas à prática da Igreja e tivessem as outras leituras sobre os problemas relacionados à posse da terra, à atuação do INCRA/GETAT, da PM e, sobretudo dos STRs.

Em Jacundá, o STR também não apoiava a luta dos posseiros. O padre Paulo Joanil e a Irmã Dorothy Stang, com participação direta de agentes de pastorais do MEB,

³⁴ Idem. Ibidem.

além de contribuir na organização das CEBs às margens da rodovia PA-150, onde estavam acontecendo intensos conflitos pela posse da terra, procuraram envolver os trabalhadores rurais na Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI).³⁵ Segundo o Sr. Raimundo de Souza Lima, o Raimundo Gordo, ex-presidente da ADETUNI:

O presidente do Sindicato era crente e não dava pelas lutas sociais. Era da missão do governo e não do sindicato. Não defendia a posse da terra, não era do movimento social como nós chamava. Aí o padre Paulo (Joanil) e a irmã Dorothy (Stang) fundaram a Associação (dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá). Eles que criaram a ideia. Nós precisávamos de uma entidade que defendesse a posse da terra. A terra não era para os grileiros, como nós chamava naquele tempo, era para quem nela trabalha. Depois botamos uma pessoa nossa no sindicato, aí nós passamos trabalhar todo mundo junto, a Associação e o Sindicato.³⁶

Esse pequeno relato revela outras formas de atuação da Igreja Católica, onde os STRs eram coordenados por pessoas ligadas aos grandes proprietários e aos aparelhos de Estado. Em alguns lugares, em vez de fomentar a criação de delegacias sindicais, os padres, as freiras e os agentes de pastorais ajudavam os trabalhadores rurais a organizar outras instâncias de decisão, como foi o caso da Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá, que tinha como principal objetivo apoiar a luta dos posseiros localizados às margens da PA-150, entre as localidades de Nova Ipixuna e Goianésia. Os diretores dessa associação, com apoio e assessoria da CPT, além de ter formalizado diversas denúncias de violências que fazendeiros e empresários cometeram contra posseiros da PA-150, se reuniram em diferentes momentos com Jader Barbalho, Governador do Estado do Pará, e com representantes do ITERPA e do GETAT para tratar de assuntos relacionados aos conflitos de terra em Jacundá.³⁷

A organização das oposições sindicais

³⁵ Ernesto Rodrigues, pedagogo, dirigente do PT, ex-membro da ADETUNI e ex-Superintendente Adjunto da 27ª Superintendência Regional do INCRA. Entrevista de uma hora de trinta minutos concedida ao autor, em 18/08/2010, Marabá (PA).

³⁶ Raimundo de Souza Lima, o Raimundo Gordo, entrevista de 35 minutos concedida ao autor, em 17/08/2009, em Jacundá (PA).

³⁷ Raimundo de Souza Lima, o Raimundo Gordo, entrevista concedida ao autor, em 17/08/2009, já citada anteriormente; Padre Paulo Joanil, entrevista concedida ao autor, em 15/05/2012; O Grito da PA-150. *Quem são os nossos opressores*. Ano II, nº18, Diocese de Marabá, outubro de 1981; O Grito da PA-150. *Votando consciente o Brasil melhora*. Ano II, nº25, Diocese de Marabá, dezembro de 1982.

No estado do Pará, durante a década de 1980, em quase todos os municípios, os posseiros passaram a se envolver nas oposições sindicais³⁸ e disputaram, inclusive, a direção da FETAGRI em 1981, em 1984 e em 1987.³⁹ No sul e sudeste do estado, nos municípios onde existiam sindicatos como São João do Araguaia, Itupiranga, Jacundá e Conceição do Araguaia, foram constituídas chapas de oposição, compostas por posseiros, sobretudo os ocupantes de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos. No caso de Marabá, os posseiros do Castanhal Pau Seco, organizados numa delegacia sindical provisória, autorizada pela FETAGRI, fundaram o STR de Marabá à revelia dessa entidade, com sede no distrito de Morada Nova, no Km 12 da PA-70 (hoje BR-222). O seu primeiro presidente, não aguentando as ameaças de morte que se intensificaram após o assassinato do advogado da CPT Gabriel Sales Pimenta, em 18 de fevereiro de 1982,⁴⁰ renunciou ao cargo de direção. Em seu lugar, assumiu o posseiro Antônio Francisco da Silva, o Antônio Chico, também da comunidade de Pau Seco.⁴¹

Vale ressaltar que grande parte das lideranças de posseiros que passou a ocupar os STRs, por meio das eleições das chapas de oposições, era ligada diretamente às CEBs. Segundo Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá,

(...) naquela época, todas as direções dos sindicatos foram compostas por trabalhadores que eram posseiros que ocuparam grandes propriedades. Almir Ferreira Barros, presidente do Sindicato de São João do Araguaia, colono na Transamazônica, mas era liderança da ocupação do Cuxiú; Manoel Monteiro, do Sindicato de Itupiranga, era da ocupação do Castanhal Rainha; e Antônio Chico, de Marabá, era do Pau Seco. Eles eram posseiros da primeira leva. O único que não era animador de comunidade de base era o Antônio Chico, mas era posseiro formado na resistência.⁴²

³⁸ A partir de 1979 aumentaram, em quase todas as regiões do Brasil, as críticas às condutas de muitos STRs, sobretudo aqueles ligados aos interesses do governo e dos grandes proprietários rurais. Encontros regionais, estaduais e nacional das oposições sindicais foram realizados para debater as estratégias nas eleições sindicais e conquistar as direções dos STRs. Esse fenômeno pode ser verificado, sobretudo nas localidades onde a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e instituições ligadas a Igreja Católica, como o MEB e CPT desenvolviam trabalhos políticos-pedagógicos no campo. Cf. PETIT, Pere. *A esperança equilibrada: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz Guerra. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servólo de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117-137; MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989; FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21 nº 62, outubro de 2006, p. 27-162; RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História), Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.

³⁹ GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Op. Cit., 1990.

⁴⁰ Sobre o assassinato de Gabriel Pimenta, veja o capítulo 3 deste trabalho.

⁴¹ SILVA, Ronalde Lima. Op. Cit.; ASSIS, William Santos de. Op. Cit.; GUERRA, Gutemberg Armando Dinis. Op. Cit., 2001.

⁴² Entrevista concedida em 05/12/2006, já citada anteriormente.

Esse pequeno fragmento do relato de Emmanuel Wambergue esboça, de certa forma, como a prática político-pedagógica de diversos membros da Igreja Católica foi decisiva na organização do “novo sindicalismo” rural nos anos que transcorreram as décadas de 1970 e 1980 no sul e sudeste do Pará. As lideranças do movimento de oposição sindical, além de ter passado pela experiência de combate e de resistência pela posse da terra, foram envolvidas pelo trabalho dos padres e dos agentes de pastorais em suas comunidades.⁴³ Ali os posseiros foram instigados a compreender que a luta pela terra se estendia para além do espaço da área litigiosa. Os cargos de presidente de sindicato fortaleceram a autoridade das lideranças, dando-lhes condições para intervir nos conflitos, constituir apoio e mediações às lutas dos trabalhadores de diversas áreas e negociar com as instituições do Estado as demandas por terras.

Mas a luta política pelo redimensionamento do sindicato foi marcada por muitos confrontos e por violência. Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, candidato da Chapa de Oposição do STR de Conceição do Araguaia, em 1980, era posseiro, animador da Comunidade de Itaipavas, do distrito de São Geraldo do Araguaia, e agente de pastoral. Itaipavas era uma área de grande incidência de posseiros. Gringo foi assassinado em maio de 1980,⁴⁴ cinco anos depois de ter participado da fundação da CPT, no *Encontro da Pastoral da Amazônia Legal*, em Goiânia. Suspeita-se que este assassinato teria sido praticado por José Antônio, a mando da família do fazendeiro Fernão Leitão Dinis.⁴⁵ Davi Rodrigues da Silva, que substituiu Gringo na chapa de oposição, após o seu assassinato, era da comunidade dos Perdidos, também do distrito de São Geraldo do Araguaia, onde havia ocorrido um confronto armado entre posseiros, técnicos do INCRA e Polícia Militar.⁴⁶

⁴³ Nos anos de 1970 e 1980, a Igreja Católica, em diversas partes do Brasil, a partir das orientações do Concílio Vaticano II, assumiu uma posição de “opção pelos pobres”, principalmente quando procurou colocar em prática as resoluções das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), cujo intuito eram adaptar para a América Latina as disposições do referido Concílio. Foi por meio dessas referências que diversos padres, freiras, bispos e agentes de pastorais se tornaram responsáveis pelo trabalho de “conscientização” dos trabalhadores onde os STRs eram ligados aos proprietários rurais e funcionavam como órgãos colaboradores do Estado. Cf. IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e Camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996; NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

⁴⁴ Sobre o assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo veja. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986; CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. In: _____. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010, p. 253-257.

⁴⁵ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986.

⁴⁶ Esse confronto ocorreu em outubro de 1976 quando o INCRA fazia uma demarcação das terras da Fundação Brasil Central, que havia expedido 35 títulos a diversas empresas, entre elas a Indústria Madeireira e Agropecuária do Pará (IMPAR), do grupo Óleo Pacaembu. No confronto, os soldados Ézio

A eleição do STR de Conceição foi realizada em 29 de julho de 1980, em meio a inúmeras irregularidades. A Polícia Militar, a Polícia Federal e o GETAT intervieram a favor de Bertoldo Siqueira Lira⁴⁷ – interventor do STR, em 1975, que se perpetuou na direção da entidade – e se colocaram abertamente no confronto contra os membros da Igreja Católica, considerados subversivos. Trabalhadores que viajaram quase 400 quilômetros não puderam votar, como ocorreu com os que eram de São Geraldo do Araguaia. Os seus nomes não constavam na lista de votação do STR. No povoado de Xinguara, soldados da PM dispersaram votantes, ameaçaram fiscais e sequestraram urnas. Em Conceição do Araguaia, sede do município, não foi diferente. Dezenas de soldados estavam dentro e fora da sede do STR para manter a “ordem”. Segundo o *O Grito da PA-150*, de maio de 1981, “a PM foi de fato a que mais apareceu, porque estava dentro e fora das delegacias, dirigindo e dando ordens, expulsando fiscais da Chapa 2 de dentro das delegacias, como também a cometer abusos de autoridades, inclusive com agressões físicas e morais”.⁴⁸

A oposição obteve a maioria dos votos, mas a Delegacia Regional do Trabalho, alegando não ter atingido o quórum mínimo por lei, anulou a eleição. A nova eleição só viria a acontecer em 10 de maio de 1981. Apressadamente, funcionários do GETAT e agentes da Polícia Federal organizaram administrativamente o STR. Membros da chapa de oposição, em um documento de 30 de abril de 1981 intitulado *Denúncia ao povo brasileiro*, afirmava que havia na sede do STR, desde outubro de 1980, “5 elementos estranhos à classe, contrariando o disposto no Artigo 525 da CLT e se dizem funcionários do GETAT e elementos da Polícia Federal”. Afirmava ainda que os agentes da Polícia Federal ocuparam “a direção da entidade (STR), inclusive um deles, ‘Dr. Sidney’, assina carnês de quitação, o que é próprio dos delegados sindicais ou do tesoureiro”.

Os funcionários do GETAT e agentes da Polícia Federal trouxeram uma equipe de médicos e dentistas para dar assistência aos trabalhadores rurais na sede do STR e

Araújo dos Santos e Claudomiro Rodrigues da Fonseca foram mortos, e outros dois, Máximo e Rui da Silva, saíram feridos. Sobre esse episódio veja capítulo 2 desta tese e, sobretudo, FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986.

⁴⁷ Bertoldo Siqueira Lira era oficial reformado do Exército. Nasceu em 19/10/1922, no norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, e faleceu em 10/06/2006, na cidade de São Felix do Xingu (PA).

⁴⁸ O Grito da PA-150. *1 Ano contra a grilagem e o latifúndio, denunciando as injustiças, fortalecendo a organização dos trabalhadores, na luta contra a opressão*. Diocese de Marabá. Ano II, nº 13, maio de 1981, p. 2.

forçaram os hospitais da cidade a prestar melhor atendimento aos doentes encaminhados pelo sindicato durante todo o período eleitoral.⁴⁹

No dia da eleição, nos oito locais de votação, encontravam-se agentes da Polícia Federal, funcionários do GETAT e soldados da PM. A mesa apuradora foi composta por funcionários do GETAT assegurados pela Polícia Federal. Novamente, não houve *quórum*. Era necessário que 1.800 associados votassem, mas apenas 1.600 votaram. Nova eleição foi então marcada para 25 de maio daquele mesmo ano. Novas irregularidades e novas intervenções do aparato legal. Trabalhadores das áreas das delegacias sindicais foram impedidos de quitar as suas mensalidades e não puderam votar no dia da eleição.⁵⁰

Nessa eleição, o GETAT havia colocado a sua máquina administrativa a favor da Chapa 1, de Bertoldo Siqueira Lira. Tratores limpavam estradas vicinais e caminhões transportaram eleitores. Pequenos comerciantes, pedreiros, garimpeiros e motoristas sindicalizados pela Chapa 1 também votaram. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, realizou, em diversas regiões conflituosas, como Mata Geral, Rio Maria, Xinguara e Floresta do Araguaia, comícios prometendo títulos de terras e carteiras de garimpeiros para exploração de ouro em Serra Pelada para os que votassem na chapa 1.⁵¹ No dia da eleição, em um helicóptero do Exército, percorreu todos os lugares onde existiam urnas de votação, pedindo voto para Bertoldo. As paredes da catedral de Conceição do Araguaia amanhecera revestidas de panfletos acusando a Igreja, a CPT, o Gringo e sua viúva de terroristas, subversivos e de pregarem a luta armada, além de acusações de aspecto moral. A Chapa 1 saiu vitoriosa com 1.032 votos contra 684. 1.984 associados votaram, incluindo os votos em branco e nulo.⁵² Bertoldo só deixou a presidência da entidade, em 1985, após o enfraquecimento do aparato que o sustentava, quando, finalmente, a oposição composta por lideranças de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo à frente Felipe Alves Macedo, o Filipinho, venceu a eleição.

O grupo de Gringo contava com a presença e participação de João Canuto de Oliveira, líder de CEBs, de Rio Maria. Este foi o primeiro presidente do STR de Rio Maria, quando o novo município se originou da emancipação de Conceição do

⁴⁹ *A Voz Rural*, maio de 1981; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986.

⁵⁰ O Grito da PA-150. Op. Cit. Maio de 1981.

⁵¹ *A Voz Rural*, maio de 1981; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993.

⁵² Chapa 2. Relatório reunião dos lavradores: avaliação e planejamento da Chapa 2. Conceição do Araguaia, 03/07/1981; *A Voz Rural*, maio de 1981; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993.

Araguaia.⁵³ João Canuto foi assassinado em 18 de dezembro de 1985. Naquela época, estava apoiando 50 famílias que ocupavam a Fazenda Canaã, de propriedade de Francisco Vieira Jacques. Além de atuar no STR, João Canuto havia sido candidato a prefeito na primeira eleição do município, em 1982, numa sublegenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e apoiava a luta dos trabalhadores pela posse da terra e pela reforma agrária. Naquele tempo, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), do qual Canuto fazia parte, estava na clandestinidade, atuava, portanto, por dentro do PMDB.

Por várias vezes, João Canuto denunciou a violência de fazendeiros contra os trabalhadores rurais e as irregularidades na administração do prefeito e grande proprietário de terras Adilson Carvalho Laranjeira. Devido a sua ação política, no STR e no partido, inúmeras foram as ameaças de morte que recebeu. No dia 18 de dezembro de 1985, as promessas foram cumpridas, João foi, então, assassinado quando percorria o caminho de sua casa para a sede do sindicato. Dois homens desferiram-lhe quatorze tiros. Ali mesmo, onde fora baleado, morreu deixando sua esposa e cinco filhos:

João Canuto de Oliveira acreditava que o prefeito de Rio Maria estava agindo como intermediário entre os fazendeiros, pistoleiros e policiais militares, coordenando esforços para obrigar os camponeses a deixarem a terra, e denunciou isto à imprensa. Antes de sua morte, havia encaminhado reiteradas queixas às autoridades sobre as atividades de pistoleiros contratados na região. A presença dos mesmos era do conhecimento das autoridades locais: eles eram vistos com frequência confraternizando com policiais na delegacia local. João Canuto tinha também comunicado ameaças de morte contra camponeses e seus representantes. Embora procurasse ajuda a nível federal e estadual, viajando mais de mil quilômetros até a capital do estado e outros mil quilômetros até a capital federal, seus esforços não foram bem sucedidos. No dia 14 de dezembro, João Canuto foi à delegacia policial de Rio Maria com o advogado do sindicato para registrar oficialmente a queixa de que cinco homens armados haviam sido vistos, esperando fora do prédio do sindicato rural num carro pertencente à fazenda Canaã. Ele acreditava que sua vida estava em risco e procurou a proteção policial. Não recebeu nenhuma. Quatro dias depois, João Canuto de Oliveira foi assassinado quando se encaminhava para o sindicato.⁵⁴

João Canuto, mesmo tendo comunicado às autoridades as ameaças de morte que vinha sofrendo e solicitado proteção policial, foi assassinado a mando de grandes proprietários de terra, incomodados com o apoio que os STRs davam aos posseiros ocupantes de imóveis improdutivos.

⁵³ Rio Maria pertencia ao município de Conceição do Araguaia. Este foi desmembrado, em 1982, pela Lei 5.028, de 14/05/1982 originando, além de Conceição do Araguaia, os municípios de Rio Maria, Redenção e Xingua.

⁵⁴ Relatório da Anistia Internacional. *Violência autorizada nas áreas rurais*. Brasil Documento. Londres, setembro de 1988, p. 8 (Arquivo da CPT de Xingua).

Expedito Ribeiro de Souza, que o sucedeu na direção do sindicato de Rio Maria, era poeta e também animador de comunidade. Foi assassinado no dia 02 de fevereiro de 1991, deixando sua esposa e nove filhos. Era sábado, no entardecer, ele tinha ido à sede do STR apanhar uns papéis, pois precisava fazer, no dia seguinte, uma reunião com alguns trabalhadores de áreas de conflitos. Na volta para casa às vinte horas, na rua de sua casa, foi baleado pelas costas. Depois de caído, recebeu mais três tiros na cabeça. O pistoleiro fugiu em seguida. Era José Serafim Sales, o Barrerito, contratado pelo empresário rural Jerônimo Alves de Amorim, proprietário da Fazenda Nazaré, município de Xinguara. O intermediário do crime foi seu gerente Francisco de Assis Ferreira, o Grilo.⁵⁵

As ações político-pedagógicas dos agentes de pastorais, padres, bispos e freiras, sobretudo por meio da CPT, acabaram por estimular a prática de participação, de solidariedade e de trabalho coletivo dos posseiros,⁵⁶ potencializando, assim, o processo de organização sindical. “Eu diria que a Igreja com esse sistema de Comunidade Eclesial de Base”, conta Emmanuel Wambergue,

trouxe a prática da democracia, tomada de decisão entre os posseiros. Isso foi importante para o futuro com a organização dos sindicatos. Nós falávamos com eles sobre a defesa da vida, lia trechos da Bíblia, pá, pá, pá, animava para a luta, lá dentro (das áreas de conflitos), com eles, ‘os novos Moises, os Gedeão, os Davi, a terra prometida’, a mística dava ainda mais força para eles.⁵⁷

Com esse trabalho nas comunidades, os agentes de pastorais promoviam os encontros de lideranças em nível regional, às vezes, com a participação de dirigentes da CONTAG. Ali se discutia a conjuntura política e econômica do Brasil e, especialmente, o processo de organização sindical e a luta pela terra nos diversos estados. Mas ao mesmo tempo, traçavam estratégias para disputar as eleições sindicais nos municípios.

Acredito que seja pertinente mencionar aqui as reflexões que Leonilde Medeiros e Neide Esterci⁵⁸ têm feito sobre as atividades que certas instituições de mediação exerceram no campo. Segundo estas autoras, o trabalho desenvolvido por organizações como a Igreja Católica e STRs potencializa as possibilidades de atuação política dos trabalhadores rurais no meio agrário brasileiro. São ações que podem ser pensadas como

⁵⁵ AMERICA WATCH. *Violência Rural no Brasil*. São Paulo: USP/Núcleo de estudo da violência Comissão Teotônio Vilela, 1991, p. 100-101; PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 1999.

⁵⁶ GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Op. Cit. 2001.

⁵⁷ Emmanuel Wambergue, entrevista concedida em 05/12/2006, já citada anteriormente.

⁵⁸ MEDEIROS, Leonilde Servólo de e ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994, p. 11-26.

aquelas que tiram os movimentos e grupos de suas dimensões locais e particulares, relacionando-os a outras instâncias e outros grupos. Ou seja, são práticas que não se esgotam no âmbito das relações locais, mas se potencializam numa rede regional, estadual e nacional, permitindo, assim, que questões locais possam ser tratadas em espaços que envolvem interesses mais amplos.⁵⁹

Se até então a luta dos posseiros se evidenciava predominantemente no confronto direto com os proprietários de terra nas áreas litigiosas, a partir do envolvimento dos STRs nas questões agrárias, a luta dos posseiros passou a ser também direcionada aos órgãos governamentais. Houve, de certo modo, um deslocamento da luta, deixando de ser unicamente no confronto direto com os proprietários rurais e seus pistoleiros. Foi o período em que os trabalhadores inauguraram os prédios públicos como alvo de suas ocupações. Por diversas vezes, as instalações do GETAT, em Conceição do Araguaia e Marabá, foram ocupadas por posseiros que lutavam pelas desapropriações de imóveis improdutivos e pelo fim da violência no campo. Eles perceberam que para conseguir uma terra não bastava encastelar-se no meio da mata e enfrentar, sob riscos, os pistoleiros armados dos grandes proprietários. Entenderam que pressionar diretamente os órgãos públicos era também uma das maneiras eficazes de avançar na conquista de um determinado imóvel.

Se antes os contatos com os órgãos governamentais eram desempenhados basicamente pelos membros da Igreja Católica, que denunciavam os conflitos e as violências à imprensa e, às vezes, se reuniam com representantes do Governo Federal, agora eram os próprios trabalhadores que participavam diretamente desse processo não só encaminhando documentos reivindicatórios ou mesmo denunciando os conflitos na imprensa, mas participando de longas rodadas de negociações com as instituições dos governos Estadual e Federal. Os trabalhadores estavam, agora, diante de um novo desafio e de um novo aprendizado. Quer dizer, associadas à pressão exercida diretamente nas áreas litigiosas, como demarcação e estabelecimento nos lotes, construção de roças, embargo do serviço do fazendeiro, ameaças e emboscadas contra pistoleiros, estavam as reuniões e audiências com representantes dos órgãos governamentais. Os presidentes dos STRs eram designados a estabelecer pautas de negociações com os representantes do GETAT/INCRA tanto em Conceição do Araguaia e Marabá quanto em Belém ou em Brasília.

⁵⁹ PEREIRA, Airton. Op. Cit., 2008.

Se lideranças dos posseiros eram convocadas pelo GETAT ou por juízes das comarcas locais para dar explicações sobre as ocupações de terra, muitos outros trabalhadores eram solicitados para, coletivamente, apoiá-las. Não só os representantes dos STRs, da CPT, da SDDH e de algumas comunidades se faziam presentes nas salas de audiências. Uma multidão de trabalhadores com sanfonas, violões e pandeiros acampava, em frente a estes órgãos, enquanto os acusados não fossem liberados. Um dos exemplos foi o caso de nove posseiros de Pau Seco, convocados pela Juíza da Comarca de Marabá. Além da presença dos posseiros da área, pessoas ligadas ao Sindicato da Construção Civil e à Associação das Mulheres de Marabá compareceram à audiência. Segundo *O Grito da PA-150*, nº 25, de dezembro de 1982, um dos posseiros fez um verso na hora de se encontrar com a juíza, o qual foi cantado pelas pessoas que ali se encontrava : “Pisa na flor/Escorrega no pneu/Os posseiros já chegaram/E a juíza se escondeu”.

Quando algum despejo determinado pela justiça ocorria ou mesmo quando as negociações para desapropriação de áreas litigiosas não fluíam, as ocupações dos prédios públicos passaram a se transformar em fatos políticos importantes para pressionar o Governo Federal a reconhecer a gravidade dos conflitos e acatar as reivindicações dos trabalhadores. Para tanto, foram importantes não só o apoio da Igreja, mas de diversas entidades civis e de parlamentares do Pará e de outras regiões do Brasil.

Segundo Emmanuel Wambergue,⁶⁰ os primeiros acampamentos de trabalhadores rurais do sudeste do Pará, expulsos de suas terras, aconteceram em algumas capelas da Igreja Católica, estabelecidas nas comunidades próximas às áreas litigiosas, como aconteceu, em outubro de 1981, quando os posseiros do Castanhal Pau Seco, no município de Marabá, foram despejados por determinação da Juíza Dra. Ruth Nazareth do Couto Gurjão.⁶¹ Enquanto aguardavam a decisão do Tribunal de Justiça do Estado (TJE), referente ao pedido de anulação da decisão da Juíza de Marabá, impetrado pelo advogado Gabriel Sales Pimenta, os trabalhadores acamparam na capela daquela localidade. Não lhes faltaram apoio e solidariedade dos trabalhadores rurais de diversas Comunidades Eclesiais de Base com visitas e doações de alimentos (arroz, feijão,

⁶⁰ Emmanuel Wambergue, entrevista concedida em 05/12/2006, já citada anteriormente.

⁶¹ O dono da área era Manoel Cardoso Neto, o Nelito, irmão do ex-governador de Minas Gerais Newton Cardoso.

galinhas, mandioca, etc.).⁶² Outro acampamento que se tem notícia foi o da capela da Igreja Católica, na Vila Eldorado dos Carajás, pelos posseiros da Fazenda Água Fria, de João José Veloso, e da Fazenda Pedra Furada, de Jarbas Alves. Por determinação da então juíza de Marabá Dra. Ezilda das Chagas Pastana Mutran, cerca de 250 famílias de trabalhadores rurais foram despejadas dessas duas fazendas no dia 12 de dezembro de 1986. Posseiros foram detidos e espancados, casas e paióis de cereais foram queimados e roças destruídas.⁶³ A partir do apoio do STR de Marabá e da CPT, os posseiros resolveram sair da capela e ocupar a sede do GETAT em Marabá, fato que aconteceu no dia 14 daquele mês.

Uma comissão coordenada pelo advogado dos posseiros fez uma análise nos autos processuais e constatou que a ordem de despejo nominava 54 pessoas, contudo, foram despejadas cerca de 250 famílias. Foi visto também que Alan de Jesus Oliveira Santos, oficial de justiça que coordenou o despejo, não pertencia aos quadros efetivos dos auxiliares de justiça de Marabá e nem tão pouco havia sido relacionado pela juíza para cumprir o mandato de reintegração de posse. Com base nesses fatos, foi possível pedir a anulação da ação.⁶⁴ Por determinação da justiça, os soldados da PM, que despejaram as famílias, foram obrigados a conduzir os posseiros às suas terras.⁶⁵

Um ano antes dessa ocupação, os posseiros da fazenda Joncon/Três Irmãos, em Conceição do Araguaia, assessorados pela diretoria do STR e pela CPT, haviam ocupado o prédio do GETAT, naquela cidade, para que as suas reivindicações fossem atendidas pelo Governo Federal.⁶⁶ Na ocasião, os trabalhadores exigiam apuração da violência na área e a desapropriação do imóvel.

Esse deslocamento da luta pode ser explicado levando em conta outras questões. Vale considerar que o País estava no contexto político da redemocratização, com o fim da ditadura civil-militar, e na efervescência dos debates em torno do primeiro Plano

⁶² O Grito da PA-150. *Quem são os nossos opressores?* Diocese de Marabá, Ano II, nº18, outubro de 1981; Grito da PA-150. *Votando consciente o Brasil melhora.* Diocese de Marabá, Ano II, nº25, dezembro de 1982.

⁶³ Prefeitura de Marabá et al. *Nota à população.* Marabá, 17/12/1986 (20 entidades assinam a nota); Correio do Tocantins. Posseiros: despejo e novos acampamentos. Marabá, 23 a 30/12/1986.

⁶⁴ STR de Marabá et al. Breve relato sobre os despejos de trabalhadores da área da Água Fria e Pedra Furada, no distrito Eldorado, ao Presidente da OAB do Brasil Herrman Assis Baeta, Marabá, 17/12/1986 (18 entidades assinam o relato).

⁶⁵ *O Liberal.* Famílias desejadas acampam no GETAT. Belém, 16/12/1986; *O Liberal.* Polícia não entendeu ordem de despejo, diz deputado. Belém, 17/12/1986.

⁶⁶ MELO, Aloísio Lopes Pereira. *Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia-PA.* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 1999.

Nacional de Reforma Agrária (PNRA), facilitando, assim, a criação de espaços de negociações com a cúpula do MIRAD, em Brasília, e o apoio de políticos locais à causa dos trabalhadores. Não obstante o importante trabalho da Igreja Católica e dos sindicalistas ligados à CUT nas oposições sindicais, os STRs do sul e sudeste do Pará só deixaram de ser órgãos de colaboração do Estado após o enfraquecimento dos aparatos que os sustentavam. Antes do fim da ditadura civil-militar, nenhum STR do sul e sudeste do Pará, apoiado diretamente pelos militares, era coordenado pelos posseiros. Foram necessários longos anos de luta dos trabalhadores e o fim do regime civil-militar para que outra experiência política dos próprios sindicatos fosse vivenciada.

O município de Marabá tinha deixado de ser área de segurança nacional.⁶⁷ Os prefeitos de Marabá, do período compreendido entre 1970 e 1985, eram nomeados por políticos e por militares do regime instaurado no País em 1964. Hamilton Bezerra foi o primeiro prefeito do período de redemocratização do País naquela localidade. Assim, como em outras partes do Brasil, os políticos eleitos pelo Partido do Movimento Democrático (PMDB), nos primeiros anos da Nova República, apresentavam-se mais acessíveis às causas sociais, procurando distanciar-se das práticas de políticos ligados ao Partido Democrático Social (PDS), partido que sustentava o regime, que até então governava o País. Em Marabá, Hamilton Bezerra apoiou os trabalhadores rurais e intermediou, algumas vezes, os contatos de lideranças sindicais com o GETAT, naqueles anos logo após o fim da ditadura civil-militar, como foi o caso dos posseiros das fazendas Água Fria e Pedra Furada que acamparam nas dependências do prédio do GETAT em dezembro de 1986. Quer dizer, embora segmentos da burocracia estatal do período da ditadura civil-militar, de 1964 a 1984, estivessem encastelados no GETAT, durante o governo da Nova República, a direção do MIRAD e a do INCRA, em Brasília, acabaram exercendo, por algum tempo, certa influência nas tomadas de decisões que contemplaram as reivindicações dos trabalhadores rurais.⁶⁸ Estes fatos podem ser constatados observando-se em conta as desapropriações das fazendas Água Fria e Pedra Furada, em Marabá, Joncon/Três Irmãos e Bela Vista, em Conceição do Araguaia. Algumas vezes, ao mesmo tempo em que os posseiros ocupavam os prédios do GETAT, em Marabá e Conceição do Araguaia, os presidentes dos STRs estavam em audiência com a direção do INCRA e do MIRAD, em Brasília, acompanhados por

⁶⁷ O Decreto-Lei nº 1.131, de 30 de outubro de 1970, declarou o município de Marabá como área de Segurança Nacional; já o Decreto-Lei nº 2.183, de 19/12/1984, o desfez como área de interesse à Segurança Nacional.

⁶⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit., 1993.

representantes da CONTAG e da CPT, negociando as pautas de reivindicações desses posseiros.⁶⁹

Outra constatação talvez possível de ser feita é com relação aos contatos que diversas lideranças dos posseiros, do sul e sudeste do Pará, vinham tendo com lideranças de trabalhadores rurais de outras localidades do Pará e do Brasil, por meio das articulações das oposições sindicais, das reuniões e encontros da CPT, da CONTAG e da CUT. No início dos anos de 1980, por exemplo, lideranças de trabalhadores rurais, assessorados pela CPT, MEB e SDDH, reuniam-se para traçar as suas estratégias nas oposições sindicais em todo o estado. Além de discutir as formas de ganhar as direções dos STRs, esses trabalhadores procuravam compartilhar experiências e aprendizados de luta.⁷⁰

Vale considerar ainda que os agentes de pastorais ligados à CPT, do sul e sudeste do Pará, mantinham contatos com agentes da CPT de outras regiões do País, onde o MST havia iniciado a luta pela terra com as práticas de acampamento e ocupações de prédios públicos.⁷¹ Mas é notável observar também que algumas lideranças vitoriosas nas eleições sindicais, em 1985, mantinham contatos, mesmo que esporádicos, com integrantes do MST, como foi o caso de Conceição do Araguaia, quando alguns diretores do STR participaram do primeiro Encontro Nacional do MST, entre 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e do primeiro Congresso do MST, realizado nos dias 29 e 31 de janeiro de 1985, em Curitiba (PR). Nestes espaços, os representantes dos trabalhadores de quase todos os estados discutiram as suas experiências de luta pela terra.⁷² Não há nenhum indício direto entre a participação das lideranças do STR de Conceição do Araguaia, que estiveram nesses encontros do MST, em 1984 e 1985, e a luta dos posseiros da fazenda Joncon/Três Irmãos. Mas o fato do MIRAD não ter cumprido o acordo firmado com o STR, para a desapropriação desse imóvel, levou os posseiros a ocupar o prédio do GETAT, em dezembro de 1985, a partir de decisões tomadas entre agentes da CPT, dirigentes do STR e lideranças dos

⁶⁹ PEREIRA, Ailton dos Reis. Op. Cit., 2004.

⁷⁰ Relatório do II Encontro Intermunicipal de Trabalhadores Rurais em Oposição Sindical. Conceição do Araguaia, Oposição Sindical, 21 a 23/06/83.

⁷¹ Emmanuel Wambergue, entrevista concedida em 10 e 11/52/2010, já citada anteriormente; MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001; FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. Cit., 2001.

⁷² FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização* em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999; Do mesmo autor: *A formação do MST no Brasil*. 2ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2001; *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

posseiros. Essas ações foram semelhantes às dos trabalhadores rurais sem terras ligados ao MST no Rio Grande do Sul e Paraná naqueles anos imediatamente à redemocratização do País.⁷³ Embora a PM tivesse cortado a luz elétrica, cercado o prédio e ameaado prender e espancar os trabalhadores, avaliou-se, na época, que essa forma de pressão foi eficaz, não só porque resultou na desapropriação do imóvel no início do ano seguinte,⁷⁴ mas porque deu maior visibilidade política à atuação do STR.

Em 1987, os prédios do GETAT, em Conceição do Araguaia e Marabá, voltaram a ser ocupados por posseiros. Em Conceição do Araguaia, cerca de 300 posseiros da Fazenda Bela Vista ocuparam as dependências da Unidade Avançada do órgão para reivindicar: o fim da violência que a PM, secundada por pistoleiros, vinha causando aos trabalhadores;⁷⁵ a retirada da PM de dentro da fazenda; a imediata libertação dos posseiros Antônio Sabino e Oity Leite que se encontravam presos sem mandado judicial e a vistoria e desapropriação do imóvel. Já em Marabá, a sede do GETAT foi ocupada pelos posseiros que haviam sido transferidos da Reserva Indígena Mãe Maria, dos índios Gaviões, para o Castanhal Araras, localizado entre o rio Tocantins e a rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia. Os posseiros reivindicavam o assentamento das famílias e a implantação de infra-estrutura na área (estradas, energia elétrica, escolas, etc.). A ocupação do prédio durou sete meses, ou seja, ocorreu entre 06 de junho e 19 de dezembro de 1987.⁷⁶

Essas lutas, embora localizadas, no entendimento dos agentes da CPT e dos diretores dos STRs, excediam os interesses locais e imediatos dos posseiros, entendendo que a luta dos trabalhadores rurais pela terra não devia se esgotar no âmbito local, mas potencializar-se numa rede regional, estadual e, até, nacional.⁷⁷

⁷³ MORISSAWA, Mitsue. Op. Cit.

⁷⁴ MELO, Aloísio Lopes Pereira. Op. Cit.

⁷⁵ A PM e os pistoleiros do empresário Jurandy Siqueira queimaram 22 casas, prenderam e torturaram 12 posseiros, entre eles, Antônio Sabino e Oity Faria Leite, que ficaram 42 dias presos na cadeia da delegacia de polícia de Conceição do Araguaia. Cf. PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit. 2004.

⁷⁶ Emmanuel Wambergue, entrevista concedida em 05/12/2006, já citada anteriormente; GUERRA, Gutenberg Armando Diniz. Op. Cit. 2001.

⁷⁷ PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2004; MEDEIROS, Leonilde Servólo de e ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994, p. 11-26.

DO POSSEIRO AO SEM TERRA: O DESLOCAMENTO DA LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ¹

Uma reportagem publicada pelo jornal *O Liberal*,² da capital paraense, sob o título: “Marabá relembra a guerrilha. PF prende grupo acusado de liderar as invasões no sul do Pará”,³ trazia, naquela quarta-feira, 19 de junho de 1991, informações sobre a prisão de sete pessoas na cidade de Marabá acusadas de fazer parte de um grupo de subversivos que pretendia organizar uma sequência de invasões de terras no Pará. Como parte da matéria, foram publicadas quatro fotos, sendo uma grande, dos sete presos: cinco homens e duas mulheres. Duas outras, um pouco menores: uma dos cinco homens e outra das duas mulheres. A outra foto, uma pequena, era do coronel Hemenergildo, Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar, em Marabá, policial que, segundo o jornal, teria ajudado a Polícia Federal a prender “os criminosos”. O jornal informava que o Delegado da Polícia Federal Sidney Seixas vinha monitorando aquelas sete pessoas durante três meses na cidade de Marabá, inclusive havia “gravado conversas telefônicas e anotado todos os movimentos do grupo”, mas que a PM também andava inquieta com a situação e juntos haviam feito “uma investigação ostensiva, vigiando noite e dia os envolvidos com a questão”. Preocupado, o delegado teria feito uma reunião com o comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar e com a juíza Ezilda das Chagas Pastana Mutran, da comarca de Marabá, para tratar da investigação. A juíza imediatamente concedeu “um mandato de busca para invadir a casa em que o grupo estava morando”. Às quinze horas do dia 17 daquele mês, os sete “subversivos” (termo usado pelo jornal), sem mostrar resistência, foram, então, presos.

Buscando ligar as ações dos presos com a guerrilha no campo, o jornal afirmava: “mas, dezesseis anos depois do aniquilamento total da guerrilha do Araguaia, patrocinada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Polícia Federal acredita ter desmantelado uma perigosa célula subversiva, que programava uma sequência de invasões, com o objetivo de aumentar a tensão social no sul do Pará”. Segundo o jornal,

¹ As matérias jornalísticas analisadas nesse capítulo fazem parte do arquivo da CPT de Marabá. Essas matérias foram recortadas e organizadas em pastas por temáticas. Ali não estão os jornais inteiros arquivados. Nesse sentido, não foi possível verificar as reportagens no conjunto do jornal.

² Este jornal pertence à família Rômulo Mariorana, proprietária das Organizações Rômulo Mariorana (ORM), também proprietárias do jornal Amazônia e da TV Liberal, emissora afiliada da Rede Globo. O grupo ORM é ligado aos interesses do Partido da Social Democracia do Brasil (PSDB) no Estado do Pará.

³ *O Liberal*. Marabá relembra a guerrilha. PF prende grupo acusado de liderar as invasões no sul do Pará, Belém, 19/06/1991.

o delegado da Polícia Federal Sidney Seixas estava convencido de que as sete pessoas presas faziam “parte de uma grande conspiração interessada em desestabilizar o governo, criando situações embaraçosas”. Afirmava também que a luta armada parecia “não ser o objetivo dos guerrilheiros presos”, pois “eles não tinham armas, mas foram presos em flagrante, acusados de formação de bando, por armazenar farto material de propaganda ideológica, folhetos de instruções para invasão de terra, relatórios e panfletos” e dizia categoricamente: “nenhum dos sete presos é paraense, o que reforça a tese do delegado Sidney Seixas de que eles são parte de uma organização poderosa”.

Alimentando ainda a suposta relação das sete pessoas presas com a guerrilha, o jornal trouxe entre aspas o que teria sido a fala do delegado da PF: “Só havia material de propaganda, que configuram, porém, a ação subversiva deles. Mas as pessoas são apenas a ponta da organização, que está, seguramente, baseada no sul do País”. O que ainda preocupava o delegado, segundo o jornal, era o fato de o líder do grupo preso ter dito que havia feito “um curso em Havana, o que aumenta as suspeitas e preocupações do delegado Sidney Seixas” e que “eles exigiam que os lavradores levassem suas mulheres e filhos às reuniões, para ouvir a doutrinação”.

Nesse mesmo dia, outro jornal de Belém, o *Diário do Pará*,⁴ estampou em letras grandes a seguinte matéria: “Grupo armado forma bando para invadir áreas de terras”.⁵ A matéria tratava da prisão das mesmas pessoas informadas pelo jornal *O Liberal*, mas afirmava que o Exército havia participado também das prisões e que “com o grupo foram apreendidos mapas e armamentos” que seriam utilizados para “invadir latifúndios particulares na região sul do Pará”, sendo os presos “responsáveis, em grande escala, pelos conflitos permanentes por causa da posse da terra naquela área do Estado”. Informava também que o deputado estadual Osvaldo dos Reis Mutran, o Vavá Mutran⁶ (PDS), em sessão da Assembleia Legislativa, havia usado a tribuna daquela casa para dizer que as sete pessoas presas, em Marabá, faziam parte de um grupo de guerrilheiros, treinados no Chile, em El Salvador e em Cuba. Disse ainda que, com os presos, foram

⁴ Jornal do grupo Rede Brasil Amazônia (RBA), do empresário e político Jader Barbalho, adversário das ORM, no estado. Jader Barbalho é um político do PMDB desde o início da década de 1980 e com fortes ligações com os empresários e proprietários rurais. Já assumiu diversos cargos públicos como governador do Estado, Ministro de Estado, deputado e senador. Sobre a sua atuação como político ligado aos interesses dos proprietários rurais do sul e sudeste do Pará veja PETIT, Pere. Op. Cit., 2003, especialmente “Município de Marabá: oligarquias, fazendeiros, posseiros e Grandes Projetos”, p.185-232.

⁵ *Diário do Pará*. Grupo armado formava bando para invadir áreas de terras. Belém, 19/06/1991.

⁶ Vale dizer que Osvaldo Reis Mutran, era um grande proprietário de castanhais e de fazendas de gado bovino no sudeste paraense, acusado de contratar um grupo de pistoleiros coordenado por Sebastião da Teresona para expulsar e assassinar posseiros de suas terras. Sobre o grupo armado de Sebastião da Teresona, veja capítulo 5 desta tese.

apreendidas muitas armas. Para o deputado, tratava-se da volta da Guerrilha do Araguaia. Segundo o jornal, assim teria sido a fala de Vavá Mutran, da Tribuna da Assembleia Legislativa:

Ontem à noite, em Marabá, a Polícia Federal, em ação conjunta com o Exército descobriu o bando no bairro da Cidade Nova e efetuou a prisão de sete elementos, com armas pesadas, metralhadoras, bombas e em um poço, um saco contendo outras armas possantes. Ia acontecer em Marabá o que aconteceu em 1970. A guerrilha ia voltar. Entre os elementos que estão presos, incomunicáveis, se encontram alguns que foram submetidos a treinamentos de guerrilha em Cuba, El Salvador e Chile. Eles estavam preparando uma invasão das propriedades e iam subir para o sul. A coisa é séria. Um dos guerrilheiros presos já esteve participando de atentados no sul do País, jogando bomba na fábrica da Ford. Quero me congratular com o Exército, a Polícia Federal e a Polícia Militar pela ação.⁷

É possível perceber que, na matéria publicada pelo jornal *O Liberal*, a Polícia Federal contou com a colaboração da Polícia Civil e Militar e que, com os presos, não havia armas, tão somente material de propaganda, que segundo o jornal, por si só, já assinalava ser um grupo subversivo. Já na reportagem do *Diário do Pará*, as mesmas pessoas presas foram consideradas como parte de um grupo de guerrilheiros, com elas foram encontrado farto armamento e que o Exército havia participado da operação da Polícia Federal. Contudo, para os dois jornais, não existiam dúvidas: os sete presos eram supostamente guerrilheiros que pretendiam arregimentar trabalhadores rurais para invadir as grandes propriedades. Assim como no período da Nova República, os ditos guerrilheiros eram vistos como migrantes de outras regiões do País, que haviam chegado com o intuito de desestabilizar os proprietários e empresários rurais, ocupando as suas terras.

As sete pessoas presas, naquela operação policial, e apresentadas pelo delegado Sidney Seixas à imprensa, como subversivos e supostos guerrilheiros, eram os trabalhadores rurais Antônio Ramos de Macedo, Joaquim Ribeiro dos Santos, Valdir Ferreira da Rocha, Dimas Pereira de Melo, Joaquim Daniel Alves Barbosa, Joelma Maria Pereira e Maria Meire Pereira da Silva, que haviam chegado à cidade de Marabá, no final de 1990 e início de 1991, para organizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Após sete meses fazendo contatos com algumas entidades que apoiavam a luta dos posseiros e com moradores da periferia da cidade, muitos deles, ex-garimpeiros de Serra Pelada e migrantes pobres, decidiram organizar a ocupação da Fazenda Pontas de Pedras, no município de São João do Araguaia, com três mil

⁷ *Diário do Pará*. Grupo armado formava bando para invadir áreas de terras. Belém, 19/06/1991.

famílias. Naquela tarde de segunda-feira, 17 de junho, antes que as famílias fossem conduzidas à referida fazenda, todos foram presos pela operação policial, coordenada pelo delegado Néder Duarte, da PF.⁸

Dezessete anos depois, e em pleno regime democrático, os proprietários rurais ainda recorriam às autoridades policiais e judiciárias com o discurso da volta da Guerrilha do Araguaia, como faziam durante o regime civil-militar – quando Marabá pertencia à área de segurança nacional – e vigência da Nova República – quando os debates sobre a reforma agrária ganharam grandes proporções com a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). No sul e sudeste do Pará, as ocupações de terra, realizadas pelos trabalhadores rurais, eram associadas às ações subversivas e guerrilheiras no campo. Esse medo do retorno da guerrilha foi, durante anos, alimentado por boa parte da grande imprensa paraense e de muitos jornais do Sudeste do País. Só que, efetivamente, o medo não era da derrubada do regime vigente e a implantação do comunismo, mas das ações dos trabalhadores rurais em franco processo de ocupação de grandes imóveis improdutivos. As práticas das autoridades civis e militares foram no sentido de manter a posse e a propriedade de grandes extensões de terras nas mãos de proprietários e empresários rurais para a exploração da castanha-do-pará e criação de gado bovino. O discurso da volta da guerrilha armada, no sul e sudeste paraense, funcionou como justificativa da violência policial e de pistoleiros contra trabalhadores rurais que lutavam pela terra. Centenas de posseiros foram expulsos, presos, torturados e assassinatos. A prisão dos sete trabalhadores rurais, na primeira tentativa de “territorialização” do MST em Marabá, ocorreu nesse contexto. Não só as autoridades policiais e os grandes proprietários de terra, como também alguns jornais paraenses, buscaram associá-los às ações subversivas e guerrilheiras no campo. Enfim, foi um discurso que procurou funcionar como estratégia de desmobilização política dos trabalhadores rurais, mas também como álibi da ação repressiva da polícia e dos aparatos armados dos grandes proprietários de terra nessa parte do território amazônico.

Vale considerar também que durante o governo de Fernando Collor de Melo, a Polícia Federal e o serviço de inteligência do Governo Federal vinham investigando a participação de diversas pessoas em ocupações de terra no Brasil, até mesmo feito a

⁸ O delegado Sidney Seixas apresentou os trabalhadores rurais à imprensa, mas a prisão, propriamente dita, teria sido coordenada pelo delegado Néder Duarte. Cf. Ato de Prisão em Flagrante Delito. Processo nº 91.0001347-1, fls. 05-15, Belém, 3ª Vara Federal; *O Liberal*. Op. Cit., 19/06/1991; *Diário do Pará*. Op.Cit., 19/06/1991.

prisão de alguns líderes do MST no Sudeste do País.⁹ Em Rio Maria (PA), por exemplo, no final de junho e início de julho de 1991, Edgar Lange Filho¹⁰, agente da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ex-Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência do Governo Federal, foi detido quando investigava a ligação da Igreja Católica com as ocupações de terra no sul do Pará. Padre Ricardo Rezende Figueira, agente da CPT e vigário de Rio Maria, desconfiado daquele “aluno” de Direito da Universidade de Brasília (UnB) que queria saber detalhes sobre os conflitos agrários e a atuação da Polícia Federal no sul do Pará, comunicou o fato à polícia. Na delegacia, descobriu-se que se tratava de um agente secreto do Governo Federal.¹¹

A prisão dos sete líderes do MST em Marabá foi nesse contexto de repressão às ocupações de terra por todo o País, com a participação da Polícia Federal e do serviço de inteligência do Governo Federal. Antonio Ramos de Macedo, Joaquim Daniel Alves Barbosa e Maria Meire Pereira da Silva, membros do grupo preso naquele dia, eram lideranças das CEBs que haviam se envolvido no movimento de oposição sindical, em Conceição do Araguaia, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Nesse período, diversos trabalhadores rurais, apoiados pela CPT e pela Diocese de Conceição do Araguaia, participaram das discussões da oposição sindical em nível nacional, se envolveram na criação da CUT no estado do Pará e participaram do primeiro Encontro Nacional do MST, em Cascavel (PR), em 1984, e do primeiro Congresso Nacional do MST, em Curitiba (PR), em 1985.¹² Foi, nesses encontros, que se decidiu expandir a

⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In. CARTER, Miguel (Org.). Op. Cit.

¹⁰ Edgar Lage Filho é o mesmo agente da Agencia Brasileira de Inteligência (ABIN) que aparece na CPMI “dos Correios”, em 2005, acusado de ter feito escuta telefônica e produzido relatórios sobre os Correios a mando do General Jorge Felix. Cf. BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Dos Correios”. *Relatório Final*. Vol. 1, Brasília, abril de 2006; ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a LULA: a militarização da Agencia Brasileira de inteligência. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 177-195, nov. 2008.

¹¹ Revista VEJA, “Serviço atrapalhado: Um agente do SNI-SAE que age como espião de anedota é detido e identificado no Sul do Pará”, São Paulo, 03/07/91, p. 27; *O Globo*. PM prende ‘araponga’ trapalhão da SAE. Rio de Janeiro, 26/06/1991; *O Globo*. Um ‘agente secreto’ conhecido por todos. Rio de Janeiro, 27/06/1991, p. 7; *Jornal do Brasil*. Agente do SNI continua em ação: secretaria manda ao sul do Pará suspeito do Caso Baumgarten. Rio de Janeiro, 27/06/1991, p. 3.

¹² Segundo o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, os acontecimentos que propiciaram a criação do MST datam do final da década de 1970. Em setembro de 1979, por exemplo, diversas famílias sem terras ocuparam as glebas Macali e Brilhante, no estado do Rio Grande do Sul. O número de trabalhadores que necessitavam de terras era maior do que a possibilidade de assentamento nessas duas áreas. O resultado foi então o acampamento de 600 famílias, em março de 1981, com o apoio e solidariedade da Igreja Católica, da Igreja Luterana, da CONTAG e de diversos sindicatos, na Encruzilhada Natalino, próximo dos municípios de Ronda Alta e Passo Fundo. Após três anos de resistência, o governo resolveu assentar as famílias naquela área. Acontece que tantas outras lutas de trabalhadores rurais sem terras estavam ocorrendo, nesse mesmo período, em outros estados: São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. A CPT, a partir daquele ano (1981), passou a promover encontros e debates entre lideranças de

atuação do MST em todo o território nacional. A responsabilidade da expansão do Movimento no estado do Pará recaiu sobre alguns sindicalistas ligados ao Departamento Rural da CUT do Pará. Advonsil Cândido Siqueira, o Dozinha, liderança dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, membro do Departamento Rural da CUT-Pará, passou a representar o Pará na Coordenação Nacional do MST. Foi, nesse momento, que o Movimento recebeu uma sala, na sede da CUT em Belém, para instalar a sua secretaria, mas além de não contar com recursos financeiros e pessoas para o “trabalho de base”, grande parte dos sindicalistas paraenses, mesmo aqueles que haviam participado dos encontros do MST, não estava entusiasmada com a expansão do Movimento no estado, visto que a sua forma de organização era distinta da estrutura sindical apoiada na luta dos posseiros.¹³

Algumas lideranças sindicais de Conceição do Araguaia simpáticas à atuação do MST, em contatos com a Coordenação Nacional do Movimento, decidiram ocupar uma fazenda denominada Mutamba, de Renato Fraga, localizada no distrito de São Geraldo do Araguaia, município de Xinguara,¹⁴ em 31 de agosto de 1989. Embora os trabalhadores tivessem tentado negociar com o INCRA a desapropriação da fazenda, a PM, sem mandado judicial, entrou na área, oito dias depois, e expulsou as trinta e três famílias acampadas.¹⁵ Abel Ferreira de Macedo, na época, uma das lideranças ligadas

trabalhadores rurais de diversas partes do País que estavam lutando pela terra. Em julho de 1982, lideranças do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo se reuniram para discutir a questão agrária do País. Foi a primeira reunião de articulação, no nível nacional, das lutas por terras no País. Dois meses depois, a CPT organizou um seminário, em Goiânia, com a participação de representantes de diferentes estados. Eram 22 agentes de pastorais e 30 lideranças de ocupações de terra e posseiros. Os participantes apresentaram as formas de luta que estavam acontecendo em cada estado e avaliaram as suas ações. Depois de muitas discussões, surgiu a ideia de se criar um movimento autônomo de alcance nacional. Esses eventos possibilitaram a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no estado do Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984 com a participação de quase 100 representantes de 13 estados brasileiros. Alguns sindicalistas do Pará participaram desse evento. Os participantes desse encontro, além de fundarem o movimento, definiram os princípios, as formas de organização e sua coordenação. O movimento lutaria por terra, mas foi decidido também que lutaria pela reforma agrária e pelas mudanças sociais. Cf. as obras de Bernardo Mançano Fernandes: *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999; *A formação do MST no Brasil*. 2ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2001; *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005; *Formação e territorialização do MST no Brasil*. In. CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 161-197.

¹³ LEROY, Jean-Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991; LEROY, Jean-Pierre. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HEBETTE, Jean e NAVEGANTES, Raul da Silva (Orgs.). *CAT- Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000, p. 03-25.

¹⁴ O município de São Geraldo do Araguaia foi criado em 10 de maio de 1988, do desmembramento do município de Xinguara, mediante a Lei Estadual nº. 5.441.

¹⁵ MST-PA. *Nota Informativa*. Xinguara, outubro de 1989; CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia: Gráfica Editora Líder, abril de 1990.

ao STR de Conceição do Araguaia, atualmente assentado no Projeto de Assentamento Ingá III, município de Conceição do Araguaia, conta como foi esse processo:

Nós participamos de algumas reuniões com o Zé Rainha, quando resolvemos ocupar a Fazenda Mutamba, em São Geraldo do Araguaia. Nós entramos. Eu estava na segurança com um outro companheiro meu, quando a polícia chegou. Nós avistamos a polícia e corremos. Todos os outros foram apanhados pela polícia. Entramos por dentro da mata. Rodemos dezesseis quilômetros a pé até chegar ao Gogó da Onça,¹⁶ num sofrimento danado. Eu não tinha um centavo no bolso. Só chegamos em Xinguara porque eu tinha um conhecido meu que era motorista de ônibus da Transbrasiliana. Aí ele fez essa camaradagem comigo: nos levou até Xinguara. Só depois que eu fui para Conceição do Araguaia.¹⁷

A expulsão de todas as famílias da Fazenda Mutamba pela PM frustrou a primeira tentativa do MST na organização de ocupações de terra no Pará. O INCRA propôs, então, levar as famílias despejadas para que fossem assentadas na Fazenda Propasa/Dois irmãos, de 34.848 hectares, em Santana do Araguaia, a 350 quilômetros de Xinguara, “mas as famílias desistiram. Como muitos eram de Ourilândia do Norte¹⁸, o pessoal achou muito fora de mão”, conta Sr. Abel Macedo.

Após essa tentativa, a secretaria estadual do Movimento foi, então, transferida para Conceição do Araguaia onde havia maior número de simpatizantes que contavam com o apoio de lideranças do MST dos estados do Piauí, Pernambuco e Maranhão. Foi, a partir de então, que o MST organizou as ocupações de dois imóveis no município. Em 10 de janeiro de 1990, 95 famílias ocuparam uma parte da fazenda Ingá¹⁹ e, em junho do mesmo ano, 45 famílias ocuparam a fazenda Canarana, de um grupo de empresários de São Paulo.²⁰

Mas a presença dessa organização em Conceição do Araguaia foi marcada por receios e conflitos: embora nos primeiros anos de existência do MST, em nível

¹⁶ Vila Rio Vermelho, também conhecida como Gogó da Onça, está localizada às margens da rodovia PA-150, entre as cidades de Eldorado dos Carajás e Xinguara, próxima da Fazenda Surubim, onde o grupo de pistoleiros coordenado por Sebastião da Teresona assassinou 17 posseiros, entre eles, Leonildes Resplandes da Silva. Antes de ser assassinada, Leonildes foi estuprada. Depois de morta, os pistoleiros atearam fogo em seu corpo. Veja capítulo 5 desta tese.

¹⁷ Entrevista de trinta minutos concedida ao autor em 01/05/2007, Conceição do Araguaia (PA).

¹⁸ Município criado em 1991 do desmembramento do município de São Felix do Xingu.

¹⁹ A Fazenda Ingá foi ocupada em 1977 por posseiros. O Projeto de Assentamento com o mesmo nome só foi criado em 23 de março de 1988. Enquanto o MST ocupou outra parte da fazenda denominado de Ingá III, posseiros ocuparam uma outra parte denominado de Ingá II. Ambas foram transformadas em Projeto de Assentamentos, em agosto de 1993 Cf. INCRA. *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*, Marabá, 03/04/2007.

²⁰ A Fazenda Canarana tinha 12.851 hectares. Ali foi instalada, com recursos de incentivos fiscais, uma destilaria de álcool que nunca chegou a funcionar. Cf. MELO. Op. Cit.

nacional, as lideranças pensassem num movimento de massa de âmbito sindical,²¹ a luta pela terra apoiada pelos STRs e pela CPT do sul e sudeste do Pará, era feita pelos posseiros, com métodos bem distintos das ocupações de terra realizadas no Sul do País. Esta era uma luta que passava basicamente pelo enfrentamento direto dos trabalhadores com os proprietários de terra na área litigiosa. A prática dos posseiros era que, entrando numa terra improdutiva, deveriam dividir logo os lotes, situar as suas posses e edificar as suas roças. O processo coletivo do grupo se dava na resistência, às vezes, armada aos pistoleiros ou à polícia. Seria no conflito que os trabalhadores se organizariam internamente e contariam com o apoio do STR, da Igreja e de parlamentares. Normalmente, os primeiros anos de ocupação eram marcados pela presença de homens. A participação de mulheres e de crianças se efetivava posteriormente quando, às vezes, haviam diminuído os riscos de confrontos armados e o índice de malária no interior das matas.

Nesta mesma perspectiva, encontravam-se as instituições de mediação. Os STRs e a CPT não tinham outra experiência de luta a não ser a dos posseiros e não acreditavam que a constituição de acampamentos, nos moldes do Sul do País, pudesse dar certo, sobretudo devido ao modelo de ocupação da terra até então praticado pelos posseiros, a violência de proprietários e empresários rurais e a conivência e omissão dos órgãos governamentais com esse tipo de violência. Segundo Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá, nos anos de 1980, ninguém conhecia a palavra “acampamento” no sul e sudeste do Pará:

O pessoal não utilizava a palavra “acampamento”, mas “ocupamento”. Muitas pessoas não sabiam desse negócio de acampamento, para eles acampamento era que tu vais à praia. Isso era acampamento. “Ocupamento” acho que era a mistura de acampamento com ocupação, quando o GETAT era ocupado. Eu lembro que os primeiros que usaram essa palavra foram os posseiros do Castanhal Araras quando ocuparam o GETAT, em 1987, de primeiro de julho a 19 de dezembro. Eu fiquei atento a essa palavra (...). Eu conheci o João Pedro Stédile quando eu participava das reuniões da CPT Nacional. Ele representava a CPT dos três estados do Sul nessas reuniões. Para nós, era um escândalo fazer um acampamento. Tá louco? Vai matar todo mundo! Ai ele explicava a metodologia, etc.²²

O acampamento enquanto estratégia de luta dos trabalhadores rurais pela terra, como é possível observar nessa fala de Emmanuel Wambergue, não fazia parte dos planos da organização dos posseiros no sul e sudeste do Pará até o final da década de

²¹ FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. Cit. 2001; FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização* em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1999.

²² Emmanuel Wambergue, entrevista concedida em 10 e 11/05/2010, já citada anteriormente.

1980 e nem das entidades de mediação como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Conceição do Araguaia e para a CPT, a forma como o MST lutava pela terra era a transposição de um modelo sulista sem levar em conta as experiências locais. Consideravam os militantes do MST, às vezes, um tanto inflexíveis diante de seus pontos de vista e teimosos em reproduzir, na Amazônia, a mesma estratégia e metodologia, sem considerar as dinâmicas próprias e específicas do lugar.

As ocupações das fazendas Ingá e Canarana, em Conceição do Araguaia, se procederam em meio a esse processo divergente de condução da luta. Seguiram o padrão de coletivização da terra, como faziam no Sul do País, com agrovila, roça comunitária e organização de cooperativas. Mas, posseiros de forma individual, passaram a demarcar os seus lotes em outras partes do imóvel, causando atritos com os “sem terras”. Enquanto as famílias ligadas ao MST estavam acampadas, em barracos improvisados e com roças coletivas numa pequena parte do imóvel, aguardando as negociações com o INCRA, os posseiros ocuparam quase toda a propriedade com a demarcação de seus lotes e edificação de suas roças. Por esta razão, a coordenação do Movimento acabou perdendo o controle da área e negociou com o INCRA a remoção de parte das famílias acampadas para a fazenda Guarantã, no município de Redenção que, na época, estava em processo de desapropriação.²³ Um fragmento da entrevista concedida por Ana de Souza Pinto, da CPT de Conceição do Araguaia, ajuda a compreender essas tensões entre os posseiros, a CPT, o STR e o MST:

A chegada do MST ao município de Conceição do Araguaia, eu acho que foi por volta de 1988. Vieram algumas lideranças, acho que duas delas, de outros estados que passaram a ter contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A partir daí, do entendimento entre o MST e o sindicato, foi escolhida uma fazenda, a Canarana, que era um grande latifúndio de um grupo do estado de São Paulo e tinha, nesse latifúndio, uma empresa de álcool que, na verdade, nunca funcionou. Então os integrantes do MST chegando, começaram a atuar na ocupação da Canarana numa estratégia de organizar o acampamento de forma coletiva, como eles faziam nos estados do Sul. Eles fizeram contato com a CPT, e nós, a equipe da época, se preocupou e investiu para dialogar com eles no sentido de estar contribuindo para que eles conhecessem como era o processo da luta pela terra no sul do Pará, toda estratégia de ocupação pelos posseiros que tinham a prática que entrando numa terra improdutiva dividiam logo os lotes e o pessoal ia situando as suas posses, trabalhando e tal. O processo coletivo se dava na resistência quando ocorria algum ataque dos fazendeiros, quer fosse por pistoleiros ou pela polícia. Os posseiros se organizavam para resistir sobre essas pressões. Então houve muita conversa

²³ Após um longo processo de negociação com o INCRA, diversas famílias foram levadas para a Fazenda Guarantã, de 13.996,1500 hectares. O Projeto de Assentamento foi criado com o nome da proprietária do imóvel, Magdalena Nicolina Rivetti. Hoje, esse assentamento está localizado em Pau D’Arco, município criado, em 1991, do desmembrado do município de Redenção.

com eles para contribuir para que entendessem que, na verdade, naquela região já tinha sido produzido uma cultura de ocupação nesses moldes e que, em nosso entendimento, continuar trabalhando nesse método coletivo, o pessoal ficar numa área pequena e buscando se organizar ali como uma forma de pressionar o fazendeiro, o governo, isso aí não iria funcionar. A Canarana era uma fazenda muito grande e tinha muita gente que não tinha terra no município de Conceição, o que poderia acontecer era ocupação do restante da área. De fato, foi isso que houve. O MST se referia aos posseiros como individuais. Então os posseiros foram entrando, entrando e cortando os lotes num processo muito rápido e começaram a existir conflitos entre os acampados do MST e os posseiros que foram entrando. Foi um conflito bem sério porque, em pouco tempo, em questão de meses, a terra estava praticamente ocupada e eles ficaram cercados. Não tendo disponibilidade de terras para os acampados. Foi necessária a mediação tanto da CPT quanto do Sindicato para que não houvesse problemas mais graves, de violência entre eles. Houve esse processo na Canarana e o mesmo processo havia acontecido na Fazenda Ingá. O resultado foi que grande parte dos acampados acabaram ficando sem terra. O Zezão era um dos acampados ali. Ele ficou com dois alqueires de terras, na Canarana. Tanto que ele teve de sair e ir para a Bradesco²⁴ ocupar uma área maior. Na Ingá também. Um grupo grande de acampados acabou ficando sem terras.²⁵

Essas afirmações da agente da CPT narram bem a discordância de método que existia entre o MST, a CPT e o STR nos primeiros anos de “territorialização” dos *sem terras* em Conceição do Araguaia. As tensões advindas desse processo fizeram com que a direção do Movimento revisse a sua estratégia e transferisse a sua secretaria estadual para a cidade de Marabá. Segundo Maria Gorete de Souza,²⁶ o deslocamento do MST de Conceição do Araguaia para Marabá deveu-se, sobretudo, às dificuldades que as lideranças encontraram em lidar com a “cultura” de ocupação de terras nos moldes dos posseiros, mas, principalmente porque essa cidade apresentava, naquele momento, como estratégica à estruturação do Movimento no estado. Ou seja, ali existiam milhares de trabalhadores sem perspectivas de emprego e renda em razão do esgotamento do garimpo de ouro de Serra Pelada, além de uma grande quantidade de famílias de diversas regiões do Brasil que chegava atraída pelos grandes projetos de mineração e de infraestrutura que estavam sendo instalados e não encontraria emprego. A alternativa seria a ocupação das grandes propriedades ao seu entorno.

E depois há que se considerar que, segundo Maria Gorete de Souza, a cidade de Marabá era estratégica, porque diversas entidades que desenvolviam trabalhos junto a

²⁴ Fazenda Tainá-Rekã, do Bradesco, ocupada em 1997.

²⁵ Ana de Souza Pinto, entrevista de vinte minutos concedida ao autor, em 20/12/2006, Marabá (PA).

²⁶ Entrevista de cinquenta e seis minutos concedida ao autor, em 20/04/2007, na Escola Florestan Fernandes, do MST, em Guararema (SP). Maria Gorete de Souza era uma das lideranças do MST do Maranhão, que veio contribuir na organização das famílias de *sem terras* logo após 1991. Quando ela concedeu esta entrevista, fazia parte da equipe responsável pela Escola Florestan Fernandes, em Guararema (SP).

grupos considerados populares poderiam apoiar o Movimento e a sua localização geográfica facilitaria a sua articulação política no estado. Assim se procedeu. As sete lideranças presas, em 17 de junho de 1991, como mostrado em páginas anteriores, haviam chegado de Conceição do Araguaia para tentar organizar o MST em Marabá. Depois de três meses na prisão do Quartel da Polícia Militar, em Marabá, – de 17 de junho a 17 de setembro de 1991 – finalmente, foram colocadas em liberdade. Os quatorze desembargadores reunidos em sessão das Câmaras Criminais, do Tribunal de Justiça do Estado (TJE), votaram por unanimidade o deferimento do *habeas corpus* impetrado pelos advogados da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) em favor dos trabalhadores acusados.²⁷

Embora acusados de serem “uma perigosa célula subversiva que programava uma sequência de invasões de terras”,²⁸ a justiça entendeu que os sete trabalhadores rurais haviam cometido crimes previstos no artigo 202 do Código Penal Brasileiro, que dispõe como crime a invasão ou ocupação de estabelecimentos industrial, comercial ou agrícola “com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho”. Na época, o Procurador da República Almerindo Augusto de Vasconcelos Trindade, com base no *auto de prisão em flagrante*, considerou que a prisão dos trabalhadores era ilegal, porque não cabia à Polícia Federal prevenir ou reprimir o crime que ora era imputado aos presos e pediu que fosse declarada a incompetência da Justiça Federal “para examinar a legalidade da prisão e relaxá-la, no caso de considerá-la ilegal” e sugeriu que a comunicação da prisão dos trabalhadores fosse remetida ao juiz de Direito da Comarca de Marabá que havia expedido o mandado de busca e apreensão no escritório do MST.²⁹

O juiz federal Iran Velasco do Nascimento, acatando o parecer do Ministério Público Federal, declarou-se incompetente para conhecer a comunicação de prisão em flagrante, afirmando, portanto, que o crime cometido pelos sete trabalhadores não era o que se tratava o Art. 202 do Código Penal Brasileiro, mas de esbulho possessório previsto no Art. 161 da mesma lei, cuja competência era da Justiça Comum Estadual, uma vez que os presos, segundo ele, tinham “o claro e indubitável objetivo de esbulhar propriedades rurais privadas, que seriam loteadas entre as famílias dos invasores, em

²⁷ *O Liberal*. Desembargadores soltam os sete trabalhadores presos. Belém, 17/09/1991, Caderno 2, p. 20.

²⁸ *O Liberal*. Marabá relembra a guerrilha. PF prende grupo acusado de liderar as invasões no sul do Pará, Belém, 19/06/1991.

²⁹ Parecer do Dr. Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade, Procurador da República ao Juiz da 3ª Vara Federal, Belém, 27/06/1991. Processo nº 91.0001347-1, fls. 148-151.

módulos de cinco alqueires cada gleba”.³⁰ Cabia, portanto, a então juíza Ezilda das Chagas Pastana Mutran, da comarca de Marabá, a competência para manter ou relaxar a prisão das lideranças do MST.³¹ A juíza não hesitou, manteve o flagrante.³² Depois de três meses, finalmente, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado entenderam que os sete trabalhadores rurais não praticaram crime em reunir-se em suas casas para tratar de suas organizações. Foram então libertados e encerrada a ação contra eles na justiça.

A prisão dessas lideranças provocou o apoio e a solidariedade da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), da SDDH, do Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), da CPT e do MEB ao MST, embora essas entidades não concordassem com a metodologia adotada por esse Movimento. Ou seja, em Marabá, assim como havia ocorrido em Conceição do Araguaia, essas entidades discordavam dos procedimentos adotados pelo MST, não só devido à prática do acampamento e das roças coletivas, mas porque os dirigentes desse Movimento, normalmente, não partilhavam com essas entidades as suas estratégias e as suas táticas de luta. As discordâncias que surgiram desse processo só foram amenizadas após o Massacre de Eldorado dos Carajás e a criação das regionais sul e sudeste da FETAGRI, em 1996, quando houve uma maior aproximação entre os pontos de vistas do MST e do movimento sindical. Segundo Bernardo Mançano Fernandes,³³ durante o processo de consolidação do MST em quase todos os estados do País, as instituições que contribuíam na articulação dos trabalhadores rurais em luta pela terra, algumas vezes, queriam determinar as ações do Movimento. Isso, segundo ele, gerou, em muitos casos, um mal-estar com seus parceiros. Para superar esses problemas, o Movimento investiu na formação de lideranças que pudessem dirigir a luta em cada estado.

A prisão dos sete dirigentes acabou sendo motivo para aproximar a CPT, a SDDH, a FASE e o CEPASP do MST, mas também para discutir os objetivos do

³⁰ Despacho do Dr. Iran Velasco Nascimento, Juiz da 3ª Vara Federal, Belém, 27/06/1991, p. 3. Processo nº 91.0001347-1.

³¹ *O Liberal*. Juiz transfere caso de Marabá para Justiça Comum. Belém, 29/06/1991, Caderno 3, p. 20.

³² A juíza Dra. Ezilda das Chagas Pastana Mutran, atualmente Juíza de Direito da 4ª Vara de Família da Capital paraense, era casada com Osvaldo Mutran Júnior, o “Júnior do Vavá”, filho do então proprietário e deputado estadual Osvaldo dos Reis Mutran (PDS), que, na época, acusou os sete trabalhadores presos de guerrilheiros e subversivos. Júnior do Vavá foi vereador da cidade de Marabá e morreu, em 2005, com um tiro na cabeça quando brincava, em casa, de “roleta russa” com sua própria arma. Esta juíza é a mesma magistrada que ouviu os depoimentos do pistoleiro Sebastião da Teresona que estava preso em 1987. Cf. “A prática da pistolagem nos conflitos de terra e as resistências dos posseiros”, cap. 5 desta tese.

³³ FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In. CARTER, Miguel (Org.). Op. Cit.

Movimento em Marabá. Lideranças de Conceição do Araguaia e do Maranhão foram deslocadas para rearticular o *trabalho de base*: “Eu morava em Imperatriz”, conta Maria Gorete de Souza, “e ia ajudar na formação dos militantes que implementaram todo o trabalho inicial na região de Marabá”.³⁴ O resultado desse trabalho foi a ocupação da Fazenda Rio Branco,³⁵ no município de Parauapebas, em 15 de julho de 1992, por 548 famílias.³⁶ No dia seguinte, a Polícia Militar entrou na área acompanhada pela milícia armada da fazenda e despejou todas as famílias. No mesmo dia os trabalhadores despejados se deslocaram para Marabá e acamparam na sede do INCRA.³⁷ Depois de seis meses, naquele ano de 1993, as famílias foram assentadas nos 12 mil hectares negociados com o órgão, quando a área passou a se chamar Projeto de Assentamento (PA) Rio Branco. Os Assentamentos posteriores, nessa mesma fazenda, foram Palmares I, com 14.921,8902 ha e Palmares II, com 9.614,6931 ha.³⁸ O PA 17 de abril, com 690 famílias, na Fazenda Macaxeira, só ocorreu em 1997, um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais sem terras foram assassinados pela Polícia Militar.³⁹ Pressionado por esse episódio, o Presidente da República criou doze dias depois, isto é, em 29 de abril daquele ano, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária⁴⁰ e, em seguida, a 27ª Superintendência do INCRA, com sede em Marabá, para atuar numa área de 330.636 km² (38 municípios), abrangendo as Unidades Avançadas de Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí, São Geraldo do Araguaia e São Felix do Xingu.⁴¹ É preciso considerar também que o massacre, em agosto de 1995, de 13 trabalhadores rurais de uma ocupação, em Corumbiara, estado de Rondônia, pela Polícia Militar, ganhou as principais manchetes dos jornais impressos e

³⁴ Maria Gorete de Souza. Entrevista já citada.

³⁵ Esta fazenda era de propriedade dos Lunardelli, cafeicultores do Paraná e de São Paulo. Cf. FERNANDES, Marcionila. Op. Cit..

³⁶ Isabel Lopes Filha. Entrevista já citada; Elias Araújo. Entrevista de 30 minutos concedida ao autor, em 21/04/2007, Escola Florestan Fernandes, do MST, em Guararema (SP).

³⁷ *Correio do Tocantins*. Sem-Terra invadem INCRA de madrugada. Marabá, 24 a 30/07/1992; *Correio do Tocantins*. Sem-Terra invadem sede do INCRA visando agilizar reforma agrária. Marabá, 07 a 13/08/1992.

³⁸ Isabel Lopes Filha e Elias Araújo, entrevistas já citadas; INCRA. *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*, Marabá, 03/04/2007; FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. Cit., 2001.

³⁹ ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2007; FERNANDES, Bernardo Mançano. Op.Cit., 2001; ATAÍDE JÚNIOR, Wilson Rodrigues. *Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil: a situação do Sudeste do Pará*. Brasília: Editora UNB, 2006; ONDENTTI, Gabriel, WAMBERGUE, Emmanuel e AFONSO, José Batista Gonçalves. Op. Cit.

⁴⁰ Este ministério foi criado pelo Decreto nº 1.888, de 29/04/1996, substituído quatro anos depois pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado pelo Decreto nº 3.338, de 14/01/2000.

⁴¹ A SR-27 foi criada através da Resolução/INCRA/CD/Nº 83, de 17/10/1996.

televisivos do Brasil e do Exterior, forçando o governo de Fernando Henrique Cardoso a acelerar o seu programa de reforma agrária, sobretudo nas regiões de maior tensão social em torno da luta pela terra.

Até aquele momento, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) haviam se credenciado como os principais articuladores da luta pela terra no sul e sudeste do Pará, embora se envolvessem diretamente na questão após a eclosão dos conflitos. Ou seja, até então os STRs não organizavam ocupações de terra, tão somente apoiavam os posseiros que por sua própria conta ocupavam imóveis improdutivos.⁴² O MST, diferentemente, passou a aglutinar nas periferias das cidades centenas de famílias migrantes pobres, dando-lhes esperança de aquisição de uma terra. Para os sindicatos, essa forma de fazer a luta pela terra oferecia risco à sua hegemonia enquanto representantes dos trabalhadores rurais.⁴³ Essas diferenças chegaram a gerar tensões entre trabalhadores desses dois atores institucionais como foi, por exemplo, durante a ocupação da Fazenda Carajás, em Parauapebas, quando houve um enfrentamento entre um grupo apoiado pelo movimento sindical e um grupo apoiado pelo MST. Nesse conflito, morreram o posseiro conhecido por Ceará e o posseiro conhecido por Fonseca, ambos do movimento sindical.⁴⁴

As diferenças político-metodológicas entre os dois movimentos, durante os primeiros anos de presença do MST, no sul e sudeste do Pará, só foram parcialmente superadas após o primeiro acampamento, organizado por esses dois atores, em frente ao INCRA, em novembro de 1997. Até então, só alguns STRs, de forma isolada, e o MST acampavam em frente ao INCRA para exigir a realização da reforma agrária. As regionais sul e sudeste da FETAGRI, criadas em fevereiro de 1996, com o apoio da CPT, da FASE, do CEPASP, da SDDH e do Laboratório Sócio-Agrônômico do Araguaia e Tocantins (LASAT), possibilitaram a aglutinação das forças dos STRs e o estabelecimento de uma série de lutas conjuntas com o MST.⁴⁵ Enquanto a primeira coordenava 15 STRs mais ao sul do estado, a segunda os 21 STRs do entorno de Marabá. Uma pauta extensa de negociações com o INCRA, Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) e com o Banco da Amazônia foi então constituída durante os

⁴² PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2004.

⁴³ ASSIS, William. Op. Cit.; INTINI, João Marcelo. *Luzes e Sombras Negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

⁴⁴ José Batista Gonçalves Afonso. Entrevista de trinta e cinco minutos concedida ao autor, em 17/12/2006, Marabá (PA).

⁴⁵ INTINI, João Marcelo. Op. Cit.

denominados *grandes Acampamentos* realizados em frente ao INCRA, nos anos de 1997, 1999, 2000 e 2001⁴⁶.

O primeiro *grande acampamento*,⁴⁷ em 1997, visava entre outras coisas: denunciar a violência e a impunidade no campo; exigir a definição da Programação Operacional (PO) do INCRA com metas de desapropriações de imóveis ocupados e destinação de recursos para construções de estradas vicinais, instalação de energia elétrica e créditos produtivos para os PAs; a transparência na aplicação dos recursos por parte do INCRA e a substituição do Superintendente Regional do INCRA Petrus Emile Abi-Abib, um oficial da reserva do Exército vindo do estado do Paraná,⁴⁸ acusado por ligações amistosas com proprietários e políticos contrários à luta dos trabalhadores.

Por meio dessas atividades, é que as diferenças entre esses dois movimentos foram amenizadas. A mediação da CPT possibilitou o diálogo permanente entre a direção do MST e as coordenações das regionais sul e sudeste da FETAGRI, quando as pautas comuns de negociações com o Governo Federal foram sendo, aos poucos, efetivadas.⁴⁹

O acampamento, em 1997, conseguiu juntar a força do movimento sindical e a força do MST. Essa integração acabou diminuindo uma série de diferenças que existiam entre o movimento sindical e o movimento dos sem terras. E o pessoal da base percebeu isso entre a cúpula. Todo mundo fez o acampamento, discutiu e negociou juntos a pauta com o INCRA. Isso acabou distencionando o problema que existia mais na base. Em nível das coordenações, o enfrentamento era mais político, não chegava a tensões como na base, às vezes, quase pelas vias de luta mesmo, de enfrentamento corporal. De 1997 até hoje, nos vários momentos em que houve acampamentos na frente do INCRA, manifestações, ocupações de bancos ou de estradas, passaram a ser ações conjuntas: movimento sindical e MST. Isso acabou criando certa proximidade entre os dois movimentos. Você tinha um inimigo comum que era o Governo Federal naquele período. Então os dois movimentos que existiam de atuação aqui se juntaram para fazer esse enfrentamento. Isso ajudou na proximidade, refletindo na base.⁵⁰

⁴⁶ Em 1997, o acampamento teve a duração de 19 dias com mais ou menos 10.000 trabalhadores rurais; em 1999, o acampamento durou 20 dias e contou com 10.000 trabalhadores; em 2000, o acampamento durou 13 dias e contou com 10.780 trabalhadores; e, em 2001, o acampamento durou 20 dias e teve aproximadamente 10.000 trabalhadores. Cf. FETAGRI-regionais sul e sudeste do Pará, MST e CPT. Dossiês dos acampamentos (CPT de Marabá-arquivos). Mais detalhe sobre esses *grandes acampamentos*, veja ALMEIDA, Rogério Henrique. *Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará*. Dissertação (Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2006 e ASSIS, Willian Santos de. Op. Cit.

⁴⁷ Expressão utilizada, na época, pela CPT e lideranças do MST e da FETAGRI.

⁴⁸ ASSIS, Willian Santos de. Op. Cit

⁴⁹ FETAGRI – regionais sul e sudeste do Pará, MST e CPT. *Pauta de negociação com o INCRA*. Marabá, 03/04/1999; FETAGRI-regionais sul e sudeste do Pará, MST e CPT. *Acordo firmado entre INCRA, FETAGRI, MST e CPT nas negociações durante o acampamento no INCRA de Marabá, no período de 16 a 28/07/2000*. Marabá (Dossiê-arquivo - CPT de Marabá). *O Liberal*. Sem acordo em Marabá. INCRA não apresenta contraproposta. MST e FETAGRI mantêm posições. Belém, Caderno Atualidades, 27/04/2001; ASSIS, William. Op. Cit.

⁵⁰ José Batista Gonçalves Afonso, entrevista concedida em 17/12/2006, já citada anteriormente.

Quem aproximou o movimento dos sem terras e o movimento sindical foi justamente uma prática que a gente estava muito contra no início que foi o acampamento. Foram principalmente os acampamentos, no primeiro momento, nos órgãos públicos como INCRA, INSS, Bancos para conseguir créditos, essa história toda que aproximou os dois movimentos.⁵¹

Como é possível notar, por meio destes fragmentos, foi a partir da realização dos *grandes acampamentos* no INCRA e de uma série de ações, com o apoio e participação da CPT, CEPASP, LASAT, FASE e SDDH, que ocorreu uma maior aproximação entre os dois movimentos. Não só o número de Projetos de Assentamentos (PAs) foi ampliado pelo Governo Federal, devido a essas ações, mas também a troca de experiências entre os trabalhadores rurais. Nesse sentido, embora se possa considerar que a política de reforma agrária, do Governo Federal, naquele momento, tenha contribuído diretamente na forma de atuação do movimento sindical, se pode afirmar que diversas ações do MST influenciaram as práticas do movimento sindical, na luta pela terra, a partir dos meados da década de 1990. Em 1996 e 1997, por exemplo, diversos dirigentes sindicais deixaram de ser apenas apoiadores da luta dos posseiros e passaram a cadastrar famílias de *sem terras*, a maioria delas das periferias das cidades, e a reivindicar do INCRA, com base nesses cadastros, o assentamento das famílias, como foram os casos dos STRs de Rio Maria, Redenção, Xinguara, Conceição do Araguaia e Marabá. Em Conceição do Araguaia os diretores do STR, a partir da assessoria da CPT, cadastraram 1.206 famílias e estabeleceram um processo de negociação com a Unidade Avançada do INCRA daquela cidade, indicando, inclusive, a Fazenda Tainá-Rekã, de 60.656 ha, do Bradesco, para ser desapropriada. Como os prazos acordados não foram cumpridos, em abril de 1997, o STR organizou um acampamento das famílias de *sem terras* na Unidade Avançada do INCRA e depois em frente a porteira do imóvel. Dirigentes da FETAGRI foram convocados também para contribuir na organização das famílias. Depois de longas rodadas de negociações com o titular do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em outubro daquele ano, o Projeto de Assentamento (PA) foi criado e as famílias, finalmente, assentadas.

A palavra “acampamento”, que até então era usada somente pelo MST, passou a ser usada também pelos trabalhadores rurais ligados aos STRs.⁵² Acampar em frente ao INCRA forçava o Governo Federal a negociar as pautas de reivindicações dos trabalhadores e a estabelecer prioridades nos processos de desapropriação dos imóveis

⁵¹ Emmanuel Wambergue. Entrevista concedida em 10 e 11/05/2010, já citada anteriormente.

⁵² Idem. Ibidem.

ocupados e na liberação e distribuição de recursos para os PAs. Acampar em frente ou dentro de uma fazenda passava a significar, para o movimento sindical, uma forma de pressão ao INCRA e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para desapropriação do imóvel requerido, o assentamento das famílias e a destinação dos recursos necessários à implantação de estradas, escolas, energia elétrica etc. no assentamento então criado. O *acampamento* tornou-se uma ferramenta política importante não só para o MST, mas também para diversos STRs, e, sobretudo, para a FETAGRI-sudeste que reproduziu, em pequenas escalas, as experiências realizadas de ocupação do espaço em frente ao INCRA.⁵³ “De lá para cá”, conta Francisco de Assis Soledade, o D’Assis, ex-Coordenador da FETAGRI-sudeste e atual Presidente da FETAGRI Estadual,

nós começamos a organizar mais um pouco. Como colocar o primeiro acampamento nosso na beira da estrada. Todos os líderes sindicais são do tempo antigo, do tempo de ‘estar atrás da moita’, da trincheira com uma arma na mão para esperar os pistoleiros. Foi difícil. Levar o presidente do sindicato para falar com a imprensa foi complicado.⁵⁴

Nesse relato, Francisco de Assis Soledade explicita o que poderíamos, talvez, falar de uma certa ampliação dos deslocamentos da luta pela terra no sul e sudeste do Pará. A pressão exercida pelos trabalhadores rurais deixou de ser por meio da luta armada na área litigiosa para dar margem ao processo de negociação com o poder público. O acampamento passou a ser, então, uma das principais estratégias da luta pela terra, porque era entendido também como uma das formas possíveis de se proteger das ações violentas de pistoleiros e de policiais. Quer dizer, na década de 1980, os STRs já se envolviam nas questões relacionadas às disputas por terras. Diversos sindicalistas, sobretudo aqueles advindos das CEBs, passaram a coordenar as ocupações das Unidades Avançadas do GETAT, em Conceição do Araguaia e em Marabá, e a intermediar uma série de negociações com esse órgão. Contudo, o enfrentamento armado aos pistoleiros dos grandes proprietários era uma das principais estratégias dos posseiros para se conseguir a desapropriação de uma área considerada improdutiva. Ou melhor, até então, as desapropriações de alguns imóveis se concretizavam quando os conflitos tomavam dimensões extra-locais, em virtude da violência ali verificada, e devido ao apoio que alguns STRs e a Igreja Católica davam aos posseiros. Nem sempre se sabia os nomes e o número de todos os trabalhadores rurais que se encontravam nas

⁵³ José Batista Gonçalves Afonso. Entrevista concedida em 17/12/2006, citada anteriormente.

⁵⁴ Entrevista concedida, em 01/12/2006, já citada anteriormente.

áreas em conflito. Os riscos eram iminentes. Tornar-se conhecido era tornar-se visível: presa fácil dos pistoleiros e da polícia. Por esta razão, os apelidos e a “clandestinidade”:

Naquela época, era entrar e cortar os piques. Quando a malária chegava... que o pistoleiro chegava, que sentia a necessidade de se organizar. Hoje quando estamos ocupando, quando chega a imprensa, todo mundo corre para mostrar. Naquela época, todo mundo corria para se esconder, porque a imprensa, ninguém podia saber, conhecer quem estava lá. Era todo mundo escondido no mato, entocado e fazendo roça. Era assim que funcionava.⁵⁵

Além dos cuidados que os posseiros tinham que ter em relação à presença de pistoleiros nas áreas, Francisco Soledade expressa bem, neste fragmento, que, nos anos de 1970 e 1980, o que legitimava a ocupação de um imóvel improdutivo perante as autoridades eram normalmente as benfeitorias (um rancho, roças, pomar, pastagens) que os posseiros realizavam. A luta dos fazendeiros era, justamente, para não deixar que isso acontecesse. Já a partir da segunda metade da década de 1990, quando o acampamento tornou-se uma estratégia de luta importante dos movimentos dos trabalhadores rurais, como é possível observar, a imprensa passou a ser um dos veículos que possibilitavam dar uma certa visibilidade à luta pela terra. Não mais esconder-se dos jornalistas, mas mostrar, por meio da imprensa, a situação econômica e social das famílias acampadas, procurando descrever a necessidade da realização da reforma agrária.

Vale considerar também que a imprensa fez repercutir, a nível nacional e internacional, o episódio que ficou conhecido por Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em abril de 1996, bem como as ocupações de imóveis e de diversos prédios públicos pelo MST, além das “Marchas” que milhares de trabalhadores rurais sem terras fizeram para a capital, sede do Governo Federal, dando visibilidade à luta pela terra em todo o País.⁵⁶ No caso do sul e sudeste do Pará, os diversos jornais, televisivos e impressos, passaram a denominar de “sem terras” todos os trabalhadores rurais que, em manifestações públicas, reivindicavam os seus direitos.⁵⁷ É notório encontrar nas páginas dos jornais de Marabá e de Belém, por exemplo, a denominação “sem terras”, mesmo quando as matérias jornalísticas referem-se aos trabalhadores rurais assentados, ligados ao movimento sindical, nos momentos em que se manifestavam em frente ao INCRA ou ocupavam as rodovias federais e estaduais, reivindicando recursos para a

⁵⁵ Francisco de Assis Soledade, entrevista concedida em 01/12/2006, já citada anteriormente.

⁵⁶ STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005; FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In. CARTER, Miguel (Org.). Op. Cit.

⁵⁷ *Província do Pará*. Dez mil sem-terra vão ocupar o INCRA de Marabá. Belém, 05/07/2000; *Diário do Pará*. Sem-terra acampam no INCRA de Marabá. Belém, Caderno Cidade, 17/03/2003, p. 5.

reforma agrária ou pressionando os governos Estadual e Federal para que apurassem os crimes no campo. Isto pôde ser visto em fevereiro de 2005, após os assassinatos da Irmã Dorothy Stang, em Anapu (PA), e do sindicalista Daniel Soares da Costa Filho, em Parauapebas (PA).⁵⁸

Assim, as práticas de ocupação de terra, nos moldes dos posseiros, embora continuem existindo no sul e sudeste do Pará, foram entrando em decadência. Montar acampamento próximo ou dentro de uma fazenda faz com que as ações dos trabalhadores rurais ligados aos STRs deixem de ser unicamente na área litigiosa, como nos anos de 1970 e 1980, e se constituam também no processo de pressão e negociação mais diretamente com o Estado. Esses são entendimentos compartilhados tanto pelos integrantes do MST quanto pelo movimento sindical. Izabel Rodrigues Lopes Filha, do MST afirma:

Nós enfrentamos a política do governo. A política agrária, a política agrícola do País. Nós não falamos com fazendeiros. Agora, por exemplo, os donos de uma fazenda mandaram nos chamar lá no INCRA. Nós respondemos: nós não discutimos com fazendeiros. Os responsáveis para discutir a política agrária do País não são os fazendeiros, não é o latifundiário. Discutimos com o INCRA, com o governo em si.⁵⁹

Essa mesma perspectiva é a visão de Francisco de Assis Soledade, ex-Coordenador da FETAGRI-sudeste e atual Presidente da FETAGRI Estadual:

O inimigo, entre aspas, não é o fazendeiro, digamos assim, o que temos de enfrentar é o governo. Esse negócio de ficar discutindo com o gerente, com o proprietário é papel do governo e não nosso. O papel nosso é discutir com o governo e o governo discute com o resto. Foi assim que surgiram os acampamentos e foram criados os assentamentos. Essa lógica fez refletir a tal da lona que o Mano (Emmanuel Wambergue) fala. Saímos do processo da vinte⁶⁰ e viemos pra lona, tinha hora de fechar a estrada, hora de acampar na beira da estrada, de vim para a beira do INCRA.⁶¹

É possível observar, por meio desses fragmentos, como as estratégias e as táticas dos trabalhadores rurais no processo de luta pela terra, a partir da década de 1990, mudaram. Tanto na fala da dirigente do MST, quanto no relato do dirigente da FETAGRI, o Governo Federal aparece como personagem central na condução da política de reforma agrária do País. Para eles, não é papel do movimento dos

⁵⁸ *Diário do Pará*. Sem Terras protestam e bloqueiam PA-287. Belém, 22/02/2005; CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2005*. Goiânia: abril de 2006.

⁵⁹ Entrevista de uma hora e dez minutos concedida ao autor, em 29/12/2006, Marabá (PA).

⁶⁰ Francisco Soledade, o D'Assis, está se referindo com a expressão "processo da vinte" ao período em que os posseiros lutavam pela terra por meio de suas armas. "Vinte" é uma espingarda cartucheira de calibre 20.

⁶¹ Francisco de Assis Soledade, o D'Assis. Entrevista concedida em 01/12/2006, já citada anteriormente.

trabalhadores discutir com fazendeiros as desapropriações de imóveis improdutivos. Eles discutem com o governo e o governo negocia com os fazendeiros. A pressão embora seja feita a partir da ocupação dos imóveis – e isso não quer dizer que não haja violência dos proprietários de terra por meio de suas milícias e por parte da PM – ela se direciona prioritariamente ao Governo Federal e às instituições do Estado responsáveis pela reforma agrária.

Por outro lado, o contexto político hoje é outro, ainda que a violência dos grandes proprietários de terra persista e que grande parte do poder judiciário e da polícia continue omissa e conivente com essa violência. O contexto vivenciado pelos *sem terras* é diferente do contexto do *posseiro* como ressaltado ao longo deste trabalho. A fala de Antônio Gomes, o Pipira, ex-presidente do STR de Marabá e atual coordenador da FETAGRI-sudeste, parece-nos pertinente para compreendermos esse processo:

Hoje quando se identifica um grupo na periferia, num bairro, que quer ocupar uma terra aí já é diferente. Se organiza primeiro aqui na rua, chama o sindicato que faz três, quatro reuniões, onde se possa conhecer todo mundo, saber com quem está lidando para poder aí sim indicar alguma área e aí se organizar para poder ocupar (...). Naquele tempo, era a lei do artigo vinte.⁶² Lá a lei era não sei o quê e o artigo era vinte. Já sabia. Era na base da vinte mesmo. Hoje não, de qualquer maneira já se tem alguma negociação. O INCRA pede para negociar. Tem também uma diferença, que acampa e aí vem a vistoria. Naquele tempo, não tinha isso. Então entrava aí na mata, nos castanhais, ninguém sabia quem era o dono. Mas a partir da hora que entrava aí ia saber quem era o dono. Hoje na hora que pensa em ocupar já vai fazer levantamento, já vai sabendo o nome da fazenda, o nome do proprietário, quantos alqueires, a distância. Então já vai sabendo mais ou menos o que é aquilo. Que terra é, quantos alqueires ela dá. As coisas vêm se modernizando cada vez mais. É uma luta mais moderna. Pelo menos, você tem um galho onde pegar. Naquele tempo, você só tinha o companheiro. Você sabe que só via a cara, mas não via coração. Hoje, pelo menos com o papel, se assina um documento. Se o INCRA deslizar, a gente sabe que ele assinou. Naquele tempo, não existia isso. Ou você tinha o seu amigo de seu lado que você confiava nele ou não tinha quem você apelar. Hoje tem as organizações, tem os movimentos sociais. Tudo corre no sentido de apoiar, não só o sindicato, mas também o MST. Então tem companheiros advogados que abraçaram essa luta para ver os trabalhadores amanhã ser mais feliz. Naquele tempo os advogados, os assessores eram muito pouco, hoje se tem assessores com qualidade, que defende a luta do trabalhador. Assessor que dá até a própria vida para ver os trabalhadores bem.⁶³

Já não vivemos em meio à repressão do período autoritário, de 1964 a 1984, as relações estabelecidas com os aparelhos de Estado, sobretudo, são outras e os trabalhadores rurais podem contar com o apoio de diversas entidades. Nos anos de 1970

⁶² O entrevistado está se referindo aqui à espingarda cartucheira calibre 20.

⁶³ Entrevista de vinte e cinco minutos concedida ao autor, em 29/11/2006, Marabá (PA).

e 1980, como retratado por Antônio Gomes, não restava a não ser a solidariedade entre os próprios posseiros e o apoio externo da Igreja Católica.⁶⁴

Hoje, os acampamentos são também considerados, pelo o movimento sindical assim como pelo o MST, espaços de formação de novas lideranças. Desde o início, eles contam com a participação de homens, mulheres, jovens e crianças. Ali, embora apareçam alguns problemas de relacionamento entre as famílias, como desentendimentos entre vizinhos, intrigas etc., o acampamento propicia trocas de experiências e solidariedade mútua. Além das comissões responsáveis pela escola, saúde e segurança, por exemplo, há grupos de mulheres e de jovens que se reúnem, às vezes, com assessoria da CPT e da coordenação da FETAGRI-sudeste, para discutir os seus direitos garantidos em leis, a produção ecológica da terra, a problemática do trabalho escravo contemporâneo e como andam os processos de desapropriação dos imóveis no INCRA. Eles possibilitam ainda, em muitos casos, que diversos trabalhadores rurais, que não tiveram acesso à educação, frequentemente, pela primeira vez, uma sala de aula, mesmo que precária, mantida pelas Prefeituras Municipais ou com poucos recursos próprios, como também reconhecimento social e político perante seu grupo social. Mudou-se a categoria do trabalhador que luta pela terra, porque mudou a forma de fazer a luta. *Posseiros* não acampam. A identificação é outra. Mudou a nomenclatura, porque mudou as estratégias e as táticas de luta pela terra: “A *lona preta*⁶⁵ acho que foi o movimento sindical que inventou com as ocupações de órgãos públicos. Agora a *lona preta* dentro do latifúndio é mais recente, foi o MST que trouxe (...). Hoje você ouve falar em *sem terras* ligados ao MST, *sem terras* ligados a FETAGRI e *sem terras* ligados aos sindicatos”.⁶⁶

É possível perceber que o MST influenciou a forma atual de organização dos trabalhadores ligados aos STRs fazerem a luta pela terra, no Pará. A fase da “lona preta”, às margens das estradas ou dentro de um imóvel improdutivo, substituiu o “artigo vinte”, o “tempo dos posseiros”. Influenciou também na maneira mais recente de atuação das instituições de mediação, como mencionado em páginas anteriores. O mesmo ocorreu com o INCRA. A Superintendência Regional do INCRA foi obrigada a estabelecer, anualmente, uma série de reuniões e encontros com os trabalhadores rurais para discutir e negociar a sua Programação Operacional (PO). Esta deveria determinar

⁶⁴ PEREIRA, Airton dos Reis. Op. Cit., 2008.

⁶⁵ O entrevistado se refere à construção de barracos de lona preta (plástico preto) nos acampamentos pelos trabalhadores rurais.

⁶⁶ Emmanuel Wambergue, entrevista concedida em 10 e 11/05/2010, já citada anteriormente.

uma série de atividades e metas a serem alcançadas pelo órgão, indo das listas de imóveis improdutivos considerados prioritários as suas desapropriações, sobretudo aqueles com maior incidência de tensões e de conflitos, à alocação de recursos financeiros para infraestrutura, créditos produtivos e assistência técnica para os Projetos de Assentamentos.⁶⁷

Contudo, não quer dizer que os *sem terras*, mesmo do MST, não tenham adotado elementos da luta dos posseiros. Os apelidos tão comuns no meio dos posseiros,⁶⁸ por exemplo, são usados por lideranças expressivas do MST e do movimento sindical.⁶⁹ Se os apelidos eram, muitas vezes, uma forma de resistência dos posseiros para evitar que seus nomes fossem divulgados para os pistoleiros e para a PM, hoje é uma forma de evitar que seus nomes apareçam nas ações de reintegração de posse ou nos mandados de prisão.

Por outro lado, assim como o posseiro, para muitos sem terras ou ex-sem terras, agora assentado da reforma agrária, a sua primeira preocupação parece não ser o título de seu lote, mas o seu trabalho na terra e, muitas vezes, a garantia que seu nome esteja na Relação de Beneficiário (RB) da reforma agrária, do INCRA. Para eles, o apossamento de um lote ou o seu nome na RB de um determinado Projeto de Assentamento (PA) por si só já lhe dá o direito, até mesmo de ceder ou vender a outrem aquela terra. Para José de Souza Martins,⁷⁰ quando o posseiro justificava o seu direito à terra, ele o fazia invocando o direito que teria gerado pelo trabalho na terra. Assim sendo, entendiam que poderiam cedê-lo ou vendê-lo. O mais importante, segundo o autor, não era o documento da terra, mas a sua posse. Por esta razão, talvez, foram sem sucesso as tentativas de funcionários do INCRA em tentar expedir e entregar títulos de propriedades para os trabalhadores rurais assentados da reforma agrária de alguns Projetos de Assentamentos (PAs) do sul e sudeste do Pará, nos anos mais recentes, como aconteceu, em 2001, no PA Canarana, no município de Conceição do Araguaia, e no PA Palmares II, no município Parauapebas. Ali os trabalhadores reagiram às

⁶⁷ FETAGRI – regionais sul e sudeste do Pará, MST e CPT. Acampamentos de trabalhadores rurais no INCRA de Marabá. Marabá, 1999, 2000, 2001 (Dossiês – arquivo da CPT de Marabá).

⁶⁸ Vimos no capítulo 5 que o apelido era também um dos componentes das práticas da pistolagem.

⁶⁹ Por exemplo, Onalício Araújo Barros era conhecido por “Fusquinha” e Valentim Serra, como “Doutor”. Ambos, líderes do MST, foram assassinados em 1998. São acusados como executor José Marques Ferreira “Donizete” e como mandante Carlos Antônio da Costa “Carlinhos”. José Dutra da Costa, presidente do STR de Rondon do Pará, era conhecido por “Dezinho”. Foi assassinado em 21/11/2000.

⁷⁰ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*. Vol. IV, 4ª reimpressão, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 669-726.

pretensões do órgão. Para eles, esse procedimento significava o fim das responsabilidades do INCRA para com os assentados, negando-lhes os direitos garantidos pelos programas de reforma agrária como estradas, créditos, energia elétrica, entre outros.

A luta pela terra, por todo o País, manteve a reforma agrária na pauta política do Estado brasileiro. As ocupações de terra, principal forma de acesso dos trabalhadores rurais à terra, fez com que o Estado arrecadasse terras públicas e desapropriasse imóveis com títulos particulares ou de aforamentos para criação de PAs e adotasse políticas de infraestrutura, crédito, educação, moradia, entre outros, para os trabalhadores, embora fizesse de forma precária sem trazer modificações substanciais no meio rural. No sul e sudeste do Pará, mesmo diante das atitudes do governo de Fernando Henrique Cardoso em relação aos trabalhadores rurais em todo o País, especialmente os ligados ao MST, entre os anos de 1998 e 2002, quando tomou uma série de medidas legais para impedir as ocupações de terra e de prédios públicos,⁷¹ o número de PAs teve um aumento expressivo a partir de 1996. Desse ano em diante, milhares de hectares de terras que até então pertenciam aos grandes proprietários, mesmo aqueles há muito tempo controlados pelos trabalhadores rurais por meio das ocupações, passaram a ser destinados à reforma agrária impondo uma outra organização dos espaço agrário regional.

Desse modo, podemos, de certa forma, afirmar que a luta dos trabalhadores pela terra significou, pelo menos em parte, a redefinição da posse e do uso da terra, configurando outro mapa fundiário do sul e sudeste do Pará. Entre 1987 e 2006, por exemplo, o INCRA criou, no sul e sudeste do Estado, 473 Projetos de Assentamentos (PAs)⁷² e assentou 87.057 famílias⁷³ em mais de 4 milhões hectares de terras.⁷⁴ Até o final de 1996, existiam, nesse território, apenas 86 PAs. Após este ano, devido à luta dos trabalhadores rurais, beneficiada pela repercussão nacional e internacional do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando o Governo Federal tomou medidas para assentar as milhares de famílias de trabalhadores rurais sem terras em quase todas as regiões do País, entre essas medidas a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e de algumas superintendências regionais do INCRA, foram criados 387 PAs.

⁷¹ BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (Org.). Op. Cit.

⁷² Hoje, segundo o INCRA, são 495 PAs, no sul e sudeste do Pará, abrangendo 4.497.666,6690 hectares de terras. Cf. INCRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implantação*. Superintendência Regional Sul do Pará – SR (27), 18/08/2011.

⁷³ As famílias aqui contabilizadas pelo INCRA são do total de capacidade do assentamento e não do número, efetivamente, de assentados pelo órgão.

⁷⁴ INCRA. *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*, Marabá, 03/04/2007.

Como parte desse processo, houve a maior atuação do movimento sindical com a criação das regionais sul e sudeste da FETAGRI, em muitos casos, promovendo lutas conjuntas com o MST, como mencionado nas páginas anteriores. Diversos imóveis improdutivos que haviam sido desapropriados na década de 1980, devido a luta dos posseiros, tornaram-se PAs pelo INCRA. O Governo Federal havia desapropriado as terras após as ocupações feitas pelos posseiros, mas não tinha formalizado legalmente os PAs, procedimento que reconhece a ocupação efetiva da área pelos trabalhadores e pode destinar recursos para a lavoura, criação de gado e de pequenos animais, construção de estradas e moradias na área, etc. A Fazenda Estrela da Manhã, no município de Rio Maria e o Lote 147, da Gleba Itaipavas, no município de Xinguara, por exemplo, foram desapropriados em 1987, mas a criação dos PAs, só ocorreu em 1996, após intenso processo de negociação com o INCRA. A luta do movimento sindical e do MST, nos anos de 1990, possibilitou também que muitas áreas ocupadas desde as décadas de 1970 e 1980, por posseiros, fossem desapropriadas e ali formalizados os PAs, como aconteceram com as fazendas Suçuapara, em Santana do Araguaia, e Agropecus, em Santa Maria das Barreiras. A Fazenda Suçuapara, do Grupo Manah, foi ocupada em 1979, mas a desapropriação e criação do PA só ocorreram em 1997. A Fazenda Agropecus foi ocupada em 1986, mas a desapropriação e criação do PA aconteceram em 1996.⁷⁵

Nos nove anos transcorridos entre 1987⁷⁶ e 1996, o INCRA havia criado 86 PAs e assentado 35.243 famílias, em 1.988.555,8890 hectares de terras. Nos nove anos seguintes foram criados 387 PAs e assentadas 51.814 famílias, em 2.406.999,0915 hectares, como podemos ver no quadro abaixo.

Número de PA's, de famílias assentadas e área desapropriada na SR-27

	1987-1996	1997-2006	Total
Números de Assentamentos	86	387	473
Famílias	35.243	51.814	87.057
Área desapropriada	1.988.555,8890	2.406.999,0915	4.395.555.9805

Fonte: INCRA/SIPRA, 03.04.07; Organização: Airton dos Reis Pereira

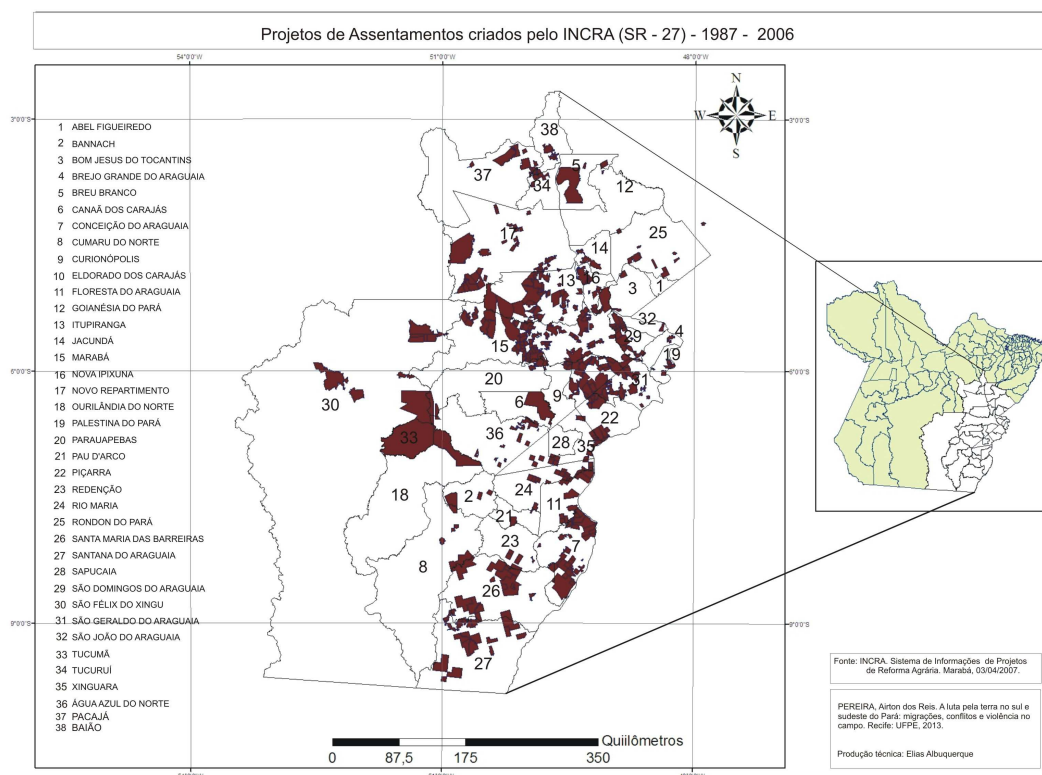
⁷⁵ CPT de Xinguara (arquivos); INCRA. *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*, Marabá, 03/04/2007; INCRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implantação*. Superintendência Regional Sul do Pará – SR (27), 18/08/2011.

⁷⁶ Em 1987, foram criados apenas 06 PAs no Sul e Sudeste do Pará e assentadas 4.769 famílias. O primeiro assentamento foi o Castanhal Araras, em São João do Araguaia, em 15 de janeiro de 1987. Os outros cinco foram: em Redenção (PA Ribeirão de Fogo), Santana do Araguaia (Colônia Verde Brasileira), Conceição do Araguaia (Joncon/3 Irmãos), Novo Repartimento (PA Tuerê) e Jacundá (PA Jacundá).

Entre 1987 e 1996, a média de PAs criados por ano foi na ordem de 9,55 e o número de famílias assentadas anualmente foi de 3.915 famílias. Já nos nove anos subsequentes, a média foi de 43,00 PAs criados por ano e o assentamento de 5.757 famílias anualmente. Olhando esses dados com mais detalhes, é possível perceber que o maior número de famílias assentadas anualmente ocorreu entre 1997 e 1999, num total de 10.655 famílias assentadas por ano e a média de 60,33 PAs criados anualmente. Nos anos de 2000 a 2006, a média de PAs criados por ano foi de 34,33 e o assentamento de 3.308 famílias anualmente. Sem fazer aqui uma avaliação mais acurada da luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, bem como da reforma agrária durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva,⁷⁷ é possível perceber que esses números seguiram a tendência nacional, em outras regiões do País, quando caiu o percentual de desapropriações de imóveis para fins de reforma agrária. Essas ações do Governo Federal alcançaram os seus pontos mais altos, em 1999, com o fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. A partir do ano 2000, o Governo tomou uma série de providências para conter as ocupações de terra em todo o Brasil. A Medida Provisória nº 2.183-56/2001 foi, por exemplo, um dos procedimentos que o Governo Federal encontrou para evitar as ocupações de terra e de prédios públicos. De acordo com essa lei, qualquer imóvel ocupado por trabalhadores rurais não poderia ser vistoriado, avaliado e desapropriado para fins de reforma agrária até dois anos seguintes à sua desocupação e o dobro desse prazo caso houvesse reincidência. Ainda de acordo com essa Medida Provisória, as pessoas que participassem dessas ocupações de terra ou de prédios públicos seriam excluídas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal e as organizações identificadas nesses atos estariam excluídas de receber, a qualquer título, recursos públicos. Esses procedimentos impactaram diretamente o processo de luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em todo o Brasil. Essa Medida Provisória continuou durante todo o governo de Luiz

⁷⁷ Uma avaliação da luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra no Brasil e a reforma agrária durante os governos de Fernando Henrique Cardo e Luiz Inácio Lula da Silva pode ser encontrada em Núcleo de Estudo, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira – estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste*. Relatório Final. UNESP, Presidente Prudente, maio de 2008; SILVA, Antonio Anderson da; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Ocupações de Terras 2000-2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra*. In: CPT. *Conflitos no Campo* Brasil. CPT Nacional, 2005, p. 96-108; BRANFORD, Sue. *Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula*. In: CARTER, Miguel (Org.). Op. Cit. 2010, p. 409-431; CARTER, Miguel e CARVALHO, Horácio Martins de. *A luta pela terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST*. In: CARTER, Miguel (Org.). Op. Cit. 2010, p. 287-351; CARVALHO, Livia Hernandes. *A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes*. *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, 2010, p. 395-428.

Inácio Lula da Silva, sem qualquer alteração, fortalecendo, assim, as ações de reintegração de posse impetradas pelos proprietários rurais. Só entre 2005 e 2006, segundo os dados da CPT, no sul e sudeste do Pará, 5.000 famílias foram despejadas das terras que ocupavam e 98 trabalhadores foram presos pela PM. Nesse período, 19 trabalhadores foram assassinados e 23 outros foram feridos a bala por pistoleiros e seguranças de fazendas.⁷⁸



O número de PAs ligados ao MST, no sul e sudeste do Pará, num total de 10, é relativamente pequeno em comparação aos que foram criados devido à luta dos posseiros no decorrer das décadas de 1970 e 1980 e, mais tarde, fruto da intervenção direta dos STRs e das FETAGRI-sul e sudeste. Contudo, é possível perceber a grande importância que a luta pela terra teve no cenário regional, quando trabalhadores rurais ligados ao movimento sindical, dado a conjuntura do momento, foram influenciados pelas práticas político-pedagógicas do MST e juntos com este lutaram para que diversas áreas ocupadas, sobretudo aquelas em que os conflitos se arrastavam desde os anos 80, fossem desapropriadas e as famílias fossem assentadas, redefinindo, assim, pelo menos em parte, o espaço agrário do sul e sudeste do Pará.

⁷⁸ PEREIRA, Airton dos Reis. Sobre a violência do campo no sul e sudeste do Pará. Belém, *O Liberal*, Atualidade, 14/11/2006, p. 5; CPT. *Conflitos no Campo Brasil*, CPT Nacional, 2005 e 2006; CPT PA. *Nota da CPT sobre os conflitos fundiários no Pará*. Belém, 13/11/2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história é uma construção narrativa sobre o passado a partir de questões contidas no presente. Mas talvez fosse muito pouco afirmar que o olhar ou a pergunta que fazemos sobre o passado seja influenciada pelas escolhas que consideramos relevantes no presente ao sermos provocados pelas experiências e pelos acontecimentos que estudamos, especialmente se eles fazem parte de tempos que estão muito próximos aos nossos dias. Não apenas procuramos dar sentido às nossas narrativas a partir de materiais dispersos e fragmentados que subsistem, mas testemunhamos, nessa arte de contar o passado, um tempo histórico em que passado e presente interconectam-se ou coexistem nos desafiando e colocando questões novas. O historiador é aqui testemunha não no sentido de *histor* de Heródoto, mas como aquele que, pelas incertezas, pela incompletude e pelos desvios, consegue ouvir e analisar o relato do outro, as catástrofes, os desassossegos, as alegrias, as inquietações, as derrotas, as vitórias, ser capaz, enfim, de inventar o presente. Por esta razão, penso que as nossas análises historiográficas são exercidas também como prática política e movem-se pelo desejo de transformação do presente, porque aquilo que escrevemos pode proporcionar suportes intelectuais para se pensar as ações de homens e mulheres no mundo, sobretudo como atividade historiadora que se abre aos esquecidos, às falas dissonantes, àqueles que não têm nomes. Não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. É nessa perspectiva que considero a pesquisa que desenvolvi. Acredito que ela oferece aspectos importantes para se compreender não só os meandros das disputas e dos confrontos por terras no sul e sudeste do Pará, mas de refletir sobre a violação dos direitos humanos e entender o movimento de ocupação e reterritorialização dos espaços da Amazônia brasileira nas últimas quatro décadas do século XX e início do século XXI, como uma problemática que ajuda estudar a história do Brasil.

Foi nessa trilha que me ocupei em analisar as práticas sociais e culturais de diversos atores – trabalhadores rurais, fazendeiros, empresários rurais, pistoleiros, membros de aparelhos de Estado e de instituições de mediação – implicados na luta pela terra, no Pará, Amazônia Oriental, entre a segunda metade da década de 1970 e meados da primeira década dos anos 2000. Conflitos constituídos em múltiplas estratégias e táticas de enfrentamentos, desafios, disputas, combates, resistências e jogos de negociações. É um estudo que não ficou aprisionado às análises dos confrontos e das

disputas entre trabalhadores rurais e proprietários de terra, mas considerou, também, o envolvimento de aparelhos de Estado e de entidades de mediação na *luta pela terra*, apreciada como um espaço poliédrico onde diversos grupos, interesses, temporalidades, sonhos e concepções operaram. Desse conjunto de práticas, foi possível perceber como homens e mulheres produzem e dão sentido ao seu mundo, criando uma rede de significados.

Se uma parcela expressiva de pessoas, trabalhadores rurais, já se encontrava nessa parte da Amazônia nos finais dos anos de 1960, foi a partir da primeira metade da década de 1970, com a abertura de diversas rodovias estaduais e federais, ligando o Norte ao Nordeste e ao Sudeste do Brasil, que milhares de pessoas chegaram em busca da terra e do trabalho. Conforme a abertura de algumas dessas estradas avançava, vilas e povoados surgiam, serrarias e fazendas eram implantadas e casas de comércios e bancos eram edificadas para atender as levas de migrantes que chegavam atraídos pela propaganda e pelas políticas de desenvolvimento que os sucessivos governos da ditadura civil-militar haviam planejado para a Amazônia. Diversos povoados e vilas de outrora são hoje cidades sedes de municípios, como Redenção, Rio Maria, Xinguara, Jacundá, Goianésia do Pará, entre outras. Em pouco tempo, os rios que determinavam o cotidiano de uma população escassa às suas margens foram suplantados por uma rede de estradas empoeiradas por onde trafegavam pessoas e caminhões de mercadorias de cidades do Centro-Sul que, no retorno, levavam madeiras, em especial, o mogno, exploradas nas fazendas implantadas com recursos da SUDAM. As cidades que até então sustentavam o *status* de *cidades beira-de-rios* vieram a ser *cidades beira-de-estradas*, como Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí, Itupiranga e São João do Araguaia. E diversos pequenos povoados que margeavam o Araguaia desapareceram ou tornaram-se imperceptíveis, como Itaipavas, Santa Cruz, Apinajés e São Raimundo.

Mas, à medida que comerciantes, fazendeiros e empresários do Centro-Sul instalavam os seus empreendimentos agropecuários com abundantes recursos dos incentivos fiscais da SUDAM, trabalhadores rurais, vaqueiros, peões e garimpeiros empobrecidos, que chegavam de diversas partes do Brasil, lutavam por terras. Não só as áreas devolutas consideradas novas, sobretudo aquelas que margeavam as rodovias como a PA-150 e a PA-70 (hoje BR-222), passaram a ser disputadas, mas inúmeras propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos foram ocupadas por estes migrantes, gerando intensos e prolongados conflitos com mortes dos diversos atores neles envolvidos, como trabalhadores, proprietários rurais, pistoleiros, policiais

militares, religiosos e advogados, fazendo dessa parte do estado do Pará um dos espaços mais violentos da Amazônia brasileira.

Assim, os conflitos e as violências em decorrência das disputas por terras no sul e sudeste do Pará, como foi demonstrado ao longo dos capítulos desta tese, não aconteceram somente em virtude da expulsão e expropriação dos posseiros, que há muito tempo ocupavam áreas de terras devolutas, por empresas e proprietários rurais do Centro-Sul do Brasil, como diversos autores que analisam a questão agrária na Amazônia brasileira procuram defender. Entre a segunda metade da década de 1970 e meados da primeira década dos anos 2000, nessa parte do território amazônico, as disputas e os confrontos violentos entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros do Centro-Sul do País ocorreram pela apropriação das mesmas áreas de terras devolutas consideradas novas, principalmente aquelas localizadas ao longo das rodovias recém-construídas.

Mas, os conflitos e as violências, no Pará, durante este período, aconteceram também, porque posseiros de terras devolutas denominadas de ocupações antigas, muitos deles que haviam sido expulsos por empresários ou fazendeiros, com aquiescência e participação de diversos aparelhos de Estado como a Polícia Militar, o INCRA/GETAT, o ITERPA, juízes, entre outros e, principalmente, trabalhadores rurais migrantes de várias partes do País passaram a ocupar inúmeras grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos. Estes trabalhadores rurais eram conhecidos também como *posseiros*. Só a partir de meados dos anos de 1990 que, aos poucos, passaram a ser identificados como *sem terras*, porque as suas estratégias e táticas de luta também mudaram. Ou melhor, posseiros não eram somente os trabalhadores rurais que, não sendo proprietários, possuísem e trabalhassem com as suas famílias áreas de terras devolutas sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-as produtivas pelos seus trabalhos e nelas tivessem morada habitual. Eram também considerados posseiros os trabalhadores rurais, a maioria composta por migrantes de outras regiões do Brasil, que disputavam, simultaneamente, áreas de terras devolutas consideradas novas com empresários, comerciantes ou fazendeiros também migrantes e, principalmente, os trabalhadores rurais que ocupavam imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos. Isto permite dizer que estes trabalhadores rurais apropriaram e recriaram, com outros significados, uma denominação até àquela ocasião empregada para identificar os ocupantes de terras devolutas consideradas antigas.

Contudo, os posseiros juridicamente reconhecidos poderiam tornar-se *posseiros* ocupantes de áreas de terras devolutas consideradas novas ou de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, bem como carregar, ao mesmo tempo, essas duas designações. No sul e sudeste do Pará, levando estes aspectos em consideração, o “novo” e o “velho” se misturavam e se interpenetravam marcando o complexo movimento da luta pela terra. Melhor dizendo: se expulso por empresários ou por fazendeiros que haviam adquirido do Governo Estadual ou Federal os títulos daquelas terras que até então estavam sem documentos, aqueles posseiros, para sobrevivência de suas famílias, acabavam ocupando em conjunto com muitos trabalhadores rurais migrantes diversos imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos ou mesmo disputando áreas de terras devolutas consideradas novas com comerciantes, empresários ou fazendeiros que haviam chegado de outras regiões do País ou com aqueles que já possuíam propriedades, mas pretendiam aumentar as áreas contíguas ou mesmo conseguir outro imóvel. Mas, esses posseiros, mesmo possuindo uma terra e ali estivessem vivendo sem nenhuma ameaça de expulsão, poderiam juntar-se a um grupo de trabalhadores e ocupar áreas de terras devolutas consideradas novas ou imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamento para, mais tarde, vender o seu direito de posse ou assegurá-lo para seus parentes ou amigos que não possuíam uma terra.

Essas ocupações de terra eram paulatinas e partiam sempre dos interessados e não de alguma coordenação centralizada de uma instituição partidária, religiosa ou sindical que pudesse arregimentar as pessoas, escolher as áreas a serem ocupadas e organizar os ocupantes. Motivados pela necessidade imediata de sua sobrevivência, esses trabalhadores rurais formavam pequenos grupos e ocupavam aquelas áreas previamente identificadas. A sua iniciativa normalmente atraía outros trabalhadores que, aos poucos, iam demarcando os seus lotes no interior da floresta. Se expulsos, esses posseiros poderiam voltar a ocupar a mesma área a curto ou médio prazo ou imediatamente passar a ocupar outra propriedade. Isso poderia acontecer em duas situações: quando o grupo expulso escolhia uma terra para aí efetuar a ocupação ou de maneira dispersa cada um se juntava a diversos posseiros de uma área parcialmente ocupada. Outros, uma quantidade pequena, cansados de ser expulsos estabeleciam-se nas vilas e nos povoados.

Mas, foi mostrado também que os conflitos e as violências foram, em alguns casos, provocados diretamente pelas instituições ligadas ao Estado como aconteceu com

a colonização ao longo da rodovia Transamazônica, no denominado *PIC-Marabá*. A partir do início dos anos de 1970, o Governo Federal destacou, para essa parte do território amazônico, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), responsável pela abertura das estradas. Mas, ao mesmo tempo, instalou ali o Exército e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para reprimir os focos guerrilheiros, coordenar a colonização às margens da referida rodovia federal e fazer o controle dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e, por extensão, arbitrar os conflitos de terra.

Áreas que já eram ocupadas por posseiros, como no município de São João do Araguaia, foram destinadas, pelo governo do General Emílio Garrastazu Médici, à colonização de milhares de famílias empobrecidas de diversas partes do Brasil como medida viável à solução das tensões e dos conflitos sociais relativos à questão agrária no Nordeste e no Sudeste do País. Enquanto as grandes propriedades foram preservadas, as áreas dos posseiros da faixa de colonização definida pelo INCRA foram divididas e entregues a diversos trabalhadores migrantes cadastrados como colonos. Não só muitos posseiros, embora alguns tenham sido transformados em colonos, viram parte de suas benfeitorias serem ocupadas por trabalhadores que chegavam de outras regiões do Brasil. Com medo do modelo de colonização e da forma como o INCRA implantava ali o seu projeto, abandonaram as suas posses e procuraram viver longe do alcance desse órgão. Mas os receios dos posseiros ao denominado *PIC Marabá*, como foi possível apontar, podem ter tido relação direta com a presença do Exército no aniquilamento aos guerrilheiros ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), na área geográfica da confluência dos rios Araguaia e Tocantins, no movimento que ficou conhecido como *Guerrilha do Araguaia*. Aqueles que ali moravam não só foram impactados diretamente pela construção da rodovia, como também passaram a receber, simultaneamente, em diversos momentos, as visitas de funcionários do INCRA e de oficiais do Exército. Para fugir da repressão, estes trabalhadores se viram obrigados a abandonar as suas terras. Outros foram forçados a serem guias ou informantes do Exército.

Porém, muitas famílias empobrecidas, que chegaram atraídas pela referida colonização e não foram atendidas pelo INCRA, passaram a ocupar, a partir da segunda metade da década de 1970, inúmeros grandes imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos localizados ao longo da rodovia. Estas ocupações deram continuidade às vicinais abertas pelo INCRA, como foi o caso dos castanhais Rainha, Cuxiú, Veneza, Santo Antônio I e II, Consulta e Amescão. Vale afirmar ainda que essas famílias de

trabalhadores rurais que se aportaram em terras paraenses por causa da política de colonização oficial, não foram atendidas pelo INCRA, não só porque esse órgão não dispunha de infraestrutura e pessoal suficiente para atendê-las, mas porque se recusaram a se submeter ao Programa Integrado de Colonização.

Essas ocupações de terra, assim como outras concretizadas naquela época por inúmeros trabalhadores rurais que também se denominavam posseiros, mobilizaram pessoas e instituições que defendiam a democratização da terra por meio de pequenas unidades produtivas com base na produção familiar, como a Igreja Católica, os STRs e certos parlamentares. Mas também moveram um grande aparato repressivo, até mesmo com pistoleiros e membros dos aparelhos de Estado que apoiavam os grandes proprietários de terra. As desapropriações desses imóveis e o assentamento das famílias nessas áreas fizeram parte de longos anos de disputas, de confrontos, às vezes, armados, com morte de trabalhadores e de pistoleiros, e de rodadas de negociações, em certos momentos, tensas, entre posseiros, aparelhos de Estado, proprietários rurais e membros de STRs e da Igreja Católica.

Durante todos estes anos – que compreenderam a segunda metade da década de 1970 e final dos anos de 1980 –, ainda que sob a “política de distensão” de Ernesto Geisel, da política de “abertura” de João Baptista Figueiredo e da conjuntura de democratização e transição política da Nova República, as ações dos trabalhadores rurais, além de serem consideradas pelos proprietários rurais e pelas autoridades civis e militares como subversões e ações comunistas, eram interpretadas como possível “volta da guerrilha no Araguaia”. Esse discurso, reiteradas vezes, divulgado por diversos jornais paraenses e do Sudeste do País foi álibi, por meio do qual, se procurou justificar a violência às diferentes comunidades de posseiros. Não só milícias foram contratadas para esse fim, mas a polícia militar e civil, secundada por pistoleiros, com anuência do Governador do Estado e parte do poder judiciário, prendeu, espancou, torturou e assassinou trabalhadores e destruiu casas, paióis de cereais e plantações. O caso da violência causada aos posseiros dos povoados Paraúnas e Monte Santo, em São Geraldo do Araguaia, em 1984 e 1987, por exemplo, é entendido como parte desse processo. Homens, mulheres e crianças foram presos, espancados e obrigados a rastejar pelo chão e a comer excremento de animais e cigarros acesos para que deixassem livres as terras onde proprietários e empresários rurais exploravam a castanha-do-pará e criavam gado bovino.

Foi nesse tempo que um dos pistoleiros mais famosos e também um dos mais temidos de nome Sebastião Dias Pereira, conhecido como Sebastião da Teresona, assassino, reconhecido pela sua crueldade, coordenava um grupo de mais de 30 pistoleiros, muitas vezes, identificados como “fiscais de fazenda”, contratados para vigiar peões recrutados para os serviços temporários no interior das fazendas e para expulsar e assassinar posseiros. Como vimos, diferentemente das análises apontadas por Ed Carlos Guimarães,¹ grande parte dos pistoleiros do sul e sudeste do Pará, nas décadas de 1980 e 1990, principalmente aqueles do grupo de Sebastião da Teresona, moravam onde atuavam e tinham relações duradouras com proprietários e empresários rurais, além de assassinar posseiros e lideranças sindicais e religiosas. Em diversas ocasiões, agiam em conjunto com policiais militares que, com ou sem mandado judicial, prendiam, espancavam e expulsavam trabalhadores rurais das áreas que ocupavam. Para tanto, contavam com uma rede de colaboradores dentro dos aparelhos de estado. Não só eram dificilmente presos, mas as suas fugas eram facilitadas. Diferentes homens e mulheres, sobretudo posseiros de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, foram assassinados e expostos como exemplos que deveriam ficar marcados na alma daqueles que quisessem tentar entrar e tomar como posse as propriedades consideradas alheias. Corpos de trabalhadores que até hoje não sabemos os seus nomes, não conhecemos os seus rostos, nem as suas idades, nem as suas naturalidades, nem os seus cheiros, nem as suas cores foram encontrados esquartejados, destruídos, putreficados e devorados por urubus. Ali, muitas vezes, jogados à beira das estradas, dos rios, dos igarapés, as pessoas deveriam ver com seus próprios olhos o que poderia acontecer com elas, caso ousassem enfrentar o poder dos grandes proprietários de terra. Para completar as exposições, a polícia normalmente demorava em resgatar os corpos e, quase sempre, não instaurava inquérito e nem ouvia os familiares das vítimas. Quando ouvidos, às vezes, eram recebidos com um discurso preconceituoso e estigmatizante. E quando inquéritos eram instaurados, “provas” que poderiam incriminar executores e mandantes, nem sempre, figuravam nas suas páginas.

Inquéritos bem feitos nunca foram garantia que os acusados pelos crimes no campo fossem presos, condenados e permanecessem na cadeia se, em muitas situações, as práticas do Ministério Público e de certos magistrados favoreceram os grandes proprietários de terra. Não só o Ministério Público foi pouco ágil para oferecer as

¹ GUIMARÃES, Ed Carlos. Op. Cit., 2010, p. 103.

denúncias e zelar pela lei, como vários magistrados, em diversos momentos, indeferiram recursos impetrados pela CPT e pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Em outros momentos se negaram a decretar a prisão de muitos acusados pelos crimes no campo ou deixaram, sem justificativa, que diferentes crimes fossem prescritos, como ocorreu com o caso do mandante do assassinato de Gabriel Sales Pimenta, advogado da CPT de Marabá, em julho de 1982. Em uma nota divulgada em 11 de maio de 2006, a CPT informava que o judiciário havia recebido a denúncia do Ministério Público em 23 de janeiro de 1983 e só pronunciou o acusado pelo crime em 31 de agosto de 2000, ou seja, 17 anos e 08 dias depois. São práticas que apontam que interesses de proprietários rurais, pistoleiros, policiais e operadores de direitos se interpenetravam fazendo, muitas vezes, das ações dos trabalhadores rurais atos ilegais, uma afronta à “classe produtora rural” e hostilizações às autoridades de poder legalmente constituídas.

Quer dizer, no sul e sudeste do Pará, de uma forma geral, os anos compreendidos entre a segunda metade da década de 1970 e meados da primeira década dos anos 2000, foi um período delineado por práticas marcadas pela privatização dos espaços públicos pelos proprietários e empresários rurais. Quer seja porque encontraram apoio nos aparelhos de Estado responsáveis pela justiça e pela questão agrária e pretendiam entravar o processo de reforma agrária, desde o *lobby* à corrupção. Quer seja pelo caráter tênue das fronteiras entre a ação dos pistoleiros e da polícia, fazendo da violência e da impunidade dos responsáveis pelos crimes práticas constitutivas e alimentadoras dos conflitos e dos assassinatos no campo.

Quando escrevia estas últimas páginas, recebi dois documentos,² assinados pela CPT, CEPASP e STR de Santana do Araguaia, denunciando a violência de pistoleiros contra trabalhadores rurais do sul e sudeste do Pará. Um datado de 27 de setembro de 2012 informava que dez pistoleiros encapuzados e armados com carabinas e revólveres expulsaram, no dia 20 de setembro deste ano, vinte e sete famílias de trabalhadores rurais sem terras ligadas ao STR de Santana do Araguaia que estavam acampadas na Colônia Verde Brasileira, nas proximidades da divisa do Pará com o estado do Mato Grosso. Homens, mulheres e crianças foram forçados a se deitar no chão, enquanto os

² COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Xinguara; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTANA DO ARAGUAIA-STR. *Famílias de trabalhadores rurais de Santana do Araguaia são vítimas de tortura praticada por pistoleiros*. Xinguara, 27/09/2012; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá; CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E APOIO SINDICAL E POPULAR-CEPASP. *Famílias de trabalhadores sem terras ameaçadas de morte e de expulsão ilegal no sudeste do Pará*. Marabá, 13/10/2012.

pistoleiros, com as suas armas em punho, chamavam as mulheres de prostitutas, ameaçando estuprá-las, e os homens de bandidos e atiravam perto de suas cabeças. Alguns foram espancados, chutados e obrigados a gritar “sou bandido”, “sou vagabundo”. O suposto proprietário, responsável pela ação dos pistoleiros, já foi, até mesmo, flagrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego portando armas de fogo enquanto mantinha trabalhadores em condição análoga a de escravo em sua fazenda este ano. Outro caso foi a tentativa de expulsão de duzentas e oitenta famílias de sem terras ligadas ao MST, no município de Curionópolis. Segundo o documento, nas noites dos dias 09, 10 e 11 de outubro, pistoleiros, contratados pelo proprietário da área reivindicada pelos trabalhadores, construíram barricadas com tratores, deram tiros e queimaram barracos dos acampados. Em ambos os casos, as Delegacias Especiais de Conflitos Agrários (DECA) instaladas em Marabá (2004) e Redenção (2008) foram acionadas, mas segundo os documentos nem os fazendeiros e nem os pistoleiros haviam sido presos ou desarmados. Durante três anos, as famílias desses acampamentos aguardam uma solução por parte das autoridades do estado do Pará e da União.

Estes exemplos servem para mostrar que a luta pela terra no Pará, eixo central das discussões que procurei apresentar neste trabalho, é ainda atual, marcada por práticas violentas e *lôcus* em que uma teia complexa de atores e de instituições atua.

Contudo, não podemos considerar os trabalhadores rurais como passivos e vítimas de todos os processos. A prática da violência dos proprietários e empresários rurais, por meio de suas milícias privadas, em vários casos, com consentimento e participação direta de aparelhos de Estado, produziu diversas iniciativas de resistência. Os trabalhadores não só foram capazes de constituir representações e mediações às suas lutas e denunciar os atos violentos que foram submetidos, mas de montar múltiplas estratégias e táticas de enfrentamentos, de negociações e combates diretos. E à medida que enfrentaram os proprietários e seus pistoleiros nas áreas litigiosas, pressionaram e negociaram com os aparelhos de Estado as suas reivindicações. Desses processos, diversas áreas que ocupavam foram regularizadas ou desapropriadas e milhares de famílias ali foram assentadas.

Desse modo, podemos, de certa forma, afirmar que os conflitos e a violência, no sul e sudeste do Pará, moveram-se, paradoxalmente, envolvendo um conjunto de atores, de práticas e de relações. Para os proprietários e empresários rurais, os conflitos e as violências foram formas eficientes para se contrapor às ocupações e às desapropriações de seus imóveis, fazendo da propriedade da terra modo seguro de se criar riquezas e

obter reconhecimento político junto a seu grupo social e a outros segmentos da sociedade. Mas, os conflitos e a violência funcionaram também como elo unificador de interesses e de práticas que visaram neutralizar a reforma agrária proposta na primeira versão do PNRA, que previa assentar, naquela época, um milhão e quatrocentas famílias em quatro anos, e garantir na nova Constituição Federal o direito de propriedade. Foram práticas constituidoras de parcerias, de solidariedades e de representações em torno da luta pela manutenção da grande propriedade da terra, do *status* e do prestígio social e político do grande produtor rural no Brasil.

Para os trabalhadores rurais, os conflitos e a violência foram mecanismos que encontraram para defenderem-se das reações dos proprietários e empresários rurais à medida que foram, também, modos de relacionarem-se com os aparelhos de poder, pressionando-os a ceder às suas reivindicações. Por esse meio, os trabalhadores conseguiram pressionar os governos Estadual e Federal a colocarem em execução as leis referentes à reforma agrária no Brasil, como o Estatuto da Terra. Mas, os conflitos e a violência funcionaram também como forma de obter apoio e solidariedade da Igreja Católica, de parlamentares e de entidades de direitos humanos às suas lutas. Destarte, podemos então dizer que tanto os conflitos quanto a violência podem ser traduzidos como atos políticos que encarnam não apenas a possibilidade de reprodução social dos trabalhadores e proprietários rurais na terra, mas também como relações de poder que são base para diversos tipos de enfrentamentos na luta pelos direitos civis no Brasil.

Foi nesse período que os posseiros realocaram a atuação dos STRs, que existiam no sul e sudeste do Pará, a começar pelas delegacias sindicais. Naquela época, esses sindicatos além de terem em suas direções pessoas ligadas aos interesses dos grandes proprietários de terra, funcionavam como órgãos de colaboração do Estado, principalmente quando foram demandados como núcleos assistenciais e de atendimento médico e odontológico, por meio do FUNRURAL. Os seus presidentes, normalmente, não apoiavam a luta pela terra e não se envolviam nos conflitos e, quando o faziam, nunca estavam do lado dos posseiros. A recriação desses sindicatos, naquele momento, era condição necessária para que as demandas e as reivindicações dos trabalhadores, principalmente aquelas das áreas mais conflituosas, pudessem ser atendidas pelo poder público. Foram nessas circunstâncias que diversas delegacias sindicais acabaram sendo criadas e ocupadas por lideranças, muitos delas *animadores de comunidades*, que eram capazes de dirimir os conflitos internos, montar frente armadas, trocar experiências de enfrentamentos com outras comunidades e representar os posseiros nos espaços de

negociações com os aparelhos de Estado. Além disso, também coordenar celebrações dominicais, novenas, terços e festejos e de participar das Assembleias do Povo de Deus e de inúmeros encontros de formação promovidos pela Igreja Católica.

As práticas dos agentes de pastorais, padres, freiras e bispos da Igreja Católica, principalmente aqueles ligados à CPT, influenciados pelas orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965) e das Conferências do Episcopado Latino-Americano, de Medellín (1968) e Puebla (1979) foram, em certa medida, apoio às ações dos trabalhadores, potencializando as suas lutas e dando visibilidade aos conflitos por terra. Naquele momento, acreditavam que por meio do trabalho de *pastoral popular engajada*, os posseiros, a partir de seus próprios problemas, eram capazes de se organizarem e buscarem alternativas para superar as dificuldades em que estavam vivendo, criando fatos políticos, tornando visíveis as suas demandas por terras. Porém, à medida que a Igreja se credenciava como mediação confiável aos olhos desses trabalhadores, confrontava-se com o poder dos proprietários locais, das grandes empresas do capital privado e dos aparelhos de Estado que tinham, para essa parte do território amazônico, um modelo de desenvolvimento assentado na grande propriedade da terra.

Contudo, o posicionamento dos membros da Igreja Católica concernente à questão agrária na Amazônia brasileira, pode ser entendido levando em conta que os trabalhadores rurais negociaram e conquistaram apoio às suas lutas no momento em que os clérigos passaram a ser atingidos pela violência de proprietários rurais e de aparelhos de Estado. Essas situações acabaram tensionando o poder eclesiástico da Igreja no Brasil a se dispor em favor dos posseiros na Amazônia. Foi nessa época que os padres, as freiras e bispos haviam se aproximado das problemáticas locais e, até mesmo, incorporado, às suas práticas cotidianas, objetos e modos da “cultura camponesa”, simbolizando a sua “íntima ligação” com os “pobres da terra”. Vale considerar também que os membros da Igreja Católica, naquele momento, entendiam que a grande propriedade da terra impedia o desenvolvimento fundamentado nas pequenas unidades familiares, marginalizava e empobrecia os trabalhadores rurais, público pelo qual haviam feito a sua “opção preferencial”. Posicionar-se do lado dos trabalhadores rurais era opor-se aos interesses dos proprietários rurais e do Estado. Por esta razão, talvez, a dimensão política maior que alcançou os conflitos de terra nessa parte do território paraense.

A partir da segunda metade da década de 1990, em virtude da presença do MST, nessa parte da Amazônia, desde o final dos anos de 1980, arregimentando famílias pobres das periferias das cidades, fazendo acampamentos, ocupando prédios públicos e grandes imóveis improdutivos e exigindo do Governo Federal as desapropriações desses imóveis e o assentamento das famílias, os trabalhadores rurais passaram, aos poucos, a ser chamados de *sem terras*, porque as suas estratégias e táticas de luta também mudaram. As práticas político-metodológicas dos militantes do MST, sobretudo após o massacre de 19 trabalhadores rurais sem terras na Curva do S, em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, pela PM e a repercussão desse episódio e de diversas ações desse Movimento nos meios de comunicação no Brasil e no Exterior, transformaram, decisivamente, a maneira como os trabalhadores rurais, ligados ao movimento sindical, passaram a fazer a luta pela terra. Transformou também a forma de atuação das instituições de mediação e do INCRA. A prática do *acampamento*, aglutinando homens, mulheres e crianças em frente ou dentro dos imóveis que reivindicavam, foi eleita como uma das principais estratégias de luta pela terra.

Até então, as ações dos trabalhadores rurais identificados como posseiros eram marcadas pelas ocupações paulatinas das terras, quase sempre, em pequenos grupos. Ali dividiam e demarcavam com rústicas picadas as terras em lotes de até 100 hectares cada, faziam as suas roças e um rancho. Só quando os proprietários ou os supostos proprietários contratavam pistoleiros e requeriam força policial para expulsá-los, na maioria das vezes, práticas essas executadas com muita violência, como destruição de casas, roças e paióis de cereais, prisão, espancamento, tortura e assassinatos, que os STRs e a Igreja Católica por meio da CPT e de diversos padres, freiras e bispos eram acionados para constituírem apoios à sua luta. Muitas vezes, as frentes armadas com trincheiras e emboscadas eram formas que os posseiros encontravam para resistirem na terra.

Não obstante, essa mudança estratégica e tática dos trabalhadores rurais, ligados ao movimento sindical, foi propiciada pela criação das regionais sul e sudeste da FETAGRI que, com o apoio da CPT, da SDDH, do LASAT e do CEPASP, passaram a organizar em conjunto com o MST diversos acampamentos e ocupações da sede da 27ª Superintendência do INCRA, dos prédios do Banco da Amazônia e do INSS, em Marabá. Esses acampamentos – na época denominados de *grandes acampamentos* – possibilitaram os dois movimentos construir pautas conjuntas: vistorias e desapropriações de áreas que estavam há muito tempo ocupadas e de imóveis ainda não

ocupados, mas passíveis de serem desapropriados; recursos para construção de estradas, escolas, habitação, distribuição de energia elétrica, etc.; crédito para lavoura permanente (espécies madeireira e frutíferas) e para a criação de gado bovino e pequenos animais (porco, galinhas, ovelhas, etc.); e desburocratização das aposentadorias, auxílios doença e auxílio maternidade encaminhados ao INSS.

Como demonstrado, as práticas dos *grandes acampamentos*, que até então eram utilizadas em escalas menores pelo MST como forma de pressão ao INCRA e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para que qualquer imóvel fosse vistoriado e desapropriado e nele assentado as famílias *sem terras*, passaram a ser usadas também pelos trabalhadores ligados aos STRs como ferramenta política de luta pela posse da terra. A pressão em grande parte exercida por meio da luta armada na área litigiosa deixou de existir para dar lugar aos acampamentos e às rodadas de negociações com o poder público, embora os conflitos e a violência continuem existindo no campo. A designação *posseiro* entrou em desuso dando lugar ao *sem terra*. A identificação passou a ser outra porque as estratégias e as táticas de lutas também são outras. Hoje, a palavra *posseiro*, normalmente, só aparece nas falas saudosistas de alguns dirigentes sindicais, quando são convidados para fazer a memória da luta pela terra nessa parte do território amazônico.

Embora se possa considerar a existência de grandes imóveis, no sul e sudeste do Pará, indicativo principal, talvez, da permanência dos conflitos e das violências em torno das disputas por terras, a ação política dos trabalhadores rurais trouxe para a cena pública as demandas por terras e, conseqüentemente, o debate da reforma agrária. Isso implicou, pelo menos em parte, a reterritorialização do espaço agrário regional à medida que colocaram em questão o desenvolvimento, pensado pelos sucessivos governos, fundamentado na grande propriedade da terra. Não deixando de considerar que existem entraves que desafiam a permanência dos trabalhadores na terra³ e que as políticas de criação de Projetos de Assentamentos pelo Governo Federal devem ser vistas de maneira crítica, podemos, de certa forma, afirmar que as ocupações de terra e a transformação de maioria dessas áreas ocupadas em assentamentos significaram a redefinição da posse e do uso da terra nessa parte do território amazônico.

³ Excelentes análises sobre as razões geradoras das evasões de trabalhadores rurais dos assentamentos da reforma agrária no Brasil podem ser encontrados em BRUNO, Regina Ângela Landim; MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Op. Cit., 2001.

BIBLIOGRAFIA

Livros e periódicos

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru (SP): Edusc, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT – A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. *Reforma Agrária*, Campinas, v.11, nº 02, março/abril, 1981, p. 4-41.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. 2ª Edição. Belém: Seminário de Consulta, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rituais de passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). *Chacinas e massacres no campo*. Vol. 4. São Luis: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1997, p.19-48.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: Edusc, 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO-ANDIMA. *Câmbio: de 1989 até 1994 a paridade da moeda brasileira com o dólar americano*. São Paulo: Andima, outubro de 1994 (Séries Históricas).

ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Um relato para a história: Brasil nunca mais*. 9ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA - ABRA. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as origens, causas e consequências da violência no campo brasileiro. *Reforma Agrária*, n.1, v. 22, jan./abr. 1992.

ATAÍDE JÚNIOR, Wilson Rodrigues. *Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil: a situação do Sudeste do Pará*. Brasília: Editora UNB, 2006.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª Edição, São Paulo: Contexto, 2008.

BARP, Wilson. A formação das categorias sociais subalternas na Amazônia e reconstituição de sua identidade no novo espaço social e ambiental. *Reforma Agrária*, n.1, v. 22, jan./abr. 1992, p.28-38.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

- BARREIRA, César. Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n.8, jul./dez. de 2002, p.52-83.
- BARREIRA, César. Matadores de aluguel: códigos e mediações. Na rota de uma pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, v. 37, n. 1, 2006, p.41-52.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIM, Walter. A Imagem de Proust. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas, v.1.).
- BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas, v.1.).
- BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BORGES, Durval Rosa. *Rio Araguaia, corpo e alma*. São Paulo: IBRASA; Ed. da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 409-431.
- BRALAZ, Walmir Moura. *Os sobreviventes do Massacre de Eldorado do Carajás: um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana*. Edição do autor, 2007.
- BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola; CPT, 2002.
- BRUNO, Regina Ângela Landim. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- BRUNO, Regina Ângela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 5, n.10, jul./dez., 2003, p. 284-310.
- BRUNO, Regina Ângela Landim e MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*. Brasília: MDA/INCRA, 2001.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 2003.
- CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. In: _____. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.
- CARTER, Miguel e CARVALHO, Horácio Martins. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 287-330.

- CARVALHO, Livia Hernandez. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, 2010, p. 395-428.
- CAVALCANTE, Peregrina. *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: A Girafa, 2003.
- CAVALCANTI, Klester. *O nome da morte: a história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.
- CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite.(Orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denuncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15ª ed. Petrópolis: 2008 (Vol. 1).
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994, p. 97-113.
- CHARTIER, Roger. "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n . 16, 1995, p.179-192.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p.215-218.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. Conversar com Chartier (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropologia y Fuentes Orales*. Barcelona, España, 2007
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976 (Estudos da CNBB nº13).
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Igreja e Problemas da Terra. In: *Reforma Agrária*, Campinas, ano X, nº 02, março/abril de 1980, p.04-20.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *CPT: Pastoral e Compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Conquistar a terra, reconstruir a vida*. CPT-dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. Goiânia: CPT; São Paulo: Paulus, 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflitos e violência na fronteira paraense*. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terras de Direito, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

COSTA, Luciana. *Discurso e Conflito*. Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho e MARINHO, Ricardo José de Azevedo. A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ: EDUR, 2008, p. 119-147.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Raymundo de Mendonça. Acidentes por animais peçonhentos. In: LINHARES, Alexandre da Costa (Coord.). *Saúde na Amazônia*. 2ª edição, São Paulo: ANPES, 1983.

EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

EMMI, Marília Ferreira e MARIN, Rosa Acevedo. Crise e rearticulação das oligarquias do Pará. *Paper do NAEA*, setembro de 1996.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTERCI, Neide. A dívida que escraviza. In: VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: CPT, 1999, p. 101-125.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21 nº 62, outubro de 2006, p. 27-162.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. 2ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano e RAMALHO, Cristiane Barbosa. A luta pela terra e o desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). *Estudos Avançados*, v.15, n.43, p. 239-254, São Paulo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p.161-197.

FERNANDES, Marcionila. *Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista-UDR*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 5ª edição, Rio de Janeiro, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, dezembro 2002, p. 314-332.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FICO, Carlos. “Prezada Censura”: carta ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 251-286.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sobra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Rio Maria: canto da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Condenados à escravidão. In: VV.AA. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: CPT, 1999, p. 165-208.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende e PRADO, Adonia Antunes (Orgs.). *Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.
- FIGUEIREDO, Raul Batista. O emprego da abordagem sistêmica pela assessoria técnica nos sistemas familiares de produção: experiências aplicadas no Sudeste do Pará. In: MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló e MONTEIRO, Maurílio de Abreu (Orgs.). *Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural*. Belém: UFPA/NAEA, 2006, p.179-198.
- FRAIHA, Habib. Saúde em Carajás. In: LINHARES, Alexandre da Costa (Coord.). *Saúde na Amazônia*. 2ª edição, São Paulo: ANPES, 1983.
- FREGONA, Livaldo. *A fama e a verdade de José Bonfim*. 2ª Edição, Imperatriz-MA: Editora Ética, 2011.
- Frei Betto: *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 29ª reimpressão, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, Poder-Saber* (Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.203-222.
- FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: _____. *Estratégia, Poder-Saber* (Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. 2ª Edição, São Paulo: Editora 34, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio German. A participação da Igreja Católica nos conflitos sociais pela terra. In: _____. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987, p.29-125.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulon e FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. *AGRÁRIA*, São Paulo, n. 8, p.73-98, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11,n.1-2, jan./dez., Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 3ª edição, Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Das associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - o caso do Pará. *Caderno do CEAS*, Salvador, nº 126, mar./abr., 1990, p. 47-56.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz Guerra. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servóló de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117-137.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória, fontes orais e relato histórico. *História & Perspectivas*, Uberlândia-MG, (23): 99-114, jul./dez., 2000.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda Do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. In: *Projeto História*: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e Memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 519-546.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 143-155, junho 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v.9, n.1, jan./jun., 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; REZENDE, Antônio Paulo; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; GUILLEN, Isabel Cristina; TEIXEIRA, Flávio Weinstein; ANZAI, Leny Caselli (Orgs.). *História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva. In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral v. 13, n. 1, p. 53-86, jan./jun., 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. Amazônia Legal. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). *História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 85-129.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; MONTENEGRO, Antônio Torres (Orgs.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. 1ª edição, Florianópolis-SC; Recife-PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012, v. 1, p. 15-37.

HAMILIN, Phillipp. O Fracasso anunciado. *Museu Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão*, 1991, p. 161-176.

HALL, Anthony L. *Developing Amazonia: Deforestation and Social conflict in Brazil's Carajás Programme*. New York and Manchester UP, 1989.

HALL, Anthony L. A crise agrária na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean (Org). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, 1991, p.144-162.

HARTOG, François. *Os antigos, o Passado e o Presente*. Brasília: EDUNB, 2006.

HÉBETTE, Jean. A Colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano 17, nº 03, dezembro/87 a março/88, p.20-27.

HÉBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: _____. (Org). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, 1991, p.199-214.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. I, II, III e IV).

IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ - IDESP. *Estatísticas Especiais: Produto Interno Bruto do Estado do Pará: 1975-1987*. Belém: IDESP, 1990

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. Trabalho Escravo no Brasil. O drama dos carvoeiros. A responsabilidade das siderúrgicas. A campanha para erradicação. *Observatório Social em Revista*. Florianópolis (SC), n. 6, maio de 2004.

IOKOI, Zilda Grícoli. *Igreja e Camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KELLER, Francisca Isabel Vieira. "O Homem na Frente de Expansão: Permanência, Mudança e Conflito". In: *Revista de História*, v. LI, n. 102, ano XXVI, abr./jun., 1975.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, v.16, n. 45, p.37-61, São Paulo, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC-Rio, 2006.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terras no Araguaia-Tocantins*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAGENEST, Barruel de. *Marabá: cidade do diamante e da castanha*. São Paulo: Editora Anhambi, 1958.

LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto. *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

LEITE, Sergio. O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: ROMERO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LEROY, Jean-Pierre. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LEROY, Jean-Pierre. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, Jean e NAVEGANTES, Raul da Silva (Orgs.). *CAT-Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000, p.03-25.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem e natureza*. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, Violenta Refkalefsky. *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia*. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Reforma Agrária no sudeste do Pará: o caso do projeto de assentamento Rainha. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n.3, p. 105-152, set./dez. 2005.

MIRANDA, Alcir Gursen. Direito agrário e o posseiro. *Revista da Faculdade de Direito UFG*, n. 12, v.1/2, 1988, p. 113-123.

MARTINE, Jorge. Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. *Revista de Economia Política*, v. 2/3, jul./set., 1982.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*. Vol. IV. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.660-726.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª edição revista e atualizada, São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: Secretariado Nacional da CPT. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

MATTOS, Maria Virginia Bastos de. *História de Marabá*. Marabá: Grafil, 1996.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. *Vida Vermelha: história da esquerda no Brasil*. Dos primeiros partidos à luta armada no Araguaia. Gurupi-TO: Veloso Editorações, 2004.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Comunidades "no sentido social da evangelização": CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(2): 13-37, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. De "Sem Terra". "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores brasileiros. In: GIARRACA, Norma (Org.). *Uma nueva ruralidad em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 103-128.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. Rio de Janeiro, *Caderno Temático* nº1, janeiro de 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. I, 1996, p. 126-141

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical. São Paulo, *Em Perspectiva*, v.11, n.2,1997, p. 65-72.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de e ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994, p.11-26.

MEDICI, Emílio Garrastazu. *Sog o signo da fé*. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970, p. 143-153.

MEDICI, Emílio Garrastazu. *Visão do Nordeste*. Pronunciamento do Presidente da República no encerrando da reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE (Recife, 06/06/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970, p. 70-77.

MILHOMEM, Clara Araújo. *Castanhais, canoas e batelões: memórias*. São Paulo, 2004 (Edição do autor).

MONTEIRO, João Brasil. *Viagem ao Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas*. 2ª edição. Narrada por João Brasil Monteiro e escrita por Domingos César. Marabá, s/d. (Edição do autor).

MONTEIRO, João Brasil. *Mair-Abá: coração de mãe*. Marabá, 2006 (Edição do autor).

MONTEIRO, João Brasil. *O castanheiro*. Marabá, 2001 (Edição do autor).

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. Rio de Janeiro, *Topoi*, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011, p. 228-249.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar. In: GOMES, Ângela de Castro e TEIXEIRA, Fernando (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: EdUNICAMP, 2013 (No prelo).

MORAES, Almir Queiroz de. *Pelas Trilhas e Marabá*. Redação de José Silva Brandão. São Sebastião do Paraíso - MG: Chromo Arte Editora, 1998.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2ª Edição. São Paulo: Geração Editora, 2005.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOUGEOT, Luc J.A. Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie : les premières leçons de Tucuruí, Para. *Cahiers des Sciences Humaines*, 1986, 22 (3/4), p. 401-417.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS-MST. *Assassinatos no Campo: crime e impunidade 1964-1986*. São Paulo: Global Editora, 1987.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988.

NÚCLEO DE ESTUDO, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. *Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira – estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste*. Relatório Final. UNESP, Presidente Prudente, maio de 2008.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *Caminhada e esperança da reforma agrária*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

NEPOMUCENO, Eric. *O Massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2007.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, Luiz Carlos (Org.). *Política e Cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002, p. 63-98.

NOVAES, Regina Reys. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994 p. 177-183.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 10ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária”. *Estudos Avançados*, v.15, n.43, p. 185-206, São Paulo, 2001.

ONDENTTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem terá: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 257-284.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo. Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.) *A Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, v.3, n.7, São Paulo, set./dez., 1989.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sergio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p.92-165.

PARÁ AGRÁRIO. *Castanhais: destruição, violência, indefinição*. Belém: IDESP, 1987

- PARÁ AGRÁRIO. *Conflitos Agrários*. Belém: IDESP, v. 3, jul./dez. de 1987.
- PARÁ AGRÁRIO. *Reforma Agrária: balanço dos 3 anos*. Belém: IDESP, nº 4/5, jan./dez., 1988.
- PARÁ AGRÁRIO. Informativo da Situação Fundiária. Ocupação do solo e do subsolo: Conflitos Agrários, Belém: IDESP, Edição Especial, 1990.
- PARÁ AGRÁRIO. Por trás do desmatamento, a política de ocupação. In.____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. *Castanhais*. Belém: IDESP, Edição Especial, 1992, p.03-08.
- PARÁ AGRÁRIO. A era da concentração de riquezas. In.____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. *Castanhais*. Belém: IDESP, Edição Especial, 1992, p.09-13.
- PARÁ AGRÁRIO. A grande empresa e os grandes projetos governamentais (o PGC). In.____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. *Castanhais*. Belém, IDESP, Edição Especial, 1992, p. 17-21.
- PARÁ AGRÁRIO. De “dona” de castanhal a fazendeira. In.____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. *Castanhais*. Belém: IDESP, Edição Especial, 1992, p. 22-26.
- PARÁ AGRÁRIO. A organização e a luta camponesa. In.____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. *Castanhais*. Belém: IDESP, Edição Especial, 1992, p. 30-21.
- PARÁ AGRÁRIO. Modelo militar: desmatar para desenvolver. In.____. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. *Castanhais*. Belém: IDESP, Edição Especial, 1992, p.35-47.
- PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 117-137.
- PELOSO, Ranulfo; SIQUEIRA, Ruben; FUCHS, Werner; GALAZZI, Sandro; RIZZANTE, Ana Maria; PEREIRA, Nancy Cardoso; LEMOS, Carolina Teles; PESSOA, Jadir de Moraes. *Saberes e olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*. Goiânia: CPT; São Paulo: Loyola, 2002.
- PENA, Dom Alano Maria. Amazônia: “terra sem homens” ou homens sem terra? Depoimento de Dom Alano Maria Pena, o.p., bispo de Marabá-PA a CPI da Terra, 27/04/1976. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano VII, nº 02, mar./abr., 1976, p. 18-33.
- PEREIRA, Airton dos Reis. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. *Ruris*, v. 2, n.2, set., 2008, p.99-136.
- PEREIRA, Airton dos Reis; ROTHMAN, Franklin Daniel. Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia. *Cadernos do CEAS*, Salvador-BA, nº. 220, nov./dez., 2005, p.59-87.
- PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). X Encontro Nacional de História Oral. Associação Brasileira de História Oral, Recife (PE). *Anais...Recife (PE)*, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. O “retorno” da retórica no campo da historiografia. In: MOURA, Ana Maria da Silva; MAIA, Tatyana Amaral; RODRIGUES, Fernando (Orgs.). *Estudos*: volume III. Vassouras: Universidade Severino Sombra/Laboratório de Estudo de História Política, 2010, p. 11-21.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; RONDELLI, Elizabeth; SCHØLLAMMER, Karl Erik; HERSCHMANN, Michael (Orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, jan./jun., de 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. *Reforma Agrária*, Campinas, v.12, nº. 02, mar./abr., 1982, p.03-12.

PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009*. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolate Wichinieski.- São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 90-100.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. *Marabá: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vive e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização. De 1892 até nossos dias*. Marabá: PMM, 1984.

PRELAZIA DE MARABÁ. Acontecimentos desagradáveis em São Domingos, Palestina, Brejo Grande e São Geraldo. Revista *SEDOC – Setor de Documentação*, n. 51, v. 5, Petrópolis-RJ, agosto de 1972.

POLETTTO, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da História da CPT. In: Secretariado Nacional da CPT. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

POLETTTO, Ivo e CANUTO, Antônio. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

POLETTTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.137-158.

POLETTTO, Ivo (Org.). *Solidário mestre da vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino*. São Paulo: Paulinas, 2012 (Coleção memória).

REZENDE, Antônio Paulo. Octavio Paz: história, solidão e labirintos ou a construção dos labirintos e as histórias nômades. *Tempo Tróbio*, v.1, n.1, Recife, 2006.

REZENDE, Antônio Paulo. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, n. 59, janeiro de 2002, p. 53-65.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- ROTHMAN, Franklin Daniel. A Comparative Study of Dam-Resistance Campaigns and Environmental Policy in Brazil. *Journal of Environmental & Development*, Vol. 10, nº 4, December 2001, p. 317-334.
- ROTHMAN, Franklin Daniel. Mediações nas lutas de resistência aos projetos de barragens no Sudeste de Minas Gerais. *VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural (ALASRU)*, Porto Alegre-RS, 25 a 29 de novembro de 2002.
- SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo mojuense*. Belém: Editora Açaí, 2012.
- SALDANHA, Nelson. Notas pra uma teoria da violência. *Symposium – Revista da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)*. Recife, v.29, n. 2, 1985, p.9-17.
- SAMPAIO, Walter Leitão. *Marabá, pontal verde: histórias mal contadas*. Marabá, 2000 (Edição do autor).
- SANTOS FILHO, José dos Reis e PORTO, Mayra Yara. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. *Reforma Agrária*, Campinas, v.14, nº 01, jan./fev., 1984, p. 03-35.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SILVA, Antônio Anderson da e FERNANDES, Bernardo Mançano. Ocupações de Terras 200-2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. In: CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. CPT Nacional, 2005.
- SILVA, Fabio Carlos. A companhia de terras da Mata Geral e a privatização da floresta Amazônica no sul do Pará. Belém, *Paper do NAEA 251*, Novembro de 2009.
- SILVA, Gonçalo Ferreira de. *O Massacre de Eldorado do Carajás*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras de Cordel, 1996.
- SCHMINK, Marianne and WOOD, Charles H. *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985*. Tradução Mario Salviano Silva 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2008.
- TAVARES, Francinei Bentes. Os conflitos agrários e o processo de reordenamento fundiário na região sudeste do Pará: uma proposta de abordagem a partir da sociologia dos regimes de ação. *Revista IDEAS*, v. 3, n. especial, p. 440-474, 2009.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 6 (2), 1985, p.127-140.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas terras como forma de dominação. *Lua Nova*, n. 23, p. 67-82, março de 1991.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. *Reforma Agrária*, Campinas, v.22 n. 01, jan./abr., 1992, p.2-11.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Dominação e Modos de Organização Rural no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 34, 1993, p. 131-147.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Cidadania Dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 37, 1993, p. 131-148.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. *Sociedade e Estado*. Brasília, 10(2), 1995, p.281-298.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária*. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000.

TRECANNI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

WAIKER, Robert Toovey; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; CONTO, Arnaldo José de; CARVALHO, Rui de Amorim; FERREIRA, Célio Armando Palheta; SANTOS, Antônio Itayguara Moreira dos; ROCHA, Antônio Carlos Paula Neves da; OLIVEIRA, PEDRAZA, Pedro Mourão de; Carlos D. Rodrigues. As contradições do processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônica. *Documentos nº 93*, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, Agosto, 1997.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p. 60-75, set., 2006.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A escrita da história: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191- 210.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª Edição, Brasília: Editora UNB, 2008.

ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a LULA: a militarização da Agencia Brasileira de inteligência. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 177-195, nov., 2008.

Teses, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Rogério Henrique. *Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará*. Dissertação (Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2006.

AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. *Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil*. Dissertação (Agriculturas Amazônicas), Belém (PA): UFPA. Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2007.

BARROS, Maria Vitória Martins. *A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Marabá (PA): Universidade Federal do Pará, 1992.

BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Niterói: UFF, 2010. Tese (História Social), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas, 1976.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. *Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira: o assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2011.

GUIMARÃES, Ed Carlos. *A violência desnuda: justiça penal e pistolagem no Pará*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

INTINI, João Marcelo. *Luzes e Sombras Negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar*. Dissertação (Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Belém: Universidade Federal do Pará, 2004.

JOHHLEI WU, Linda Luiza. *O princípio da proporcionalidade e a sua aplicação na pena privativa de liberdade: uma obrigação do juiz*. Dissertação (mestrado em Direito Obrigacional Público e Privado), Franca (SP): Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2006.

MELO, Aloísio Lopes Pereira. *Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia-PA*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. Dissertação (Planejamento do Desenvolvimento), Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônico, 2000.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O fruto da justiça será a paz: uma análise das práticas do Comitê Rio Maria (1991 a 1998)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Marabá: Universidade Federal do Pará, 1999.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Economia Rural, 2004.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no Sudeste do Pará*. Monografia (Especialização em História da Amazônia), Marabá (PA), Universidade Federal de Pará (UFPA), 2008.

PUHL, João Ivo. *O tempo do grilo: posseiros na gleba são domingos – 1979-1983. História da luta pela terra no vale do Guaporé – MT– 1970-1990*. Dissertação (Mestrado em História), Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2003.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História), Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.

ROTHMAN, Franklin Daniel. *Political process and Peasant Opposition to Large Hydroelectric Dams: the case of the rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992*. Tese (Doutorado em Sociologia), University of Wisconsin-Madison, 1993.

SANTOS, Valdeci Monteiro. *A economia do sudeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese (Doutorado em História), Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. *Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

SILVA, Osnera Pinto da. *Caminhando pelos mortos, caminhando pela vida: conflitos, romarias e santidade no sudeste paraense (c.1980 – c. 2010)*. Dissertação (Mestrado em História), Vassouras (RJ): Universidade Severino Sombra, 2012.

SILVA, Ronailde Lima. *A formação política dos trabalhadores rurais do sudeste do Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Marabá: Universidade Federal do Pará/Faculdade de Educação, 2011.

SILVA, Wellington Sampaio. *A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em História), João Pessoa (PB): Universidade Federal da Paraíba, 2008.

SOUZA, Haroldo de. *A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense: o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2010.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *Caçando o Destino: um estudo sobre a luta de resistência dos posseiros do Sul do Pará*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Antropologia), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1981.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria. Movimento Sócio-religioso na Amazônia Oriental*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WAMBERGUE, Emmanuel. *L'arbre politique: les organisations paysannes pour la conquête de la terre dans la région de Maraba sur un front pionnier de la transamazonienne au Brésil*. 1999. Dissertation (Le degré de maître dans Ingénieur en Agronomie Tropicale) – Montpellier, França, Centre National d'Etudes Agronomiques des Régions Chaudes, 1999 (Versão traduzida pelo autor).

Fontes Oficiais

ANDRADE, Deputado Ademir. *Discurso preferido na sessão da Câmara Federal dos Deputados*. Brasília, 08/11/1984.

ANDRADE, Deputado Ademir. Depoimento na 43ª Sessão da Assembleia Constituinte, em 1/04/1987. *Assembleia Nacional Constituinte*. Diário nº 38. Brasília, 02/04/1987.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 49.488, 09/12/1960. *DOU*, Seção 1, 22/12/1960, p. 1.6243.

BRASIL. Conselho de Ministros. Decreto nº 1.800, de 04/12/1962. *DOU*, 04/12/1962.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.504, de 30/11/1964. *DOU*, 31/11/1964.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970. *DOU*, 10/09/1970.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.131, de 30/10/1970. *DOU*, Seção I, 30/10/1970, p.9.241.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 67.557, de 12/11/1970. *DOU*, Seção 1, 13/11/1970, p. 9.662.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de Abril de 1971. *DOU*, Seção 1, 02/04/1971, p.2.569

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 71.785, de 31/01/1973. *DOU*, Seção 1, 01/02/1973, p. 1.164.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 71.841, de 15/02/1973. *DOU*, Seção 1, 16/02/1973, p.1.833.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 85.075, de 27/08/1980. *DOU*, Seção 1, 28/08/1980, p. 17.014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.799, de 05/08/1980. *DOU*, Seção 1, 06/08/1980, p. 15.538.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 85.075, de 27/08/1980. *DOU*, Seção 1, 28/08/1980, p. 17.014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 87.095, de 16/04/1982. *DOU*, Seção 1, 19/04/1982, p. 6.753.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 2.183, de 19/12/1984. *DOU*, Seção 1, p. 19.135.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 91.117, de 13/03/1985. *DOU*, Seção 1, 14/03/1985, p. 4.522.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 91.766, de 11/10/1985. *DOU*, Seção 1, p. 14903.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 92.623, de 02/05/1986. *DOU*, Seção 1, 05/05/1986, p. 6.415.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 0-011, de 01/06/1998. *DOU*, de 02/06/1998.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 96.252, de 30/06/1988. *DOU*, Seção 1, 01/07/1988, p. 12.111.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Resolução 16 de 12 de junho de 1996. *DJ 02*, de 14.06.1996, p. 40797.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura-DNIT. *Mapas Rodoviários do Pará e Tocantins*. Brasília, 2002.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura-DNIT. *Mapa multimodal do Brasil*. Brasília, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório final da CPI da Pistolagem*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do extermínio no Nordeste*. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica*. Brasília, 21/08/2001. Disponível <http://arisp.files.wordpress.com/2009/10/33421741-relatorio-final-cpi-terras-amazonas-grilagem.pdf>. Acessado em 26/07/2012.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Dos Correios”. *Relatório Final*. Vol. 1, Brasília, abril de 2006.

BRASIL. Serviço Nacional de Informação-SNI/Agência Central. *Informação nº1137-A/SPC/AC/81*. SNI, 07/07/1981.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*. Marabá, 03/04/2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/CR-01. *Relatório anual*. Belém, 1974.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implantação*. Superintendência Regional Sul do Pará – SR (27), 18/08/2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. *Cadastro de Empregadores Portaria 540*, de 15 de outubro de 2004. Atualização Semestral em 15 de julho de 2008.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD. *Portaria nº 450*. Brasília, de 12 de abril de 1988.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD. *Portaria nº 448*. Brasília, 14 de abril de 1988.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD. *Portaria nº 449*. Brasília, de 12 de abril de 1988.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD. *Portaria nº 554*. Brasília, de 28 de abril de 1988.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD. *Portaria nº 606*. Brasília, de 06 de maio de 1988.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Pará-TJ/PA. Sentença - *Processo n. 0007348-91.2007.814.0028*. Diário da Justiça - Edição nº 4898/2011, 06/10/2011, p. 247-253.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Pará-TJ/PA. Eldorado dos Carajás: Justiça expede mandados de prisões contra militares condenados, nesta segunda (07/05). <http://tj-pa.jusbrasil.com.br/noticias/3109250/eldorado-dos-carajas-justica-expede-mandados-de-prisoos-contra-militares-condenados-nesta-segunda-07-05>. Acessado em 21/05/2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Pará-TJ/PA. Acusados de envolvimento na chacina da fazenda Ubá são condenados a 199 anos de prisão cada. <http://www.tj.pa.gov.br/noticias/verNoticia.do?id=3550>. Acessado em 27/10/2011.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Pará -TRE. *Resultado das eleições gerais no Pará (1945 a 2006)*. Belém: TRE-PA, 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico Pará*. VIII Recenseamento Geral 1970, Vol. 1, Tomo IV, Rio de Janeiro, maio de 1973.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico: dados distritais (Pará)*. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, Vol. 1, Tomo 3, n. 4. Rio de Janeiro, 1983.

MOURA, Sebastião Rodrigues. *Relatório de Operações*. Operação Bamerindus. Itaipavas. s/d.

NASCIMENTO, Dr. Iran Velasco. *Despacho* do Juiz da 3ª Vara Federal, Belém, 27/06/1991, p.3 (Processo nº 91.0001347).

PARÁ. Corregedoria Geral Penitenciária do Pará. *Ofício nº 067/95*, de 07/08/1995.

PARÁ. Defensoria Pública de Marabá. *Ofício à Juíza de Direito de Marabá*, 03.10.86.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Lei nº 4.584, de 08/10/1975. *DOE* nº 23.130, DE 15/11/1975.

PROCESSO AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE nº 24/82, A: Juruparana Pastoril S/A, R: Francisco Gama da Silva e outros, Comarca de Conceição do Araguaia (PA).

PROCESSO CRIMINAL nº 043/91, vol. I, II e III (Caso da Chacina do Castanhal Ubá).

PROCESSO CRIMINAL nº 649/99 (Caso João Canuto de Oliveira).

PROCESSO CRIMINAL nº 182/91, Vol. III (Caso Expedito Ribeiro de Souza).

PROCESSO GETAT/UACA Nº 133, de 25/03/1986 (Desapropriação da Fazenda Bela Vista, Conceição do Araguaia).

PROCESSO Nº 91.0001347-1, fls.05-15. Ato de Prisão em Flagrante Delito. Belém, 3ª Vara Federal, 1991 (Caso da prisão das sete lideranças do MST, em Marabá).

SOUZA PRIMO, Dr. Eronides de. *Parecer* sobre pedido de Habeas Corpus Libertório em favor de Oity Faria Leite e Antônio José Sabino. Conceição do Araguaia, 25/05/1987.

SOUZA PRIMO, Dr. Eronides de. *Ofício ao Major Comandante da 3ª CIA*. do 4º BPM, requerendo contingente policial para dar proteção à Fazenda Bela Vista, 23/06/1987.

TRINDADE, Dr. Almerindo Augusto de Vasconcellos. *Parecer* do Procurador da República ao Juiz da 3ª Vara Federal, Belém, 27/06/1991 (Processo nº 91.0001347).

Jornais e revistas

A HORA DA JUSTIÇA. No vídeo, uma nova prova: a descoberta de um corpo. *Caros Amigos*, Edição Especial, nº 12, abril de 2002.

A UDR continua acusando. Brasília, *Correio do Brasil*, 17/ 09/1987.

ACUSADOS de envolvimento na chacina da fazenda Ubá são condenados a 199 anos de prisão cada, Belém, *Diário do Pará*, 27/10/2011.

AGENTE do SNI continua em ação: secretaria manda ao sul do Pará suspeito do Caso Baumgarten. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 27/06/1991

AMARRADOS, mortos e abandonados. Belém, *O Liberal*, 19/12/2006.

ARMAS contra os posseiros. Belém, *O Estado do Pará*, 11/09/1979.

ASSOCIAÇÃO quer mais polícia para o sul do Pará. Belém, *O Liberal*, 04/06/1985.

BAGUNÇA total. Belém, *Província do Pará*, 19/06/1985.

BISPO defende os posseiros. Belém, *O Estado do Pará*, 13/09/1979.

BASTIÃOZÃO, campeão de cadáveres. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 08/12/1985.

BROSSARD faz contestação ao relatório. Belém, *Diário do Pará*, 17/09/1988.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Fazendeiro conta como vingou morte do filho. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05/11/1994, Geral, p. A27.

CÉSAR, Marília de Camargo. Roque Quagliato, o rei do gado: pecuarista tem rebanho de mais de 160 mil cabeças e usina de açúcar e álcool. Ourinhos (SP), *Gazeta Mercantil*, 22/07/1996.

CPT diz que denúncia é campanha contra ela. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 15/09/1987.

CPT denuncia torturas no Araguaia. Belém, *O Liberal*, 03/06/1987.

CONFLITOS DE TERRA mata três e fere oito no Pará. Rio de Janeiro, *O Globo*, 14/08/1984.

DEPUTADO cassado mata menino a tiro. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 05/12/2002.

DESEMBARGADORES soltam os sete trabalhadores presos. Belém, *O Liberal*, 17/09/1991, Caderno 2.

DEZ mil sem-terra vão ocupar o INCRA de Marabá. Belém, *Província do Pará*, 05/07/2000

DISPUTA por lotes matou ambientalistas. Belém, *O Liberal*, 21/07/11, polícia, p.5.

D. ESTEVÃO depõe outra vez sobre ataque de posseiros. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 12/01/1977, p.13.

ELDORADO DOS CARAJÁS: Justiça expede mandados de prisões contra militares condenados, nesta segunda (07/05). *Tribunal de Justiça do Estado do Pará*, 07/05/2012, <http://tj-pa.jusbrasil.com.br/noticias/3109250/eldorado-dos-carajas-justica-expede-mandados-de-priso-es-contra-militares-condenados-nesta-segunda-07-05>. Acessado em 21/5/2012.

EMBOSCADAS fazem 31 vítimas. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 30/08/1984.

ERONIDES, o juiz: visão própria explica os conflitos pela terra. Belém, *O Liberal*, 12/07/1987.

EXAME de sanidade mental vai decidir o júri de “Vavá”. *O Liberal*, Belém, 12 de julho de 2011, p. 02 (Caderno Polícia).

FAMÍLIAS desejadas acampam no GETAT. Belém, *O Liberal*, 16/12/1986.

FAZENDEIROS do Araguaia ameaçam com sangue a feitura da reforma. Belém, *O Liberal*, 18/06/1985.

FAZENDEIROS dão voto de confiança condicional a Sarney. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil* 12/08/1985, 1º caderno, p. 7.

FAZENDEIROS se armam contra invasão. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 12/08/1985, 1º caderno, p. 7.

GIBSON, o major: doutrina nova não impede acusações. Belém, *O Liberal*, 12/07/1987.

GRUPO armado formava bando para invadir áreas de terras. Belém, *Diário do Pará*, 19/06/1991.

GUERRA declarada no Araguaia: “Pau Ferrado” ninguém toma. Belém, *O Liberal*, 13/01/1985.

GUERRA dos Perdidos: Posseiros que deram apoio à guerrilha se levantaram contra o Incra. São Paulo, *O Estado de São Paulo*. <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,guerra-dos-perdidos,655609,0.htm>. Acessado em 23/08/2012.

GUERRILHA. Belém, *Província do Pará*, 22/06/1985.

HERMES apronta confusão com Sebastião da Terezona. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 17/01/1988.

HÉLIO X Veja. Belém, *Província do Pará*, 21/09/1988.

INCRA propõe-se a rever política para a Amazônia, Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 20/02/1973.

ITATOCAN, Ano I, Marabá, dezembro de 1952.

ITATOCAN. Marabá, edição de Natal, 1971.

JUIZ confirma subversão no Araguaia. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 16.09.1987.

JUIZ transfere caso de Marabá para Justiça Comum. Belém, *O Liberal*, Caderno 3, 29/06/1991.

JUIZ denuncia nicaragüenses em Xinguaras. Goiânia, *O Popular*, 13/09/1987

JUSTIÇA limpa processos para dar fim à impunidade no Pará. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 09/01/2005.

LÍDER rural assassinado com um tiro na cabeça. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 18/09/85.

MAIS dois mortos no sul do Pará. Belém, *O Liberal*, 03/06/1987.

MARABÁ relembra a guerrilha. PF prende grupo acusado de liderar as invasões no sul do Pará, Belém, *O Liberal*, 19/06/1991.

MASSACRE de Eldorado do Carajás: laudo prova a farsa. *Isto É*, Edição nº 1617, 27/09/2000.

MILÍCIAS contra lavradores no Pará tinham policiais do DF, Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 08/08/1987.

MORDOMIA atraente recruta jagunços. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 08/08/1987.

NOVA libertação em fazenda dos Mutran. São Paulo, *Repórter Brasil*, 02/02/2004. <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=36>. Acessado em 11/07/2011.

O ALERTA da história. Belém, *O Liberal*, 28/06/1987.

O DOSSIÊ de um homem marcado para morrer. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 29/04/90, 1º Caderno.

O RÁDIO levava a educação a 500 km no Araguaia. Rio de Janeiro, *O Globo*, 21/09/1961.

OS 84 ANOS de Conceição do Araguaia. Conceição do Araguaia, *Diário de Carajás*. 30/05/1981.

OITO chacinados e ninguém punido. Belém, *O Liberal*, 20/12/2006.

ONZE chacinas, 76 mortes e um prêmio: a impunidade. Belém, *Diário do Pará*, 19/06/2011.

PARÁ indeniza vítimas da fazenda Ubá. Belém, *O Liberal*, 15/06/2011.

PATRULHA como a que já existe no Marajó. Belém, *O Liberal*, 05/06/1985.

PELA terceira vez Vavá Mutran escapa do júri. Belém, *O Liberal*, 09/06/2011, Caderno Polícia.

PEREIRA, Airton dos Reis. Sobre a violência do campo no sul e sudeste do Pará. Belém, *O Liberal*, Atualidade, 14/11/2006, p.5.

PINTO, Lúcio Flávio. Justiça. Pagando o pato. Belém, *Jornal Pessoal*, Ano XII, nº 208, 1ª quinzena de abril de 1999, p. 1-2.

PLANTAÇÕES e casas destruídas. Roupas ainda estão no hospital. Brasília, *Correio Brasiliense*, 02/04/1987.

PISTOLA no coldre, *ISTO É*, 23/10/1985.

PISTOLAGEM: PF apura “tabela de morte”. Belém, *O Liberal*, 11/03/2005.

PISTOLEIROS sentenciados a 400 anos por chacina. Belém, *O Liberal*, 28/01/2011.

PISTOLEIROS matam trabalhadores sem terra no PA. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 12/06/1985.

PM TOCAIADA: dois feridos no tiroteio. Belém, *O Liberal*, 28/01/1984.

PM PRENDE ‘araponga’ trapalhão da SAE. Rio de Janeiro, *O Globo*, 26/06/1991.

POLÍCIA não entendeu ordem de despejo, diz deputado. Belém, *O Liberal*, 17/12/1986.

POLÍCIA encerra caso das milícias privadas. Brasília, *Correio Braziliense*, 07/09/1987.

POLÍCIA dá nome aos assassinos do casal. Belém, *O Liberal*, 20/07/2011, Cidades, p. 5.

POLÍCIA prende o 3º acusado pela morte de extrativistas. Belém, *O Liberal*, 23/09/2011, Cidades, p. 4.

POSSEIROS estão sofrendo pressões. Belém, *Diário do Pará*, 26/09/1984.

POSSEIROS desmentem roubo de castanhas. Rio de Janeiro, *O Globo*, 03/02/1984.

POSSEIRO denuncia terrorismo policial. Brasília, *Correio Braziliense*, 03/02/1984.

POSSEIROS: despejo e novos acampamentos. Marabá, *Correio do Tocantins*, 23 a 30/12/1986.

PRISÃO para posseiros. Belém, *O Liberal*, 03/07/1982.

PRODUTOR alerta sobre tensão no sul do Pará. Belém, *Província do Pará*, 04/06/1985.

QUATRO mil agricultores cercam o INCRA e ameaçam radicalizar. FETAGRI e MST esperam avanços nas negociações. Ocupação de prédios públicos não é descartada. Belém, *O Liberal*, Caderno Atualidades, 25/04/2001.

“RÁDIOESCOLAS” para a região do rio Araguaia. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 12/09/1961.

REFORMA agrária. São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 12/07/1985.

RELATÓRIO da FAB não chega a conclusões. Brasília, *Correio do Brasil*, 17/09/1987.

RELIGIOSOS negam ter incitado lavradores. Belém, *O Liberal*, 21/09/1979.

SANTOS, Nilson. Justiça mantém preventiva para Vavá Mutran, Belém, *O Liberal*, 06/02/2002, Caderno Polícia.

SEM ACORDO em Marabá. INCRA não apresenta contraproposta. MST e FETAGRI mantém posições. Belém, *O Liberal*, Caderno Atualidades, 27/04/2001.

SEM-TERRA invadem INCRA de madrugada. Marabá, *Correio do Tocantins*, 24 a 30/07/1992.

SEM-TERRA invadem sede do INCRA visando agilizar reforma agrária. Marabá, *Correio do Tocantins*, 07 a 13/08/1992.

SEM-TERRA deixaram pátio e ocuparam blocos administrativos. Marabá, *Correio do Tocantins*, 15 a 21/07/1994.

SEM-TERRA acampam no INCRA de Marabá. Belém, *Diário do Pará*, Caderno Cidade, 17/03/2003, p. 5.

SEM TERRAS protestam e bloqueiam PA-287. Belém, *Diário do Pará*, 22/02/2005.

SERVIÇO ATRAPALHADO: um agente do SNI-SAE que age como espião de anedota é detido e identificado no Sul do Pará, São Paulo, *Veja*, 03/07/91.

SOBREVIVENTES depõem hoje. Mistério intriga a CPT, Brasília, *Correio Braziliense* 02/04/1987.

“TERESONA” preso no fim de semana. Belém, *O Liberal*, 01/10/1985.

TRÊS ACUSADOS de assassinar extrativistas vão a júri popular. Belém, *O Liberal*, 07/03/2012, Caderno Policia, p. 1.

TRIBUNAL DO PARÁ manda prender militares por massacre dos Carajás. São Paulo, *O Estadão*. 07/05/2012, <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,tribunal-do-para-manda-prender-militares-por-massacre-dos-carajas,869878,0.htm>. Acessado em 21/5/2012.

TROPAS da PM voltam à fazenda Bela Vista. Belém, *O Liberal*, 26/06/1987.

UM ‘AGENTE SECRETO’ conhecido por todos. Rio de Janeiro, *O Globo*, 27/06/1991.

VIDA: a partir de R\$ 500 na tabela da pistolagem. Belém, *Diário do Pará*, 05/10/2008, Cidades, p. A12.

VIÚVA DENUNCIA em São Paulo assassinatos no sul do Pará. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 18/01/1988.

XINGUARA: morte de posseiros arquivada. Belém, *Diário do Pará*, 19/06/2011.

XINGUARA: morte de posseiros arquivada. Belém, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 09/06/2011. www.tj.pa.gov.br/noticias. Acessado em 20/07/2012.

600 PESSOAS fogem dos pistoleiros em Xinguara. Belém, *O Liberal*, 12/06/1985.

Documentos de instituições sindicais, religiosas e de direitos humanos

A VOZ RURAL, CPT Araguaia-Tocantins – meses: março, abril, setembro, outubro de 1979.

A VOZ RURAL, CPT Araguaia-Tocantins – meses: maio, agosto de 1980.

A VOZ RURAL, CPT Araguaia-Tocantins – meses: maio, junho, julho, de 1981.

AMERICA WATCH. *Violência Rural no Brasil*. São Paulo: USP/Núcleo de estudo da violência Comissão Teotônio Vilela, 1991.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Violência autorizada nas áreas rurais*. Londres, setembro de 1988.

AVELAR, Dom Estevão Cardoso de; SILVA, Frei Henrique Marques da; SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; e JESUS, Frei Mário Maria de. *O problema dos posseiros nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia*. Conceição do Araguaia, 20/11/1970 (Datilografado).

BARBOSA, Maria Ferreira. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984.

BISPOS diocesanos da região Araguaia-Tocantins. *Nota de esclarecimento ao povo*. Conceição do Araguaia, 18/09/1987.

BRINGEL, Adélia Martins. *Declaração*. Rio Maria, 12/03/1991.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO-CIE. *Guerrilha Rural* - documento básico, 1976. 14f. (datilografado).

CHAPA 2. *Relatório reunião dos lavradores: avaliação e planejamento da Chapa 2*. Conceição do Araguaia, 03/07/1981.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL Norte 2 - CNBB-N2. *Nota sobre assassinatos de José Claudio e Maria do Espírito Santo*, Belém (PA), 25/05/11.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Diocese de Marabá*. <http://www.cnbbrn2.org.br/2012/index.php/dioceses/diocese-de-maraba>. Acessado em 13/08/2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia, 1985-2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Assassinatos no campo Brasil (1985-2010): Violência e Impunidade*. Goiânia: Setor de Documentação, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Assassinatos e julgamentos-1985-2010*. Goiânia: Setor de Documentação, 20/04/2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Lista dos ameaçados e assassinados entre 2000 e 2010*. Setor de Documentação, 30/05/2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2010)*. Marabá, 2010 (Lista atualizada em 2011).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Diagnóstico sobre as situações de ameaças de morte contra trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará*. CPT, Pará, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá. *GETAT: jagunço de grileiro*. Marabá, 06/07/1981.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá. *Violência na PA-150*. Marabá, 25/07/1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá. *ITERPA coloca posseiros e depois retira para dar a terra a grileiro* (Nota), Marabá, 12/09/1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá. *ITERPA engana posseiro* (Nota), Marabá, 12/09/1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá. *Caso Gabriel Pimenta: judiciário paraense será denunciado ao Conselho Nacional de Justiça*. Marabá, 11/05/2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá. *Estado do Pará é condenado a pagar indenização de 700 mil reais por não punir responsáveis por crime no campo*. Marabá, 06/10/2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá; CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR-CEPASP. *Famílias de trabalhadores sem terras ameaçadas de morte e de expulsão ilegal no sudeste do Pará*. Marabá, 13 de outubro de 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Araguaia-Tocantins. *Complementação do relatório enviado de São Geraldo – Área Tabocão e Terra Nova*, Conceição do Araguaia, s/d.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Araguaia-Tocantins. *Comunicado à opinião pública*. Latifúndio e PM espalham o terror em São Geraldo. Conceição do Araguaia, 30/01/1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT - Araguaia-Tocantins. *Avaliação da prática pastoral da CPT*. Gurupi, 17/05/1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Araguaia-Tocantins. *Relatório sobre a chacina da Fazenda Surubim*. Xinguara, s/d.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT - Araguaia-Tocantins. *O caso Dois Irmãos*. Conceição do Araguaia, s/d.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT - Araguaia-Tocantins. *Nos conflitos pela terra as dores e as esperanças dos trabalhadores rurais*. Colinas (GO), 21/12/1983.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT - Araguaia-Tocantins. *Relatório da Assembleia da CPT Regional Araguaia-Tocantins, de 11 a 13/05/1987*. Tocantinópolis (TO), 17/05/1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT - Araguaia-Tocantins. *Relatório da Assembleia da CPT Regional Araguaia-Tocantins, de 08 a 11/05/1989*. São Felix do Araguaia, 05/06/1989.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT - Araguaia-Tocantins. *Relatório da Assembleia da CPT Regional Araguaia-Tocantins, de 07 a 10/05/1991*. Cristalândia (TO), 10/05/1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Xinguara; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTANA DO ARAGUAIA-STR. *Famílias de trabalhadores rurais de Santana do Araguaia são vítimas de tortura praticada por pistoleiros*. Xinguara, 27 de setembro de 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Norte II. *Balanço da violência no campo 1984*. Belém, dezembro de 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Norte II. *Violência no campo*. Belém, primeiro semestre de 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Norte II. *Violência no campo: recorde de violência*. Belém, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Norte II. *Balanço da violência no campo*. Belém, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Norte II. *Relatório de conflitos*. Belém, 1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Norte II. *Relatório de conflitos*. Belém, 1988.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT Norte II. *Assassinatos no campo (1978-1988)*. Belém, 1988.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT PA/AP. *Históricos dos assassinatos no estado do Pará (1980-1996)*. Secretariado Regional. Belém, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT e FETAGRI. *Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do INCRA de Marabá*. Marabá, 09 a 25/11/1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT PA. *Nota da CPT sobre os conflitos fundiários no Pará*. Belém, 13/11/2009.

COMISSÃO REPRESENTATIVA DOS LAVRADORES DA PA-150, Km 162 ao km 227. *Relatório*, 13/02/1984.

COMISSÃO REPRESENTATIVA DOS LAVRADORES DA PA-150, Colônia do ITERPA, Município de Rondon do Pará, Acará e Mojú (Delegacia Sindical de Goinésia). *Relatório*, 28/02/1984.

DIFFUSION DE L 'INFORMATION SUR L 'AMÉRIQUE LATINE-DIAL. *Au sujet de l'assassinat fe João Canuto. La Commission Interamérilcaine des Droits de L'homme accuse de Gouvernement du Brésil*. Bimensuel n° 2078, Lyon/France, du 1er au 15 juillet 1998, 26 f.

DIOCESE DE MARABÁ. *Relatório dos conflitos de terra*, Marabá, 06/06/1980.

DIOCESE DE SANTÍSSIMA CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. *Revelando o rosto de Deus na terra das "bandeiras verdes"*. Conceição do Araguaia, julho de 2011 (org. Manuel Martins de Almeida).

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO PARÁ-FETAGRI-regionais sul e sudeste do Pará; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Pauta de negociação com o INCRA*. Marabá, 03/04/1999.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO PARÁ-FETAGRI-regionais sul e sudeste do Pará; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. *Acordo firmado entre INCRA, FETAGRI, MST e CPT nas negociações durante o acampamento no INCRA de Marabá, no período de 16 a 28/07/2000*. Marabá (Dossiê).

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO PARÁ-FETAGRI-regionais sul e sudeste do Pará; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA (SR-27). *Termo de acordo – programação operacional 2001*. Marabá, maio de 2001.

LIMA, Luiz Barbosa. *Depoimento*, Xinguara, 11/03/1985.

MACHADO, João José. *Pedido de Habeas Corpus Libertório em favor de Oity Faria Leite e Antônio José Sabino*. Conceição do Araguaia, 25/05/1987.

MACHADO, João José. *Pedido de Habeas Corpus Libertório em favor de Oity Faria Leite e Antônio José Sabino às Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará*. Conceição do Araguaia, 01/08/1987.

MISSÃO DOMINICANA NO ARAGUAIA. *Relatório de Atividades Educacionais*. Segundo Semestre de 1961 (Datilografado).

MISSÃO DOMINICANA NO ARAGUAIA. *Missões do Araguaia*: exposição para a reunião dos Padres Dominicanos em Juiz de Fora, 2, 3 e 4 de julho de 1963 (Datilografado).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS - MST-PA. *Nota Informativa*. Xinguara, outubro de 1989.

O GRITO DA PA 150. Diocese de Marabá, n°s 01, 02, 04, 06, 07 e 08, ano 1980; n°s 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, ano 1981; n°s 18, 20, 21, 22, 24 e 25, ano 1982; n°s 25, 26, 27, 28 e 29, ano 1983; n°s 30 e 31, ano 1984; n° 32, ano 1985; n° 34, ano 1986.

OPOSIÇÃO SINDICAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Relatório do II Encontro Intermunicipal de Trabalhadores Rurais em Oposição Sindical. Conceição do Araguaia, 21 a 23/06/83.

ORGANIZAÇÃO E ASSESSORAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E COMERCIAIS - OASPUC. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá - PDDI*, Belém, 1988 (Vol. 1).

PENA, Dom Alano, Bispo da Diocese de Marabá e outros. *Carta à uma comunidade PA-150* (Arraías), 14.03.1984.

PREFEITURA DE MARABÁ. *Nota à população*. Marabá, 17/12/1986 (20 entidades assinam a nota).

REPORTER BRASIL. *Nova libertação em fazenda dos Mutran*. São Paulo, 02 de fevereiro de 2004. <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=36>. Acessado em 11/07/2011.

ROSSATO, Dom Altamiro; HANRAHAM, Dom Patrick; CHAVES, Dom José Elias e KRAUTLER, Dom Erwin. *Carta das Igrejas de Marabá, Conceição do Araguaia, Cametá e Xingu e aos irmãos do Brasil*. Conceição do Araguaia, 05/04/1987.

ROSSATO, Dom Altamiro. *Carta denúncia*. Marabá, 21/12/1988.

SDDH. Major do Exército X ação da Igreja. In. Povo do Pará se manifesta-1976-1979. *Documento*. SDDH, Belém, s/d.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-STR de Jacundá. Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacundá. Jacundá, 13/01/1980.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-STR de Xinguara. *Fazenda Alvorada*. Xinguara, 30/06/1983.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-STR de Marabá et al. Breve relato sobre os despejos de trabalhadores da área da Água Fria e Pedra Furada, no distrito Eldorado ao Presidente da OAB do Brasil Herrman Assis Baeta, Marabá, 17/12/1986 (18 entidades assinam o relato).

SANTOS, Maria Rosário dos. *Depoimento*, Conceição do Araguaia, 09/10/1985.

SANTOS, João Cardoso dos. *Depoimento*, junho de 1985.

SILVA, João Natividade da. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984.

SOUSA, Antônio Raul de. *Declaração*. São Geraldo do Araguaia, 14/04/1984.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-STR de Xinguara e CPT-Araguaia-Tocantins. *Nota aos trabalhadores rurais de Xinguara e ao povo em geral*. Xinguara, 08/11/1984.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-STR de Xinguara. *Fazenda Alvorada*. Xinguara, 30/06/1983.

Telex nº 964 encaminhado pelo Ministro do Exército ao Ministro Chefe do SNI, em 14/09/1976.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. *Sem Terras são responsabilizados pela tortura e morte de vaqueiro*. Brasília, 14 de setembro de 1987 (Nota).

Fontes Orais

Abel Ferreira de Macedo, ex- diretor do STR de Conceição do Araguaia e assentado no Projeto de Assentamento Ingá III, município de Conceição do Araguaia. Entrevista concedida em 01/05/2007, Conceição do Araguaia (PA).

Almir Ferreira Barros, ex-colono do *PIC Marabá*, animador de comunidade eleito Presidente do STR de São João do Araguaia pela Oposição Sindical, em 1985. Entrevista concedida em 06/11/2010, Palestina do Pará (PA).

Ana de Souza Pinto, agente CPT da Diocese de Conceição do Araguaia. Entrevistas concedidas em 23/07/2003 e 20/12/2006, Xinguara (PA).

Antônio Alves Sousa, posseiro preso e torturado pelo Exército durante a Guerrilha do Araguaia. Entrevista concedida a Adnair Alves Silva e Marilene Pinheiro da Silva Vieira, no dia 18/07/2009, em Xambioá (TO).

Antônio Gomes, o Pipira, ex-Presidente do STR de Marabá e atual Coordenador da FETAGRI-sudeste do Pará. Entrevista concedida em 29/11/2006, Marabá (PA).

Cleuza Alves dos Santos, posseira e assentada do PA Bela Vista. Entrevista concedida em 02/08/2003, no Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

Cristino Sobrinho Brito dos Santos, posseiro, assentado do PA Ubá e atual presidente do STR de São João do Araguaia. Entrevista concedida em 02/12/2006, Marabá (PA).

Divino Rodrigues da Silva, posseiro e assentado do PA Bela Vista. Entrevista concedida em 02/08/2003, no Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

Elias Araújo, membro da Coordenação do MST-MA. Entrevista concedida em 21/04/2007, na Escola Florestan Fernandes, do MST, em Guararema (SP).

Emmanuel Wambergue, o Mano, ex-Religioso da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada, ex-Coordenador da CPT de Marabá. Entrevistas concedidas em 05/12/2006, em 10 e 11/05/2010 e em 07/05/2012, em Marabá (PA).

Ernesto Rodrigues, pedagogo, dirigente do PT, ex-membro da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI) e ex-Superintendente Adjunto da 27ª Superintendência Regional do INCRA, em Marabá. Entrevista concedida em 18/08/2010, Marabá (PA).

Felipe Alves de Macedo, o Filipinho, animador de comunidade eleito presidente do STR de Conceição do Araguaia, pela oposição sindical, em 1985. Entrevista concedida em 26/07/2003 sem em suas casa no Projeto de Assentamento Joncon, Conceição do Araguaia(PA).

Francisco de Assis Soledade da Costa, o D'Assis, ex-posseiro, ex-Presidente do STR de São Domingos do Araguaia, ex-Coordenador da FETAGRI-sudeste do Pará e atual Presidente da FETAGRI-PA. Entrevistas concedidas em 01/12/2006 e 03/08/2011, Marabá (PA).

Gutemberg Alves dos Reis, funcionário de carreira do INCRA/GETAT, executor da Unidade Avançada do INCRA de Conceição do Araguaia-PA. Entrevista concedida em 25/07/2003, Conceição do Araguaia (PA).

Hilário Lopes da Costa, agente e agrônomo da CPT de Tucuruí. Entrevista concedida em 19/12/2006, Marabá (PA).

Izabel Rodrigues Lopes Filho, membro da Coordenação Estadual do MST. Entrevista concedida em 29/12/2006.

João de Deus Medrado de Abreu, posseiro de Perdidos que participou do confronto armado com a PM em outubro de 1976. Entrevista concedida em 12/07/1993, São Geraldo do Araguaia (PA).

João José Machado de Carvalho, ex-advogado da CPT de Conceição do Araguaia durante os anos de 1980. Entrevista concedida, em 25/08/2003, Goiânia (GO).

João Martins Neto, ex-posseiro. Entrevista concedida em 07/11/ 2009, Rio Maria (PA).

João Ribeiro Guimarães, o João do Motor, posseiro e assentado do PA Bela Vista. Entrevista concedida em 01/08/2003, no Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

José Batista Gonçalves Afonso, agente e advogado da CPT de Marabá. Entrevista concedida em 17/12/2006, Marabá (PA).

José Caetano de Oliveira Filho, posseiro, ex-Presidente do STR de Goianésia do Pará. Entrevista concedida em 16/08/2010, Goianésia do Pará (PA).

José Claudino dos Santos, ex-advogado de diversos proprietários rurais do sul do Pará. Entrevista concedida em 31/07/2003, Rio Maira (PA).

José Estevão Ferreira, posseiro e sindicalista. Entrevista concedida em 30/05/2010, em Conceição do Araguaia (PA).

José Nilson, posseiro e assentado do PA Bela Vista. Entrevista concedida em 01/08/03, no Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

Jose Valdemar Costa, ex-motorista do MEB e de Dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo da Prelazia de Conceição do Araguaia. Entrevista concedida em 26/09/2010, Conceição do Araguaia (PA).

Luiz Ramos Pereira, ex-posseiro e ex-animador de comunidade na PA-150. Entrevista concedida em 02/10/2009, Marabá (PA).

Luiz da Silva Lima, o Luiz Caju, posseiro e assentado no PA Bela Vista. Entrevista concedida em 01/08/2003 no Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

Lourival Vieira da Silva, posseiro e assentado no PA Bela Vista. Entrevista concedida em 03/08/2003 no Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

Manoel Monteiro dos Santos, posseiro e ex-Presidente do STR de Itupiranga. Entrevista concedida a Ronilde Lima Silva, em 16/12/2010, Itupiranga (PA).

Maria Gorete de Souza, membro da Coordenação Nacional do MST. Entrevista concedida em 20/04/2007 na Escola Florestan Fernandes, do MST, em Guararema (SP).

Maria de Jesus da Silva, ex-Presidente do STR de Jacundá e Vice-prefeita de Jacundá. Entrevista concedida a Ronilde Lima Silva em 23/12/2010, Jacundá (PA).

Maria Joel Dias da Costa, a Dona Joelma, viúva do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, de Rondon do Pará, ex-Presidenta do STR de Rondon do Pará e uma das diretoras da FETAGRI-sudeste do Pará. Entrevista concedida em 31/10/2011, Marabá (PA).

Paulo Joanil da Silva, padre da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada, ex-Coordenador da CPT de Marabá e atual Coordenador da CPT PA. Entrevistas concedidas em 16/12/2009, em Ninheira (MG), e 15/05/2012, em Marabá (PA).

Pedro Alves Feitosa, o Pedro Formiga, posseiro e sindicalista. Entrevista concedida em 15/08/2010, Goianésia do Pará (PA).

Rafael Macedo, ex-posseiro, poeta e professor da educação básica. Entrevista concedida em 15/08/2010, Goianésia do Pará (PA).

Raimundo Pinho Marques, dirigente do PT, ex-deputado estadual (PT), ex-Executor da Unidade Avançada do INCRA de Conceição do Araguaia. Entrevista concedida em 25/07/2003, Conceição do Araguaia (PA).

Raimundo da Silva Azevedo, ex-posseiro e membro do MST. Entrevista concedida em 06/12/2006, Marabá (PA).

Ricardo Rezende Figueira, padre, ex-Coordenador da CPT Araguaia-Tocantins e professor da UFRJ. Entrevista concedida em 26/09/2003, Rio de Janeiro (RJ).

Roberto de Valicourt, padre da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada, desenvolveu trabalhos nas comunidades de posseiros em São João do Araguaia entre 1972 e 1981. Em junho de 1972, durante a Guerrilha do Araguaia, foi

preso e torturado pelo Exército. Depoimento concedido aos participantes do I Encontro do Grupo OPOMIL em 16 e 17/01/ 2009, Palestina do Pará (PA).

Sebastião Alves de Souza, posseiro, ex-Presidente do STR de Marabá e ex-Secretário de Política Agrária da FETAGRI-sudeste do Pará. Entrevista concedida em 30/11/2006, Marabá (PA).

Valter Peixoto, ex-animador de comunidade, sindicalista, vereador (PT), eleito prefeito de Conceição do Araguaia nas eleições de 07/10/2012. Entrevista concedida em 28/07/2003, Conceição do Araguaia (PA).

Wilton Bonfim Lira Gomes, posseiro. Entrevista concedida em 02/08/2003 no Projeto de Assentamento Bela Vista, Floresta do Araguaia (PA).

Vídeos Documentários

BODANZKY, Jorge e SALEN, Helena. *Igreja dos oprimidos*. Direção de Jorge Bodanzky. Rio de Janeiro: Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas, 1986.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Dezinho: vida, sonho e luta*. Marabá: 2006.

FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. *Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro*. Direção de Vandrê Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010.

MEDEIROS, Evandro Costa de. *Araguaia: campo sagrado*. Marabá, 2010.

MEDEIROS, Evandro Costa de. *Mulheres, mães e viúvas da terra: sobrevivência da luta e esperança de justiça*. Marabá: Universidade Federal do Pará/LaBour Filmes, 2009.

NOVAES, Beto; MARQUES, Aida. *Expedito em Busca de Outros Nortes*. Rio de Janeiro: Comitê Rio Maria, 2006.

SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS-SDDH. *Ubá: um massacre anunciado*. Marabá: 2006.